

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



***O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros:
representações nos textos portugueses (1784-1844)***

Danilo de Jesus da Veiga dos Santos

Mestrado em História de África

2011

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



***O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros:
representações nos textos portugueses (1784-1844)***

Danilo de Jesus da Veiga dos Santos

Dissertação Orientada pelo
Prof. Doutor José da Silva Horta

Mestrado em História de África

2011

Ao meu avô Camilo Tavares Veiga que não soube me esperar
[01.09.1922 – 01.06.2010]

Agradecimentos

Muito mais do que dois anos de trabalho, esta dissertação representa o culminar de um processo de aprendizagem, das percepções do real e do imaginário, da vivência, dos sentimentos, dos sacrifícios, das observações e da experiência de vida. Apesar de ser escrita por uma pessoa e aparentemente com interesse (académico) pessoal, não deixa de ser o produto e a produção da sociedade, assim como quem a escreveu. Portanto, difícil se torna enumerar aqui, entre familiares, amigos, professores, colegas, conhecidos ou até desconhecidos, que, de forma directa ou indirectamente, contribuíram para a realização desta dissertação. Contudo, prestar os meus agradecimentos aqui é, talvez, a parte mais subjectiva desta dissertação. Pois, sem fontes nem bibliografia sou obrigado a recorrer às memórias do coração.

É ingrato citar nomes, quando sei todas as pessoas com que me cruzei ou que ouvi falar me serviram de uma forma ou outra para esta realização. Ingrato se torna também não citar nomes de quem me acompanhou mais de perto e contribuiu mais directamente. Mesmo assim, evidentemente esta lista seria imensa. Todavia, com o receio de, inadvertidamente, não me lembrar de alguém, agradeço previamente a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Não me preocupei com uma ordem específica de agradecimento. Neste trabalho cada pessoa teve o seu valor único e insubstituível.

Agradeço ao Prof. Doutor José da Silva Horta, pela orientação deste trabalho e com quem ando a aprender a História de África há mais cinco anos, pela transmissão dos seus conhecimentos e pelas relevantes críticas, sugestões e apoio, expresso os meus agradecimentos.

Aos colegas do mestrado Cléria Ferreira, Cristina Portella, Diego Zonta, Idénia Nascimento que me acompanharam nestes últimos anos, pela partilha, sacrifícios, receios, companheirismo e amizade.

À Prof. Doutora Isabel Castro Henriques pela atenção, sugestões e forma como ensina a História de África.

À Prof. Doutora Fátima Reis pela disponibilidade e orientação metodológica desta dissertação.

Agradeço ainda à Ângela Pereira e Eloisa Moreira, por acompanharem o desenrolar deste trabalho e acreditarem num “final feliz”.

Aos meus familiares, em especial “Guentis da Veiga” e meu pai Francisco dos Santos (Chiquinho), pelo apoio incondicional e confiança, despertando em mim força e coragem que renovam a cada dia, a cada hora, a cada minuto.

Ao Alcides ‘Senna’ de Carvalho, D. Ana Piçarra (do Bar do AHU), D. Arlete (da Secretaria da FLUL), Edmilson Varela que, de diferentes modos, contribuíram para a realização deste trabalho.

Enfim, devo agradecer também a todos os meus amigos, colegas e conhecidos em geral, de Moambique a Netherlands, pelo incentivo e “moral” que tenho recebido, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

Queluz, 11 de Junho de 2011

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Cabo-Verdianos, Crioulização, Cultura Cabo-verdiana, Mestiçagem, Representações.

Ao ler os textos portugueses dos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX depara-se com uma certa depreciação e africanização do homem cabo-verdiano. As formas de sociabilidade dos cabo-verdianos eram reprovadas por estes serem demasiados próximos dos “negros africanos”. Estas representações continuam a ser menos conhecidas tanto no domínio da História como nos outros campos do saber. Ora, o presente trabalho debruça-se sobre a imagem do homem cabo-verdiano construída, pensada, e dada a ler nos textos portugueses produzidos pelos forasteiros no período entre 1784 e 1844. O corpo textual que sustenta este estudo foi produzido a partir do contacto com as ilhas e os seus habitantes ou, muitas vezes, a partir de informações de terceiros, por alguém cujos padrões mentais e culturais pertenciam à outra realidade. Da longa relação dos portugueses/europeus com os africanos sob a soberania portuguesa no espaço cabo-verdiano desenvolveu-se uma cultura nova e um homem novo – uma nova sociedade, que por um lado reflecte o fracasso português na assimilação dos cabo-verdianos e por outro mostra a capacidade de, num espaço novo, através do processo de mestiçagem, que foi quase um fenómeno natural nas ilhas de Cabo Verde, surgir algo novo, com contornos próprios, que se pode caracterizar de cabo-verdiano.

ABSTRACT

KEY-WORDS: Cape Verdeans, Creolization, Cape Verdean Culture, Métissage, Representations.

By reading late XVIII and first half of XIX centuries portuguese texts we find some depreciation and africanization of the Cape Verdean man. The forms of sociability of the Cape Verdeans were disapproved for being these very similar to the “black africans”. These representations are still not widely known in History and other areas of knowledge. So, the present dissertation focus on the image of the Cape Verdean man built, thought and readable in these Portuguese texts, produced by foreigners/outsideers in the period between 1784 and 1844. The accounts which sustain this study, the present dissertation was also built from contact with the Cape Verdean archipelago and its people, and sometimes counts with informations exchanged with persons which cultural and mental patterns fitting other realities. The long relationship between Portuguese/Europeans and Africans, under the portuguese sovereignty, in the Cape Verdean territory, gave birth to a new culture and a new man - a new society that expresses not only the Portuguese failure in the assimilation of the Cape Verdeans but also expresses the capacity to make something new happen. Something that, through the *métissage* process, in a new place, with its own aspects, can be named as Cape Verdean.

Siglas e Abreviaturas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Apud – citado por

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

cx. – Caixa

D. – Dom/Dona

doc. – documento

docs. – documentos

Fr. –Frei

HGCV – História Geral de Cabo Verde

ibidem – mesma obra

idem – mesmo autor

infra – mencionado em baixo

J.I.U. – Junta de Investigações do Ultramar

op. cit. – obra citada

p. – página

pp. – páginas

SEMU/DGU – Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar (AHU)

SENMU – Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (AHU)

ss – seguintes

supra – mencionado em cima

Uma nota para as transcrições das fontes

Tratando-se de documentação maioritariamente do século XIX que não traz problemas de maior à sua compreensão pelo leitor, optei por manter essa grafia e não desfazer as abreviaturas, quer tratando-se de textos manuscritos, quer de impressos.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	II
Resumo.....	III
Siglas e Abreviaturas.....	IV
INTRODUÇÃO.....	3
1. CORPUS DOCUMENTAL: TEXTOS E AUTORES.....	17
1.1. Da Notícia do Anónimo à Dissertação de Lucas de Senna.....	19
1.2. Do Governo de Pusich aos Ensaios de Lopes de Lima.....	35
2. AS ILHAS DE CABO VERDE E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS TEXTOS DA ÉPOCA.....	46
2.1. O espaço e as formas de organização social.....	46
2.1.1. Antecedentes históricos: o momento fundador.....	53
2.1.2. A estrutura social entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX.....	58
2.2 A Situação do Arquipélago: relações de reciprocidade e decadência.....	65
2.2.1. Interdependência entre o arquipélago e a costa.....	65
2.2.2. Um arquipélago triste, decadente e abandonado.....	67
2.3. A organização do Estado nas ilhas de Cabo Verde.....	79
2.3.1. Fragilidades da organização político-administrativa portuguesa.....	85
2.3.2. Ilha de Santiago: capital das desgraças.....	90
2.3.3. Os agentes do Estado: insuficiência numérica e cultural.....	97
2.3.4. Retrato de uma Igreja “decadente”.....	102
3. A IMAGEM DO CABO-VERDIANO.....	114
3.1. Uma vida quase selvagem e de espírito livre.....	115
3.1.1. Pouco instruídos e ignorantes da religião.....	115
3.1.2. Desprezam a língua portuguesa e falam o ridículo crioulo.....	130
3.2. Corpo desprotegido e frágil.....	135
3.2.1. Andam quase nus e vivem cada um em suas choupanas.....	135
3.2.2. Contentes e satisfeitos com milho, feijão, mandioca e aguardente... ..	144
3.3. A Desvalorização das formas de produção e de trabalho.....	151
3.3.1. Ociosos, indolentes e sem ambição.....	151
3.3.2. A ausência de racionalidade: sem arte, sem técnicas, sem ciência e sem regras.....	163
CONCLUSÃO.....	171
MAPAS.....	175
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	184

Índice dos Mapas

Mapa I - <i>Cabo Verde e Guiné</i>	176
Mapa II - <i>[Carta do] Archipelago de Cabo Verde</i>	177
Mapa III - <i>Carta esférica de la costa de africa desde C° Bojador hasta C° Verde</i>	178
Mapa IV - <i>Carta Francesa do século XVIII</i>	179
Mapa V - <i>Mapa representativo dos circuitos em que Cabo Verde estava envolvido nos séculos XV e XVI.</i> ..	180
Mapa VI - <i>Plano das Ilhas de Cabo Verde</i>	181
Mapa VII - <i>Carta do archipelago das ilhas de Cabo Verde</i>	182
Mapa VIII - <i>Carta Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde</i>	183

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”¹

INTRODUÇÃO

Os séculos XVIII e XIX continuam a ser o período menos conhecido pela historiografia do arquipélago cabo-verdiano e o tema *representações* tem sido, sem dúvida, um dos temas mais marginalizados, não só para os séculos referidos mas também em toda essa historiografia. Os historiadores e outros estudiosos que se ocupam do espaço cabo-verdiano privilegiaram a época dos “descobrimientos” e o período “pós-independência”, sem no entanto se preocuparem com os fenómenos, descontínuos, contextos e transformações dos séculos intermédios. A economia e a política têm sido temas privilegiados, tanto pela historiografia como pelas outras áreas de estudos, temas esses, do “colonizador”, e que condicionaram toda a história cabo-verdiana, pois são motivos que estiveram na própria base da formação da sociedade cabo-verdiana, fruto de um contexto económico e político da expansão portuguesa para o Atlântico Sul.

Quando se coloca o problema de reconstituir as representações das ilhas de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, a primeira questão que aparece é: qual é a identidade histórica do arquipélago cabo-verdiano? Pois, pode o arquipélago pertencer à costa africana; ao oceano atlântico; às ilhas (portuguesas) atlânticas; ao sul de Portugal; a meio caminho da Europa, África, Brasil e Índia; aos Trópicos; ou até pode não pertencer exclusivamente a nenhum destes espaços.

Muito tem sido feito sobre as *Representações de África e dos Africanos*, mas muito pouco foi feito sobre o espaço e o homem cabo-verdiano, pois estes estudos estão muitas vezes longe de abordar as representações do espaço e/ou do homem cabo-verdiano e, muitas vezes, estão distantes do período de estudo proposto aqui – finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Para a conceptualização de *Representações* que se refere aqui, segue-se a perspectiva de Roger Chartier, isto é, dizem respeito ao modo como em diferentes espaços e tempos a realidade social é construída por meio de “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”². Admitindo estar no campo da História Cultural, é preciso pensá-la como análise de trabalho de representação, ou seja, “das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço”³. Neste trabalho estas

¹ Cf. Roger Chartier, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988, p. 17.

² Idem, *ibidem*.

³ Idem, *ibidem*, p. 27.

representações se centram, sobretudo, no discurso dos forasteiros, isto é, daqueles que vinham de fora e possuíam horizontes mentais e culturais diferentes dos cabo-verdianos. O “discurso” aqui é apreendido a partir da formulação da Michel Foucault, ou seja, compreendido como “um conjunto de enunciados, na medida que provêm da mesma formação discursiva”. É constituído por “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”⁴. Desta forma, entende-se que os textos produzidos pelos forasteiros possuem um conjunto de enunciados das representações dos cabo-verdianos. Roger Chartier caracteriza *práticas discursivas* como “produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”⁵.

Sobre as ilhas de Cabo Verde, na última década, as questões culturais e identitárias têm sido objecto de diversas áreas de estudo, muito menos no campo da história mas, no entanto, não se invalida a sua contribuição para o conhecimento da sociedade cabo-verdiana. Portanto, é de referir que no campo da historiografia, mais próximo do trabalho que aqui se pretende elaborar, destacam-se as obras, ambas originalmente dissertações de mestrado em História Contemporânea: *Colónia mártir: colónia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)* [2007]⁶, de Sérgio Neto e *As Ilhas de Cabo Verde (1820-1960): a problemática da mestiçagem e a defesa do estatuto de adjacência* [2007]⁷, de Ivone de F. B. Monteiro Centeio.

Sérgio Neto, na *Colónia mártir: colónia modelo*, centra-se na problemática das diferentes visões sobre o arquipélago e a sociedade cabo-verdiana do século XX, com o objectivo de “desconstruir” a imagética construída sobre os mesmos, “quer situado na sua origem, quer caracterizando a sua evolução”. Essas visões foram de origens internas e externas, isto é, tanto no imaginário colonial português como no auto-imaginário do próprio cabo-verdiano, que tornaram a colónia de Cabo Verde numa “colónia modelo” (do ponto de vista civilizacional). O autor iniciou a dissertação assumindo uma vertente cultural mas acabou por desenvolvê-la com base nos fenómenos sociais e ideológicos ocorridos no século XX (1925-1965), daí a ausência dos elementos africanos na sua análise, tratando da mestiçagem como se fosse um fenómeno (só) dos portugueses ou dos portugueses e cabo-verdianos⁸. Em todo o caso, o grosso dessas construções e

⁴ Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 146-147.

⁵ Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 27-28.

⁶ Publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 2009, esta obra foi apresentada inicialmente como Dissertação de mestrado em História Contemporânea à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob título *Colónia mártir, colónia modelo: Cabo Verde na imprensa ultramarina portuguesa (1925-1965)*.

⁷ Dissertação de mestrado em História Contemporânea à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁸ É muito comum, por exemplo, no caso cabo-verdiano abordar o “mestiço” ou o “crioulo” como sinónimo de cabo-verdiano.

desconstruções apresentadas só podem ser compreendidas e caracterizadas em função das recomposições económicas, sociais e culturais decorridas nos finais do século XVIII e em todo o século XIX.

Se ao trabalho de Sérgio Neto faltava compreender as transformações dos finais do século XVIII e século XIX⁹, já a obra de Ivone Centeio abarcou um período de três quartos do século XIX e não foi muito aprofundado. Talvez porque 1820 a 1960 seja um período demasiado longo e heterogéneo para a questão que se coloca. A autora apresenta uma cronologia quase que imaginária, pouco fundamentada e sem um *corpus* sustentável. Por isso, deixou-se conduzir pelos fenómenos do século XX, inclusive pela política propagandista colonial (a partir da terceira década), e pelas teorias dos sociólogos cabo-verdianos Gabriel Fernandes e José Carlos Gomes dos Anjos¹⁰, e acabou por tratar o século XIX à imagem do século XX, períodos tão distintos e descontínuos no contexto da história de Cabo Verde. Parte deste último “erro” também foi cometido por Sérgio Neto, principalmente, no capítulo II, “Cabo Verde na encruzilha de três continentes”.

Ivone Centeio, apesar de assumir “a problemática da mestiçagem enquanto temática dos debates cabo-verdianos”, ficou aquém das expectativas que o título indica. Pois, a mestiçagem como fenómeno biológico e cultural foi a própria razão do surgimento e sobrevivência do próprio homem cabo-verdiano, marcado por uma cultura e identidade mestiça. O trabalho foi assumidamente enquadrado no campo político e intelectual, mas a “problemática da mestiçagem” também, e a dimensão cultural ou até social poderia ser mais explorada, até porque sem estas duas dimensões fica muito difícil perceber a política e a intelectual.

Embora se reconheça cada vez mais a importância do cruzamento de estudos pluri e interdisciplinares para o reforço do conhecimento histórico, as obras de antropologia, de sociologia, de sócio-cultura e de literatura consultadas¹¹ não forneceram elementos pertinentes para este estudo. Contudo, dadas as ausências de estudos que servissem de apoio para esta temática procuravam-se soluções adequadas aos problemas que se colocam.

⁹ Para as transformações sociais e económicas das ilhas no século XIX, veja-se João Estêvão, “Cabo Verde”, *O império africano: 1825-1890, Nova história da expansão portuguesa*, coordenação de Valentim Alexandre, Jill Dias., dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, Vol. X., Lisboa, Estampa, 1998, pp. 167-208.

¹⁰ Vide as obras destes autores na nota seguinte.

¹¹ Entre elas, por exemplo, José C. G. dos Anjos, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre, UFRGS, 2006; Gabriel Fernandes, *A diluição da África: uma interpretação da saga cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*, Florianópolis, EDUFSC, 2002; idem, *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis - Praia, UFSC - IBNL, 2006; Luís M. de S. Peixeira, *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sociocultura*, Lisboa, Colibri, 2003; Manuel Brito-Semedo, *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006 e Ana Cordeiro, *Nós, Cabo-Verdianos: A Representação da Identidade nos Textos Literários do Séc. XIX*, Dissertação do Mestrado apresentada a Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Dezembro de 2009.

Ora, o trabalho que aqui se apresenta tem como objecto principal a imagem do homem cabo-verdiano nos textos portugueses, produzidos entre 1784 e 1844 por um grupo de homens *não cabo-verdianos* – os forasteiros, que viveram, trabalharam, ou, simplesmente, passaram pelo arquipélago de Cabo Verde. Isto é, entender o modo como foi construída, pensada, apresentada e difundida a imagem do homem¹² cabo-verdiano no período em causa. Toma-se o arquipélago como um todo, mas sempre atento às singularidades das ilhas, que pelos processos históricos e relacionais desenvolveram e mantiveram algumas particularidades, como se nota no próprio homem cabo-verdiano e na língua por ele falada. No entanto, excluíram-se os territórios da costa africana (“Guiné”), que desde os primórdios da ocupação das ilhas estiveram anexos ao arquipélago, quer formal, quer informalmente, mas não se excluíram as suas influências e inter-relações com o arquipélago.

Toma-se, no período em apreço, o homem cabo-verdiano por aquele que estava indissolúvelmente vinculado ao arquipélago de Cabo Verde, e não só por ser nado e criado no arquipélago, mas também aquele que já se desenraizou tanto da Europa como do continente africano, cujos únicos interesses se resumiam a si próprio e às ilhas. No entanto, o termo só aparece em 1818, através de Lucas de Senna quando fez referência ao “verdianos”¹³, aqueles que eram originários das ilhas de Cabo Verde, e que muitas vezes eram designados de “naturais”, “insulanos/insulares”, “povos”, ou simplesmente “habitantes das ilhas”. Eram diferentes dos “moradores”. No interior da ilha de Santiago eram mais conhecidos por “vadios”, aqueles que Chelmicki e Varnhagen consideravam os “verdadeiros tipos dos habitantes” das ilhas¹⁴, pois nasceram e cresceram nelas. O cabo-verdiano podia ser de qualquer cor, tanto branco, o que não era necessariamente na cor da pele, como mulato ou preto. Contudo, entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, os mulatos ou mestiços que já gozavam um longo período de superioridade demográfica detinham um grande peso sócio-económico e administrativo em Cabo Verde.

O período escolhido justifica-se pelo conjunto de descrições de carácter histórico-geográfico-etnográfico-sociológico que surgiram entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, formando um conjunto de textos organizados sob os títulos de: “Notícias”, “Ensaio”,

¹² Cf Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 16-17.

¹³ vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde, 1818*, anot. e coment. de António Carreira, [s.l.], Mem Martins, 1987, pp. 106 e 108.

¹⁴ Vide José Conrado Carlos de Chelmicki e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, 2 vols, Lisboa, Typografia C.C da Cunha, Costa do Castelo N° 15, 1841, Tomo II, p. 326.

“Dissertações”, “Relatos”, “Memórias”, “Estudos”, documentos esses, que foram produzidos, muitas vezes, por encomenda, como obrigações das funções que os autores prestavam, ou ainda por simples curiosidade, oficiais e não oficiais, para informar e “denunciar” o estado em que se encontrava o arquipélago. Estas representações não estavam limitadas a simples descrições do observador, mas carregavam consigo “situações pré-conhecidas e pré-ordenadas do qual seria possível retirar as coisas conforme as circunstâncias o exigissem”¹⁵ para caracterizar o cabo-verdiano, ou seja, eram reflexo de um quadro mental que mediava a apreensão da realidade. Os textos eram motivados e funcionais, pois analisam as (fracas) evoluções políticas, sociais e económicas das ilhas, conduzidos com o objectivo de promoverem as suas transformações. Quase sempre apresentam os problemas e as sugestões de como transformá-las ou melhorá-las em função do que se dizia ser a “realidade” da época. “Realidades” estas, muitas vezes, forjadas por quem as representavam.

No entanto, como era característico da época, o plano *religioso* envolve, em última análise, toda a avaliação antropológica enquanto profundamente marcada pelo sistema de valores cristãos que nele tem origem¹⁶, pois os autores formularam as suas imagens sobre a religião¹⁷ a partir do quadro mental português/europeu, profundamente marcado pelas transformações ideológicas, políticas, sociais e culturais do Iluminismo Católico¹⁸. À religião eram associadas todas as outras vertentes da vida – a alimentação, a habitação, o vestuário, a língua, o trabalho, a arte, sendo posteriormente classificadas.

No vasto território das representações sobre os cabo-verdianos, constituiu-se como um ponto de partida a delimitação dos textos, autores e período mais adequados para a sua realização. Tornou-se necessário delimitar o período dentro de uma massa textual vasta, um conjunto de textos

¹⁵ Cf. Serge Moscovici, *Representações sociais: investigações em psicologia social*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 2004, pp. 222 e 223.

¹⁶ Ver, para um período anterior, José da Silva Horta, “A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa: 1453-1508”, Sep. *Mare Liberum*, nº 2, 1991, pp. 209-339 (apresentada inicialmente como Dissertação de mestrado em História Moderna à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), as pp. 255-257.

¹⁷ A religião é aqui analisada, segundo a perspectiva de Robin Horton, como “uma extensão do campo das relações sociais das pessoas para lá dos limites da sociedade meramente humana”, em que esta extensão “tem de ser uma em que os seres humanos envolvidos se sintam numa posição de dependência *vis-à-vis* perante as suas representações não-humanas” e ao mesmo tempo capazes de manter relações sociais. A religião é assim, complementar à ciência, isto é, entra na vida social como forma de compensar as carências do quotidiano que a ciência não cobre. E o fenómeno quotidiano caracteriza-se pelas manifestações de uma “realidade oculta e subjacente”, cf. Robin Horton, *Patterns of thought in Africa and the West: essays on magic, religion and science*, Cambridge, Cambridge University, 1993, pp. 31 e ss. (tradução nossa)

¹⁸ Isto é, de uma forma simplificada, dum pensamento Católico situado dentro dos parâmetros das Luzes, harmonizando a Ciência a Religião. Para um exemplo ilustrativo veja-se Francisco Contente Domingues, *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*, Lisboa, Colibri, 1994.

com o mesmo objecto e discurso, o que assim torna mais fácil o seu manejo. Esta delimitação, dos textos, autores e cronologia, no dizer de Edward W. Said, carrega em si a noção da problemática, pois, é o que permite formular um primeiro passo, um ponto de partida¹⁹. Todavia, a demarcação temporal que se fez aqui consiste, principalmente, na unidade discursiva de um grupo de textos, o que não significa que não possuam particularidades e contradições.

O corte cronológico situa-se entre duas obras de grande importância para o estudo das representações do homem cabo-verdiano, e para a História do arquipélago cabo-verdiano em geral. O primeiro é a *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos [...] – 1784*, de um Anónimo, “Amante da Pátria e Leal Fiel Vassalo”, datada de 1784. Este documento é mais conhecido pela “Notícia do Anónimo de 1784”. E o segundo marco é a publicação do volume I do *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental na Asia Occidental na China e na Oceania*, de José Joaquim Lopes de Lima, datada de 1844. Se a primeira obra é de um anónimo, o que suscita certas dúvidas em relação às condições em que foi escrita, esta última é uma obra que foi encomendada pela rainha D. Maria II. Foi o primeiro grande balanço oficialmente feito sobre as possessões portuguesas, cujo primeiro volume foi consagrado às ilhas de Cabo Verde e suas dependências²⁰ territoriais na costa fronteira.

Tem sido corrente, na Europa e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, incluindo o arquipélago de Cabo Verde, afirmar-se que os cabo-verdianos foram beneficiários dos “favores” do colonialismo português em África, principalmente, no que toca à educação, o que lhes permitiu fazerem parte da administração. Daí serem também considerados colonizadores como os portugueses, facto que para muitos cabo-verdianos era motivo de orgulho. Todavia, qualquer reflexão sobre as situações que rotulavam o cabo-verdiano como “assimilado”, “europeizado”, “o mais civilizado das colónias”, usufruindo de uma “cidadania plena” ou designado de “mestiço politicamente válido”, no século XX, como referem, por exemplo, Sérgio Neto ou Ivone Centeio, ou de um cidadão “lusu-tropical” como defendia Gilberto Freyre²¹, exige compreender todo o processo anterior marcado pelas grandes transformações económicas, sociais e culturais que

¹⁹ Cf. Edward W. Said, *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*, 2ª ed., Lisboa, Livros Cotovia, 2004, p. 18.

²⁰ Dependências das ilhas de Cabo Verde eram territórios da terra firme do continente africano, designados pela “Costa da Guiné), que estavam vinculados político e administrativamente ao arquipélago de Cabo Verde. Alguns autores da época em estudo também consideravam as outras ilhas de Cabo Verde como dependências da ilha de Santiago, capital da Capitania/Província de Cabo Verde.

²¹ Entre outras obras, ver *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, [1933] 1983 e *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, [1940] 1957.

ocorreram, principalmente, nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX, época charneira na reestruturação e na afirmação cultural e identitária cabo-verdiana.

Nesse período, os textos portugueses produzidos sobre os cabo-verdianos caracterizam-se por uma depreciação, inferiorização recorrendo-se à descrição dos seus hábitos e modos de vida relegada para a africanidade. Essa construção de uma visão negativa teve, pois, por base os projectos e práticas culturais cabo-verdianos, que estavam em processo de consubstanciação. Como acontece com todas as culturas²², a sua reestruturação é um fenómeno longo, continuado na actualidade e caminha para um futuro incerto como é característico das culturas mestiças.

Aparentemente, a imagem depreciativa e africanizada do cabo-verdiano, representada pelos forasteiros, estava directamente relacionada com a forte presença dos elementos das culturas africanas nos projectos e nas práticas culturais dos cabo-verdianos. Estes projectos e práticas parecem ser a assimilação dos elementos culturais europeus e africanos, embora em partes desiguais, o que levou à emergência de uma cultura cabo-verdiana. Os cabo-verdianos mantinham vivos traços culturais de raízes dos dois grupos, que mais tarde viriam influenciar a formação dos aspectos ditos “sincréticos”, na sociedade cabo-verdiana. Na verdade, pode-se dizer que a Cultura Cabo-Verdiana surgiu das imposições e resistências, memórias e esquecimentos, tanto das culturas africanas como das culturas europeias.

As formas de sociabilidade dos cabo-verdianos eram desvalorizadas pela existência de marcadores oriundos dos “negros africanos”. Aos olhos dos forasteiros, o cabo-verdiano encontrava-se cultural e biologicamente longe dos europeus. Era representado, para usar algumas formulações recorrentes nos textos, como proveniente de Negros, Cafres Selvagens e que, dispersos pelas montanhas, longe do olhar europeu, viviam num estado de Selvajaria, entregue às Práticas Gentílicas, Herdadas dos Antepassados Negros, tornando-se Supersticiosos, Ignorantes, sem (ou quase sem) religião, que ficavam satisfeitos com um pouco de milho, mandioca e aguardente, vivendo quase nus, cada um em suas choupanas, que desprezavam a língua portuguesa e falavam o “ridículo” crioulo. Ociosos, sem ambição, não se sabiam desenvolver, e sem arte, sem ciência, sem regra viviam na Barbaridade e Gentilidade como os negros da Guiné. Isto era mais grave nos cabo-verdianos, porque aparentemente eram (ou deveriam ser) todos cristianizados, e deviam possuir

²² No que respeita à noção de *Cultura* retoma-se a conceptualização antropológica proposta por Claude Lévi-Strauss, isto é, “um conjunto de sistemas simbólicos, no topo dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência, a religião”. Todos esses sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estas duas realidades estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros, cf. Claude Lévi-Strauss, “Introduction à l’oeuvre de M. Mauss”, Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie: précédé d’une introduction à l’oeuvre de Marcel Mauss*, 7e éd., Paris, Presses Universitaires de France, 1980, p. XIX.

todas a características e valores da civilização europeia. Estas categorias que classificavam o cabo-verdiano eram opostas aos valores cristãos/católicos que marcavam o homem europeu, e estavam inculcadas naqueles que representavam. Por isso, um dos principais objectivos da produção dos textos era desfrancizá-los, torná-los semelhantes aos portugueses de Portugal. Em geral, as ilhas de Cabo Verde apresentavam uma situação social e económica que a metrópole não podia permitir mas também este, do ponto de vista económico, político e socialmente não tinha grandes poderes de actuação.

No plano religioso, a vertente porventura mais sensível aos olhos e espíritos daqueles autores, os cabo-verdianos parecem ter adaptado o cristianismo [catolicismo] à realidade cabo-verdiana, isto é, integrando os rituais cristãos-católicos, recebidos dos europeus e africanos²³ e os elementos das religiões africanas, recebidos dos africanos, numa mesma cosmologia. As ilhas entregues a si mesmas tornar-se-ão cada vez mais isoladas e a população cada vez menos controlada e mais autónoma. Foram estas condições que possibilitaram o desenvolvimento e sobrevivência de um catolicismo próprio, cada vez mais autónomo daquele que professavam os portugueses/europeus. O catolicismo será praticado à maneira dos cabo-verdianos e o grau de instrução continuava a ser reduzido. Este facto constituía um problema sócio-religioso que se tornou alvo de crítica de todos aqueles “fiéis” servidores da Coroa portuguesa. Porém, era a Igreja, para além de olhos e mãos ou polícia do Estado, encarregada de instruir e civilizar aqueles insulanos, logo, quando decadente, arrastava atrás de si a “instrução”, esta que tanto se dizia faltar ao povo verdiano. Nas ilhas, a “instrução” era o papel quase exclusivo da Igreja, por isso estava intimamente ligada aos valores cristãos/católicos. Quando a Igreja não funcionava, não havia Instrução Pública, que segundo os forasteiros, constituía “um dos maiores males sofridos pelos cabo-verdianos”, pois, faltando instrução, faltava tudo, porque aos olhos destes homens, era a única que podia reger uma “sociedade civilizada”.

As categorias classificatórias escolhidas para caracterizar os cabo-verdianos não deixam de carregar consigo uma certa noção “primitivismo” que apareceu na Europa do século XVIII para distinguir níveis diferentes de desenvolvimento económico, social e cultural, que também acabou por servir dentro das próprias sociedades europeias ou mundo ocidental²⁴. O primitivo era, deste ponto de vista, oposto ao civilizado, coexistentes no tempo e próximos no espaço, mas representando níveis de desenvolvimento humano, cultural, social, produtivo e tecnológico

²³ Cf. *Infra: Pouco instruídos e ignorantes da religião.*

²⁴ Vide Colin Rhodes, *Le primitivisme et l'art moderne*, Paris, Ed. Thames & Hudson, 1997, p. 11; Hélène Clastres, “Primitivismo e ciência do homem no século XVIII”, *Discurso*, 13, USP, 1980, pp. 187-208.

completamente diferenciados²⁵. Esta oposição veio a ser consolidada com o Darwinismo Social, cuja tese principal derivava da luta pela sobrevivência em que só progrediam os mais aptos e fortes.

Perante uma sociedade com novos padrões biológicos e culturais – mestiços – parece haver continuidades e reprodução de certas categorias classificatórias dos séculos anteriores²⁶, principalmente do africano para representar o homem cabo-verdiano. O conjunto de marcadores antropológicos com que representavam o cabo-verdiano enquadra-se perfeitamente naquilo que Christian Marouby definiu como a “retórica da negatividade”²⁷.

Todas as representações construídas sobre os aspectos culturais cabo-verdianos eram feitas pela *autoridade*, política e cultural portuguesa/europeia, que, seguindo a perspectiva de Edward W. Said, seja ela qual for, não existe nada de misterioso ou natural, ela “forma-se, irradia-se, dissemina-se; é instrumental, é persuasiva; tem estatuto, estabelece cânones de gosto e valor; é virtualmente indiscernível de certas ideias que dignifica como sendo verdadeiras, de tradições, percepções e juízos que efectua, transmite e reproduz”²⁸. As “verdades” eram possuídas e legitimadas pela autoridade, que, a partir dos valores cristãos/católicos, olhavam para a cultura do Outro cabo-verdiano e classificavam-na como “desvio”, por não possuir uma característica portuguesa/europeia. Os autores das representações estavam dispostos e empenhados em devolver aos cabo-verdianos uma cultura e uma civilização europeia.

A situação geo-ecológica do arquipélago, de clima tropical seco, em frente à costa africana, virada para as Américas, e a caminho da Índia Oriental fez com que, a partir do século XV, o arquipélago se tornasse num ponto de entrada de pessoas, culturas, plantas e animais²⁹. Ao povoar as ilhas, a Coroa procurava apropriar-se da terra “recém-achada”, ao mesmo tempo que a sua posição estratégica servia de apoio à navegação, estabelecendo também a ligações a África, às Índias Orientais, à Europa e, nos séculos seguintes, às Américas.

Demograficamente inferiores, os europeus formavam o grupo social “dominante”, e agiam de acordo com as propostas das autoridades portuguesas, concretizando a colonização portuguesa. O

²⁵ Cfr. Christian Marouby, *Utopie et Primitivisme: Essai sur l'imaginaire anthropologique à l'âge classique*, Paris, Éditions du Seuil, 1990, pp. 100-102 e Kaija Tiainen-Anttila, *The Problem of Humanity: The Blacks in the European Enlightenment*, SHS/ Helsinki, Finnish Historical Society, 1994, pp. 37-39.

²⁶ A estes fenómenos, inspirado no *Orientalismo* de Edward W. Said, Christopher L. Miller definiu-os como “discurso africanista”; cf. Christopher L. Miller, *Blank Darkness: Africanist Discourse in French*, Chicago, University of Chicago, 1985, pp. 14-23.

²⁷ Cf. Christian Marouby, *op. cit.*, pp. 113 e ss.

²⁸ Cf. Edward W. Said, *op. cit.*, p. 22.

²⁹ Quando começou o povoamento em 1462, a intenção da Coroa [Portuguesa] era fazer um povoamento branco, à semelhança do dos Açores e da Madeira, mas como o clima não era propício aos europeus e por estas ilhas estarem próximas de costa e distante do reino e sem grandes recursos naturais, foi necessário recorrer à costa, à procura dos escravos e também de alguns homens livres não brancos (não europeus) para o povoamento.

grupo dos europeus era na sua maioria constituído por homens, que se envolvia com mulheres negras, escravas, dando origem ao homem mestiço: um novo tipo humano, nem branco nem preto, não só biologicamente mas também culturalmente diferente. Esse fenómeno de mestiçagem continua até aos dias de hoje.

Nos séculos XVIII e XIX, o mestiço, que consolidara a sua posição num grupo social intermédio materializou fortemente uma cultura intermédia, mesclada – produto das recomposições de culturas europeias e africanas. Nota-se que o fenómeno de mestiçagem neste espaço insular não foi só uma mistura biológica de dois ou mais povos distintos, pois foi também uma mistura de duas ou mais culturas distintas que deu origem a uma nova, a cabo-verdiana. Ora, seguindo a perspectiva adoptada por Serge Gruzinski, empregou-se o termo “mestiçagem” aqui para designar as misturas que ocorreram em solo cabo-verdiano nos séculos XV e seguintes entre “seres humanos, imaginários” e formas de vida, vindos do continente africano e europeu³⁰. Portanto, aceita-se que a emergência da sociedade cabo-verdiana foi fruto do cruzamento de povos vindos dos dois continentes que se enraizaram no espaço cabo-verdiano, sobrevivendo, numa primeira fase entre as “culturas-mães” até atingir a maturidade e definir-se com contornos próprios a cultura que se pode caracterizar de cabo-verdiana. Desse encontro resultou “confrontação e diálogo” que vai para além do biológico, ou seja, além dos cruzamentos genéticos e a produção de fenótipos como fenómenos físicos e cromáticos, houve também cruzamentos culturais, bem expoentes nos aspectos linguísticos, religiosos, por exemplo, como principais marcadores identitários. Contudo, a mestiçagem como um “fenómeno eminente diversificado e sempre em contínua evolução”, verificou-se na sociedade cabo-verdiana que “escapa a qualquer permanência, nunca chegando a termo, desencoraja[ndo] a qualquer tipo de definição”³¹. Sem que, no entanto, deixe de ser única e particular, com o seu trajecto histórico, social, cultural e identitário próprio.

Depois do encontro, o grupo mestiço, continua a crescer em força e a ganhar terreno/poder no seio administrativo, eclesiástico, económico e social da vida cabo-verdiana. O número de mestiços aumentou em tal proporção em relação ao total de habitantes que, pelo alvará de 20 de Outubro de 1620, se determinou que se degradassem para Cabo Verde as mulheres que se costumam degradar para o Brasil, a fim de que se extinga quanto possível a “raça dos mulatos”³². Contudo, no arquipélago de Cabo Verde, o fenómeno de *antimestiçagem e desmestiçagem*, que consistia em

³⁰ Cf. Serge Gruzinski, *La pensée métisse*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1999, pp. 56-57.

³¹ Vide François Laplantine, Alexis Nouss, *A mestiçagem*, Lisboa, Instituto Piaget, D.L., 2002, pp. 7-10.

³² O Alvará é do próprio rei Filipe III e foi retomado por José Conrado Carlos de Chelmicki, Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, 2 tomos, Lisboa, Typografia C.C da Cunha, 1841, Tomo II, pp. 330-31.

travar o aumento dos mestiços e da sua cultura, ou até eliminá-los, foi retomado no século XIX³³. Além da concorrência ao poder social, económico e administrativo que poderia pôr em causa a soberania portuguesa, aos mestiços eram associados um conjunto complexo de conotações simbólicas negativas, principalmente a sua africanidade.

Aos olhos desses forasteiros foram esses fenómenos e o continuado tráfico de escravos os principais factores que teriam “desviado” os cabo-verdianos de adoptar uma cultura portuguesa/europeia e de serem portugueses como os de Portugal. Com a presença das culturas africanas, estes habitantes das ilhas tinham mais opções a fazer e acabaram por adoptá-las de acordo com as circunstâncias e necessidades e readaptá-las às suas realidades consoante o meio geográfico, económico, social, político em que viviam.

À medida que o processo da formação de uma sociedade nova se consolida, com uma nova cultura, processo característico da expansão no Atlântico, consolida-se uma identidade cultural própria – a identidade crioula. Está-se perante um processo de criouliização, processo esse, que, seguindo a perspectiva de Jacqueline Knörr, não visava “superar identidades étnicas em contacto, mas sim a (re)construção de novas [identidades]”³⁴, nesse caso, a identidade crioula cabo-verdiana. Uma identidade que não se definia como uma substância, mas sim como um “estado instável que traduz a luta permanente travada” – numa “lógica de relações de forças” – entre os que se definem como cabo-verdianos e os que os definem como tal. A identidade se define, deste modo, como um afastamento ou como diferença. É também, segundo Jean-Loup Amselle, “o esquecimento das condições de produção social e política que funda a identidade e a etnicidade”³⁵. O modelo da formação da identidade cabo-verdiana pode ser caracterizado como um processo de interacção cultural e uma assimilação compulsiva, que não outorga um padrão bipolar: de “nós” *versus* “eles”,

³³ As tentativas de “branquização” foram sentidas na sociedade cabo-verdiana ao longo de vários séculos. Ainda em 1838, num “projecto” para que “os habitantes d’esta Provincia se tornem mais perfeitamente Portugueses, e semelhantes, ou iguais em cor”, o governador António Joaquim Pereira Marinho propunha uma “Ley” que penalizava todas as mulheres mulatas que vinham a ter filho ou filha preta, isto é, as mulatas não deviam ter filhos com os africanos negros. Segundo o mesmo governador, “n’este clima os filhos dos brancos com os mulatos, ficam geralmente brancos, sem signal algum de raça africana, e entãõ haverã huma maça de população branca [...]”. Mas nesse período, ou até mesmo desde dois séculos antes já era tarde demais para conseguir uma população “totalmente branca” no arquipélago de Cabo Verde. E mesmo, Portugal já não tinha forças para o conseguir, pois estava fragilizado, social, económica e culturalmente, sem poder para mudar a situação que já ia num estado (muito) avançado. Nesse período também se nota um alargamento e dispersão da população livre, até início do século XIX, com o povoamento de todas as ilhas povoáveis, conseqüentemente um aumento progressivo da participação dos mestiços na Administração e no seio clerical das ilhas; cf. AHU_SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 55, pasta 3, doc. 105, 11 de Dezembro de 1838.

³⁴ Vide Jacqueline Knörr, “Towards Conceptualizing Creolization and Creoleness”, *Max Planck Institute for Social Anthropology Working Papers*, nº 100, Halle/Saale, Max Planck Institute for Social Anthropology, 2008.

³⁵ Cf Jean-Loup Amselle, *Logiques métisses. Anthropologie de l’identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot, 1999, pp. 85 e 88 (tradução nossa).

mas sim um modelo flexível e fluído, baseado nos factores culturais e sócio-económicos que conduziram à criação de um novo padrão cultural – mestiço³⁶.

Os processos de mestiçagem e de criouliização constituíram um problema sócio-cultural, pelo menos, no período entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Sob a presença colonial portuguesa, o cabo-verdiano como fruto de uma já longa relação dos portugueses/europeus com africanos no arquipélago, deveria ter assimilado unicamente as formas culturais portuguesas/europeias, tanto nas práticas como na sua identidade. O direito histórico-cultural e identitário sobre o homem cabo-verdiano, alicerçado na primazia da ocupação, durante o período em estudo, foi constantemente reclamado pelos forasteiros nos textos portugueses. Ora, o cabo-verdiano recebeu elementos tanto da(s) cultura(s) portuguesa/europeias como das culturas africanas e transformou-os em algo novo, diferente dos iniciais. Surgiram nova(s) língua(s), novos hábitos e costumes, novas formas de organizar o espaço, e a religião católica foi integrada numa nova cosmologia. Segundo autores da época, os cabo-verdianos professavam uma espécie de catolicismo “desviante”, quer dizer, “ao modo gentílico”, principalmente na ilha de Santiago, cujas influências foram dos povos da costa africana, mas também de tradições judaico-cristãs que já não se praticavam em Portugal ou Europa, ou seja, práticas essas, contrárias à razão e que já não faziam parte dos povos ditos “civilizados”.

Além da tentativa da desconstrução desta imagética construída pelos forasteiros sobre o homem cabo-verdiano no período final do XVIII e primeira metade do século XIX, pretende-se, deste modo, com este estudo e a sua divulgação, quer na inovação do tema, quer pelas revelações que impõem uma nova leitura de alguns pontos das anteriores produções, não só historiográficas, mas também em outras áreas das ciências sociais e humanidades, contribuir, para uma melhor compreensão da dimensão histórica e sócio-cultural cabo-verdiana.

Para atingir as pretensões propostas, dividiu-se este trabalho em três capítulos. Tendo em conta que este estudo assenta nos discursos dos forasteiros, o primeiro foi dedicado à análise das fontes utilizadas para a sua edificação, tentando situar ideológica, social e culturalmente os textos e os seus autores. Foram divididos em dois grandes momentos. Num primeiro, marcadamente pelo carácter histórico-etnográfico-sociológico dos textos, que vai da Notícia do Anónimo à Dissertação de Lucas de Senna, e num segundo momento, que começa a partir dos anos vinte, marcado pelo carácter geo-político e administrativo, caracterizado pelas grandes transformações sociais e

³⁶ Cf. Peter Mark, *"Portuguese" Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press, 2002, pp. 22, 92 e ss.

económicas que Portugal atravessava e vai até aos Ensaios de Lopes de Lima, um estudo encomendado pela rainha D. Maria II.

No segundo capítulo apresenta-se o contexto das ilhas e suas representações nos textos dos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Contexto fundamental para perceber as representações que se faziam do cabo-verdiano. Por isso, na primeira parte deste segundo momento retrata-se o espaço e as formas de organização social. Aborda-se os antecedentes históricos das ilhas, isto é, o momento fundador, pondo em evidência a origem da colónia de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, fruto do encontro entre europeus e africanos. Ainda neste capítulo pretende-se mostrar qual era a estrutura social do período em estudo constituído por três grandes grupos: uma minoria branca, a maior parte por mestiços e negros. Este capítulo também visa mostrar a situação do arquipélago, através das suas relações de interdependência com a costa fronteira, que sempre existiu desde a ocupação das ilhas mas que foi reforçada pelos cabo-verdianos, e o seu estado de abandono e decadência³⁷ porque as ilhas tinham, nesta altura, pouca importância para a Coroa portuguesa. Porém, estas relações de interdependências e proximidades têm grandes consequências do ponto de vista mental e cultural nas representações das ilhas e dos cabo-verdianos. À chegada dos europeus, a costa já tinha sociedades com as suas próprias estruturas e formas de vida, ao passo que nas ilhas a ocupação começou com a chegada. Também não se pode deixar de referir, sobretudo, a forma como o Estado português organizou as suas instituições no arquipélago cabo-verdiano. Por isso, aqui procura-se pôr em evidência não só as insuficiências numéricas dos seus administradores mas como também culturais provocadas, principalmente, pelo clima adverso da ilha de Santiago e por ser a capital administrativa, mas também pelo próprio desinteresse e fragilidades do próprio Estado. Relativamente à Igreja, que foi a instituição que sempre acompanhou as presenças coloniais portuguesas, também se verificava um número frágil de religiosos que ali se instalam, ao mesmo tempo que a falta de financiamento e interesse por parte do Estado se reflectem nos religiosos e nas estruturas. Este desinteresse e abandono impossibilitavam a criação de estruturas necessárias do ponto de vista europeu para levar a bom termo a religião e a instrução.

³⁷ Neste período, a noção da decadência estava associada ao conceito da crise e vice-versa. O discurso da decadência dos forasteiros tinha uma grande incidência sobre a economia e a indústria, tendo em mente a decadência civilizacional como causa e consequência do mesmo estado. Como algo ocasional, conjuntural, podia ser superada com esforços de um colectivo num determinado espaço de tempo; cf. Maria R. Themudo Barata, "A noção de crise e a sua aplicação em História Moderna", *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX: actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa*, coord. de Sérgio Campos Matos, Lisboa, C.H.U.L., 2002, pp. 11-32.

O terceiro capítulo volve directamente ao cabo-verdiano representado em si, através dos seus marcadores culturais e identitários, que o identificam e, ao mesmo tempo, o diferenciam de quem o representa. Remete para a imagem do cabo-verdiano e das suas formas de vida – repercussões antropológicas do processo da mestiçagem ocorrido nas ilhas – construída pelos forasteiros. Este capítulo centra-se, sobretudo, na caracterização dos hábitos e costumes e nível de instrução do cabo-verdiano, tendo a religião como o expoente principal da sua inferiorização com grandes reflexos na e da instrução. Ainda nesta parte dá-se especial atenção aos marcadores como a alimentação, o vestuário e a habitação, que pela sua rudimentação e em alguns casos a sua ausência, com as suas conotações simbólicas, reduzia o valor do homem cabo-verdiano aos olhos dos forasteiros. A linguagem era uma das categorias antropológicas que inferiorizavam o cabo-verdiano. O uso da língua crioula e o desuso do português, que estava directamente ligado à instrução, afastavam-no do “comportamento civilizado”. Por fim, um sub-capítulo sobre a desvalorização das formas de produção e de trabalho cabo-verdianos. Os forasteiros tinham dificuldades em reconhecer a capacidade que os cabo-verdianos tinham para produção e o uso das técnicas, artes e regras no que faziam. Isto os aproximava do estado “selvagem ou natural”. Para além de fazer pouco devido à preguiça, quando faziam era sempre com imperfeição pela ausência da racionalidade e falta de vontade.

Para a reconstituição da imagem do cabo-verdiano por estes autores forasteiros, nos textos portugueses entre 1784 e 1844, não se isolou o arquipélago de Cabo Verde e o período em causa, nem se limitou a investigação sobre os autores e as fontes que compõem o *corpus* seleccionado, pois, houve necessidade de os relacionar com outros períodos e outros espaços que ajudam a perceber melhor a temática. Por exemplo o caso de S. Tomé e Príncipe ou outros espaços e períodos ajudam a melhor compreensão dessas representações. A própria génese da sociedade cabo-verdiana teve por base um contexto de várias ligações: humanas, espaciais, culturais, animais e vegetais. No período em apreço, a costa africana, Portugal e os outros espaços de influência portuguesa continuavam a ter grande importância nos aspectos judiciais, económico-social, político-administrativo e, não menos importante, cultural, principalmente no plano religioso cabo-verdiano, que mais marcou, directa ou indirectamente, o discurso sobre as ilhas de Cabo Verde e os cabo-verdianos. Igualmente é de ressaltar a importância que os estudos sobre estes mesmos espaços têm, dentro e fora do período aqui estudado, para uma melhor compreensão do arquipélago e das suas gentes.

1. **CORPUS DOCUMENTAL: TEXTOS E AUTORES**

Toda a documentação sobre a prática discursiva sobre o Outro cabo-verdiano que se utilizou neste trabalho foi produzida por um grupo particular de homens, quer em contacto directo com as ilhas e com os seus habitantes, quer a partir da utilização de informações fornecidas por terceiros. Todavia, mesmo para aqueles que interagiram socialmente com os cabo-verdianos, denota-se, através dos seus textos, que não pertenciam àquela realidade cultural, isto é, eram estranhos à cultura dos representados.

Todavia, para uma melhor percepção destes textos, é fundamental conhecer os horizontes culturais e as experiências pessoais dos seus autores e ter em conta as próprias transformações sociais dos séculos XVIII e XIX com a Europa a desempenhar um papel de primeiro plano. Para isso, tentou-se responder às seguintes interrogações: quem escreveu? O que escreveu? Quando e em que contexto escreveu? Porque escreveu? Quem foi o consumidor/destinatário do texto produzido? Qual a sua relação com outras produções? Ou ainda qual era o contexto da época em que foi produzido? Escreve Roger Chartier que, “ler um texto ou decifrar um sistema de pensamento consiste, pois, em considerar conjuntamente essas diferentes questões que constituem, na sua articulação, o que pode ser considerado como o próprio objecto da história intelectual”³⁸, e acrescenta-se, também cultural.

O período entre os finais do século XVIII e meados do século XIX foi marcado por grandes transformações sociais com o epicentro na Europa, mas que mudaram o mundo e a sua história. A Revolução Industrial passou a ser uma economia modelo, ao passo que a política e a ideologia recebem influências da Revolução Francesa. Ambas proveram uma nova era – a modernidade – uma nova forma de viver e de pensar o social. Estas transformações, principalmente ideológicas e políticas provocaram revoluções e mudanças científicas, inclusive na própria forma de pensar e classificar o homem e a sociedade. Marcadamente por ideias iluministas, a ciência tinha um papel principal de assegurar a heterogeneidade das sociedades, ao mesmo tempo que as políticas e ideologias apostavam na homogeneidade das mesmas. Este mesmo teve outros desenvolvimentos nos finais do século XIX, que por meio da antropologia física, provou a unicidade da estrutura física dos homens em relação aos restantes animais. Porém quaisquer caracteres somáticos que os identificavam como indivíduo ou como grupo legitimaram cientificamente, na Europa, as discriminações raciais e posteriormente a presença colonial nos espaços extra-europeu. Estes estudos, centrados no evolucionismo e Darwinismo Social permitiram classificar e hierarquizar cientificamente os espaços geográficos, as sociedades e os homens.

³⁸ Cf. Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 64-65.

Nas Américas verificava-se, em 1776, a independência das treze colónias americanas, por meio de acção revolucionária, que se transformaram em Estados Unidos da América do Norte, uma década antes do desencadeamento da Revolução Francesa na Europa, em 1789, que proclamou a Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Desta última revolução resultou a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Uma parte do mundo já vivia no “período das luzes” e na “contemporaneidade”.

A época também foi marcada, independentemente dos interesses, pelas lutas pela abolição do tráfico de escravos constantemente travadas em várias frentes. No caso português, um marco importante foi a proibição da importação do escravo em Portugal decretada por Marquês de Pombal em 1761. Recordar-se que nesta fase o alvo ainda era o tráfico de escravos e não a escravatura. Esta continua nos territórios portugueses por mais de um século. Entretanto, ambos os fenómenos estavam directamente ou indirectamente ligados às ilhas e sociedade cabo-verdianas.

Internamente o arquipélago cabo-verdiano na primeira metade do século XIX foi marcado por sucessivos confrontos e revoltas entre os órgãos de poderes administrativos, e entre estes e a população. No primeiro caso, havia uma separação pouco clara de poderes, e em vários momentos e situações houve acusações aos agentes administrativos, muitas vezes, também pelos elementos da própria administração. No segundo caso, pelo descontentamento dos habitantes. Das sucessivas revoltas populares tiveram o maior relevo as revoltas da Ribeira Grande (1811), da Ribeira dos Engenhos (1822), do Batalhão Açoriano (1835), da Achada Falcão (1840), entre outras; confrontos de grupos rivais, senhores do poder (económico), corrupção, conspirações, conflitos. Enquanto na metrópole se registava o confronto entre os Liberais e Absolutistas, e no Brasil a independência do mesmo (1822), surgiram “rumores” do desejo de Cabo Verde em unir-se a este país recém-independente, para juntos formarem uma Federação³⁹.

Do ponto de vista do *corpus* textual, consideram-se representativos, para o estudo em causa, os textos que se expõem a seguir, obedecendo à ordem cronológica das suas produções. Serão abordados, como exige a problemática das representações, “como totalidades, remetendo para múltiplos contextos e dimensões, e incorporando, num mesmo e indissolúvel plano, a realidade que é o objecto do texto e a organização lógica do próprio discurso, por outras palavras, a casca e o miolo da noz”⁴⁰. Todos os textos que aqui se vão apresentar foram impressos, porém, nem sempre na época em que foram produzidos. A sua grande maioria foi publicada ou republicada por António

³⁹ Vide p. 34.

⁴⁰ Vide Carlos de Almeida, *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do séc. XVI ao primeiro quartel do séc. XVIII)*, Julho de 2009. (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa), p. 27.

Carreira, e alguns por Orlando Ribeiro, pelo reconhecimento da sua importância para o conhecimento da história de Cabo Verde.

1.1. Da Notícia do Anónimo à Dissertação de Lucas de Senna

Pelo menos a partir das duas últimas décadas do século XVIII até por volta de 1820, início de uma grande transformação social e política em Portugal, a produção textual sobre Cabo Verde e os cabo-verdianos era marcadamente pelo carácter histórico-etnográfico-sociológico. Estes textos, constituíram a base para as produções textuais nos anos seguintes e ainda hoje sustenta as principais fontes para o conhecimento de toda a história do arquipélago.

Abre a cronologia e o *corpus* deste estudo a *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde e seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meus mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligencia de um Amante da Pátria e Leal Fiel Vassalo de Sua Magestade Fidelíssima – 1784*⁴¹, cuja autoria, segundo António Carreira, “parece pertencer a algum elemento do clero que tivesse exercido o seu múnus nas ilhas de Cabo Verde”⁴². Esse texto é mais conhecido pela *Notícia do Anónimo de 1784*. Ainda pode ser consultado o manuscrito que se encontra nos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

A *Notícia* foi publicada pela primeira vez em 1937 por Padre Ruela Pombo, na colecção “Inéditos Coloniais”, Série A, nº III, da Empresa da Revista Diogo Caão⁴³. Segundo António Carreira, esta por ter sido de limitada tiragem, desapareceu do mercado, e a sua consulta só era possível nas principais bibliotecas de Lisboa. Para além disso, ainda segundo Carreira, “a transcrição do texto, sem notas nem comentários, foi pouco cuidada e contém algumas inexactidões”, por estas razões, entendeu que se justificava uma nova edição comentada e com notas complementares, e assim o fez em 1985⁴⁴. É esta última edição que se vai utilizar para este trabalho.

⁴¹ *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos [...] – 1784*, apresentação, notas e comentários por António Carreira, Lisboa, Inst. Caboverdeano do Livro, 1985.

⁴² Vide António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos – 1784*, apresentação, notas e comentários por António Carreira, Lisboa, Inst. Caboverdeano do Livro, 1985, p. 7.

⁴³ *Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo-Verde... composta por Um Amante da Pátria, e Leal Vassalo de S. Magestade Fidelíssima*, [Ed. de Padre Ruela Pombo], Lisboa, Empresa da Revista Diogo Caão, 1937.

⁴⁴ Vide António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 7.

Este texto inaugura um conjunto de documentos, particularmente, sobre as ilhas de Cabo Verde, e é, talvez, o primeiro documento do tipo que descreve com uma certa minúcia a descoberta das ilhas, os grupos étnicos que participaram no povoamento e o papel que eles desempenharam na vida social do arquipélago cabo-verdiano, tudo num só texto. É sobretudo a vida social e, em parte, cultural retratada pelo *Anónimo* que interessa neste estudo.

Através do próprio título do texto pode-se ler: “*Notícias*”, o que indica algo novo, novidades, não necessariamente no sentido de acontecimentos recentes, mas novidades para a quem se destina. Não deixa de ser curioso o autor apresentar os “*sucessos mais memoráveis*”, o que indica acontecimento de longa duração e que persiste na memória, foram “*tirados de livros e papéis antigos*” como também indica o próprio título. No mesmo título, descreve o autor, que o estado do Bispado de Cabo Verde se achava na “última decadência”. Estas duas situações mostram a ponte entre o passado e o presente (1784) e uma perspectiva para o futuro, pois o autor apresenta “algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento” do mesmo bispado que se achava decadente. As ilhas tinham acabado de passar por uma grande estiagem, a de 1774 e 1775, cuja população ficou reduzida a menos de metade. Vários autores, inclusive os da época defendiam que também os vinte anos da Companhia de Grão-Pará e Maranhão deixaram as ilhas num péssimo estado, tão fragilizadas que nem sequer podiam ter qualquer reacção às calamidades naturais que vieram a seguir⁴⁵.

Foi, assim, a *Notícia* a primeira “denúncia” minuciosamente feita sobre o arquipélago cabo-verdiano e os seus habitantes (tanto os naturais como os homens que nelas labutavam ou simplesmente faziam escalas). O autor enumera e condena os conflitos que havia entre os agentes das autoridades e os civis, assim como a oposição de alguns Bispos e Cabidos, estes constituídos por Cónegos naturais e reinóis. A pergunta que se segue é: será esse o motivo do anonimato, pelo facto de ter representado a “real situação” das ilhas? Não se pode responder a essa pergunta só com a leitura da *Notícia*. Muito citada pelos historiadores que debruçaram sobre a temática *ilhas de Cabo Verde* mas nenhum deles se preocupou em saber quem é realmente o autor como às vezes acontece com outros textos anónimos sobre outras temáticas e espaços. Se realmente o Anónimo de 1784 pertencia aos agentes das autoridades, deve ter outros textos nos arquivos oficiais, e provavelmente assinados. Contudo, pensa-se que seria importante conhecer melhor o autor de um dos mais importantes documentos para a história de Cabo Verde, pelo menos, até finais do século XVIII. Conhecer melhor o autor seria conhecer melhor o seu texto.

⁴⁵ Cf. António Carreira, “Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social, Lisboa*, nº 16, Julho – Dezembro, 1985, pp. 63-88.

Já no final do século, em 1797, surgiu o *Ensaio político sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à História Filosófica das mesmas*, por João da Silva Feijó, “naturalista encarregado por Sua Magestade do exame físico das ditas ilhas”⁴⁶, assinado pelo naturalista brasileiro João da Silva Feijó. Este foi encarregado por “Sua Magestade” do exame “philosophico” das ilhas de Cabo Verde. O *Ensaio Político* foi publicado, primeiramente, em *O Patriota: jornal literário do Rio de Janeiro*, no nº 5, em Novembro de 1813; e depois nas “Memórias Económicas” da Academia das Ciências de Lisboa, sob o título de *Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde – 1797*⁴⁷, Tomo V, em 1815. Esta última versão apresenta significativas alterações em relação à primeira.

Estas duas publicações e mais alguns textos do mesmo autor relativos ao arquipélago de Cabo Verde como: as “Memórias: tiradas do Ensaio Filosófico e Político sobre as ilhas de Cabo Verde, escrito e oferecido à Real Academia das Ciências por João da Silva Rego [Feijó], naturalista que foi encarregado do serviço de S. Mag. do exame das mesmas ilhas, 1797”⁴⁸, a “Memória sobre a Urzela de Cabo Verde”⁴⁹, com a 1ª edição em 1815, e, por último, a “Memória sobre a Fábrica Real do Anil na Ilha de Santo Antão”⁵⁰, foram todos reeditados por António Carreira, em 1986, numa colecção com o título de *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*⁵¹. São estas últimas reedições que se vão utilizar neste trabalho.

Antes do *Ensaio* (1797), João da Silva Feijó tinha escrito, sobre as ilhas, talvez o primeiro texto do autor sobre o arquipélago, o *Itinerario f[i]losofico que contem a rellacção das ilhas de*

⁴⁶ João da Silva Feijó, “Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de plano à História Filosófica das mesmas”, por João da Silva Feijó, “naturalista encarregado por Sua Magestade do exame físico das ditas ilhas”, [1ª ed. 1813], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 1-26.

⁴⁷ João da Silva Feijó, “Ensaio Económico sobre as ilhas de Cabo Verde, em 1797”, [1ª ed. 1815], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 1-25.

⁴⁸ João da Silva Feijó, “Memórias: tiradas do Ensaio Filosófico e Político sobre as ilhas de Cabo Verde, escrito e oferecido à Real Academia das Ciências por João da Silva Rego [Feijó], naturalista que foi encarregado do serviço de S. Mag. do exame das mesmas ilhas, 1897”, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 27-33.

⁴⁹ Vide João da Silva Feijó, “Memória sobre a Urzela de Cabo Verde” [1ª ed 1815], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 35-43.

⁵⁰ João da Silva Feijó, “Memória sobre a Fábrica Real do Anil na Ilha de Santo Antão”, [1ª ed. 1885], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 45-56.

⁵¹ Vide *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986.

*Cabo Verde disposto pelo methodo epistolar, dirigidas ao[...] Senhor Martinho de Mello e Castro pello Naturalista Regio das mesmas ilhas João da Sylva Feijó*⁵², que data 1783.

O “Itinerário filosófico” de João da Silva Feijó compõe-se de cartas, dirigidas ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Estas cartas foram escritas logo à chegada de Feijó às ilhas; segundo o mesmo, foram as suas “primeiras observações” sobre as ilhas. Observações estas que, além da viagem que relata, deviam ter sido feitas por terceiros, informadas pessoalmente ou tiradas a partir dos documentos oficiais, os quais teria acesso facilmente. Todas aquelas cartas foram redigidas a partir da ilha Brava a poucos dias de ter chegado ao arquipélago, o que pode significar que o autor não terá observado o que escreveu a não ser através de alguns agentes administrativos e documentos produzidos pelos mesmos. Nas cartas dirigidas ao Ministros, Feijó relata a viagem que fez de Lisboa ao arquipélago de Cabo Verde; as “primeiras observações” sobre a “situação geográfica”, depois retratou sobre o “clima, as doenças, os medicamentos que servem os seus habitantes, o costume e o character deles”, e finalmente o descobrimento das ilhas⁵³. Todavia, todas estas e outras matérias viriam a ser tratadas no “*Ensaio Político*” de 1797, que representa, assim, o grande balanço da experiência de Feijó nas ilhas, o que também coincide com o fim da sua viagem no arquipélago de Cabo Verde.

João da Silva Feijó nasceu no Brasil, Rio de Janeiro, em 1760 e faleceu em 1824 no Ceará, onde também tinha sido a sua área de actuação como naturalista. Bacharel em matemática e naturalista pela Universidade de Coimbra, “pertence ao número de portugueses nascidos no Brasil que se formaram na Universidade Reformada”⁵⁴. Foi discípulo de Domingos Vandelli⁵⁵ na mesma Universidade. No Rio de Janeiro foi sargento-mor e coronel de Corpo de Engenheiros e chegou a exercer cargo de Professor na Academia Militar da mesma cidade⁵⁶. Em Cabo Verde, o naturalista foi encarregado pelo ministro Martinho de Melo e Castro de fazer o Exame e História Natural das ilhas e ocasionalmente exerceu o cargo de Secretário do Governo da Capitania de Cabo Verde,

⁵² Vide João da Silva Feijó, *Itinerario fl[ilosophico que contem a rellacção das ilhas de Cabo Verde disposto pelo methodo epistolar, dirigidas ao... Senhor Martinho de Mello e Castro pello Naturalista Regio das mesmas ilhas João da Sylva Feijó*, BNL, [1783], (Microfilme) F.R. 436.

⁵³ Cf. idem, *ibidem*.

⁵⁴ Cf. Luís Arruda e Maria Estela Guedes, “João da Silva Feijó, naturalista brasileiro em Cabo Verde”, *As Ilhas e o Brasil [VI Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas]*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico Região Autónoma da Madeira (org.), Funchal, CEHA, 2000, pp. 509-524, p. 509.

⁵⁵ Nome aporuguesado de Domenico Agostino Vandelli, foi um naturalista italiano que viveu entre 1735 e 1816 e foi responsável pelo desenvolvimento da História Natural e Química em Portugal, nos finais do século XVIII e inícios do XIX, cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 34, Rio de Janeiro, Enciclopédia, 1936-1960, pp. 109-110.

⁵⁶ Vide António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, p. XXVI.

escrivão da Matrícula de Gente de Guerra e Sargento-mor da Cidade de Ribeira Grande⁵⁷. Estas funções que desempenhou também lhe poderiam dar acesso aos documentos oficiais, possivelmente utilizado também no *Ensaio*.

Segundo Luís Arruda e Maria Estela Guedes, João da Silva Feijó veio para Coimbra, porque no Brasil setecentista não havia universidade, faltavam escolas e não se publicavam jornais e os livros na sua maior parte estavam proibidos, e que para além disso, sobejavam motivos de descontentamento entre os portugueses nascidos na colónia americana, excesso de impostos, cargos relevantes atribuídos apenas aos metropolitanos, etc. Por outro lado, verificava-se a independência das colónias americanas e desencadeava-se a Revolução Francesa (1789) na Europa com os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade⁵⁸. O período era das Luzes e das reformas. Foi neste contexto que o então jovem naturalista, com apenas 23 anos, foi nomeado, a 3 de Janeiro de 1783, pelo ministro Martinho de Melo e Castro, interessado na criação em Lisboa de um Museu de história natural, no qual deveriam fazer parte os produtos das possessões africanas e brasileiras, para a missão nas ilhas de Cabo Verde. O ministro Martinho de Melo e Castro foi um dos precursores do aparecimento do Naturalismo português.

Para além da viagem de João da Silva Feijó a Cabo Verde, no mesmo período houve outras viagens para as outras possessões portuguesas, nomeadamente, de Joaquim José da Silva a Angola, de Manuel Galvão da Silva à Baía, ou Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazónia. Porém, segundo Luís Arruda e Maria Estela Guedes a de Feijó é a menos conhecida⁵⁹. Estas viagens foram designadas por “viagens filosóficas”.

As viagens filosóficas realizadas nos finais do século XVIII tinham uma função utilitarista e económica⁶⁰, a de Feijó era claramente um exemplo. Pois, estando na ilhas, para além de mandar os produtos das ilhas para a metrópole, ocupou-se em descrever as ilhas, o clima, o relevo, os minerais, os animais, a população, as manufacturas e artes, o comércio, a cultura (de plantação), a arquitectura e materiais de construção, a guarnição e governo, costumes do povo, a moral e a religião praticada pelos habitantes, isto é, ele descrevia tudo o que o Governo precisava saber para

⁵⁷ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 48, doc. 11, 20 de Janeiro de 1793; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 49, doc 17, 11 de Junho de 1795.

⁵⁸ Vide Luís Arruda e Maria Estela Guedes, *op. cit.*, p. 509.

⁵⁹ Cf. *idem, ibidem*, p. 511.

⁶⁰ Vide Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos”, *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, (Supl.), 2001, pp. 823-838.

governar e para saber o que estava a governar⁶¹. Não se sabe ao certo a data exacta da chegada nem quando Feijó deixou Cabo Verde. Mas os documentos comprovam a sua presença no arquipélago desde o ano 1783 até 1797.

Apesar de Feijó, durante a sua missão, o que também acontecia com os outros naturalistas contemporâneos, estar sempre em correspondência com o então Ministro de Ultramar Martinho de Melo e Castro, também nos primeiros anos devia “sempre empregar-se debaixo da direcção do Rev.mo Bispo D. Fr. Francisco de Sam Simão⁶²”, o então bispo de Cabo Verde. Feijó precisava de uma “pessoa de maior idade, e de mais conhecimentos do mundo”, e das ilhas de Cabo Verde em particular, “que fosse pouco a pouco dando-lhe a conhecer, quâes deviaõ ser os seos verdadeiros cuidados, e quâes podiaõ ser os seos precipicios”⁶³. Com a morte deste prelado Feijó ficou sob tutela do então governador António Machado de Faria e Maia⁶⁴ e teve que enfrentar vários problemas; causou “escândalos” e foi alvo de repressão por parte habitantes, do governador e do próprio ministro que o nomeou para a missão⁶⁵.

Apesar de ter um “trabalho de campo” de catorze anos, nota-se que Feijó foi beber em outros escritos que tinha sido produzidos sobre as ilhas antes dele, o que aconteceu também nos anos

⁶¹ Cfr. Luís Arruda e Maria Estela Guedes, *op. cit.*, pp. 511-515; Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais [...]”, *op. cit.*, p. 825.

⁶² D. Frei. Francisco de S. Simão, franciscano da província de S. António dos capuchos, eleito bispo de Cabo Verde em 1778, o 18º bispo de Cabo Verde, sucessor de D. Fr Pedro Jacinto Valente. Chegou ao bispado em 1781, tendo feito escala em S. Nicolau e só depois foi para a vila da Praia, cinco meses depois. Em 1782 visitou as ilhas de Brava, Fogo, Maio, S. Nicolau e S. Vicente. Pela carta régia de 16 de Novembro do mesmo ano foi nomeado pela rainha D. Maria I governador interino de Cabo Verde. Tomou posse a 25 de Abril de 1783 e fixou a residência na Ribeira da Prata, onde morreu a 10 de Agosto do mesmo ano, vítima de *doença da terra*, cfr AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx 42, doc 3 e 4, 22 de Fevereiro de 1784; José Conrado Carlos de Chelmicki, Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, 2 vols, Lisboa, Typografia C.C da Cunha, Costa do Castello Nº 15, 1841, Tomo II, pp. 187 e 188; Fortunato de Almeida, *História da igreja em Portugal*, Nova ed., vol. II e III, preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense, 1967-1971, vol. III, p. 607; Henrique Pinto Rema, “Cabo Verde”, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, coord. Ana Maria Jorge, [et al.], Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 280-284, p. 281.

⁶³ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 43, doc. 35, 8 de Julho de 1786.

⁶⁴ António Machado de Faria e Maia foi nomeado governador das ilhas de Cabo Verde a 23 de Agosto de 1784, tomou posse a 1 de Abril de 1785. Foi mais um governo atribulado, cheio de intrigas, queixas acusações. O governador António Machado de Faria e Maia queixava-se constantemente de estar a sofrer moléstias das ilhas e que muitas vezes o deixava inactivo e temia bastante que estas moléstias o levasse para a sepultura, “o que desarranjaria bastante os interesses particulares de um sobrinho e dois irmãos, pois, talvez, não podem recolher a metade do meu espolio devido á confusão lastimosa, e as aves de rapina que abundam naquelas ilhas [...]”. Quando terminou o governo, em 1788, foi o próprio a representar e a pedir o envio do seu sucessor, cfr. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 42, doc 36, 23 de Agosto de 1784, cx 43, doc 11 15 de Abril de 1786, cx 44, 9 de Maio de 1788.

⁶⁵ Cfr. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 43, Doc. 35, 8 de Julho de 1786; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné: memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Vol. II, 1750-1833, 2ª ed., apresentação, notas e comentários de Daniel A. Pereira, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, pp. 88-89; Luís Arruda e Maria Estela Guedes, *op. cit.*, p. 513.

seguintes com o seu *Ensaio*, (caso do António Pusich, assunto do qual se falará mais abaixo). Numa correspondência encontrada nos arquivos do Rio de Janeiro, nos anos 1960, por António Carreira, apenso aos trabalhos de Feijó, porém de assinatura ilegível, aquele afirma ter lido o diário de Galvão (possivelmente António Galvão, governador Cabo Verde entre 1663 e 1667) e admitiu ter copiado alguns parágrafos “como o seu pai os pariu”⁶⁶. Todavia, o “*Ensaio*” representa, de certo modo, um balanço da sua missão a Cabo Verde. Problemas, escândalos, cópia de textos dos autores anteriores sem os citar não invalidam o contributo de Feijó para o conhecimento da história do arquipélago cabo-verdiano e, principalmente, da vida social, económica e cultural dos seus habitantes nos finais do século XVIII através da leitura (cuidada) dos textos que produziu nessa época.

Pela “obrigação do fiel vassalo que é e grato aos benefícios” que tem recebido de Sua Alteza Real obriga, por volta de 1806, o ex-Feitor da Fazenda Real José António Pinto a “dar-nos uma notícia das terras [ilhas de Cabo Verde e Guiné]” em que teve a honra de comandar, representando o “carácter que as domina”. A “notícia” cujo marco cronológico se iniciara a 4 de Maio de 1793, dia em que chegou a Bissau e até 1797, fim da sua missão, é também consagrada às ilhas de Cabo Verde. O documento intitula-se “Relato do feitor da Fazenda Real, em Bissau, que serviu como subalterno em Cabo Verde, de 1795 a 1797”⁶⁷, apresentado, anotado e comentado por António Carreira, editado em *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*⁶⁸.

Não tendo muitas referências sobre este autor, confia-se no que diz António Carreira, mesmo sem citar as fontes. Segundo Carreira, José António Pinto foi um oficial do exército, nomeado Capitão-mor e Provedor da Fazenda Real da ilha de Bissau, tendo tomado posse no dia 4 de Maio de 1793 e ocupou o cargo até ao segundo semestre de 1795, período em que passou como subalterno às ilhas de Cabo Verde até 1797; depois da missão, regressou a Portugal e redigiu o seu “Relatório” nove anos depois, isto é, aproximadamente em 1806. Deduz-se, também por Carreira, esta data a partir de um trecho da parte final do “*Relato*” em que diz o seguinte: “esta observação e

⁶⁶ Vide António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) [...]*, *op. cit.*, p. XXXV.

⁶⁷ Vide José António Pinto, “Relato do feitor da Fazenda Real, em Bissau, que serviu como subalterno em Cabo Verde, de 1795 a 1797”, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*, Apresentado por António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1983, pp. 156-205, p. 157.

⁶⁸ Vide *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*, Apresentado por António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1983.

sentimentos já têm de idade 9 anos”, ou seja, 9 anos depois de 1797 corresponde aproximadamente a 1806⁶⁹.

Durante as pesquisas que se fizeram no AHU, encontraram-se duas referências sobre José António Pinto, entretanto, fora das duas datas em que situa o *Relato*: uma é de 1789 em que este suplica na condição de Ajudante do N° 1 do Regimento da Cidade da Ribeira Grande das Ilhas de Cabo Verde e Coronel do mesmo Regimento⁷⁰, e a segunda é de 1807, referida pelo Governador D. António Coutinho de Lencastre como Comandante de Cacheu⁷¹. Porém, não se encontrou dados suficientes para afirmar que se trata da mesma pessoa. Contudo, o *Relato* de José António Pinto que se refere aqui aborda os dois sítios onde o mesmo diz ter laborado: o primeiro a ilha de Bissau e, em segundo lugar, as ilhas de Cabo Verde. É, sobretudo, sobre este último que interessa a este estudo.

Numa primeira abordagem, o autor “relata” sobre as ilhas de Cabo Verde e a sua capital em geral. Retrata: a Guarnição Militar; a Fazenda Real; a Panaria; o Comércio Geral e Contrabando; a Pecuária; a Purgueira; a Divisão Eclesiástica; a População e os seus costumes; os Produtos agrícolas e, por último retrata, em particular, as ilhas de Fogo, Brava e “outras” do mesmo arquipélago. O *Relato* do ex-Feitor parece, assim, fruto de uma experiência vivida e vista de perto, relatada na primeira pessoa e que contribui, particularmente, para o conhecimento da história do arquipélago nos finais setecentistas.

Ao comando do brigue de guerra *Dragão*, António Pusich fez a sua primeira viagem às ilhas de Cabo Verde, em 1798, a mando da Coroa portuguesa para ir receber as “produções naturais” das ilhas. Ao regressar a Lisboa em 1801, foi promovido a capitão-de-fragata e simultaneamente nomeado Intendente da Marinha das ilhas de Cabo Verde, cargo esse criado propositadamente para ele e com total independência em relação ao governador de Cabo Verde, na altura Marcelino António Basto⁷². Desempenhou os dois cargos em simultâneo nas ilhas, com residência na ilha de São Nicolau, até 1811.

⁶⁹ Cfr António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*, Apresentado por António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1983, p. 141; José António Pinto, *op. cit.*, p. 198.

⁷⁰ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 45, doc. 2, 10 de Janeiro de 1789.

⁷¹ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 58, doc. 23, 26 de Agosto de 1807.

⁷² Nomeado para o cargo de capitão e governador-geral de Cabo Verde a 03 de Agosto de 1796, Marcelino António Basto tomou posse a 28 de Outubro do mesmo ano e governou até à sua morte a 29 de Novembro de 1802. Foi governador entre 1796-1802. Sucedeu a Francisco José da Silva Maldonado d’Eça que morreu três meses depois de ter tomado a posse. Antes da nomeação como governador de Cabo Verde, Marcelino António Basto fora nomeado escrivão da Fazenda Real em 1789 e confirmado no posto de Sargento-mor da Cavalaria em 1792, desempenhou cargo de Capitão da Forte de São Brás da cidade da Ribeira Grande, um dos que guarnecia cidade. Em 1794 foi promovido a Coronel de Cavalaria auxiliar que guarnecia as mesmas ilhas e capitão-mor comandante da praça da vila da Praia, cargos que ainda desempenhava em 1796. De entre todos os governadores de Cabo Verde no período em estudo

António Pusich era natural de Ragusa, cidade da Ilíria (na actual Itália). Estudou medicina, matemática, direito comercial e público e agricultura. No comércio nos portos de Mediterrâneo, conheceu em Turim o representante de Portugal, Conde de Linhares que influenciou muito na sua vinda a Portugal. Pusich, antes de ser promovido a capitão-de-fragata e nomeado Intendente da Marinha das ilhas de Cabo Verde, pouco tempo após a sua chegada a Lisboa, foi nomeado, em 1791, segundo-tenente da Armada Real e, ao mesmo tempo, escudeiro e cavaleiro fidalgo da Corte. Além disso, serviu continuamente nas fragatas ao serviço de Portugal com as suas viagens e conhecimentos. Depois de quase 50 anos entre Portugal, Cabo Verde, Brasil, acabou por falecer em Lisboa, em 1838⁷³.

O seu primeiro escrito, de que se tem o conhecimento, sobre as ilhas de Cabo Verde foi justamente sobre S. Nicolau, a ilha onde residia enquanto desempenhava funções administrativas, intitulado: “*Ensaio físico e político da Ilha de S. Nicolau, 1803*”⁷⁴, o manuscrito foi publicado, primeiramente, nos *Anais do Conselho Ultramarino – Parte não Oficial, II Série*, em 1860. Foi reeditado com notas e comentários por Orlando Ribeiro, na revista *Garcia de Orta, J.I.U.*, vol. IV, nº 4, em 1956. É esta edição que se vai utilizar neste estudo. O mesmo texto, ainda pode ser consultado em (duas) versões manuscritas que se encontram no AHU⁷⁵.

Já no término da comissão em Cabo Verde, António Pusich produziu um outro texto, desta vez abrangendo todas as ilhas, sob o título de: “*Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo Verde*”⁷⁶. Tanto Orlando Ribeiro como António Carreira datam esse texto como de 1810, porém, existe uma cópia manuscrita no AHU que data de 1810⁷⁷ e uma no IAN/TT que data de 1809⁷⁸ e, possivelmente haverá mais cópias, e com datas diferentes nos mesmos e outros arquivos. Também este texto foi publicado nos *Anais do Conselho Ultramarino – Parte não Oficial, II Série*,

Marcelino António Basto foi o que governou como menos sobressaltos; com grande ajuda da natureza, pois durante a sua governação as ilhas não sofreram grandes secas e fomes. Morreu a 29 de Novembro de 1802; cfr AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 49, doc 27, 03 de Agosto de 1796, doc. 38, 28 de Outubro 1796; Caixa 54, doc 1, 8 de Janeiro de 1803; Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, pp. 102, 119, 122-23, 137 e 146.

⁷³ Vide Orlando Ribeiro, “As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX”, *Garcia de Orta, Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar*, IV (4), 1956, pp. 605-634, p. 606; António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 18 e 19.

⁷⁴ Cf. António Pusich, “Ensaio físico e político da Ilha de S. Nicolau, 1803”, publ. por Orlando Ribeiro, “As Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, pp. 628-634.

⁷⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, docs. 71 e 72.

⁷⁶ Vide António Pusich, “Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo Verde”, 1810, *Anais do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial*, Lisboa, 1860-1861 e Ribeiro, Orlando, “As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX”, *Garcia de Orta, Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar*, IV (4), 1956, pp. 605-634.

⁷⁷ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 59, doc. 38.

⁷⁸ Cf. IAN/TT, *Junta do Comércio. Comércio em grosso*, Maço 62, cx. 203.

em 1860 e foi também reeditado com notas e comentários por Orlando Ribeiro, na revista *Garcia de Orta*, J.I.U., vol. IV, nº 4, em 1956. É esta última edição que se vai utilizar para este estudo. Tanto o texto sobre a ilha de S. Nicolau como o texto sobre as outras ilhas são muito parecidos em termos de matérias retratadas, e ambos parecem ter sido copiados directamente do *Ensaio* de João da Silva Feijó. Segundo António Carreira, António Pusich copiou-o quase integralmente, sem o citar. Mas este último teve o seu mérito “porque fez alguns acrescentos e ajustamentos ao texto de Feijó, que muito valorizaram e enriqueceram”⁷⁹. Mas não deixa de ser constrangedor, já que António Pusich nem sequer fez qualquer referência a João da Silva Feijó e muito menos em que situação encontrou e apresentou aquele texto em seu nome ainda com o “verdadeiro” autor vivo.

Terminada a missão e extinguido o cargo de Intendente da Marinha, Pusich foi promovido a Capitão-de-mar-e-guerra, em 1811. Mas António Pusich ambicionava ser governador das ilhas de Cabo Verde⁸⁰, e antes de ser nomeado para o cargo em 1818, a partir do Rio de Janeiro escreveu uma série de “Memórias”, “dissertações” e outros textos, inclusive nestes textos apresentava “providências”, nos quais pretendia mostrar que tinha um amplo conhecimento daquelas ilhas e suas dependências. Destacam-se dois exemplos, a “*Dissertação dos Reais Rendimentos e da sua Administração nas ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento*” (1817)⁸¹ e a “*Memória de algumas providências que me parecem necessárias e úteis para as ilhas de Cabo Verde, e para Bissau e Cacheu*” (1818)⁸². Ambos os manuscritos se encontram no AHU⁸³, mas também foram editados, pela primeira vez, em *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, por António Carreira⁸⁴.

Finalmente, António Pusich foi nomeado capitão e governador-geral de Cabo Verde a 6 de Fevereiro de 1818, concretizando, assim, um desejo mostrado há muito tempo⁸⁵. Contudo, o seu governo decorreu com uma série de intrigas, proclamações, queixas, até que foi demitido do cargo

⁷⁹ António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. XXXIII.

⁸⁰ António Pusich fez várias súplicas e implorava à V.A.R. a graça de lhe conferir o Governo das ilhas de Cabo Verde, ou a ilha de Santa Catarina (Brasil), “ou aquelle outro, que fosse mais do seu real beneplacito/auto agrado”, cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. Doc. 60-A e cx. 60, doc. 23, Cópia Nº 1.

⁸¹ Vide António Pusich, “Dissertação dos Reais Rendimentos e da sua Administração nas ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento (1817)”, *Descrições oitocentistas [...]*, *op. cit.*, pp. 125-132.

⁸² Cf. António Pusich, “Memória de algumas providências que me parecem necessárias e úteis para as ilhas de Cabo Verde, e para Bissau e Cacheu (1818)”, *Descrições oitocentistas [...]*, *op. cit.*, pp. 133-138.

⁸³ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 64, doc 50 e cx. 65, docs. 7 e 44, respectivamente.

⁸⁴ Vide *Descrições oitocentistas [...]*, *op. cit.*

⁸⁵ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 65, Doc. 3, Rio de Janeiro 6 de Fevereiro de 1818.

em Abril de 1821, já perto do final do “mandato”⁸⁶. Enquanto governador de Cabo Verde, foi presidente da Junta da Real Fazenda e do Melhoramento de Agricultura.

Também fazem parte deste *Corpus*, três textos de Aniceto António Ferreira, todos publicados por Carreira na *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*. De nome completo Aniceto António Ferreira Álvares Mendes, optou por assinar apenas Aniceto António Ferreira. Este, segundo António Carreira, deveria ser reinol oriundo dos Açores que aportou nas ilhas de Cabo Verde e se fixou na ilha de Boavista onde constituiu família e deixou larga descendência. Todavia, Carreira não especificou o ano exacto nem em que condições chegou Aniceto Ferreira ao arquipélago, apenas situou a sua chegada, mesmo sem certeza, no período de dominação da Companhia Grão-Pará e Maranhão, isto é, entre 1756 e 1770⁸⁷.

Através de uma leitura cuidada dos textos do mesmo Aniceto Ferreira e do cruzamento com outros documentos pode-se afirmar que este chegou às ilhas por volta de 1769. Na “*Memória dos artigos e produções das Ilhas de Cabo Verde [1804]*”⁸⁸, Aniceto Ferreira que diz havia estado 35 anos nas ilhas de Cabo Verde e 16 como capitão de Boavista⁸⁹. A *Memória* é assinada mas não datada, todavia, segundo um ofício do mesmo autor, que data 1789, este tomou posse como comandante da ilha de Boavista a 14 de Fevereiro de 1788, portanto, 16 anos depois seria 1804 e então pode-se concluir que esta última versão⁹⁰ da *Memória* foi escrita neste ano e 35 anos antes estaríamos aproximadamente no ano de 1769⁹¹.

Aniceto António Ferreira desempenhou cargo de Juiz e Feitor da Fazenda logo nos primeiros anos a seguir à sua chegada ao arquipélago. Mas as actividades nas ilhas nas quais teve mais destaque foi no comércio, na exploração de salinas, na agricultura e criação de gado, actividades estas desempenhadas principalmente na ilha de Boavista. Dezanove anos depois foi promovido a posto de capitão-mor, comandante da ilha de Boavista pelo então governador António Machado de Faria e Maia, no qual tomou posse, como já se disse, no dia 14 de Fevereiro de 1788. Na mesma ilha desempenhou o cargo de Comandante, Feitor, e Almojarife da Real Fazenda⁹². Os textos deste

⁸⁶ Cfr. Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, pp. 225 e 228; Orlando Ribeiro, “As Ilhas de Cabo Verde [...]” *op. cit.*, pp. 607-608.

⁸⁷ Cf. António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Descrições oitocentistas [...]*, *op. cit.*, pp. 10 e 11.

⁸⁸ Vide Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções das Ilhas de Cabo Verde [1804]”, *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 61-71.

⁸⁹ Cf. *Idem, ibidem*, p. 62.

⁹⁰ Última versão porque existe no AHU uma versão que data Lisboa: 10 de Outubro de 1803, cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, doc. 54, Lisboa 10 de Outubro de 1803.

⁹¹ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 45, Doc. 3, 17 de Janeiro de 1789.

⁹² Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 45, Doc. 3, 17 de Janeiro de 1789.

autor giram à volta da sua área de actuação, ou seja, estão relacionados com as actividades de que se ocupava.

Dos textos de Aniceto António Ferreira só se tem notícia a partir do início do século XIX, isto é, em pleno comando da ilha de Boavista. Não são muito claras as datas dos mesmos mas crê-se, e de acordo com os manuscritos que se encontram no AHU, que o primeiro foi consagrado à ilha de Boavista, a ilha da qual esteve mais próximo. Sendo assim, numa ordem cronológica da produção textual de Aniceto Ferreira, seria, em primeiro lugar, a “*Dissertação dos principais objectos da ilha da Boa Vista, uma das Capitánias de Cabo Verde*” (1800-1802?)⁹³. Nesta “Dissertação” o autor centra-se, unicamente nos diferentes aspectos económicos da ilha de Boavista como a Agricultura, as Manufacturas, o Comércio. Um outro texto do mesmo autor, já citado, a “*Memória dos artigos e produções das Ilhas de Cabo Verde [1804]*” abarca todo o arquipélago, também publicado sem data exacta, reitere-se, por António Carreira. Nesta “Memória”, o autor analisa ilha por ilha, as actividades agrícolas e as possibilidades que cada uma tem para a criação de gado e outras formas do “desenvolvimento” do arquipélago.

Já com a graduação de tenente-coronel, Aniceto António Ferreira, juntamente com Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos (Ajudante de Ordens de Governo de Cabo Verde)⁹⁴ foram mandados, pelo governador interino Gregório de Moraes de Castro⁹⁵, à corte de Rio de Janeiro para “representarem o Estado da Capitania de Cabo Verde”⁹⁶. E foi dessa viagem que, da parte de Aniceto Ferreira, se conhece os “*Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a*

⁹² Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, doc. 43.

⁹³ Aniceto António Ferreira, “Dissertação dos principais objectos da ilha da Boa Vista, uma das Capitánias de Cabo Verde” (1804?), *Descrições oitocentistas [...]*, op. cit., pp. 47-54. Publicado sem data exacta por António Carreira, contudo, encontra-se uma cópia manuscrita no AHU cuja caixa data de 1804-1811, cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 55, doc. 51.

⁹⁴ Vide infra.

⁹⁵ Gregório de Moraes de Castro, capitão reformado do regimento de cavalaria 9, nomeado pela portaria de 5 de Setembro de 1812 a governador interino das ilhas de Cabo Verde para substituir o então governador D. António Coutinho de Lencastre, chamado à corte do Rio de Janeiro. Acompanhado de um batalhão, saiu de Lisboa no dia 24 de Fevereiro de 1813, chegando à vila da Praia a 9 de Março, desembarcou 11 e tomou posse do governo dia 14. Permaneceu no cargo de governador interino das ilhas de Cabo Verde até finais de 1814, altura em que D. António Coutinho de Lencastre foi reassumir o cargo. Segundo o mesmo Gregório de Moraes de Castro, com bastante desgosto viveu nas ilhas de Cabo Verde, pois além da terra ser péssima, não encontrou nem naquele governo nem secretário, nem Ajudante de Ordens, e mesmo faltava pessoa capaz que lhe podia informar sobre a secretaria; além disso encontrou na Junta da Fazenda apenas dois contos de reis e sem esperanças de encontrar mais quantias com brevidade. Este governador interino mudou-se para a ilha do Fogo poucos meses após ter chegado a capital e onde tomou posse, cfr AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 61, doc 24, 19 de Março de 1813; cx. 62, doc. 34, 22 de Outubro de 1813; Christiano José de Senna Barcellos, op. cit., Vol. II, pp. 180,181,184 e 191.

⁹⁶ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 62, doc. 13, 27 de Setembro de 1813.

*Agricultura nas ilhas de Cabo Verde*⁹⁷, datada Rio de Janeiro, 27 de Março de 1813. Repete-se, todos estes três textos deste autor foram publicados pela primeira vez por Carreira, na *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, e são estas as versões que se utilizam para este trabalho. Segundo Senna Barcelos, por decreto de 12 de Junho de 1819, o coronel de infantaria Aniceto António Ferreira reformou-se no posto de brigadeiro⁹⁸.

Na sequência da viagem que fez com o Aniceto António Ferreira, Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, como Ajudante de Ordens do Governo de Cabo Verde, apresentou um texto, datado Rio de Janeiro, 27 de Março de 1813, intitulado “*Providências necessárias para a Regeneração das Ilhas de Cabo Verde*”⁹⁹, mesma data que os *Principais objectos* de Aniceto Ferreira. As *Providências* contêm quinze pontos com diferentes sugestões para as melhorias das ilhas de Cabo Verde, foi publicado por Carreira, na *Descrições oitocentistas*. Também deste artigo se encontra uma cópia manuscrita no AHU¹⁰⁰.

Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos era natural da ilha da Madeira e foi ajudante de um dos terços de Infantaria Auxiliar da mesma ilha. “Desejoso” de servir a Sua Majestade no serviço militar, assentou a praça na companhia de Infantaria que serve ao Presídio daquela ilha de onde era natural. Soube se “distinguir” que, em breve, foi nomeado pelo seu governador Ajudante do Terço de S. Vicente no Distrito de Porto da Cruz (Madeira), onde “criou e disciplinou” as companhias. Mas a ambição de Medina e Vasconcelos era muito maior. Segundo o próprio, em Setembro de 1796, sendo hábil e com merecimentos, se achava em idade e estado que podia resistir aos inconvenientes do clima do arquipélago de Cabo Verde, e merecia ocupar o cargo no posto de sargento-mor Comandante da ilha do Fogo que se encontrava vago¹⁰¹.

Teve mercê de sargento-mor e comandante da ilha do Fogo pela resolução régia de 24 de Fevereiro de 1797, que foi confirmado pelo decreto de 14 de Novembro de 1798¹⁰². Chegou ao porto da vila da Praia da ilha de Santiago a 16 de Março de 1799 e no dia seguinte prestou juramento, perante o Governador Marcelino António Basto e ficou pronto para partir para a ilha do

⁹⁷ Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções das Ilhas de Cabo Verde (1813?)”, *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 61-71. Também encontra-se uma cópia manuscrita no AHU. Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. doc. 29, Rio de Janeiro 27 de Março de 1813.

⁹⁸ Vide Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, p. 229.

⁹⁹ Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, “Providências necessárias para a Regeneração das Ilhas de Cabo Verde, 1813”, *Descrições oitocentistas op. cit.*, pp. 75-78.

¹⁰⁰ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 61, doc. 32, Rio de Janeiro 27 de Março de 1813.

¹⁰¹ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 49, doc. 33, Madeira 23 de Setembro de 1796.

¹⁰² Cf. Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, p. 121.

Fogo para tomar a posse do seu “comando”, o que aconteceu no dia 15 de Abril do mesmo ano. Instalou-se na ilha do Fogo, constitui família e deixou descendência¹⁰³.

Em 1813 era Tenente-coronel Graduado de Infantaria adido do Estado-Maior do Exército e Ajudante de Ordens do Governo. No mesmo ano foi proposto pelo governador retirado D. António Coutinho de Lencastre¹⁰⁴, este, a partir do Rio de Janeiro, a Comandante da praça da vila da Praia da ilha de Santiago de Cabo Verde¹⁰⁵. Permaneceu nesse cargo até, pelo menos, 1820, altura em que o governador António Pusich propôs ao Conde d’Arcos que lhe nomeasse um sucessor, atendendo ao excessivo soldo que ele vencía pela sua patente¹⁰⁶. Segundo Senna Barcelos, Manuel Alexandre reformou-se no posto de Brigadeiro, pelo decreto de 20 de Julho de 1822, nele morreu e deixou uma grande descendência no arquipélago de Cabo Verde¹⁰⁷, onde, sendo assim, viveu no mínimo vinte e quatro anos.

Pronunciado como um dos causadores da agitação que se manifestou entres os lentes da Universidade de Coimbra com o seu reitor, indignado, José Feliciano de Castilho resolveu ir ao Brasil pedir justiça a D. João VI, em 1818, e por motivos de reparações teve a galera em que seguia de arribar às ilhas de Cabo Verde, no dia 13 de Setembro e ali demorou 27 dias, onde aproveitou para escrever uma “*Memória sobre a província de Cabo Verde*”¹⁰⁸, que acabou por ficar incompleta¹⁰⁹.

José Feliciano de Castilho, mais conhecido por Doutor Castilho, era doutor em medicina e foi fundador do *Jornal de Coimbra*, nascera a 21 de Abril de 1769. No Rio de Janeiro, recebeu inúmeras provas de estima da parte de D. João VI e foi despronunciado em 1819. Regressou com o monarca em 1821 e morreu a 5 de Março de 1826.

¹⁰³ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 52, doc. 8, 29 de Março de 1799; Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, p. 121; António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Descrições oitocentistas [...]* p. 15.

¹⁰⁴ D. António Coutinho de Lencastre, moço fidalgo da casa real e tenente-coronel de milícias foi nomeado pela portaria de 12 de Maio de 1803. Sucedeu Marcelino António Basto. Governou Cabo Verde de 1803 a 1818 debaixo da críticas e fogo cruzado com a Câmara da Ribeira Grande, esta acusando-o de maus tratos, injúrias, tirania e outros crimes, foi exonerado em 1813, chamado à corte do Rio de Janeiro a dar explicações ao rei, mas defendeu-se bem e no ano seguinte, em 1814, foi reconduzido ao cargo, no qual permaneceu até 1818, substituído por António Pusich. Depois do cargo como governador permaneceu nas ilhas, onde desempenhou outros cargos administrativos, vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx 63, doc. 15, 13 de Maio de 1814; AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 61, ofício Nº 579, 10 de Maio de 1844; Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, pp. 147, 180, e 195.

¹⁰⁵ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 62, doc. 31, 14 de Outubro de 1813.

¹⁰⁶ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 68, doc. 7, 2ª via, 12 de Janeiro de 1820.

¹⁰⁷ Cf. Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, p. 290.

¹⁰⁸ José Feliciano de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818)”, *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, nº 1 (Abr. 1836) – nº 5 (Ago. 1836) Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.

¹⁰⁹ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, op. cit.*, vol. 6, p. 216.

Além de deixar a sua *Memória sobre a província de Cabo Verde* [1818], também se encontra, na Torre do Tombo, um documento do Doutor Castilho intitulado: *Artigos de providencia, indicados em huma breve memoria de Jose Feliciano de Castilho, relativo á provincia das Ilhas de cabo verde; e cujos objectos desenrespeito á repartição do Reyno*, datado 30 de Outubro de 1822¹¹⁰. A “Memória” foi publicada, por partes, no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*¹¹¹, em 1836, ao longo das suas edições, pelo irmão do autor António Feliciano de Castilho, com comentários de José Joaquim Lopes de Lima¹¹². O jornal, no qual também participava o irmão António Feliciano de Castilho, com o seu primeiro número em Abril 1836, foi suspenso em Novembro do mesmo ano, após cinco edições, “obrigado por circunstâncias imperiosas”, e com uma próxima sessão adiada indeterminadamente. Porém, nunca se chegaram a retomar as edições do mesmo jornal¹¹³, pelo que parece que (pela segunda vez) a *Memória* ficou incompleta.

Os “*Amigos das Letras*”, cujo único alvo era o “bem da pátria”, tiveram como intenção, promover reformas e melhoramentos literários, com especialidade no Reino de Portugal, e particularmente, aqueles que podiam ter a aplicação imediata e prática¹¹⁴.

Mais uma vez, esta “Memória” teve como amostra a ilha de Santiago. O próprio autor afirma não ter ido às outras ilhas, visitando unicamente a ilha de Santiago (para não dizer só a vila da Praia), e que por informações pôde saber das coisas que refere. Doutor Castilho teve como informante o então Governador D. António Coutinho de Lencastre, e esta proximidade também lhe facilitava o acesso aos documentos oficiais da administração.

Em 1836, quando publicavam a *Memória*, ao anotar e comentar a edição da mesma, Lopes de Lima achava quase incompreensível como que em vinte e sete dias de residência em uma só ilha pôde o ilustre autor coligir e coordenar informações tão minuciosas¹¹⁵. Porém, o próprio Doutor Castilho diz que por esse motivo, não ficou com exactidão de todos os “objectos” que tocou, e por isso servia este escrito unicamente de fio para guiar aqueles que se interessavam entrar no exame e melhoramento das coisas de Cabo Verde¹¹⁶. O autor iniciou a “Memória” com um “prefácio” e

¹¹⁰ IAN/TT, *Ministério do Reino*, Expediente Geral, Informação do governadores e magistrados das ilhas adjacentes e ultramar, Maço 498 Macete 3, Cabo Verde, Cx. N° 621, N°2, Diversos objectos, *Artigos de providencia, indicados em huma breve memoria de Jose Feliciano de Castilho, relativo á provincia das Ilhas de cabo verde; e cujos objectos desenrespeito á repartição do Reyno*, 30 de Outubro de 1822.

¹¹¹ *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.

¹¹² José Joaquim Lopes de Lima, “Notas e comentários”, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818)”, *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n° 1 (Abr. 1836) – n° 5 (Ago. 1836) Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.

¹¹³ Cf. *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836, p. 160.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 2 e 3.

¹¹⁵ Cf. J. J. Lopes de Lima, “notas e comentários [...]”, *op. cit.*, p. 19.

¹¹⁶ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 19.

depois fez uma abordagem geral sobre as ilhas, aquilo que chamou de “notícias gerais sobre a província”, e depois sobre cada uma das ilhas; deu ainda alguma ideia dos “objectos” como: Bispos, estado episcopal, Governadores, educação, saúde, animais e aves, costa de Guiné, etc. O autor diz ainda ter iniciado um dicionário de Língua Crioula que não chegou a concluir. Deste não se tem mais nenhuma informação para além desta. Como fundador e director do *Jornal de Coimbra* entre 1812 e 1820, José Feliciano de Castilho deixou uma obra literária reunida neste jornal.

O levantamento da população de Ribeira Grande e arredores, no dia 28 de Dezembro de 1811, cuja finalidade era reclamar os altos impostos impostos pelo governador D. António Coutinho Lencastre – este era ainda acusado de desmandos, extorsões e outros crimes – e a insubordinação que se manifestou na guarnição de Bissau; motivaram a corte, do Rio de Janeiro, a ordenar a criação em Lisboa, de um Batalhão com três companhias, destinado a servir em Cabo Verde, confiando o comando ao Tenente-Coronel Manuel Vicente Correia de Frias; ao mesmo tempo, a nomeação de um governador interino, Gregório de Morais e Castro para substituir D. António Coutinho de Lencastre e de um sindicante, Desembargador José Pedro de Lemos a fim de averiguar o que se tinha passado no dia 28 de Dezembro. Para o comando da 1ª companhia foi proposto o 1º Tenente da Brigada Real da Marinha, estacionado no Rio de Janeiro, Manuel Roiz Lucas de Senna. Este, para além do comando da 1ª companhia, propunha-se a ensinar a “matemática” nas ilhas, encarregou-se do arranjo e da boa ordem da artilharia, tanto de praças como da Companhia e de Inspeção das Fortalezas. Foi-lhe confirmado o cargo de Capitão da 1ª Companhia, encarregado de arranjo de Artilharia, pela Portaria de 12 de Janeiro de 1813¹¹⁷. O contingente mobilizado embarcou em Lisboa na corveta *Pérola*, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim da Rosa Coelho, saindo a 24 de Fevereiro de 1813 e chegando à vila da Praia a 9 de Março¹¹⁸.

Foi neste contexto que Manuel Roiz Lucas de Senna chegou às ilhas de Cabo Verde, à partida, para uma comissão de 6 anos, fazendo-se acompanhar da família, mas a comissão acabou ao final de 24 meses. Todavia, não há dados que provem que Lucas de Senna voltou a Portugal logo no final da comissão. Senna Barcelos diz que o Batalhão regressou a Portugal em 1814, mas não especificou se Lucas de Senna regressou no Batalhão. Carreira deduziu que ele teria regressado em 1815. Porém, numa súplica que fez em Julho de 1818, pedindo promoção, diz ter “embarcado em

¹¹⁷ Cfr. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 61, doc. 1, Palácio do Governo em 12 de Janeiro de 1813; Manuel Roiz Lucas de Senna, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde, 1818*, anot. e coment. de António Carreira, [s.l.], Mem Martins, 1987. Não se encontrou nenhum documento que comprove se chegou a ensinar a “matemática” nas ilhas ou se abriu alguma aula como estava previsto..

¹¹⁸ Cfr Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 26; Christiano de José Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, p. 184.

Naó Vasco da Gama desde 4 de Janeiro de 1816”¹¹⁹ só que não especificou onde e qual era o destino.

Entretanto, ele redigiu uma obra em Portugal em 1818, que intitulou de *Dissertação das ilhas de Cabo Verde*, publicada com notas e comentários por António Carreira sob o título de *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde*, obra essa, que no dizer do autor, começou a arranjá-la no tempo em que esteve de guarnição na ilha de Santiago, capital de Cabo Verde [1813 e 1815?], onde com bastante custo, fez as suas “observações e escrupulosamente” se informou junto de “pessoas de crédito”, que lhe satisfizessem em todo as suas perguntas que lhe eram “inacessíveis”¹²⁰. Com essa obra Lucas de Senna pretendia dar uma “notícia clara” de todos os usos e costumes daquela gente¹²¹. Mas, além disso, o autor “disserta” sobre as produções, os animais, a escravatura, os ofícios, as artes e ciências, os panos de uso, o território, os ares, as moléstias e as suas curas, a religião, a morte, o casamento, as igrejas, o comportamento das mulheres na igreja, as mulheres parteiras, e no final da obra, o sumário e as conclusões que tirou de todos os temas que dissertou. O autor teve a ilha de Santiago como “amostra” das ilhas de Cabo Verde.

As obras deste primeiro sub-grupo textual, principalmente este último, constituíram a fonte principal, sobretudo, do tema da *vida cultural das ilhas*, dos principais autores que vieram a produzir sobre Cabo Verde e sobre os cabo-verdianos.

1.2. Do Governo de Pusich aos Ensaios de Lopes de Lima

O governo de António Pusich coincide com o início de uma série de mutações políticas e sociais que marcaram uma nova ordem no relacionamento e conseqüentemente nas produções textuais sobre as ilhas de Cabo Verde e sobre os cabo-verdianos. A transferência e permanência da corte no Brasil favoreceram o aparecimento de novas ideias políticas liberais em Portugal. Em 1820 irrompeu no Porto uma revolta que levou ao estabelecimento de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição para a Monarquia Portuguesa¹²². A família real regressou a Portugal em

¹¹⁹ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 65, doc. 31, 27 de Julho de 1818.

¹²⁰ Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 23.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 89.

¹²² Para as repercussões da Revolução de 1820 e as Representações de Cabo Verde na Assembleia Constituinte, cfr. Ana R. Amaro Monteiro, Helena M. Rodrigues, “A Revolução de 1820 e suas Repercussões em Cabo Verde”, *Africana*, N° Especial 3, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional [de Cabo Verde], Mar. 1995, pp. 7-105; Fernanda Paula Sousa Maia, “A Câmara dos Deputados e a(s) Representação(ões) de Cabo Verde na Primeira Metade de Oitocentos”, *Africana*, n° Especial 4, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 1996, pp. 125-135; Victor Manuel Eugénia Semedo, *Liberalismo em Cabo Verde (1820-1834)*, [Texto policopiado], Lisboa, [s.n.], 2005. Dissertação maestr., História das Ideias, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa, 2004, p. 89 e ss.

1821, mas o herdeiro da Coroa ficou no Brasil, e em 1822 declarou-se imperador deste. A separação de Brasil e Portugal causou instabilidade social e política e provocou luta entre irmãos: o D. Pedro e D. Miguel, liberal e absolutista, respectivamente. Desta luta foram deportados para o arquipélago de Cabo Verde elementos de ambas as partes, o que também teve consequências no meio social e político cabo-verdiano.

A independência do Brasil em 1822 preocupou as autoridades coloniais pelo “rumor” de que os cabo-verdianos queriam unir o arquipélago de Cabo Verde ao Brasil independente e juntos formarem uma confederação. No entanto, estes rumores só foram referenciados por parte da “autoridade”, pois não se sabe do depoimento da outra testemunha (prova) do lado cabo-verdiano¹²³ e nem foi confirmado pelos elementos brasileiros.

Na metrópole, as lutas entre liberais e absolutistas prolongavam-se por vários anos, até os liberais conseguiram subir ao poder em 1834, tendo ocupado o trono a rainha D. Maria II, filha mais velha de D. Pedro, imperador do Brasil¹²⁴. Estas lutas, principalmente em Portugal, tinham repercussões directas sobre o arquipélago de Cabo Verde. No mesmo período, externamente, Portugal estava sob pressão para a abolição do tráfico de escravos nas suas colónias.

A nível de produção textual, este momento é marcado pelo carácter geo-político, social e administrativo, fruto das transformações sociais e económicas em que Portugal atravessava, encerrado com o grande balanço nos *Ensaio*s de Lopes de Lima.

António Pusich mesmo depois de ser demitido do cargo de governador continuou na vida social, económica e política das ilhas cabo-verdianas até finais da década de 1820. Voltou a ser Chefe de Esquadra da Armada Real¹²⁵ e continuou muito activo na teorização da organização política e administrativa das mesmas ilhas com as quais mantinha uma relação de há, pelo menos, duas décadas. Dessa teorização sobre a organização política e administrativa das ilhas de Cabo Verde, privilegia-se dois artigos: o “*Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas de*

¹²³ Sobre esta questão, cfr. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 72, doc 19, 24 de Fevereiro de 1823; doc. 47, 22 de Maio de 1823; João Nobre de Oliveira, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998, pp. 30-31; António Leão Correia e Silva, “Cabo Verde: a independência do Brasil e os projectos de reconversão económica”, *As Ilhas e o Brasil [VI Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas]*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico Região Autónoma da Madeira (org.), Funchal, CEHA, 2000, pp. 415-428. Sobre as consequências da transferência da Corte para o Brasil e posteriormente a independência deste sobre as ilhas de Cabo Verde, vide António Leão Correia e Silva, “Cabo Verde: a independência do Brasil e os projectos de reconversão económica”, *op. cit.*, pp. 415-428.

¹²⁴ Para uma abordagem geral sobre o liberalismo nas ilhas de Cabo Verde, cf. Victor Manuel Eugénia Semedo, *op. cit.*

¹²⁵ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 80, doc. 84, 27 de Julho de 1825

Cabo Verde” (1824)¹²⁶ e o “*Estado actual da Administração da justiça nas ilhas de Cabo Verde*” (1824?)¹²⁷, ambos publicados na *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*. Em ambos os textos apresentados o autor foca, com um certo pormenor os problemas económicos e sociais, resultantes das “desorganizações” político-administrativas do arquipélago, ao mesmo tempo que aponta meios e formas de poder melhorá-las.

No ano de 1836, à procura de publicidade e de mais conhecimento sobre os negócios que dizem respeito às Províncias Ultramarinas, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar resolveu publicar um *Memorial Periódico*, que continha duas partes: uma Oficial e outra Não Oficial; e na altura da sua criação ficou decidido publicar mensalmente um folheto de impressão intitulado: *Memorial Ultramarino e Marítimo*, cujo 1º número, o único que se conhece, está na Biblioteca Nacional de Lisboa, saiu em Março de 1836¹²⁸. Na *Parte Oficial* contém um Relatório do Ministério do Ultramar, nº 162, em que muito pouco se faz referência a Cabo Verde, a não ser “o sofrível estado de fome que se encontravam os seus habitantes”. O mesmo número traz mais à frente a “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde”, consulta que a Junta dividiu em duas partes: “na primeira expondo os males que a Provincia actualmente experimenta” e na segunda, “o melhoramento de que ella é susceptível, e os meios que devem ser empregados para conseguir este importante fim”¹²⁹. A “Consulta” teve várias assinaturas e foi datada vila da Praia, 18 de Março de 1835.

No mesmo “*Memorial*”, mas na *Parte Não Oficial*, traz a “Notícia das ilhas de Cabo Verde, suas Dependências, e Melhoramento”¹³⁰, desta vez assinada por pessoa singular, Marcelino Rezende Costa e data de Lisboa, 4 de Janeiro de 1836.

Deste Marcelino Rezende Costa tem-se muito pouca informação. Parece ter sido neto do Capitão José de Rezende Costa e filho de José Rezende Costa, este nascido no Brasil e no ano 1794 era Secretário do Governo de Cabo Verde¹³¹. Marcelino Rezende Costa deve ter nascido em finais do século XVIII (vila da Praia, 1797?). Depois de 1820 este nome aparece com frequência nos arquivos relacionados com as ilhas. Primeiro aparece como “Primeiro Escriptuario da Contadoria”;

¹²⁶ António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas de Cabo Verde (1824)”, *Descrições oitocentistas [...]*, op. cit, pp. 139-145.

¹²⁷ António Pusich, “Estado actual da Administração da justiça nas ilhas de Cabo Verde” (1824?), *Descrições oitocentistas [...]*, op. cit, pp. 146-153.

¹²⁸ Cf. Secretaria d’Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, *Memorial Ultramarino e Marítimo*, nº 1, Lisboa, na Imprensa Nacional, Março de 1836.

¹²⁹ Cf. idem, *ibidem*, “Consulta da junta Geral da Província de Cabo Verde”, pp. 3-25.

¹³⁰ Marcelino Rezende Costa, “Noticia das ilhas de Cabo Verde, suas dependências, e melhoramento”, *Memorial Ultramarino e Marítimo*, nº 1, Parte não Oficial, Lisboa, na Imprensa Nacional, Março de 1836, pp. 43-52.

¹³¹ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 48, doc. 40-A, Lisboa, 24 de Outubro de 1794.

em 1825, como Vedor da Gente de Guerra; Contador Interino da Fazenda Publica da Província de Cabo Verde em 1826 e em 1833 era Deputado da Junta da Fazenda Pública da Província (de Cabo Verde). Foi suspenso desta última função porque foi acusado de “abusos” e de “viciar” duas actas¹³². A partir daí não se obtiveram mais quaisquer informações sobre Marcelino Rezende Costa.

A fim de obstar as “maiores ruínas” em que se encontravam as ilhas e de conter as despesas de diferentes obras públicas, segundo Joaquim Pereira Marinho, o então Governador da Província de Cabo Verde, logo depois de tomar a posse, em 1835, considerava que era absolutamente necessário que fosse o quanto antes para aquela Província o Tenente Engenheiro José Chelmicki, que fora proposto por ele, ou qualquer outro oficial Engenheiro hábil em *desenho – militar*¹³³. Foi assim que José Conrado Carlos de Chelmicki foi parar ao arquipélago de Cabo Verde, mais concretamente à ilha de Santiago, em 1835.

Mas talvez Chelmicki não foi a melhor opção como o governador Pereira Marinho esperava. Antes de completar um ano de permanência na Província, o mesmo governador diz que era “bom sujeito”, mas “ignorante na sua profissão”, fazendo despesa de quatro, quando não valia um. Por isso, a 3 de Fevereiro de 1836, Pereira Marinho pediu ao visconde de Sá da Bandeira que o mandasse retirar e lhe enviar um engenheiro com competência. Foi exonerado por portaria de 15 de Março do mesmo ano.

No tempo em que esteve em Santiago de Cabo Verde, muito pouco fez com as ruínas das ilhas, e pouco vestígio deixou da sua passagem¹³⁴. No entanto, ficou ligado à essa Província pela publicação de um livro intitulado: *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné* (1841), escrito em colaboração com o seu colega Francisco Adolfo de Varnhagen¹³⁵. A obra foi dedicada ao Visconde Sá da Bandeira, “protector das Colónias Portuguesas”.

José Conrado Carlos de Chelmicki nasceu em Varsóvia (Polónia) em 1814. Absorvida a Polónia pela Rússia, Chelmicki que pertencia a uma família nacionalista, em 1831, teve que refugiar-se em Paris, onde continuou o curso de Engenharia até 1833, altura em que veio para Portugal e se alistou no exército de D. Pedro IV que combatia no Porto. Obteve o posto de alferes de Engenharia. Depois da passagem mal sucedida pelo arquipélago de Cabo Verde, seguiu a

¹³² Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 70, doc. 4; cx. 80, 15 de Junho 1825; cx. 86, doc. 20, 9 de Dezembro de 1826 e AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 53, doc. Nº 2, 16 de Novembro de 1833.

¹³³ Cf. AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 53, Ofício Nº 3, 16 de Setembro de 1835.

¹³⁴ Cf. Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. II, pp. 107 e 108.

¹³⁵ Vide José Conrado Carlos de Chelmicki, Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, 2 tomos, Lisboa, Typografia C.C da Cunha, 1841.

carreira militar no Exército Português; fez parte do estado-maior de Marechal Saldanha em 1846-1847, chegou a general de divisão em 1888. Naturalizou-se português e morreu em Portugal em Junho de 1890. Depois de vários feitos, principalmente na área das obras públicas e serviço militar, foi promovido e distinguido em várias Ordens. Também colaborou na *Revista Militar* além do manuscrito o *Manual do Sapador* por ele deixado¹³⁶. Sobre Cabo Verde também deixou uma intitulada *Carta do archipelago das ilhas de Cabo Verde* datada de 1843. Na *Corografia Cabo-Verdiana* Chelmicki e Varnhagen utilizaram com frequência o *Jornal de Coimbra*.

Francisco Adolfo de Varnhagen, nasceu no Brasil (São João de Ipanema) em 1816, filho de mãe portuguesa e de pai alemão. Estudou em Lisboa e iniciou a carreira militar na época das Guerras Liberais, como voluntário nas tropas de D. Pedro IV, que lutavam contra D. Miguel. Formou-se em Engenharia militar em 1839. Em 1840 retornou ao Brasil e em 1841 entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde exerceu o cargo de primeiro-secretário. Obteve a nacionalidade brasileira em 1844¹³⁷.

Além da participação que teve na *Corografia Cabo-Verdiana*, Varnhagen escreveu a *Notícia do Brasil*, entre 1835 e 1838, um trabalho de História, *História Geral do Brasil*, dois volumes (1854-1857), entre outros; morreu em Viena, na Áustria, em Junho de 1878, onde era representante diplomático¹³⁸. Ainda hoje é um reconhecido militar, diplomata e historiador brasileiro.

A *Corografia Cabo-Verdiana* foi fruto de uma “amigável combinação” entre a testemunha ocular de Chelmicki, em Cabo Verde, a partir da ilha de Santiago e os apontamentos sobre a província, lidos e recolhidos, em Lisboa, por Varnhagen, para a “utilidade do público, das ciências geográficas e da história”¹³⁹.

Embora o nome de Varnhagen não conste no primeiro tomo, por este se encontra ausente (estava no Brasil) no momento da impressão, participou vivamente nos dois tomos. Varnhagen foi quem deu o título à obra¹⁴⁰. Na *Corografia Cabo-Verdiana* embora não haja separações dentro da obra, é de notar que os “assuntos geográficos” foram retratados por Chelmicki, ao passo que os “históricos” foram por retratados Varnhagen.

Da mesma obra existe um exemplar do primeiro tomo na BNL, cujo título é somente *Corografia Cabo-Verdiana*. Não consta o nome de nenhum autor e nem tem notas que o permitem

¹³⁶ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *op. cit.*, vol. 6, pp. 651 e 652.

¹³⁷ Vide Arno Wehling, “Introdução”, *A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico 1863 a 1867*, Vol. I, Centro de História e Documentação Diplomática/FUNAG, Rio de Janeiro/Brasília, 2005, pp. 7-28, pp. 7-9.

¹³⁸ Cf. *idem*, *ibidem*.

¹³⁹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, “Advertência”.

¹⁴⁰ Cf. *idem*, *ibidem*, Tomo II, “Prólogo”.

identificar. Sem capa, sem página do frontispício, sem dedicatória, sem declaração, sem advertência e sem introdução, sem “índice”, sem algumas imagens, que constam noutras cópias, mas a paginação é a mesma. Foi uma tentativa de ocultação de identificação dos autores? Foi censura? Ou será apenas uma obra danificada? Não se encontrou explicação para o anonimato desta versão.

Por portaria de 15 de Maio de 1844 José Joaquim Lopes de Lima foi encarregado, por ordem do governo de sua Majestade Fidelíssima, de escrever a “*Statistica de todas as Possessões Portuguezas no Ultramar*”. Lopes de Lima que já tivera visitado todas estas províncias, uma por uma, julga insuficiente os “conhecimentos científicos” que adquiriu durante estas viagens perante a tão “poderosa tarefa” de que era encarregado. O mesmo autor diz que “cercado de afazeres” que tinha nessas possessões do Ultramar pouco vagar lhe restava para ver o que havia em torno dele, ainda menos o que estava distante, e que na altura, nem possuía uma *memória* (escrita) que ser-lhe-ia útil naquele trabalho. Por isso, desconfiado do pouco que tinha dos seus, recorreu aos *Documentos Oficiais*, que foram prometidos pelo ministro Joaquim José Falcão e aos autores precedentes que escreveram sobre as mesmas possessões. Lopes de Lima não privilegiou aqueles autores das “viagens românticas de estrangeiros improvisadores”, mas antes as “narrativas singelas dos bons autores portugueses”. Dos mais antigos aproveitou o pouco que deixaram no ramo das “estatísticas” e dos modernos, tudo o que não achou em contradição com as “crônicas contemporâneas” dos factos referidos, com as notas oficiais e com o seu conhecimento pessoal das localidades (testemunho ocular)¹⁴¹.

A obra está organizada em *livros*, e estes estão divididos em *partes* (1ª e 2ª para cada livro), ao todo foram 5 livros, publicados entre 1844 a 1862. Todavia, depois da morte de Lopes de Lima, em 1852, os livros quarto e quinto foram continuados por Francisco Maria Bordalo. O *Livro Primeiro* foi dedicado às ilhas de Cabo Verde e suas dependências, intitulado: *Ensaio sobre a statistica das ilhas de Cabo-Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portugueza ao Norte do Equador*¹⁴².

Nos “*Ensaio*”, Lopes de Lima, “Escriptor imparcial”, segundo o próprio, procurou “examinar os costumes, ritos, usanças, indústrias e manhas dos povos çafaros ou semi-civilizados”, “analisou” os diferentes climas e suas influências, produtos naturais, e, sempre atento às “causas que determinam os phenomenos sociaes mais ligados ao bem-estar dos colonos e aos interesses da

¹⁴¹ Vide José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania. Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portugueza ao norte do Equador*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844., Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, parte I, pp. III-V.

¹⁴² Idem, *ibidem*

Metropole [...]”¹⁴³. Sobre as ilhas de Cabo Verde em particular, na *Primeira Parte*, o autor falou da geografia das ilhas (clima, solo, território, população), da indústria, das produções, do governo, da instrução pública, da religião, e termina com uma “notícia geral do País” e dos seus habitantes, na *Segunda Parte* o autor aborda cada ilha no seu todo. No final das duas partes sobre as ilhas e suas dependências, Lopes de Lima esperava que o seu “imperfeito Ensaio”, seja “bem aceito aos bons Insulanos do Archipelago de Cabo Verde”, mas também pediu “melhoramentos materiais para todos os diferentes ramos” bem como o “aperfeiçoando moral para o seu povo, que abunda no geral em virtude social, mas carece de civilização, e impulso animador para ser mais util a si mesmo”¹⁴⁴.

José Joaquim Lopes de Lima foi um militar português que ascendeu até ao posto de capitão de mar-e-guerra. Nasceu no Porto, por volta de 1797 e se notabilizou nas campanhas políticas do século XIX, a partir dos anos 20. Morava no Brasil quando deu a Revolução de 1820, e a Revolução Liberal na mesma década. Na sequência da vinda de Dom Pedro IV, Lopes de Lima retornou a Portugal e lutou ao lado dos pedristas. Foi um partidário de António Bernardo da Costa Cabral e a sua luta foi principalmente nos jornais e revistas como: *O Estudante*, *A Carta* e *A Matraca*¹⁴⁵.

Entretanto, desempenhou várias funções na Administração Colonial ao serviço do reino. Foi conselheiro do Estado, governador civil de vários distritos do continente e do Ultramar, e deputado, inclusive por Cabo Verde em 1834¹⁴⁶. Antes de ser deputado por Cabo Verde, era Secretário da Prefeitura do governo de Manuel António Martins¹⁴⁷, ambos nomeados a 17 de Dezembro de 1833, porém, Lopes de Lima, então 1º Tenente de Armada, chegou à ilha de Boavista em Fevereiro de 1834 e dali acompanhou o Prefeito à Vila da Praia onde tomou posse a 13 do referido mês de 1834. Segundo Senna Barcelos, Manuel António Martins governava conforme as indicações de Lopes de

¹⁴³ Cf. idem, *ibidem*, parte I, p. II.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, parte II, p. 119.

¹⁴⁵ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *op. cit.*, vol. 15, p. 91.

¹⁴⁶ Vide AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 53, doc. 24 de Novembro 1834.

¹⁴⁷ Nasceu em Braga em 1772, de origem italiana, tendo chegado ao arquipélago de Cabo Verde por volta de em 1792/1794, fixou-se na ilha de Boavista. Foi um grande exportador de urzela e desempenhou várias outras actividades, principalmente económicas e sociais nas ilhas e na costa da Guiné durante os primeiros trinta anos do século XIX. Em 1808 era capitão-mor da ilha do Sal, cujo povoamento lhe foi encarregue. Foi nomeado “Agente dos Negócios Mercantis da Nação Americana nas Ilhas de Cabo Verde”, em quanto não chegasse a nomeação do Presidente dos Estados Unidos, em 1813. De Sargento-mor passou a Coronel de milícias da ilha de Boavista, de onde entrou na lista dos concorrentes para o Prefeito da Capitania/Província de Cabo Verde, cargo no qual foi nomeado a 17 de Dezembro de 1833. Viveu nas ilhas de Cabo Verde cerca de 40 anos. Foi o único Prefeito na história de Cabo Verde até agora; cfr. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 62, doc 19, 27 de Setembro de 1813; cx. 82, doc. 16, 5 de Outubro de 1824; cx. 98, doc 19, 19 de Dezembro de 1833 e J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 45; George E. Brooks, *Western Africa and Cabo Verde, 1790s-1830s: Symbiosis of Slave and Legitimate Trades*, Bloomington, AuthorHouse, 2010, pp. 99-120.

Lima, e considerou que a nomeação deste como Secretário do Governo foi um desastre para Província e para o Prefeito que se deixava levar por um homem tão vaidoso e que era “pouco liberal e mui cabralista”¹⁴⁸. Lopes de Lima parece que não parava, em poucos meses trocou a Secretaria da Prefeitura pela *Câmara dos Pares*.

Lopes de Lima era Intendente da Marinha de Goa quando foi nomeado governador interino da Índia, onde tomou posse em Setembro de 1840. Deixou o governo em 1842 por causa de uma revolta militar. Depois dessa passagem pela Índia, sem sucesso, foi nomeado governador de Timor em 1850. Por nomeação de Lisboa, presidiu a comissão régia portuguesa nas negociações com a Holanda para a delimitação de fronteiras claras dos territórios portugueses e holandeses em Timor. Mais uma vez foi mal sucedido e foi destituído e mandado regressar a Lisboa, sob prisão, mas morreu em Batávia (Jacarta) a 8 de 11 de 1852, na viagem de regresso¹⁴⁹. Para além dos “*Ensaio*” deixou uma vasta obra, principalmente nos periódicos. O *Ensaio sobre a statistica das ilhas de Cabo-Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portuguesa ao Norte do Equador* encerra, assim, a cronologia e o *Corpus* documental desse estudo. Pois, este representa o primeiro grande balanço (oficial) sobre a possessão cabo-verdiana.

O *Corpus* apresentado não cobre de todo, e nem da mesma forma, o período cronológico em estudo, por isso, recorreu-se aos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), dentro do mesmo período (1784 e 1844), como forma de contribuir para uma melhor compreensão dos textos acima referidos, inclusive cobrir a temática e período menos abordados pelos autores. A maioria dos autores acima referidos e, inclusive, muitos dos documentos do *Corpus* também se encontram nestes arquivos. Estes dois momentos da produção textual, sobre os cabo-verdianos, possuem discursos semelhantes, e têm, sobretudo, o mesmo objecto – os cabo-verdianos. Há, assim, uma certa homogeneidade entre os textos do *Corpus* e os documentos destes arquivos, tanto ao nível de Autores como ao das *produções escritas*.

A estas *produções escritas*, acresce-se um pequeno conjunto de iconografia, e inclusive gravuras etnográficas relativos aos habitantes das ilhas de Cabo Verde referentes aos séculos XVIII e XIX que se encontra no AHU.

¹⁴⁸ Cf. Christiano José de Senna Barcellos, *op. cit.*, Vol. III, pp. 11-13 e 49.

¹⁴⁹ Vide Francisco Maria Bordalo, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 131.

Quanto aos textos dos forasteiros, neste período era muito comum os autores usarem ou até mesmo copiarem partes dos textos dos seus antecedentes, sem citar as fontes, para completar os seus, como foi o caso de Feijó em relação ao Anónimo e Pusich em relação ao Feijó e foi assim por diante constatado neste conjunto de textos que compõem o *corpus* para este trabalho. Contudo, também, nalguns casos usaram textos antecedentes de forma de crítica. Foi o exemplo de Lopes de Lima (1844) em relação aos textos de Feijó ou de Chelmicki e Varnhagen.

Todos estes autores desempenharam algum tipo de função administrativa nas ilhas da Cabo Verde, isto é, em algum ou vários momentos serviram a Coroa [portuguesa], excepto José Feliciano de Castilho que simplesmente passou pelas ilhas. Mas depois do regresso de Brasil desempenhou tarefas no *Ministério do Reino*. Os que passavam ou iam para as ilhas laborarem muitas vezes providenciavam cópias do que foi escrito antes e que lhes serviriam como *guia das ilhas*, e assim ao produzirem qualquer texto acabavam sempre por ser influenciados e, muitas vezes, até copiar em partes ou mesmo na íntegra os textos que antes possuíam como guias. Por outro lado, muitos dos autores tiveram a oportunidade de fazer a comparação ou o balaço entre o arquipélago cabo-verdiano e os outros espaços de influência portuguesa, muitas vezes pela experiência própria porque eram as mesmas pessoas a estarem em vários sítios devido à insuficiência de quadros administrativos portugueses, ou através de textos que circulavam entre eles.

Todos os que serviam a Coroa tinham que ter uma e principal condição, ser cristãos-católicos. Logo, quando estavam ao serviço do Rei, automaticamente, estavam ao serviço da Religião (que era do rei) e os cabo-verdianos como não eram totalmente assimilados à cultura portuguesa/europeia, inclusive ao catolicismo, porque, também, assimilaram elementos de religiões de origens africanas, durante os finais do século XVIII e princípios do século XIX, tornam-se constantemente alvos de reprovação no discurso destes forasteiros nos textos portugueses. Tal como aconteceu com os africanos (continentais), os cabo-verdianos eram inferiorizados através dos seus hábitos e modos de vida, por serem diferentes dos portugueses/europeus, do ponto de vista biológico e cultural.

Os textos do *corpus* foram produzidos pelos forasteiros, homens para quem as ilhas de Cabo Verde eram apenas locais de trabalho, missão ou, simplesmente, de passagem para outros pontos. Eram europeus ou portadores de padrão referencial cultural português/europeu, e para eles o homem cabo-verdiano constituía um Outro, por isso, este era aqui representado de acordo com categorias culturais e mentais desses autores e, sem esquecer que, todos os textos foram escritos com os seus propósitos/objectivos próprios, e um dos principais era o de promover a transformação da “realidade” da época.

Nestes textos um outro ponto relevante se fez notar. Alguns autores mantinham alguma reserva no que dizia respeito às ilhas de Cabo Verde, principalmente aos seus habitantes. Por exemplo, em 1797, João da Silva Feijó, quando, no seu “Ensaio Político”, depois de enumerar as várias “causas da decadência do comércio” afirmava que “só esta secção dar-me-ia na verdade amplíssima matéria para mais discorrer, a não ser o temor de passar por exagerador, e declamador, que me suspende a pena”¹⁵⁰. Porém, o mesmo autor, numa outra versão do mesmo texto, com o título de “Ensaio Económico”, na mesma secção, retirou quase tudo o que disse na versão anterior, alegando que a matéria não era própria para aquela Academia onde apresentou o “Ensaio”. Feijó achava violento referir toda aquelas “desgraças” das ilhas, pelo que decidiu parar¹⁵¹. Em 1818, Lucas de Senna ao “dissertar” sobre a “Religião” dos “Verdianos”, a certo ponto, diz ter deixado no tinteiro “aquilo que pode escandalizar a muitos”¹⁵² e Chelmicki e Varnhagen, em 1841, falam “francamente” do clero local (naturais das ilhas), mas na convicção de que o livro não ia chegar-lhes às mãos¹⁵³.

Mas esta omissão, ou tentativa de omissão terá algum interesse particular? Ou será que estes homens forasteiros não queriam “denunciar” alguém ou até a si próprios já que muitos deles também fizeram ou faziam parte da administração, pois neste caso seriam, também, acusados de maus administradores? Contudo, antes, durante o período em estudo, ou mesmo depois ouviu-se muitas vezes falar da falta do conhecimento sobre as ilhas de Cabo Verde na metrópole¹⁵⁴. Dizem Chelmicki e Varnhagen, em 1841, “em Portugal ainda hoje em dia não se faz uma ideia exacta das

¹⁵⁰ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 25-26.

¹⁵¹ Cf. Idem, “Ensaio Económico [...]”, *op. cit.*, p. 25.

¹⁵² Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 93.

¹⁵³ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 161.

¹⁵⁴ Já em 1717, o Padre António Cordeiro, na sua *História Insulana* escrevia: “se pouco dissemos das nobres ilhas de Canárias, menos poderemos dizer das de Cabo Verde, assim pelo pouco que d’ellas dizem os antigos chronistas [...]”, o autor deu exemplos como João de Barros, Damião de Góis ou ainda Gaspar Frutuoso. A obra é composta por nove volumes, dedicados à “História das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental”, porém, apenas cinco páginas foram dedicadas às ilhas de Cabo Verde por haver poucos conhecimentos e poucos escritos sobre as mesmas, cf. P.^{de} António Cordeiro, *História insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental, composta pelo Padre Antonio Cordeiro: insulano tambem da Ilha Terceyra, & em idade de 76 annos [...]*, Lisboa, Typ. de O Panorama, [1717] 1866. Mais de um século a situação não parecia ter melhorado. Em 1840, o Jornal *O Panorama* quando publicava um artigo sob o título “*Costumes supersticiosos nas Ilhas de Cabo verde*”, logo na primeira frase iniciou com o seguinte lamento: “INFELIZMENTE mui pouco se sabe no mundo litterario ácerca das colonias portuguezas”, nesta representação o arquipélago de Cabo Verde não estava num contexto das ilhas atlânticas mas sim no grupo das colónias portuguesas, e, apesar de ser uma das mais próximas, nem por isso era conhecida, cf. “Costumes supersticiosos nas Ilhas de Cabo verde”, *O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, 1ª série, vol. IV, Lisboa, na Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Janeiro a Dezembro de 1840, p. 96.

ilhas de Cabo-Verde, e nunca se tratou de tomar cabal conhecimento”¹⁵⁵. Seriam as omissões uma das causas desta falta de conhecimento das ilhas segundo as representações da época? Uma camuflagem de algo que não se quer mostrar ou simplesmente o desinteresse?

Em todo o caso, quase dois séculos depois das suas produções e embora a maioria destes textos sejam do conhecimento dos historiadores que trabalham sobre as ilhas de Cabo Verde, pretende-se dar uma nova leitura desses mesmos documentos, numa perspectiva de *História das Representações*.

¹⁵⁵ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 215.

2. AS ILHAS DE CABO VERDE E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS TEXTOS DA ÉPOCA

2.1. O espaço e as formas de organização social

“Os habitantes do Archipelago de Cabo Verde são compostos de princípios heterogêneos, d’uma fusão de diversas raças. Impossível seria procurar na innumeráveis tribus do continente Africano, quaes forneceram os primeiros habitantes; foram muitas, vindo a escravaria que originalmente povoou as ilhas, indistintamente de toda a costa de Guiné fronteira ao archipelago. Cruzaram-se e tornaram a enlaçar estas raças com os brancos e seus pardos descendentes, ficando boa parte todavia ainda da cor primitiva”¹⁵⁶. Esta foi uma das conclusões/resumo sobre o povoamento do arquipélago de Cabo Verde a que Chelmicki e Varnhagen chegaram em 1841. Os autores apresentaram desde logo a complexidade do estudo sobre o povoamento e a formação do crioulo (homem) cabo-verdiano, processo do qual se iniciou com a chegada dos portugueses/europeus às ilhas de Cabo Verde no século XV. O conceito do “crioulo” (homem), no contexto da época em apreço e em Cabo Verde, sobrepunha-se ao conceito de mestiço e/ou mulato, ou seja, filho de mãe negra e pai branco e posteriormente filhos de negros e mestiços.

A data exacta da chegada dos portugueses/europeus ao arquipélago cabo-verdiano ainda hoje não é totalmente esclarecida. A tese oficial admite que foi em 1460. Contudo, a data da chegada é pouco importante para este trabalho; mais interessam os factos ocorridos a partir desta chegada, principalmente a criação e a sobrevivência de uma nova sociedade – a cabo-verdiana.

As ilhas recém-achadas de Cabo Verde foram doadas, em 1462, pelo rei D. Afonso V ao seu irmão D. Fernando, concedendo-lhe amplos privilégios sobre as terras e sobre tudo o que nela iria criar, inclusive sobre as pessoas que para lá se vão fixar, exceptuando-se a aplicação da pena de morte e o talhamento de membros pelos crimes cometidos pelos seus habitantes¹⁵⁷. Para a exploração das ditas terras, que se diziam desabitadas e despidas de vegetação, eram necessários homens, plantas, animais, era necessário criar condições para a ocupação humana. Segundo Avelino Teixeira da Mota o tipo de ocupação que se vai efectuar nas ilhas cabo-verdianas e nas outras ilhas atlânticas já fora experimentado no Mediterrâneo¹⁵⁸, mas, se calhar, nunca num território tão longínquo da metrópole como o caso do arquipélago de Cabo Verde. Contudo, o povoamento das ilhas foi humano, botânico e zoológico, mas aqui ocupar-se-á sobretudo da ocupação humana, fazendo alusão uma e outras vezes à botânica e zoológica quando necessário.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, Tomo II, p. 241.

¹⁵⁷ Cf. António Leão Correia e Silva, *Histórias de um Sahel insular*, 2ª ed., Praia, Spleen, 1996, pp. 17-18.

¹⁵⁸ Cf. Avelino Teixeira da Mota, *Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos portugueses na África Ocidental*, Série Separatas Verdes, Lisboa, A.E.C.A., nº XCVIII, 1976, pp. 6 e seguintes.

Sem pôr em causa o processo de povoamento das ilhas efectuado pela iniciativa da Coroa portuguesa, vários autores, pelo menos, a partir dos finais do século XVIII, admitiam a existência de um grupo humano na ilha de Santiago – os Wolof náufragos vindos do cabo Verde¹⁵⁹, que fugindo da perseguição de outros grupos da costa africana, acidentalmente, teriam aportado às ilhas de Cabo Verde, segundo a tradição muito rezada e difundida nos finais do século XVIII, seguida por muitos autores durante o século XIX e, até mesmo, no século XX.

Dos finais do século XVIII, a “*Notícia*” foi avançada pelo *Anónimo* em 1784, segundo o mesmo:

“Esta ilha [de Santiago] se achou já habitada de muitos homens pretos, que por tradição se dizia ter[em] procedido de um Rei Jalof, que, por causa de uma sublevação, tinha fugido do seu país com toda sua família a buscar refúgio, em uma canoa, na costa do continente do mesmo Cabo Verde. Mas porque foi acometido de uma veemente tempestade de vento leste, que são frequentes nesta Costa desde Maio até Outubro, o ímpeto dos ventos fez aportar a canoa nesta Ilha, que fica ao Oeste do mesmo Cabo Verde”¹⁶⁰.

Deve ser por este motivo que o autor não fala em “descoberta” ou “achamento” mas sim na “conquista”.

Em 1797, a questão é retomada por João da Silva Feijó, no seu “*Ensaio*”, seguindo a mesma perspectiva. O autor escreve que:

“Na descoberta das ilhas de Cabo Verde havendo-se unicamente encontrado povoada a de S. Thiago de negros Jalofos, que ali tradicionalmente consta terem passado àquela ilha por acaso, perseguidos pelos Falupos seus vizinhos, e lançados pelas brisas, e correntes ao oeste”¹⁶¹.

Esta tese (a par de outros assuntos abordados por Feijó) também foi também, indiferentemente aceite por António Pusich, aliás, como já foi dito, ao copiar quase textualmente o texto de Feijó, talvez nem sequer reparou em tal situação. Escreveu então Pusich em 1810:

“Quando, no XV século, se descobriram estas ilhas se achou unicamente povoada a de Santiago, e segundo tradição antiga estes habitantes foram propagados pelos negros Jalofos, que da vizinha costa de Guiné, ou fugindo em canoas, de seus inimigos, ou lançados ao mar com fortes correntes de água a oeste, se refugiaram naquela ilha”¹⁶².

Segundo António Carreira, ainda em 1827 Pusich defendia a mesma tese¹⁶³. Num percer inédito dado pelo mesmo Pusich, em Lisboa, dizia o seguinte:

¹⁵⁹ Sobre este conceito, vide infra.

¹⁶⁰ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, op. cit., p. 20.

¹⁶¹ Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, op. cit., pp. 1 e 2.

¹⁶² Vide António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, op. cit., p. 611.

¹⁶³ Vide António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção [...]*, op. cit., p. 296.

“Quando foram descobertas a ilhas de Cabo Verde, acharam-se somente povoadas por poucos negros Jolofos, as ilhas de Santiago e Fogo as quais mandaram-se povoar por habitantes deste Reino”¹⁶⁴.

Aqui o autor acrescenta a ilha do Fogo, quando anteriormente só se admitiam a ilha de Santiago. Porém, não se conseguiu localizar o tal parecer nos arquivos referidos por Carreira.

No entanto, vê-se que a questão dos Wolof na ilha de Santiago antes de chegada dos portugueses/europeus persistiu pelo século XIX adentro. Em 1818, Manuel Roiz de Senna queixava-se que de tantos governadores que por ali passaram, “nenhum [deles] se tem proposto a civilizar aquela gente, a qual ainda hoje vive no lodo e na cegueira do gentilismo em que os acharam quando os primeiros ali chegaram”¹⁶⁵. Apesar de não citar os Wolof, e nem explicar como chegaram às ilhas, Lucas de Senna admite uma população pré-europeia nas ilhas de Cabo Verde.

Ainda em 1841, Chelmicki e Varnhagen parecem claramente basearem-se em Feijó e Pusich quando surgiram com a mesma tese, dizendo que:

“No descobrimento ha tradições [apezar de que Barros e o Contemporaneo Cadamosto nada dizem] de se ter encontrado, já povoada, ou pelo menos habitada, a Ilha de Santiago de Negros Ialofos, que ali tradicionalmente consta terem passado por acazo sendo perseguidos pelos Fulupos, e lançados pelas brizas e correntes ao Oeste”¹⁶⁶.

Aqui já os autores parecem ter uma certa desconfiança, mas contudo acabaram por aceitar a tese sem contestar. Depois de 60 anos após a *Notícia do Anónimo*, em 1844, foi posta em causa por José Joaquim Lopes de Lima. Este rejeitava uma presença wolof nas ilhas antes da chegada dos portugueses/europeus, afirmando que “não passa de ser uma fabula pouco enganosa essa tradição vaga, e infundada, que alguns Escritores sem crítica (entre elles Feijó) [sic] nos tem transmitido á tôa”¹⁶⁷. Pela primeira vez a tese da presença dos Wolof no arquipélago de Cabo Verde aceite durante sessenta anos (ou antes) por quase todos os autores foi criticada e foi rejeitada. Contudo, tanto Lopes de Lima como outros autores posteriores que negavam a presença wolof nas ilhas de Cabo Verde antes da chegada dos portugueses/europeus estavam, ao mesmo tempo, a reivindicar o direito-histórico (absoluto) português sobre o território cabo-verdiano e sobre o próprio homem que nele se criou.

Sobre o destino destes wolof, após à chegada dos portugueses/europeus, os autores foram poucos esclarecedores. Segundo o *Anónimo*, “todos [aqueles] Pretos se sujeitaram logo aos Brancos, que os domesticaram, e fizeram abraçar a todos a Religião católica Romana”. Segundo o

¹⁶⁴ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*. Maço n° 70 (1826-1831) (inédito) Apud António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção [...]*, op. cit., p. 296.

¹⁶⁵ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, op. cit., p. 28.

¹⁶⁶ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, op. cit., Tomo I, p. 4.

¹⁶⁷ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, op. cit., parte I, p. 103.

mesmo, em 1784 a ilha de Santiago era habitada em maior parte por “pretos que se achavam nesta Ilha ao tempo do descobrimento dela”¹⁶⁸. Na tese do *Anónimo*, aqueles habitantes que foram encontrados nas ilhas pelos portugueses/europeus, por volta de 1460, foram logo assimilados e no final do século XVIII eram os principais habitantes (numericamente) da ilha de Santiago e ramificados por todo o arquipélago. Nenhum dos autores levantou a hipótese do extermínio ou de que foram mandados para outro sítio qualquer, o que significa a aceitação, pelos mesmos, da sua participação conjuntamente com os portugueses/europeus e outros grupos africanos (homens e mulheres), principalmente escravos, levados posteriormente para as ilhas, na formação de uma nova sociedade, de um novo grupo humano e uma nova cultura.

Este caso de tradição wolof nas ilhas de Cabo Verde é muito semelhante ao caso de *angolares* na ilha São Tomé. Também neste espaço insular houve uma *tradição oral* que defendia a tese de que existia uma população africana que habitava as regiões mais afastadas da costa da ilha de São Tomé, aquando a chegada dos portugueses. Segundo a Professora Isabel Castro Henriques, “tratar-se-ia já dos Angolares, hábeis pescadores do século XX, que até ao século XIX se mantiveram afastados do contacto com as outras populações santomenses”¹⁶⁹.

Todavia, para o caso da presença de Wolof em Cabo Verde pré-europeia, segundo o Professor José Horta, tratar-se-ia da apropriação das tradições orais correntes em Santiago, pelos “agentes e ideólogos da administração colonial oitocentista”, “nomeadamente através dos registos escritos setecentistas, integrando-as no seu discurso crítico das influências ‘gentias’ da costa sobre os habitantes insulares”. Contudo, nesse novo contexto, “a preservação da memória oral de matéria wolof ou outra de origem africana tornar-se-ia socialmente contraproducente para os seus transmissores cabo-verdianos”¹⁷⁰.

Não deixa de ser curioso como estas duas sociedades insulares (e deve haver mais casos semelhantes em outras partes do mundo) precisavam “inventar tradições” para atribuir o protagonismo histórico aos africanos. Ora, no caso cabo-verdiano, mesmo admitindo a hipótese da existência desse grupo humano no arquipélago antes da chegada dos portugueses/europeus não eram em número suficiente e nem se implantavam de forma organizada a que se pudesse chamar uma sociedade. Foi necessário um processo de povoamento, à partida semelhante aos efectuados

¹⁶⁸ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...], op. cit.*, p. 26.

¹⁶⁹ Cf. Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*, Lisboa, Vega, 2000, p. 50. Sobre esta questão ver a mesma obra, “Questões dos angolares”, pp. 50-60.

¹⁷⁰ Vide José Silva Horta, “As Tradições Oraais Wolof de transmissão Cabo-verdiana: A Memória de *Buumi Jeleen* e dos *Njaay* na Ilha de Santiago (Séculos XV-XVIII)”, pp. 9 e 10, *Mélanges en hommage à Jean Boulègue* (no prelo). Texto cedido pelo autor.

nas outras ilhas atlânticas, mas que em Cabo Verde seguiu contornos bem diferentes a nível humano, botânico e zoológico, de acordo com os condicionalismos do arquipélago. Esse processo de povoamento iniciou-se dois anos após a data tida oficialmente como a data da chegada dos portugueses/europeus, em 1462, iniciando pela ilha de Santiago, correntemente chamada “ilha do Cabo Verde” ou simplesmente “o Cabo Verde” pela sua importância face às outras ilhas e à costa africana fronteira.

Segundo o *Anónimo* de 1784, “el-Rei Dom Afonso V fez logo doação destas ilhas [de Cabo Verde] ao Infante Dom Fernando, o qual cuidou com desvelo em povoar a de Santiago, enviando a ela famílias nobres e enriquecendo-a de privilégios que lhe concedeu o sobredito Monarca”¹⁷¹.

Não muito distanciado do que nos representa o *Anónimo* sobre este início da ocupação e os grupos participantes neste processo, diz Feijó, em 1797, que “fez o Senhor Infante D. Henrique¹⁷² transplantar a esta [ilha de Santiago], e a do Fogo, algumas famílias do Algarve, e Alentejo, que convidadas pelas Reais Munificências do Senhor Rei D. Afonso V, ali se estabeleceram”¹⁷³. Exceptuando a confusão feita por Feijó, no que toca ao Infante D. Fernando e Infante D. Henrique, foi sem dúvida o primeiro encarregado da ocupação das ilhas de Cabo Verde, no entanto, vários autores que escreveram a seguir ao *Anónimo* aceitaram esta ideia, com pouca ou nenhuma alteração, inclusive com os mesmos lapsos dos autores anteriores.

Com alguma novidade escreve Lopes de Lima, em 1844, quando diz que para povoar as ilhas de Santiago e Fogo “mandou o Infante D. Fernando no ano de 1461¹⁷⁴ casaes do Algarve em companhia do descobridor Antonio de Nolle, Diniz Eannes, e Ayres Tinoco, primeiros Donatarios [...]”¹⁷⁵.

Segundo as representações destes autores, exceptuando Lopes de Lima, além de aceitarem a existência do grupo dos Wolof antes da chegada dos portugueses/europeus, foram do contingente europeu, no início do povoamento das ilhas de Cabo Verde, “famílias nobres”, segundo o *Anónimo*; “gente do Alentejo” como informa Feijó ou “casaes do Algarve” segundo Lopes de Lima.

A distância que o arquipélago de Cabo Verde se encontrava do reino, com um clima tropical pouco propício aos europeus e, sobretudo, sem grandes recursos naturais que dariam um lucro fácil, inclusive chuva abundante para a produção cerealífera, uma das principais bases de alimentação das populações das regiões mediterrânicas, fazia das ilhas um espaço pouco atractivo para os

¹⁷¹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 20.

¹⁷² Parece engano. Deve ter sido Infante D. Fernando. Já que o Infante D. Henrique morreu em 1460.

¹⁷³ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 2.

¹⁷⁴ Deve ser 1462.

¹⁷⁵ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 104.

portugueses/europeus para a sua ocupação, a não ser com grandes prerrogativas¹⁷⁶. Quatro anos depois do início do processo, a ilha continuava quase desabitada, salvo algumas poucas famílias dos mesmos capitães-donatários, inclusive alguns genoveses¹⁷⁷ e alguns religiosos. As ilhas tinham fortes limitações, o que inicialmente inviabilizava a ocupação.

Como forma de dar mais impulso ao povoamento, a carta de 1466 concede alguns privilégios aos moradores de Santiago. A mesma carta representava que ninguém queria ir para lá viver sem “grandes liberdades, franquezas e despesa sua”, por isso, a rogo do mesmo Infante D. Fernando, o rei concede, entre outras garantias, a todos os moradores da dita ilha a licença de comerciar em toda a costa fronteira, excepto na costa de Arguim e podiam comerciar todos os produtos, excepto mercadorias defesas¹⁷⁸. Com esses privilégios concedido aos moradores, a ilha de Santiago, através dos seus moradores tornou-se num importante entreposto comercial entre a África e a Europa, tornando-se atractiva, principalmente aos comerciantes de longa escala, agora pelo seu valor estratégico. Mas com o passar dos anos, viu-se que como resultado a promoção de um povoamento, com base no sector mercantil, litoral, portuário e urbano, agregando habitantes principalmente na Ribeira Grande¹⁷⁹. Segundo António Leão Correia e Silva, em Santiago “vão fixar-se homens cujo modo de vida consistia no comércio marítimo e internacional” e, sendo assim, “a ilha não é mais que uma colónia de mercadores europeus colocados estrategicamente numa ilha periférica do mundo europeu e próxima dos mercados africanos”¹⁸⁰, apesar de possibilitar um povoamento branco.

Entre outros factores, a carta de 1466 mostra-se insuficiente aos objectivos da Coroa, por isso, esta promulgou uma nova carta régia em 1472, conhecida como a “carta da limitação dos privilégios”. Pois esta carta, entre várias outras limitações, limitava aos moradores “privilegiados” de Santiago os espaços onde podiam comerciar e os produtos que deviam utilizar neste comércio. Ficou então estabelecido aos moradores utilizar nas trocas com a costa africana: os produtos

¹⁷⁶ Maria Manuel Torrão, “A Colonização de Cabo Verde: medidas e objectivos”, *Portugal no Mundo*, vol. II, Dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 150-170; Maria Emília Madeira Santos, *et al*, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)”, *Africana*, nº Especial 6, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2001, pp. 49-78.

¹⁷⁷ Vide Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1991, pp. 125-177, p. 127; George E. Brooks, *op. cit.*, pp. 27 e 45.

¹⁷⁸ Cfr. Orlando Ribeiro, “Primórdios da ocupação das Ilhas de Cabo Verde”, *Revista da Faculdade Letras* (separata), tomo XXI, 2.ª Série, nº 1, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1955, pp. 1-35, p. 8 e Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *HGCV*, *op. cit.*, Vol. I, pp. 130-131.

¹⁷⁹ Vide António Leão Correia e Silva, *Histórias de um Sahel [...]*, *op. cit.*, pp. 20-28.

¹⁸⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 24.

exclusivamente produzidos nas ilhas; e ainda não podiam efectuar parcerias com os “não moradores” e nem podiam utilizar na ligação com a costa os navios que não pertenciam exclusivamente aos habitantes da ilha e ser armados e comandados pelos mesmos¹⁸¹.

Até 1472 as actividades económicas da ilha de Santiago eram sobretudo mercantis. Mas, com a carta de 1472, para os moradores continuarem a praticar o comércio com a costa fronteira, era necessário fazer as terras produzir e, para isso, foi necessário a “criação de um aparelho produtivo”¹⁸², onde a agro-pecuária, voltada para o comércio, era a principal actividade. Para o funcionamento deste aparelho criado foi necessária a importação de escravos negros e alguns homens livres da costa para trabalharem na agricultura e na criação de gado, isto é, como mão-de-obra. Estes escravos e alguns homens livres não serviram apenas como trabalhadores, também tiveram um papel de povoadores e colonizadores das ilhas, primeiramente de Santiago e posteriormente Fogo e só depois as restantes ilhas. Tiveram um papel activo e decisivo no aparecimento da sociedade cabo-verdiana, principalmente após às ligações das mulheres negras africanas com os homens brancos europeus. As situações das ilhas eram propícias a este tipo de ligações. As interdependências e inter-relações entre os moradores e outros frequentadores das ilhas eram uma forma de sobrevivência, pois num espaço insular como as ilhas de Cabo Verde os tais fenómenos eram inevitáveis. Os senhores¹⁸³ precisavam dos escravos para poderem continuar as suas actividades nas ilhas, os escravos foram levados para ali e ali permaneciam porque os seus senhores precisavam deles; e os pretos livres estavam nas ilhas pelas situações criadas pelos escravos e pelos senhores.

Com a produção nas ilhas, a importação, fuga e alforria dos escravos e a entrada de alguns homens livres da costa africana fez com que Santiago aumentasse significativamente a sua população livre, inclusive, parte desta passou para o Fogo. Não houve, portanto, um povoamento branco (europeu) nas ilhas de Cabo Verde, à semelhança do que aconteceu nos Açores e na Madeira, e como era a intenção da Coroa mas, pelo menos, este povoamento assegurou a terra recém-achada e fez com que ela produzisse, o que gerou lucros para a Coroa e ao mesmo tempo que apoiava a navegação atlântica.

¹⁸¹ Cf. Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *HGCV, op. cit.*, Vol. I, p. 131; António Leão Correia e Silva, *Histórias de um Sahel [...]*, *op. cit.*, pp. 29 e 30; João Estêvão, “Peuplement et Phénomènes d’Urbanisation au Cap-Vert Pendant la Période Coloniale, 1462-1940” *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, sous la direction de Michel Cahen, L’Harmattan, Paris, 1989, pp. 42-59.

¹⁸² Vide António Leão Correia e Silva, *Histórias de um Sahel [...]*, *op. cit.*, p. 30.

¹⁸³ Os Senhores tratados não abrangem só os latifundiários. Devido ao baixo custo dos escravos nas ilhas, quase todos os homens livres possuíam escravos. Diz Lucas de Senna que nas ilhas “ninguém se serve senão com escravos; o mais pobre da plebe tem [a]o menos um escravo ou escrava para se servir;” Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 60.

Pode-se assim dizer, nestas circunstâncias que Santiago, mais precisamente Ribeira Grande, foi o berço da cabo-verdianidade, ali se “inventou” o homem cabo-verdiano. A seguir a Santiago deu-se o povoamento da ilha do Fogo, só nos finais do século XV, pela iniciativa dos próprios habitantes de Santiago. Segundo Orlando Ribeiro, “Fogo foi povoada à sombra de Santiago”¹⁸⁴. Era a ilha que apresentava melhores condições para a ocupação a seguir a Santiago. As restantes do arquipélago foram povoadas a passos lentos, consoante os recursos a explorar e o saldo populacional, pois segundo diz o Padre António Brásio, “foi preciso criar tudo a partir do nada, desde o homem, até ao gado e às plantas úteis”, isto se aplicava a todas as ilhas do arquipélago¹⁸⁵. Arrastou-se até meados do século XIX com o povoamento da ilha Sal e de S. Vicente. À medida que a população livre vai aumentando, vão ocupando as terras desabitadas, ilhas e interiores das que já eram habitadas. Segundo Ilídio Baleno, exceptuando Santiago e Fogo, as outras ilhas permaneciam despovoadas durante todo o século XVI. A seguir a Santiago e Fogo foi a vez de Santo Antão e de S. Nicolau¹⁸⁶, pois, possuíam “muita e boas águas doces”¹⁸⁷, um dos principais condicionantes para a ocupação de qualquer território. Ainda no século XVII as ilhas como a Boavista¹⁸⁸, o Maio, a Brava serviam de campos agro-pecuário, principalmente a criação de gado caprino, e nas mesmas ilhas chacinavam estes gados para a obtenção da carne, da pele e dos sebos. Estas funções implicavam as deslocações sazonais de homens para executarem estes serviços. Sal e S. Vicente permaneceram desertas até finais do século XVIII, início de vários projectos e acções de ocupações efectivas que só foram concretizados nos meados do século XIX.

2.1.1. Antecedentes históricos: o momento fundador

“Tiram estes habitantes [do arquipélago de Cabo Verde] a sua origem das raças Africanas, com cruzamentos, que nessas tem feito colonização portuguesa, e o trato continuado nos portos com estrangeiros de diversas partes”¹⁸⁹. Assim resume Lopes de Lima a origem do homem cabo-verdiano.

¹⁸⁴ Cf. Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções, apresentação de Suzanne Daveau, [ed.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 89-96.

¹⁸⁵ Vide P. ^c António Brásio, “Descobrimento, Povoamento, Evangelização do arquipélago de Cabo Verde”, *Separa de Stydia: Revista Semestral*, nº 10, Julho 1962, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, p. 80.

¹⁸⁶ Para uma abordagem mais profunda sobre esta ilha, num período entre séculos XV e XVIII, veja-se André Teixeira, *A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2004.

¹⁸⁷ Cf. Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *HGCV, op. cit., Vol. I*, p. 146.

¹⁸⁸ Para uma abordagem geral sobre esta ilha, veja-se Joseff Kasper, *Ilha da Boa Vista: Aspectos Históricos, Sociais, Ecológicos e Económicos: Tentativa de análise*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1987.

¹⁸⁹ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...], op. cit., parte I*, p. 103.

Do encontro ocorrido em solo cabo-verdiano, iniciado na ilha de Santiago a partir de 1462, entre diversos povos, vindos de dois continentes, Europa e África, originou um contínuo processo de mestiçagem, que até hoje ainda se verifica nas ilhas, e teve como resultado uma sociedade nova, com características específicas – a sociedade cabo-verdiana. Do cruzamento desses seres, providos de culturas diferentes, com formas de vida diferentes e que se encontraram no arquipélago de Cabo Verde resultou um novo ser – o cabo-verdiano, indissociável das ilhas. Com esse novo ser nasce uma nova cultura. As formas culturais levadas para as ilhas recompuseram-se para formar uma nova, num espaço próprio, onde esta coabitou-se, nos primeiros tempos, com as culturas anteriores, sem que, no entanto, haver fronteiras rígidas com as mesmas.

Nos primórdios da formação da sociedade cabo-verdiana, participaram elementos de duas áreas geográficas distintas, constituindo, assim, dois grupos principais, brancos europeus e negros africanos¹⁹⁰. Numa situação de desigualdade numérica, prevalecendo os africanos, e cultural, prevalecendo os europeus. Desigualdade também no conhecimento dos mesmos grupos, pois, apesar de ser indiscutível a prevalência numérica dos africanos, mais se sabe sobre o contingente europeu do que africano. Sobre o primeiro há mais informação, pois, constituíam a “autoridade” e era o grupo que detinha a soberania das ilhas.

O povoamento das ilhas de Cabo Verde tinha por detrás (para não dizer únicos) interesses económicos; por isso, os incentivos da Coroa para a ocupação das ilhas, numa primeira fase, atraíram, principalmente comerciantes. A situação não mudou muito nos anos seguintes. Estes mesmos comerciantes adaptaram-se ao sistema ao chegarem às ilhas, como foi o caso da produção agro-pecuária voltada para o comércio.

Constituindo grupo do reinol, segundo Ilídio Baleno, para além dos indivíduos ligados ao comércio, “à medida que a sociedade se ia estruturando e crescendo em número de moradores, surgiam outros agentes”, para gerir o bom funcionamento da sociedade emergente. Surgiram pessoas para a “gestão político-administrativa, para a assistência espiritual, para a assistência sanitária”, entre outros. Fazem parte deste estrato: feitores, provedores, contadores, ouvidores, vedores da Fazenda, padres, missionários, etc. Todos em missões temporárias. Muitos voltavam

¹⁹⁰ Cf. Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *HGCV, op. cit., Vol. I*, p. 148. Para uma visão mais complexa e menos dual, veja-se o quadro do artigo: “Ser ‘Português’ em terras de Africanos: vicissitudes da construção identitária na ‘Guiné do Cabo Verde’ (sécs. XVI-XVII)”, *Nação e Identidades — Portugal, os Portugueses e os Outros*, coordenação de Hermenegildo Fernandes, Isabel Castro Henriques, José da Silva Horta e Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História, Caleidoscópico, 2009, pp. 261-273, pp. 262-263.

depois terminadas mas outros fixaram-se permanentemente nas ilhas¹⁹¹. Todavia, grande parte morria sem cumprir a missão e/ou sem regressar.

Apesar destes indivíduos do reino comporem um subgrupo reduzido, eram a “cabeça” dessa sociedade. Detêm o poder económico, político e desempenhavam papel fundamental no comércio privado e público, cargos governativos, militares, clericais e outros de importância nas ilhas.

Ainda de origem portuguesa, sendo também reinóis, participaram os degredados, indivíduos que eram para ali enviados como cumprimento de pena por crimes cometidos na metrópole. Muitas vezes eram integrados na sociedade e, por vezes, ocupavam cargos públicos de grande relevância, frequentemente na corporação militar.

No contingente europeu, a par portugueses, participaram na formação da sociedade cabo-verdiana, os estrangeiros¹⁹²: genoveses, castelhanos, flamengos e seus descendentes, para ali mandados pelos seus reis e príncipes¹⁹³. Os genoveses, como refere a carta de 1466, foram familiares de alguns membros que acompanhavam António da Noli, capitão-donatário do Sul da ilha de Santiago (Ribeira Grande). Com uma presença mais significativa aparecem os castelhanos.

No grupo dos brancos ainda teve grande participação a tripulação e os mercadores que aportavam as ilhas e ali fixavam temporariamente, muito menos tempos que os outros grupos. O tempo suficiente para descarga e carga dos navios. Tinham o estatuto de morador ou simplesmente estantes. Estes e os “cristãos-novos” no arquipélago eram também precedentes de várias nações europeias¹⁹⁴. Os “cristãos-novos”, fugindo das perseguições na Europa, buscavam as ilhas de Cabo Verde como refúgio. No entanto, a maioria foi como degredada de Portugal.

A população branca, constituída maioritariamente pelos portugueses, estava concentrada sobretudo na Ribeira Grande por estarem ligadas à administração e ao comércio. O número deste contingente nunca atingiu grandes proporções face ao contingente africano. Mormente homens e poucas mulheres brancas justificavam o fraco crescimento dos brancos nas ilhas. A falta de mulheres brancas também foi a principal causa do processo de mestiçagem no arquipélago.

¹⁹¹ Vide Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *HGCV, op. cit., Vol. I*, p. 149.

¹⁹² O estrangeiro aqui refere-se aos não portugueses e não africanos, na sua maioria eram europeus de nacionalidades não portuguesa e, posteriormente os americanos, tanto do norte como do sul que frequentavam o arquipélago de Cabo Verde nos séculos XVIII e XIX.

¹⁹³ Cf. António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, 1460-1878*, 3ª ed, Praia, Instituto de Promoção Cultural, [1972], 2000, p. 281.

¹⁹⁴ Vide Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *HGCV, op. cit., Vol. I*, p. 150 e 151.

Do lado africano participaram na formação da sociedade cabo-verdiana, constituindo maior substrato, negros escravos e alguns homens livres. Contudo, poucas informações se têm sobre as suas origens étnicas deste contingente devido à escassa documentação sobre os mesmos¹⁹⁵.

Recrutados pelos europeus, sobretudo a partir de 1472, para mão-de-obra, e depois uma boa parte para a exportação, os escravos negros tiveram um papel fundamental na formação da nova sociedade cabo-verdiana com muito mais peso nas primeiras ilhas a ser povoadas, nomeadamente Santiago e Fogo, já que no povoamento das outras também teve a participação dos mestiços fruto da povoação das primeiras. O papel dos escravos nas ilhas não foi só de trabalhar para os seus senhores, também foram, ao lado dos seus senhores, “produtores de homens”, de cultura e do espaço cabo-verdiano.

Os poucos homens livres, segundo António Carreira, que devido às boas relações com os moradores das ilhas foram voluntariamente para o arquipélago na companhia daqueles, num contexto de comércio iam, principalmente, receber o baptismo católico nas ilhas¹⁹⁶. No arquipélago cabo-verdiano os africanos livres não tiveram muito peso na fase inicial da ocupação como tiveram em São Tomé e Príncipe, onde, lado-a-lado, e às vezes à frente, dos europeus (livres), tiveram um papel activo e participativo no processo em curso. Em S. Tomé e Príncipe, estes africanos da costa, livres e ricos, proprietários de escravos, com quem os portugueses/europeus mantinham um bom relacionamento, foram-se instalar nas ilhas, desempenhando um papel dinamizador no comércio com a costa africana, na altura, como principal meio para o lucro. Este comércio interessava aos moradores europeus, mas também “atraía os moradores africanos, livres e ricos, para quem o comércio a longa distância constituía igualmente nas suas regiões de origem, a actividade económica que garantia a riqueza, o poder e o prestígio”¹⁹⁷.

Crê-se que contingente africano nas ilhas de Cabo Verde era proveniente na sua maioria da costa da Guiné, ou simplesmente Guiné como era denominada na época, por dois motivos: pela proximidade deste espaço com as ilhas, pela relação e privilégios que os moradores das ilhas tinham na costa. Os grupos étnicos predominantes nesta região e que acreditam-se terem sido

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 153-157. Para a mais recente tentativa da identificação dos grupos étnicos da contingência africana que estiveram na origem do povoamento das ilhas veja-se Maria João Soares, Maria Manuel Torrão, “The Mande through and in the Cape Verde islands (15th-18th centuries)”, *Mande Studies 9: Trade, trades and cross-cultural relationships in Greater Senegambia*, Guest Editors Peter Mark, José da Silva Horta, 2007, pp. 135-147.

¹⁹⁶ Cfr. António Carreira, “A Guiné e as ilhas de Cabo Verde: a sua unidade histórica e populacional”, *Ultramar: Revista da comunidade portuguesa e da actualidade ultramarina internacional*, vol.8, nº 32, Lisboa, [s.n], 1968, pp. 70-98, p. 87. É de notar que este artigo foi um dos primeiros trabalhos de António Carreira, porém, apresenta-se com pouco rigor metodológico, principalmente, no campo da história.

¹⁹⁷ Cf. Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe [...]*, pp. 39-43.

predominantes no povoamento inicial das ilhas foram Wolof, Mandinga, Balanta, Papel, Bijagó, Felupe, Fula, e outros diversos, que em contacto com os europeus se recompuseram num só grupo – no cabo-verdiano – ainda no segundo século do povoamento.

Todavia, entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, o cabo-verdiano foi confrontado com a sua origem e natureza devido às suas práticas culturais; a sua origem era reinventada e redefinida pelos forasteiros que por ali trabalhavam, prestavam serviços ou simplesmente estavam de passagem, que lhe atribuíram uma predominância *negra*, principalmente aos habitantes da ilha de Santiago e em segundo lugar aos do Fogo. Foi neste contexto que estes autores forasteiros “reinventaram” a tradição wolof nas ilhas de Cabo Verde. O *Anónimo* que inaugurou a discussão sobre a presença dos Wolof pré-portuguesa/europeia nas ilhas de Cabo Verde e a origem africanizada do homem cabo-verdiano, para os finais de século XVIII e a primeira metade do século XIX, representava os habitantes da ilha de Santiago como maioritariamente pretos que se achavam naquela ilha no tempo do descobrimento e os escravos que se libertaram e se propagaram até 1784, data em que escreveu a *Notícia*¹⁹⁸. Independentemente desta tese de uma presença wolof pré-europeia/portuguesa, Santiago como a primeira ilha a ser povoada representa assim o berço da cabo-verdianidade. Falar desta ilha era na verdade falar do arquipélago de Cabo Verde, ilhas outras – que muitas vezes eram representadas como adjacentes a Santiago, juntamente como os territórios de influência situados na costa da Guiné.

De igual modo, segundo João da Silva Feijó, em 1797, copiado depois por António Pusich em 1810, além dos Wolof, as famílias enviadas do Algarve e Alentejo que se estabeleceram ali, “as quais depois pelo comércio, e tratos com as negras do país, ou com as que vinham da Guiné, foram-se propagando, e misturando principalmente na capital, de sorte que hoje, a excepção de bem poucas casas, todas as mais são pardos, e pretos; a estes colonos foram-se agregando os exterminados, que para purgarem os seus delitos que para ali eram (e são) para ali enviados pela Justiça de toda a Ordem [...]”¹⁹⁹.

A propósito da religião nas ilhas, em 1818, Lucas de Senna diz que aqueles habitantes, “providos de pais negros, cafres e selvagens, em nada têm perdido os seus ridículos usos dos seus ascendentes”²⁰⁰. Para Lucas de Senna, os cabo-verdianos eram descendentes de negros da costa africana e, logo, também, eram negros, porque mesmo nascendo nas ilhas de Cabo Verde, um espaço civilizacional supostamente português, ainda mantinham a memória dos negros africanos.

¹⁹⁸ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 26.

¹⁹⁹ Cfr. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 2; António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 611.

²⁰⁰ Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 103-104.

Afirma o mesmo autor que “os negros criados no seu país natal, vagabundos, não têm sujeição, nem leis; ainda que sejam nascidos em outro de religião, leis e educação, contudo nenhum homem [...] se esquece daquela dos seus pais, e por isso negro em lhe parecendo recorda-se das lições dos seus ascendentes, e diz que não quer jugo”²⁰¹.

Porém, Lopes de Lima que nega a existência dos Wolof na ilha de Santiago antes dos portugueses representa que aos “casaes do Algarve” que foram com os primeiros donatários, “os quaes valendo-se do exclusivo, que lhe fora conferido, resgataram em Guiné grande numero de escravos para o arroteamento das terras: daqui se originaram logo três especies de castas”: *brancos*, *pretos* e *mulatos*; este último foi novidade, era “descendência cruzada dos brancos da Europa e negras de Guiné”. A continuidade da introdução de escravos e dos degredados fez aumentar o grupo dos mulatos de um modo continuado. Sem fazer a diferença da quantidade, Lopes de Lima defende que o cabo-verdiano foi fruto do cruzamento de europeus de vários estratos sociais e escravos africanos, numa primeira fase, na ilha de Santiago. As outras ilhas receberam filhos desta primeira e já com um grau de mestiçagem e de adaptação muito avançada²⁰².

O cabo-verdiano foi (e é), assim, produto da interacção económica, social, cultural e de um contexto histórico específico, bem como da posição geo-estratégica, num espaço geográfico particular que foi o arquipélago de Cabo Verde.

2.1.2. A estrutura social entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX

Partindo do princípio de que os habitantes das ilhas de Cabo Verde estavam unidos por um sistema de relações de obrigação como membros da sociedade, neste ponto procura-se analisar as representações de forasteiros sobre a estrutura social ou organização social²⁰³ relativamente à colocação e à posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações no mundo cabo-verdiano (restrito às ilhas de Cabo Verde) no período entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Assim, pretende-se responder à questão, através destes forasteiros: como estava(m) organizada(s) a(s) sociedade(s) nas ilhas? Perceber quais eram os grupos e subgrupos, as suas transformações e os papéis que desempenhavam no mundo social do arquipélago cabo-verdiano. A resposta será necessária para a percepção das próprias representações que se faziam do homem cabo-verdiano.

²⁰¹ Idem, *ibidem*.

²⁰² Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 104 e 105.

²⁰³ Sobre o conceito de *Estrutura Social*, veja-se *Dicionário de sociologia*, sob a direcção de Raymond Boudon [et al.], Lisboa, Dom Quixote, 1990, pp. 97-98.

Se inicialmente havia no arquipélago dois grandes grupos distintos – brancos europeus e negros africanos, nos finais do século XVIII a estrutura compunha-se de pelo menos mais um (grande) grupo, intermédio, fruto das recomposições dos dois anteriormente existentes. Mas, antes de mais, convém referir que nesta altura, apesar de os habitantes das ilhas de Cabo Verde serem de “muitas cores”²⁰⁴, a cor não estabelecia a distinção social. Por exemplo, o “ser branco” tinha mais que ver com o poder económico e estatuto social do que o grau de pigmentação da pele. Neste contexto, e mesmo nos mais actuais, exemplificou Orlando Ribeiro, que era “impossível separar os brancos dos mulatos”²⁰⁵. No entanto, no período em estudo, e mesmo antes, é preciso fazer a distinção entre “brancos europeus” e os “brancos não europeus”, isto é, “brancos reinóis”, “brancos da terra”, e os outros que se consideravam e/ou eram considerados brancos por reclamarem uma ascendência branca. Entre 1784 e 1844 os grupos sociais existentes nas ilhas estavam “demarcados muito mais pelo índice de riqueza e privilégios sociais do que verdadeiramente pela cor”²⁰⁶.

Se antes, como afirma António Carreira, pouco se sabe da formação das “classes sociais” no arquipélago, a partir dos finais do século XVIII abundam as (primeiras tentativas de) esquematizações dos grupos sociais existentes nas ilhas. Grupos esses que foram fortemente condicionados nas suas formações e sobrevivências pelas medidas de concessões como as cartas régias, doação das ilhas, direitos e obrigações dos que habitavam ou foram habitar as ilhas de Cabo Verde²⁰⁷. Estas medidas desenvolveram determinadas situações económicas que se tornaram o principal diferenciador social como também a própria insularidade das ilhas e a própria sociedade cabo-verdiana já nasce com diferenciador social.

O *Anónimo da Notícia corográfica* de 1784 representa, como vimos, que a ilha de Santiago era habitada, pela maior parte, por *pretos* que se achavam naquela ilha ao tempo do descobrimento e outros escravos que se libertaram e se propagaram como até à altura ainda acontecia; pelos *pardos* que eram filhos de homens brancos e de mulheres pretas, e pelos muito poucos brancos descendentes daqueles primeiros, “ou porque muitas casas deles se extinguiram, por falta de

²⁰⁴ Veja-se por exemplo quando, em 1835, a Junta da Fazenda refere a “habitantes de todas as côres”; cf. SENMU, “Consulta da junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 17.

²⁰⁵ Vide Orlando Ribeiro, “As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX”, [...], *op. cit.*, p. 633.

²⁰⁶ Vide António Carreira, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Ulmeiro, 1984, p. 139. O “Branco” aqui não era necessariamente da cor da pele mas sim do estatuto sócio-económico. George E. Brooks utiliza o termo “branco de dinheiro”, cf. George E. Brooks, *op. cit.*, pp. 33 e 34.

²⁰⁷ Cf. Idem, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, 2ª ed., Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983, p. 39; João Estêvão, “Cabo Verde”, *op. cit.*, pp. 178-180. Para uma abordagem mais generalizada do século XV a XIX veja-se George E. Brooks, *op. cit.*, pp. 27 e 45.

sucessão; ou porque as outras se degeneraram²⁰⁸ em mestiços na conformidade do clima que é mais propício para estes que para aqueles”. Para além destes, havia nas ilhas, “alguns homens brancos, naturais do reino, que ordinariamente são aqueles que casam com as mulheres brancas da terra”²⁰⁹. Neste grupo deviam estar incluídos os reinóis que iam para o arquipélago cumprir os ofícios, normalmente por três anos. Contudo, nota-se a ausência de escravos nos grupos representados. O autor apenas fez referência a “pretos”.

De acordo com o autor, em 1784 podiam-se distinguir três grupos de habitantes na ilha de Santiago – os *pretos* (descendentes de escravos), os *pardos* ou *mestiços* (filhos de homens brancos e mulheres negras) e os *brancos* (reinóis e os seus descendentes, isto é, homens brancos, naturais e principais da terra). Porém, a situação social não era homogênea em todas as ilhas e o próprio Anónimo descarta algumas diferenças. Por exemplo, na ilha do Fogo, a segunda mais povoada, tinha “mais gente branca e mestiça natural da terra, e também alguma oriunda do reino”²¹⁰.

Em 1797, João da Silva Feijó representou um cenário idêntico, embora com algumas alterações entre as duas edições (1813 e 1815). Segundo o autor, a “três classes se reduzem os habitantes das ilhas” [Santiago e Fogo]. Na versão publicada em Novembro de 1813, eram: *brancos*, *naturais* e *escravos*, ao passo que na versão de 1815 o autor substituiu os escravos por *negros*. Nesta versão o Feijó não suprimiu os escravos da sociedade cabo-verdiana, embora nesta parte apareça *negros* em vez de escravos.

A “primeira classe”, segundo Feijó, composta por portugueses e estrangeiros, era “a mais diminuta e se acha complicada [i. e. em conflito] com a segunda. A vigésima parte é que possui bens, sendo o restante, o número dos chamados vadios, principalmente na Capital [Santiago] e no Fogo”. No grupo dos brancos integravam-se os “exterminados”, degredados que para ali eram enviados para “purgarem os seus delitos”. Os mulatos, produzidos pela comunicação das pretas com os brancos (portugueses e estrangeiros) agregavam-se ao grupo dos *naturais*. Os libertos pertenciam ao grupo dos “pretos”, e para não se sujeitarem ao trabalho e subordinação dos brancos passaram a povoar as outras ilhas²¹¹.

Sem muita diferença das representações de Feijó, aliás como já se teve a oportunidade de dizer, afirma António Pusich, primeiramente em 1803 sobre a ilha de S. Nicolau e depois em 1810 sobre o arquipélago em geral, sobre a estrutura social das ilhas, que a “três classes” se reduzia os

²⁰⁸ A noção de “degenerescência” aqui era no sentido de “impureza”, não do ponto de vista das crenças mas sim do ponto de vista somático e cultural, em relação ao anterior estado, neste caso portugueses/europeus.

²⁰⁹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 26-27.

²¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 30.

²¹¹ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 2 e 3; Idem, “Ensaio Económico [...]”, *op. cit.*, pp. 2-3.

habitantes das ilhas [Santiago e Fogo]: *brancos, mulatos e pretos*. O primeiro grupo constituía uma minoria de um todo dos habitantes das ilhas de Santiago e Fogo e se achava em constante luta com o segundo que era mais numeroso. Eram descendentes de brancos, convidados pelas reais munificências do Sr. Rei D. Afonso V, composta por reinóis, genoveses, espanhóis, e outros. Segundo Pusich, o primeiro e o segundo grupo formavam a metade do total dos habitantes das duas ilhas e possuíam a maior parte dos bens. O terceiro e último grupo eram “quase todo composto de pretos, uns proprietários de alguns bens, outros e a maior parte vadios ou escravos”, nas ilhas de Santiago e do Fogo. Nas outras ilhas os habitantes que não eram escravos, quase todos possuíam algumas terras para o cultivo²¹².

Pouco esclarecedora foi a estrutura social representada no “Relato do Feitor da Fazenda Real” (1806) que dividiu em dois grupos os habitantes do arquipélago: os “agentes administrativos” e o “povo”, este último referia-se também à ilha do Fogo, mas o primeiro só constava para o caso da ilha de Santiago. Todavia, ambos os grupos eram “habitantes” das ilhas de Cabo Verde²¹³.

Em 1818, Lucas de Senna representou claramente um grupo constituído por *escravos*, em diversas categorias, dependendo das condições económicas e benevolência do seu senhor. Pois, segundo o mesmo, em Cabo Verde, “ninguém serve se não com escravos;” e mesmo os mais pobres possuíam pelo menos um escravo²¹⁴. Fica dito que um outro grupo compõe-se dos *senhores*, ricos e pobres, que se serviam de escravos para os seus serviços.

Lopes de Lima e Chelmicki e Varnhagen representaram a estrutura social do ponto de vista étnico e uma análise estatística do arquipélago em geral e das ilhas em particular, partindo de números de habitantes mais significativos para os específicos²¹⁵. Os números apontados por Lopes de Lima e Chelmicki e Varnhagen nem sempre eram exactos e actuais ao período em que escreveram, muitas vezes eram estimativas feitas pelos próprios autores. Na altura quase todas as ilhas já eram povoadas e não era fácil obter informações exactas de todas elas. Para além disso, o número de população estava sempre a variar devido às secas e fomes que assolavam as ilhas com frequência. Em muitos casos e em muitas ilhas, a população reduzia-se para a metade num período de 2, 3 anos no período de secas e fomes.

Segundo os dados apresentados por Chelmicki e Varnhagen, do recenseamento de 1807, o arquipélago de Cabo Verde comportava 58 401 habitantes “de ambos os sexos e todas as cores”.

²¹² Vide António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 611.

²¹³ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, pp. 176 e 177.

²¹⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 60.

²¹⁵ Para a caracterização da demografia num período relativamente anterior, veja-se André Teixeira, *op. cit.*, pp. 127-135, 159-180 e para o século XIX, João Estêvão, “Cabo Verde”, *op. cit.*, pp. 169-171.

Dividiam-nos em 4 grupos e de formas seguintes: 1752 brancos; 25 250 mulatos; 5 109 pretos escravos e 27 290 pretos forros²¹⁶.

No recenseamento de 1834, publicado por Lopes de Lima, a população das 8 ilhas povoadas era de 55 833 almas, sendo 51 854 eram habitantes livres e 3 979 escravos²¹⁷. Nota-se que a população reduziu em relação ao censo de 1807, pois as ilhas tinham sido assoladas pela grande fome de 1831-1833 que matou cerca de 30 000 habitantes²¹⁸. Segundo as estimativas de Lopes de Lima, o número de habitantes voltou a aumentar, inclusive com aumento da introdução de nova vaga de escravos²¹⁹. Segundo o mesmo autor, em 1844 a população excedia os 70 mil. Além do aumento dos escravos, foram do reino para as ilhas “alguns colonos, e aventureiros, e muito degredados, afora empregados do governo”, porém, “no todo da província a população branca poderá estar para com a gente de côr na razão de um por vinte”²²⁰.

Pelo próprio processo de povoamento das ilhas, como já se podia observar, a estrutura social do arquipélago de Cabo Verde podia variar de ilha para ilha ou até mesmo dentro da mesma ilha, diferenciando-se tanto na composição dos grupos como na proporção entre si. Chelmicki e Varnhagen representavam os habitantes da ilha de Santo Antão como sendo “mais mulatos do que pretos, até alguns bem claros”, homens de grande estatura e as mulheres bem-feitas de cor parda. Na vila de Santa Cruz, vulgarmente chamada Ribeira Grande, havia “muitos brancos, descendentes dos primeiros colonos portugueses, que não cruzaram muito com as raças mascavadas”. Os crioulos ou “raças mascavadas” daquela ilha conservavam a brancura europeia, como não se encontrava na velha Europa civilizada²²¹. A ilha de S. Nicolau tinha cerca de 7 000 habitantes entre pretos, mulatos e escravos, com apenas 30 brancos. A estrutura social da ilha do Fogo dividia-se em 4 grupos, totalizando 13 150 habitantes – 5 000 mulatos, 6 000 eram forros, 2 000 eram escravos e apenas 150 eram brancos. Porém, na Brava, “*Paraíso do Arquipélago Caboverdiano*”, tinha pouco mais de 4 000 habitantes, quase todos brancos, alguns europeus e muitos filhos da Madeira ou descendentes deles²²².

Santiago, Santo Antão e Boavista formavam o grupo de ilhas com uma maioria de habitantes de cor mais escura e Fogo e S. Nicolau formavam o da cor parda e cabelo “quase liso”. Na ilha de

²¹⁶ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 320-321.

²¹⁷ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 5.

²¹⁸ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 322.

²¹⁹ Quanto aos números e uma análise comparativa sobre a origem, caracterização e distribuição dos escravos nas ilhas veja-se António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção [...]*, *op. cit.*, pp. 385 e ss.

²²⁰ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 4-6.

²²¹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 19.

²²² Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 36, 87 e 90.

Santiago, com exceção da vila da Praia e algumas ribeiras, todos os habitantes eram pretos²²³, enquanto na Brava a população branca era mais numerosa de que qualquer outra ilha do arquipélago. Mas era na vila da Praia onde se concentrava o maior número de degredados, ainda que houvesse alguns espalhados pelo arquipélago.

Segundo Chelmicki e Varnhagen, em 1841, os pretos livres, habitantes dos interiores das ilhas, vulgarmente chamados de *vadios* “fazem uma classe mui e totalmente destacada da população das villas e logares que allí têm nomes de villas”. Este grupo vive de lavoura da terra e era o “verdadeiro typo dos habitantes”²²⁴ do arquipélago. A influência desse grupo no peso social nas ilhas de Cabo Verde já era sentida séculos antes.

Em 1844, segundo Lopes de Lima, nas ilhas originaram três “especies de castas” de homens: “*brancos*, descendência pura de gente europêa; *pretos*: descendência pura das alianças dos escravos da Guiné; e *mulatos*: descendência cruzada dos brancos da Europa com as negras de Guiné”. O autor introduz o conceito “aborigens” e “indígenas” e faz o paralelismo entre os habitantes de barlavento mais a ilha de Brava *versus* ilha de Santiago. A cor predominante dos habitantes do primeiro grupo das ilhas era é a “*cor de bronze*”, cabelos mais ou menos revoltos, mas de feição agradável e “quasi europêas”. Rara era a cor preta ali, a não ser nos escravos e nos libertos nas suas descendências imediatas. Havia também ali mulatos que alegavam parentesco não muito distante com as famílias brancas. Ao passo que no “sertão” de Santiago os habitantes eram em geral “completamente pretos”, de cabelo encarapinhado e de feições de “typo africano”²²⁵.

Embora haja variedades entre grupos de ilha para ilha e mesmo dentro de cada ilha, a estrutura social no período em estudo do arquipélago de Cabo Verde era constituída por três grandes grupos distintos: primeiro constituídos pelos *brancos*, o segundo pelos *forros* e o terceiro pelos escravos. Numa estrutura piramidal (ou talvez hexagonal porque o grupo intermédio era maior), classificada em função dos direitos individuais e condições sócio-económicos, o branco ficava no topo e o escravo na base.

Em suma, no topo encontrava-se um “grupo dominante”, constituído por *brancos*, inclusive os “da terra” e alguns mulatos que por alguma circunstância ascenderam-se socialmente e adquiriram alguns privilégios. Em termos numéricos era o grupo com menos elementos, constituído por maioria de europeus e/ou descendentes, com ou sem poder económico mas que possuía outros privilégios socialmente reconhecidos. Faziam parte deste grupo os agentes administrativos como

²²³ Idem, *ibidem*, Tomo II, pp. 325.

²²⁴ Idem, *ibidem*, Tomo II, pp. 325-329.

²²⁵ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 104 e 105.

capitães, sargentos, morgados, padres, frades e bispos, agentes que asseguravam o funcionamento económico, político, eclesiástico e social das ilhas. Neste grupo ainda-se incluíam os miseráveis e criminosos que iam da Europa²²⁶. Os degredados, que foram em maior número e intensidade a partir de 1800, muitas vezes chegavam a desempenhar cargos administrativos ou possuíam algum ofício que lhes davam um certo estatuto numa sociedade onde carecia homens de ofícios. Mesmo sendo criminosos desterrados da sua sociedade por praticarem determinados crimes segundo a legislação do período em que viviam, nas ilhas consideravam-se superiores aos cabo-verdianos, eram portadores de uma “cultura dominante”. Grande parte deste grupo *branco* eram homens que foram para as ilhas cumprir missão de serviço ou pena dos crimes cometidos e muitos decidiram ficar e outros decidiram regressar ao fim da pena ou missão. Assim como no início do povoamento, as tripulações e mercadores, que nas suas viagens e tratos aportavam as ilhas, também continuavam a ter uma grande influência na estrutura social das ilhas.

O grupo intermédio era constituído por maioria de *forros*, homens livres, mestiços, principalmente das ilhas do barlavento, que depois de receberem a carta de alforria ou auto-alforriaram, em boa parte por causa da crise e dos ataques dos corsários, se retiraram para os interiores e outras ilhas e ali conseguiram pequenas parcelas de terra e tornaram-se pequenos agricultores, ou então tornaram-se rendeiros, parceiros, comerciantes e desempenharam outros ofícios ligados às pequenas actividades produtivas²²⁷. Este grupo, no período em estudo, exercia grande pressão face ao primeiro e ao último. À medida que o primeiro entrava em declínio, o segundo ascendia rapidamente, em valores numéricos, económicos e importância social, reclamando a terra e os cargos na administração das ilhas.

O último grupo era constituído essencialmente por *escravos*, que no início do século XIX teve grande importância no transporte de sal para os principais portos das ilhas. Era um grupo sem direitos, só com deveres, destinados a servir os seus senhores. Com as sucessivas fugas, abolição do tráfico de escravos e, conseqüentemente, o declínio dos grandes senhores da terra, este grupo foi-se diminuindo até à sua extinção em finais do século XIX²²⁸.

²²⁶ Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...], *op. cit.*, p. 25.

²²⁷ Sobre os ataques e meios de defesa do arquipélago, cf. Maria Emília Madeira Santos, Ilídio Baleno, "Litoral: linha de atracção, repulsão e compressão (Arquipélagos e Costa Ocidental Africana)",), *Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, VIII, Viana do Castelo, 1994: Limites do mar e da terra: actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia =Limits of the land and sea: Proceedings of the VIII International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography*, ed. Inácio Guerreiro e Francisco Contento Domingues, Cascais, Patrimonia, 1998, pp. 147-152.

²²⁸ Cf. António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção [...], op. cit.*, Cap. IV, IX, X e XI.

2.2 A Situação do Arquipélago: relações de reciprocidade e decadência

2.2.1. Interdependência entre o arquipélago e a costa

“Mas a sorte desta parte do Continente Africano [espaço compreendido entre rio Senegal e Serra Leoa] ficou sempre ligada á do Achipelago de Cabo Verde, em cuja historia se envolve”²²⁹. Era difícil isolar as ilhas cabo-verdianas da costa africana fronteira, pois as próprias fronteiras do arquipélago incluíam os territórios continentais. Diz o *Anónimo*, em 1784, que “compreendiam as fronteiras destas Ilhas [de Cabo Verde] desde o rio Sanagal até ao rio Gâmbia”²³⁰. Além da proximidade física destes dois territórios, estes estavam condicionados pela própria gestão por parte da metrópole.

Contudo, pode-se dizer que a história das ilhas de Cabo Verde, pelo menos até à independência política da Guiné-Bissau e arquipélago de Cabo Verde (1974/75), deve ser estudada e será melhor compreendida se for feita em conexão com a costa da Guiné, e isto é válido no inverso. A partir do século XV estes dois espaços foram produzidos conjuntamente²³¹, tanto do ponto de vista político, como económico, social e cultural. Os privilégios concedidos, nos primórdios da ocupação, aos moradores de Santiago sobre a costa africana e conseqüentemente, o grande fornecimento do contingente humano para o povoamento do arquipélago foram, sem dúvida, dois fenómenos marcaram indissolúvelmente o início de uma longa relação de interdependência, com momentos altos e baixos.

O arquipélago de Cabo Verde, situado a 450 km do cabo Verde, cabo pelo qual deu nome ao arquipélago, partilhou, desde os primórdios da ocupação das ilhas, com a costa fronteira, um conjunto de laços de interdependência e complementaridade, geográfica, administrativa, económica, política e religiosa, que mais tarde reflectiu-se no plano antropológico e identitário. Laços esses que levaram, por exemplo, o Professor José Horta a caracterizar estes espaços como um “*mundo cabo-verdiano-guineense*” – a costa africana mais o arquipélago e as suas relações. Um mundo de interdependência, quase sempre intermediadas pelos insulares e luso-africanos²³², habitantes tanto nas ilhas como na costa²³³. Essas relações eram muitas vezes de iniciativa dos privados, às vezes à

²²⁹ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. XV.

²³⁰ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 20.

²³¹ Produção do espaço aqui entede-se como resultado de toda a acção humana sobre um determinado território.

²³² Para o conceito de “luso-africano”, veja-se José da Silva Horta, “Evidence for a Luso-African Identity in ‘Portuguese’ Accounts on ‘Guinea of Cape Verde’ (Sixteenth-Seventeenth Centuries)”, *History in Africa: A Journal of Method*, vol. 27, 2000, pp. 99-130; Peter Mark, *op. cit.*

²³³ Cf. José da Silva Horta, *A “Guiné do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1684)*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian e Fundação para Ciência e Tecnologia, 2011 (no prelo) [utilizou-se a paginação da tese de

margem da lei, em prol dos interesses particulares ou de um grupo, desafiando muitas vezes o monopólio da Coroa.

O arquipélago de Cabo Verde, principalmente a ilha de Santiago, como ponto estratégico, que apoiava a navegação atlântica, constituía a base geográfica das transacções que se fazia entre a costa, as Américas e a Europa. Santiago era assim a base geo-estratégica para todas as actividades comerciais com a costa africana, situada entre o Rio Senegal e a Serra Leoa, isto é, porta de saída e entrada de todos os produtos que entravam nessas transacções. Aliás, foi esse valor estratégico do arquipélago que motivou a sua ocupação. Situado próximo da costa, a meio caminho da Índia e das Américas, o arquipélago cabo-verdiano tornou-se num principal ponto de circulação de pessoas, culturas, plantas, animais e outros produtos do comércio.

Todavia, o protagonismo do arquipélago, sobretudo sobre a ilha de Santiago, foi ultrapassado por Cacheu, que se tornou num principal porto de ligação entre a costa africana, o reino e a América Espanhola. Foi um processo que se iniciou em 1560 e terminou em 1647 com o enceramento de feitoria régia na ilha de Santiago²³⁴. Tanto era a complementaridade entre o arquipélago e a costa que o monopólio foi transferido de Santiago para Cacheu sem grandes dificuldades para a Coroa. Contudo, o arquipélago ficou assim isolado progressivamente dos grandes circuitos marítimos e comerciais do Atlântico²³⁵ e só voltou a retomá-los a partir da segunda metade do século XIX, com a abertura do Porto Grande de S. Vicente.

Mesmo com o arquipélago fora da cena nas rotas internacionais, as suas relações com a costa persistia, tanto oficial como informal. Formalmente, a legislação político-administrativa continuava a funcionar conjuntamente, informalmente, os mesmos homens que comerciavam na costa continuavam os seus negócios, através de laços de parentescos que constituíra ao longo do tempo. Ainda hoje existem muitas famílias mistas do tipo cabo-verdiano-guineense residentes tanto na actual Guiné-Bissau como em Cabo Verde.

doutoramento em História da Expansão Portuguesa, apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Letras], pp. 50-90; George E. Brooks, *op. cit.*, pp. 27-45.

²³⁴ Cfr Maria Manuel Torrão, “Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1995, pp. 237-345, p. 237 e ss; idem, “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento”, *História geral de Cabo Verde*, Vol. II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1995, pp. 17-123, pp. 17 e ss; José da Silva Horta, A “*Guiné do Cabo Verde [...]*”, *op. cit.*, pp. 50 e 51.

²³⁵ Vide José da Silva Horta, A “*Guiné do Cabo Verde [...]*”, *op. cit.*, p. 59.

No período em estudo, as interdependência e complementaridade entre as ilhas e a costa ainda persistiam, pois a administração destes espaços continuava conjuntamente, aliás, a Capitania/Província de Cabo Verde era constituída por ilhas de Cabo Verde mais as praças da terra firme (continente), e o bispado de Cabo Verde compreendia-se as ilhas povoadas de Cabo Verde e as praças da costa, cuja sede era em Santiago e depois transferida para a ilha de S. Nicolau. As relações comerciais com a costa, inclusive o tráfico de escravos, continuavam a existir, desta feita, estabelecidas principalmente por mestiços livres das ilhas.

Estas relações continuavam a ser além do económico ou social, pois também mantinham uma relação de carácter cultural: a nível linguística, construtiva, produtiva, ornamental, vestuário, e, não menos intensas a nível religioso. A ligação entre as ilhas e a costa fronteira favorecia o “trânsito mútuo de experiências religiosas”²³⁶, que se estenderam ao sistema de parentesco, que eram próprios da sociedade crioula em formação, favorecendo assim uma *mestiçagem cultural* tanto nas ilhas como na costa²³⁷. Segundo autores como Feijó, em 1797, este trânsito foi e era efectuado pela herança dos hábitos e costumes, trato familiar e tráfico de escravos²³⁸.

A interdependência entre a costa africana fronteira e as ilhas de Cabo Verde entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX também motivou as produções textuais sobre os mesmos espaços, retratando, sobretudo as actividades económicas, político-administrativas, mas também fenómenos culturais, principalmente os mais estranhos aos olhos de forasteiros. Por isso, uma boa parte dos textos do *corpus* deste estudo foi redigida sobre a *Capitania/Província de Cabo Verde* e/ou sobre as *ilhas de Cabo Verde e suas dependências*, que eram as praças da costa da Guiné²³⁹. Para além dos textos redigidos sob esses títulos, há também nalguns textos que à partida foram produzidos sobre as ilhas, mesmo que implicitamente, atributos generalizados às ilhas e costa da Guiné. Muitas vezes eram comparados os dois espaços, tanto a nível territorial como humano ou cultural, relativizando muitas vezes a superioridade cabo-verdiana, isto é, no quadro mental dos forasteiros os cabo-verdianos ocupavam um lugar inferior aos brancos portugueses/europeus mas superior aos negros guineenses.

2.2.2. Um arquipélago triste, decadente e abandonado

“Pela extraordinária diminuição do Commercio das Ilhas de C.V. ha grande difficuldade de communicação d’esta parte das Possessões Portuguezas com a Metropole, e poucas noticias das

²³⁶ Vide Maria Emília Madeira Santos, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada [...]”, *op. cit.*, p. 71.

²³⁷ Cf. José da Silva Horta, A “*Guiné do Cabo Verde* [...]”, *op. cit.*, pp. 65-66.

²³⁸ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 7.

²³⁹ Cf. *Supra*, 1. *Corpus Documental: Textos e Autores*.

outras partes, e Nações”²⁴⁰, esta representação foi feita por Doutor Castilho, na sua “Memória”, em 1818, a propósito das “Noticias Gerais” das ilhas de Cabo Verde. A fragilização das relações era tanto com as outras nações, inclusive a costa, como entre as ilhas e entre as localidades das mesmas ilhas. Eram morosas e irregulares as relações tanto internamente como com o exterior, não só pelas distâncias mas também pelo desinteresse que havia pelo arquipélago em geral.

No período em causa, Portugal estava fragilizado internamente e as ilhas encontravam-se num completo estado de decadência e abandono segundo as representações da época. Os contactos a nível interno assim como com o exterior eram morosos e deficientes. Abundam nos textos portugueses da época, produzidos por forasteiros, uma imagem triste, decadente e de abandono do arquipélago de Cabo Verde, cujo declínio era cada vez mais acentuado²⁴¹. As ilhas estavam cada vez mais isoladas, dos países estrangeiros, da metrópole e das outras ilhas atlânticas, nomeadamente Madeira e Açores. Internamente, havia grandes dificuldades no contacto das outras ilhas e localidades entre si mesmas e com os territórios adjacentes. Esse isolamento devia-se à fraca capacidade da Coroa e ao desinteresse nas ilhas, devido à própria decadência económica, à falta de transportes para estabelecer as ligações entre as localidades, entre as ilhas e entre o arquipélago e o reino e as outras partes do mundo. Nos interiores, as dificuldades eram sobretudo a falta de caminhos que facilitavam ou davam acesso às localidades mais afastadas do litoral. Neste período até as companhias foram extintas no arquipélago.

Os autores consideravam, nesse período, que o estado das ilhas era de decadência e do abandono total. Decadência essa que se verificava em todos os aspectos da vida insular – no plano social, no cultural, no económico, no administrativo, no político e, inclusive, no religioso, cujo peso era maior e muitas vezes representado como uma das principais causas e ao mesmo tempo consequências de toda decadência cabo-verdiana. Em 1796, o governador Marcelino António Basto dizia que tudo o que observava estava num “estado de abatimento e de ruína”²⁴². Abatimentos e ruínas que se arrastaram, pelo menos, desde o primeiro quartel do século XVIII²⁴³ e acentuaram-se nos finais do mesmo século e se prolongaram até à primeira metade do século XIX, período em que o arquipélago voltou a entrar no contexto internacional; com a invenção do barco a vapor e,

²⁴⁰ J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 22.

²⁴¹ Vide João Estêvão, “Cabo Verde”, *op. cit.*, pp. 171-178.

²⁴² Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 49, doc. 43, 7 de Dezembro de 1796; João Estêvão, “Cabo Verde”, *op. cit.*, pp. 171-178 e 180-185.

²⁴³ Sobre esse período, ver Daniel A. Pereira, *A situação da ilha de Santiago no primeiro quartel do século XVIII*, S. Vicente, Instituto Caboverdiano do Livro, 1984, com uma 2ª edição revista e aumentada da Alfa-Comunicações, Praia [2006], a “situação” que o autor apresenta era da ilha de Santiago mas que flectia a de todo o arquipélago.

consequentemente, a instalação de um depósito de carvão no Porto Grande da ilha de São Vicente pelos ingleses em 1838. O porto foi aberto à navegação em 1850²⁴⁴.

Com o desvio das rotas comerciais para Cacheu, na passagem do século XVI para XVII, a cidade de Ribeira Grande que foi erguida e mantida através das actividades portuárias, tendo gozado, segundo Ilídio Amaral, “de dupla importância, política e comercial; por um lado era ponto nodal da navegação do Atlântico, por outro, um entreposto comercial”²⁴⁵ e que se tornou capital política, administrativa, eclesiástica e militar do arquipélago e dos territórios da Guiné deixou de ser um sítio de passagem obrigatória e de referência de Cabo Verde²⁴⁶. O arquipélago vivia do contacto com o exterior, no período em apreço, sem tráfico de escravos, sem escala das rotas que se fazia no atlântico e sem visitas do exterior não tinha nenhuma importância, pois, nesse período, além da posição estratégica tanto para o apoio à navegação como no desenvolvimento das relações com a costa africana, as ilhas de Cabo Verde não tinha muito a oferecer àqueles que as aportavam. Por isso, eram cada vez menos frequentadas, principalmente pelas gentes do reino. Avistava-se períodos tristes, de decadência e abandono.

O saque levado a cabo pelos corsários franceses, sob o comando de Jacques Cassard, a 4 de Maio de 1712, foi o último golpe para a cidade da Ribeira Grande se afundar. A sua população que já não era muito numerosa fugiu para o interior da ilha, procurando os locais mais altos como forma de segurança, e nunca mais voltam à cidade²⁴⁷. Por volta de 1806, o cenário representado pelo Ex-Feitor era o seguinte: “a cidade está qual outra Tróia, só com a diferença do sucesso. Está deserta de seus habitantes que possuídos de uma conhecida e vergonhosa inação a desamparam, buscando os campos”²⁴⁸. A única cidade e principal centro de aglomeração populacional do arquipélago via tornar-se desabitada e em completa ruína. Foi na sequência do ataque de 1712 que acelerou definitivamente a transferência da sede administrativa para a vila da Praia, em 1770. Um processo já, segundo Simão Barros, “maduro no espírito de governantes e governados, mas [que] levou 158 anos a realizar-se”, depois do decreto executado por Marquês de Pombal para a sua transferência²⁴⁹.

²⁴⁴ Sobre o Porto Grande da ilha de São Vicente, vide António Leão Correia e Silva, *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia – Mindelo, Centro Cultural Português, 2000; idem, *Os ciclos históricos de inserção de Cabo Verde no espaço Atlântico: o caso das cidades-porto (Ribeira Grande e o Mindelo)*, [Texto policopiado], Lisboa, [s.n.], 2007.

²⁴⁵ Vide Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Associação das Universidade de Língua Portuguesa, 2007, p. 175.

²⁴⁶ Cf. Maria Emília Madeira Santos, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada [...]”, *op. cit.*, pp. 54, 55 e 62.

²⁴⁷ Cfr. José António Pinto, *op. cit.*, pp. 176-177; J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 91.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 176.

²⁴⁹ Vide Simão Barros, *Origens da colónia de Cabo Verde*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939, p. 21.

Todavia, foi mantida a capital da diocese e a residência do Juiz de fora (recriado depois) na Ribeira Grande. Seria uma política de descentralização de poderes posta em prática?

Certos autores da época em estudo viam o saque de 1712 como o grande marco do início da decadência da cidade da Ribeira Grande. Escreviam Chelmicki e Varnhagen, em 1841, que “a decadência começou em 1712 pela invasão dos Francezes, que de tal modo saquearam a Cidade que até levaram os sinos da cathedral”²⁵⁰. Em 1844, Lopes de Lima seguiu a mesma ideia que Chelmicki e Varnhagen, designando o saque de “uma calamidade”, “donde data principio da decadência, até que em 1770 deixou de ser de facto Capital da Ilha”²⁵¹ de Santiago e do arquipélago de Cabo Verde e das Praças da Guiné.

Uma “sofrível cidade assaz, e com todas as comodidades precisas [...], cujos edifícios foram de pedra, e cal, e cobertos de telha”, e que foi residência dos bispos, governadores e ministros²⁵², em 1784 estava “reduzida a montes de pedras dos edifícios caídos; e algumas bem poucas casas, que ainda existem nela, todas se acham arruinadas”²⁵³. Segundo o *Anónimo*, a cidade estava próxima de se tornar “deserta” caso não fora restabelecida a tempo²⁵⁴. As ruínas e/ou a inexistência de edifícios não eram problemas só na Ribeira Grande, mas também em todas as outras povoações do arquipélago. Isto reflectia a decadência e o abandono das ilhas. Os edifícios além de poucos estavam todos arruinados, inclusive os próprios edifícios administrativos e da Igreja, deste último se falará mais adiante²⁵⁵. As ruínas testemunhavam a decadência não só da Ribeira Grande mas também do arquipélago em geral, que começou pela capital, centro das decisões mas também dos problemas do arquipélago e dos territórios adjacentes.

A situação do arquipélago era decadente mas a Coroa [portuguesa] não estava muito interessada na sua resolução porque tinha outras prioridades e interesses noutros espaços de onde se poderia tirar mais lucros e com maior facilidade. Foi por exemplo o caso do Brasil, em cuja recuperação se depositaram até muito tempo depois independência que ocorreu em 1822²⁵⁶. Segundo Manuel António Martins, num documento relativamente às providências das ilhas de Cabo

²⁵⁰ J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 8.

²⁵¹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. XIII.

²⁵² Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 3 e 4.

²⁵³ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 25.

²⁵⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵⁵ Vide infra: 2.3.4. *Retrato de uma Igreja “decadente”*.

²⁵⁶ cfr. João Pedro Marques, “Quiméricos e reservados: imagens de África no Portugal de Oitocentos”, *Caminhos cruzados em história e antropologia: ensaios de homenagem a Jill Dias*, organizadores: Philip J. Havik, Clara Saraiva e José Alberto Tavim, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 93-107; Valentim Alexandre, “O império africano (séculos XIX-XX) – As linhas gerais”, *O império africano: séculos XIX e XX*, coordenação de Valentim Alexandre, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 11-28.

Verde, diz terá sido “o abandono que Portugal tem feito desta Província [de Cabo Verde] por causa desse ingrato Brasil a causa da muita parte desta desordem” que se verificava no arquipélago²⁵⁷. Neste os investimentos por parte da Coroa eram diminutos e sempre com maiores reservas. Esta observação também foi feita pelo *Anónimo*, em 1784. Segundo o autor, o arquipélago de Cabo Verde foi o mimo de Portugal até este se descobrirem “as ricas minas do Brasil”²⁵⁸; o mesmo sentimento era ressentido por Chelmicki e Varnhagen, em 1841, quando disseram que “Portugal, com os olhos fitos no novo Hemispherio com a riqueza das minas, não se importou com as possessões Africanas”²⁵⁹, inclusive com as dependências das ilhas de Cabo Verde, a costa da Guiné.

Nas “Providências Necessárias”, em 1813, Manuel Alexandre Medina e Vasconcelos concluía que as ilhas eram susceptíveis a todo o tipo de investimento, contudo caberia ao Estado as despesas para a sua indústria e regeneração, o que teria lucros certo no futuro, mas que querendo poupar nas despesas as ilhas corriam a “passos apressados para a ruína”²⁶⁰.

Em 1835, a Junta Geral da Província de Cabo Verde²⁶¹ lamentava que, além dos males que passavam as ilhas de Cabo Verde e o abandono das possessões da alta Guiné, estava disposta a fazer desta um novo Brasil, pois ao descobrir as riquezas do Brasil, deixaram o “comércio da costa africana na infância” e agora queriam recuperá-los²⁶². Na verdade, no século XIX, ainda nos anos vinte mas sobretudo a partir da quarta década, quando as esperanças no Brasil se dissipavam cada vez mais, os teóricos da ocupação colonial portuguesa começaram a projectar um *Novo Brasil* em África para tentar compensar a perda do mercado brasileiro. Já perto do final do século, acrescida de ameaças estrangeiras sobre as possessões portuguesas, “quiméricos e reservados” juntaram as suas convergências e divergências e rumavam, decididamente à construção de um *Novo Brasil* nas possessões portuguesas de África²⁶³.

O contacto ilhas-reino era deficitário, agravada pelo desinteresse que as ilhas constituíram para o reino. Em Setembro de 1813, o então governador D. António Coutinho de Lencastre, chamado à corte do Rio de Janeiro, representava, numa “nota relativa às providencias que

²⁵⁷ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 74, doc. 32, 23 de Janeiro de 1824.

²⁵⁸ Cf. *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 87.

²⁵⁹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 145.

²⁶⁰ Cf. Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, *op. cit.*, p. 78.

²⁶¹ A Junta Geral da Província de Cabo Verde foi um órgão administrativo português criado em 1832, de carácter provincial, cujo objectivo era fomentar a instrução, a indústria, a agricultura e outras obras do domínio público.

²⁶² Vide SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 19, 22 e 23.

²⁶³ Sobre este assunto veja-se João Pedro Marques, *op. cit.*; Valentim Alexandre, “O império africano [...]” *op. cit.*, pp. 12 e ss; Idem, “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”, *Penélope: Fazer e desfazer a História*, nº 15, Lisboa, Edições Cosmos, 2005, pp. 39-52.

necessitão dar-se para a Capitania das Ilhas de Cabo Verde”, que muito conviria a comunicação da Capitania de Cabo Verde com aquela Corte [do Rio de Janeiro]. Segundo o mesmo

“os Correios que navegam desta Capital [do Rio de Janeiro] para Lisboa, na sua volta sem tocassem na Ilha de São Theago, pois não seria necessario que dessem a fundo, para estregarem os Officios, que para alli se derigissem, e receberem os que estivessem promptos, o que certamente não poderá causar demora de duas horas; e por isso muito pouco retardaria a sua viagem, e o Ministerio teria em consequencia mais frequentes noticias daquela Colonia”²⁶⁴.

As poucas iniciativas sobre as ilhas eram na sua maioria dos privados, tanto das ilhas, como do reino ou estrangeiros e, muitas vezes não se importavam com os meios para atingir os fins; a segurança e o bem-estar da população eram muitas vezes postas em causa. As ligações entre as ilhas eram estabelecidas na sua maior parte por estes privados, mesmo as oficiais. A própria Coroa não tinha capacidade nem meios para tal.

Não foram poucos os casos de governadores ou ministros a visitarem as outras ilhas num meio de transporte particular. Por isso, também, estavam condicionados no exercício das suas funções nas ilhas devido a estes inconvenientes. António Pusich ao participar “Do Estado Moral da Justiça”, por volta de 1824, diz que a “estes inconvenientes o Ouvidor não pode evitar; porque não havendo uma embarcação do Estado que o conduza às ilhas no devido tempo da correição, acontece que no espaço de três anos apenas possa visitar a maior parte das ilhas, e raras vezes a todas”²⁶⁵.

Representa Manuel António Martins ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 1834, que

“[...] achando-se até o tempo do meu Governo as Ilhas de Cabo Verde privadas de comunicação interna, (a qual entre Ilhas só pode ser feita por meio de embarcação) [sic] attenta a pouca navegação particular, que nellas havia, e nenhuma do Estado; o que não só occazionava gravissimos transtornos ao comercio interno, e negocios particulares de seus habitadores [...]”²⁶⁶.

A falta de meios de transporte afectava todos os sectores da vida insular, tanto do domínio público como dos particulares. Por exemplo, as ilhas como S. Antão ou S. Nicolau recebiam ordens do governo após 3 ou 4 meses da sua emissão a partir de Santiago. Em 1834, pela iniciativa própria, Manuel António Martins estabeleceu um *Paquete de Carreira* entre as ilhas²⁶⁷. Para facilitar a comunicação entre as ilhas (e preservar dos “insultos” dos piratas), Marcelino Rezende Costa propunha, em 1836, que “permanecerão nos seus mares uma ou duas Embarcações pequenas de

²⁶⁴ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 62, doc. 17, 27 de Setembro de 1813.

²⁶⁵ António Pusich, “Estado actual da Administração da justiça nas ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 147.

²⁶⁶ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 98, doc. 23-A, 22 de Maio de 1834.

²⁶⁷ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 98, doc. 23-A, 22 de Maio de 1834.

Guerra. Estabelecer-se-ha quanto deverão receber de frete ou passagem pelos passageiros ou fazendas que conduzirem d’Ilha a Ilha; e conduzirão gratuitamente os objectos da Fazenda, as malas do Correio, e os Empregados Publicos que forem em Serviço”²⁶⁸.

Nesta altura, as ilhas eram frequentadas na sua maioria pelos navios estrangeiros; principalmente ingleses, americanos, franceses e holandeses, que vão, sobretudo, carregar o sal ou se refrescar²⁶⁹. Segundo Chelmicki e Varnhagen “são os Estrangeiros que fazem grandes interesses nas nossas possessões”, pois nas mãos dos três primeiros supracitados estavam “todo o comércio de mercadorias”²⁷⁰ e porque, segundo ex-Feitor José António Pinto, “em pequenas embarcações vadiam de umas ilhas às outras”. Eram muitas vezes estes estrangeiros a salvação dos habitantes das ilhas em épocas de grandes estiagens, porque introduziam nas ilhas os mesmos produtos que os navios portugueses mas por um preço muito inferior. E isto, muitas vezes, resultava e fomentava o contrabando²⁷¹. Devido à “ausência de acção de Portugal” nas ilhas, Lucas de Senna dá conta que a gente de Cabo Verde, grandes e pequenos, da plebe e os ricos, desconheciam a Sua Majestade e o Príncipe [de Portugal], mas sobre os franceses diziam boa gente, até [Napoleão] Bonaparte para eles “não era um mau homem”; os ingleses queriam tê-los lá; e, segundo o mesmo autor, esta gente, questionados sobre a amizade de todos com os americanos, respondiam que: “*esses é que nos dão de comer, porque levam os nossos efeitos e trazem os seus, e todos temos de comer* [itálico original]. E de Portugal nem trazem, nem levam, apenas alguns que por aqui vem desgarrado, e do Brasil menos ainda”, isso fez com que os habitantes ficassem “sem amor ao soberano”²⁷². Segundo Pusich, em 1810, ¾ dos mantimentos introduzidos nas ilhas era garantido pelos (norte) americanos²⁷³. Isto mostra a incapacidade dos portugueses em competir com estrangeiros na sua própria colónia.

Em 1803, atendendo à falta de sacerdotes e de distâncias do Bispado de Cabo Verde em relação ao reino, o Bispo confirmado ao Bispado em 1803, Frei Silvestre de Maria Santíssima, antes de ir para o Bispado, mostra-se indignado e suplica que era “mais urgente a necessidade desta Praça, assim por se compor de sete Ilhas [povoadas], entre as quais falta muitas vezes a

²⁶⁸ Marcelino Rezende Costa, *op. cit.*, p. 49.

²⁶⁹ Cfr. José António Pinto, *op. cit.*, p. 190; António Pusich, “Dissertação dos Reais Rendimentos e da sua Administração nas ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento (1817)”, *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 125-132, p. 127; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 69.

²⁷⁰ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 74-75.

²⁷¹ Vide José António Pinto, *op. cit.*, p. 190.

²⁷² Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 102-103.

²⁷³ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 619.

comunicação de huãs a outras não só pelo hum anno mas pelo mais pela cauza de não haver embarcações o que faz impraticavel”²⁷⁴.

As descontinuidades do território, ou seja, dispostas por ilhas e ainda distanciado da costa não facilitavam o contacto entre os mesmos. Havia poucos meios para o estabelecimento das ligações entre as ilhas do mesmo arquipélago e com os territórios da costa africana. Se em geral o arquipélago estava abandonado, os espaços adjacentes à capital Santiago tornar-se-iam ainda cada vez mais isolados²⁷⁵, porque os contactos com estes territórios eram efectuados via capital, pelo menos as ligações oficiais.

Além de falta de meios de transporte para estabelecer as ligações entre as ilhas, o arquipélago que muitas vezes era representado como possuidor de muitos bons portos naturais, mas havia perigos iminentes no desembarque nas mesmas ilhas. Segundo Chelmicki e Varnhagen, era comum haver bons cais e desembarcadouros nos países marítimos como o arquipélago de Cabo Verde, porém, neste, em 1841, não havia “senão um, na ilha de Boa-Vista, que com indulgencia ainda pode ter este nome”²⁷⁶. Era necessária a construção de novos portos e cais e/ou a reconstrução dos que estavam desmoronados, principalmente na sede da Capitania/Província, vila da Praia.

Em 1836, numa “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde” a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar estranha tendo passado três séculos que as ilhas de Cabo Verde tinham sido povoadas e ainda não tinha na capital um único cais, que facilitava o embarque e desembarque das fazendas aos comerciantes²⁷⁷. José Feliciano de Castilho relata em 1818, que nem a própria Ribeira Grande tinha portos para grandes embarcações e o que havia era péssimo. Apenas dava para “lambotes” e outras “embarcações pequenas”²⁷⁸. Esta falta de meios de transportes, maus ou a ausência de bons portos e desembarcadouros e o pouco interesse nas ilhas, principalmente

²⁷⁴ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, doc. Docs. 23A e 24, 14 de Maio de 1803.

²⁷⁵ A título de exemplo sobre as ligações entre a capital e a costa cita-se ofício de 1800 do Governador Marcelino António Basto ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que representa como sendo “a total falta de comunicação, que ha entre esta Capital [Santiago], e as Praças de Cacheo e Bissao, que lhe são subordinadas, e que so tem lugar pelos raros navios, que dessa Côrte por aqui escalaõ em demanda de pannos, sem que jamais regressem por aqui, sendo que so por via de Maranhão, ou dessa Côrte se conheça muito confusamente o estado existente daquelas praças”, cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 52, Oficio Nº 106, 29 de Maio de 1800.

Em finais do século XVIII as ligações das praças da costa a Lisboa eram estabelecidas pelos navios que traficavam entre aquela costa e o Maranhão; passava pela ilha de Santiago e segue para Maranhão, só no retorno e que aportavam Lisboa, demorando cerca de 10 meses depois, vide José António Pinto, *op. cit.*, p. 144.

²⁷⁶ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 193.

²⁷⁷ Cf. SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde”, *Memorial Ultramarino e Maritimo*, nº 1, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836, pp. 15-20.

²⁷⁸ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, pp. 90-91.

devido à falta de comércio, fez com que os descontínuos territórios e as suas respectivas populações ficassem cada vez mais isoladas.

Internamente as localidades também estavam isoladas entre si, inclusive dentro da própria ilha, principalmente nas de Santiago e Santo Antão, pelos seus relevos e povoações que se mantinham um pouco dispersos pelos interiores das ilhas. Além das dificuldades no contacto ilhas-reino, ilhas-ilhas, as complicações intra-ilhas eram causadas por falta de caminhos acessíveis, o que em certos casos constituía vantagens para os habitantes. Poderiam servir de defesa natural das “visitas” indesejadas, principalmente dos corsários e piratas²⁷⁹. Obstáculos também havia no litoral de algumas ilhas mas era menos preocupante porque muitas vezes estavam próximos do sítio do embarque e desembarque.

A ilha de Santo Antão era a mais montanhosa e até então pouco trabalhada pela acessibilidade das suas localidades. Dizia o *Anónimo*, em 1784 que a ilha era “por todas as partes inacessível por causa dos altos rochedos que tem em toda a sua circunferência, pois por qualquer parte que se queira entrar para a sua vila ou povoação, é sempre com evidente perigo, por se haver de ir por serras a pique, e por cima do mar”²⁸⁰. Um desses (in)caminhos foi atravessado por D. Frei Pedro Jacinto Valente²⁸¹. Segundo o relato de José Feliciano de Castilho, em 1818, quando este Prelado desembarcou pela primeira e última vez na ilha de Santo Antão, no porto de Ponta do Sol, para subir para à dita ilha, “foi necessario ligar-se pelos sovacos com cordas, com que o içáram, promettendo logo [aquele prelado] nunca d’alli sahir [...]”. Isto era um dos exemplos que mostra a dificuldade que se tinha no acesso às localidades interiores das ilhas. Porém, em 1818, segundo o mesmo autor, já havia no sítio onde passou D. Frei Pedro Jacinto Valente um “caminho soffrível” feito pelo Capitão-mor comandante que foi daquela ilha, Luís Silva²⁸².

A ilha de Santo Antão ficou muito marcada pelas suas altas montanhas e caminhos íngremes. Mas o problema dos caminhos não era só desta ilha, queixavam-se da inexistência ou dos péssimos caminhos em (quase) todo o arquipélago.

²⁷⁹ Por exemplo, cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 5.

²⁸⁰ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 34.

²⁸¹ Foi o 17º bispo de Cabo Verde, da ordem de S. Bento de Aviz que chegou à ilha de Santiago a 13 de Maio de 1754 e devido ao desentendimento com o cabido, em Julho do mesmo ano partiu para a ilha de S. Nicolau, onde conservou-se inactivo até Fevereiro de 1755, altura em que foi para a ilha de Santo Antão onde viveu até à sua morte. Este prelado fixou a sua residência nesta durante 19 anos sem nunca ter saído dali até à sua morte. Morreu a 19 de Janeiro de 1774; cfr *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 58-60; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo III, pp. 185 e 186; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 607; Henrique Pinto Rema, “Cabo Verde”, *Dicionário de história [...]*, *op. cit.*, p. 281.

²⁸² Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 150.

Aniceto António Ferreira representa, em 1813, como o primeiro dos “Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a Agricultura nas ilhas de Cabo Verde”, “ordenar que os caminhos se façam bons com maior brevidade nas Ilhas de Santiago, S. Nicolau, Santo Antão e Brava [...]”²⁸³. À mesma conclusão chegaram Chelmicki e Varnhagen em 1841, pois não havia “elemento, nem meio de progresso mais activo” que “abrir caminhos centraes, um pelo menos que atravesse cada ilha até ao porto d’embarque”²⁸⁴. Tanto Aniceto Ferreira e Chelmicki e Varnhagen tinham a preocupação de tornar contactáveis os interiores das ilhas com os portos. Embora pareça que as tais preocupações era meramente para o escoamento dos produtos produzidos nas ilhas, os caminhos facilitavam as transições de bens (tanto entrada como a saída), serviços, pessoas, experiências e inovações, ao mesmo tempo que facultava um maior controlo sobre habitantes das mesmas ilhas.

Desde o início do século XIX o trânsito e a comunicação com os interiores das ilhas eram motivos de queixas e de preocupações de acordo com os interesses e os objectivos de cada um. O governador D. António Coutinho de Lencastre queixava-se, em 1804, de não poder “conduzir ao Porto ou Portos do mar o milho que a Ilha [de Santiago] produz” devido aos maus caminhos que esta possuía²⁸⁵. Todavia, não era para menos que os “caminhos” se tornaram numa das principais preocupações e áreas de actuação de D. António Coutinho de Lencastre durante os anos do seu governo. Neste caso principalmente para o escoamento de produtos produzidos nas ilhas. Segundo o mesmo governador, a sua “vigilancia” e a sua busca em promover o aumento das ilhas fez-lhe “conhecer, que é da maior vantagem, o fazer comonicaveis huns lugares aos outros” e, por isso, em 1804, “deu principio a abertura de caminhos commodos por onde podem tranzitar carros” para o interior da ilha de Santiago²⁸⁶. Porém, estas estradas saíram da vila da Praia. Em 1822, José Feliciano de Castilho confirma que não havia estradas “para carros em toda a Provincia, excepto em algumas rodas da Villa da Praia, que mandou fazer o Capitão General D. Antonio Coutinho de Lencastre. [...]”²⁸⁷. Segundo as “Consultas da Junta”, em 1836, quase intransitáveis estavam todas as estradas públicas das ilhas, especialmente de Santiago, Fogo e Santo Antão, e as suas reparações

²⁸³ Vide Aniceto António Ferreira, “Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a Agricultura nas ilhas de Cabo Verde”(1813). *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 59-60, p. 59.

²⁸⁴ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 420.

²⁸⁵ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, doc. 4, 2 de Fevereiro de 1804.

²⁸⁶ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 55, doc. 32, nº 19, 9 de Julho de 1804.

²⁸⁷ Vide IAN/TT, *Ministério do Reino. Expediente Geral: Informação dos governadores e magistrados das ilhas adjacentes e ultramar*, Maço 498, Macete 3, *Cabo Verde*, Cx. Nº 621, Nº2, Diversos objectos, “Artigos de providencia, indicados em huma breve memoria de Jose Feliciano de Castilho, relativo á provincia das Ilhas de cabo verde; e cujo os objectos desenrespeito á repartição do Reyno”, 30 de Outubro de 1822.

era mais do que necessárias²⁸⁸ mas ninguém estava disposto fazê-las e tudo indica que continuavam as dificuldades pelos anos seguintes, pelo menos era o que representam Chelmicki e Varnhagen (1841) e Lopes de Lima (1844). Segundo os primeiros, os “caminhos impraticáveis” continuavam a ser uma das graves dificuldades das ilhas²⁸⁹ e Lopes de Lima diz que as ilhas eram possuídas de “bellezas natuaraes” mas que o viajante que queria explorá-las teria que “transitar por pessimos caminhos, quaes os tem aberto por entre as rochas, e ribanceiras a perpassar continuo dos animaes de carga, e dos homens de campo, que avessos por índole ás vantagens da sociedade em grandes povoações”²⁹⁰. Segundo o mesmo autor, os caminhos para o interior do arquipélago, “que só a pé seguro de um cavallo indígena, desferrado, e incansavel, nunca foi a melhorada pela arte humana;” e das duas estradas iniciadas por governador D. António Coutinho de Lencastre só se avistava os vestígios²⁹¹.

Todavia, a ruína do arquipélago ia para além do estado físico, o povo também estava arruinado. Segundo as representações da época, este encontrava-se nas trevas e por isso era fundamental o contacto com as civilizações, principalmente a europeia. Longe da “civilização” estavam aqueles homens cabo-verdianos que habitavam o arquipélago que isolados e dispersos pelas ilhas, seja no interior ou no litoral, mantinham poucos contactos com os ditos homens “civilizados”, principalmente europeus. Esta falta de contactos que estavam sujeitas as ilhas fez com que os seus habitantes caminhassem e continuassem no barbarismo, nas trevas e na rusticidade à semelhança dos seus ascendentes negros que viviam no continente fronteiro e com o qual mantinham contacto e herdaram hábitos e modo de ser, e que os transmitiam às gerações vindouras.

O *Anónimo* diz, em 1784, que os habitantes da ilha de Boavista eram mais civilizados que das outras ilhas do barlavento pela comunicação que tinham com as gentes que iam àquela ilha comprar cabras e bestas²⁹². Pelo mesmo propósito, representa António Pusich, em 1810, que “nos portos de mar, aonde concorrem navios, se acha entre alguns dos habitantes alguma aparente civilização”, o resto do povo vivia, “na maior brutalidade possível, entregue a roubos, a crápula e à libertinagem [...]”²⁹³. Entendia-se que a civilização era algo que vinha de fora, da Europa. No entanto, do mesmo

²⁸⁸ Vide SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 16.

²⁸⁹ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, pp. 191-194.

²⁹⁰ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 103.

²⁹¹ Idem, *ibidem*. Contudo, parece curioso que o primeiro caminho-de-ferro em possessões portuguesas fora construído no arquipélago de Cabo Verde, na ilha do Sal, por Manuel António Martins, nos primeiros anos da terceira década do século XIX. Este caminho ligava a salina ao porto de embarque, onde tencionava construir um cais. Não deve ter durado muito tempo, pela escassa informação que se tem sobre o mesmo. Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 47 e 193.

²⁹² Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 33.

²⁹³ Cf. António Pusich, “Memória ou descripção físico-política [...]”, *op. cit.*, pp. 616-117.

sítio e pela mesma porta donde vinha a civilização e homens civilizados entrava também a incivilidade. Segundo Lucas de Senna, as nações que ali comerciavam eram na sua maioria estrangeiras, onde reinava a “seita de maçonaria”, e eram logo ali “conhecidos por amigos e muito antigos, ainda que nunca se vissem”²⁹⁴. Este autor acredita que os habitantes cabo-verdianos, em 1818, mantinham contacto com gentes da maçonaria.

A religião (católica) que nas ilhas servia, neste período, como principal meio de referência para demarcar o grau de civilidade e, ao mesmo tempo, era considerado o principal instrumento de civilização. Apesar da falta de religiosos em relação à proporção total da população, as dificuldades eram acrescidas pelos obstáculos que havia nos meios de ligações entre as ilhas e entre as localidades.

Vários Bispos e outros religiosos que foram para o Bispado de Cabo Verde fixaram-se numa das ilhas, sem nunca chegar a conhecer as outras partes do Bispado, nem mesmo do mesmo Arquipélago e muito menos as do continente. O D. Frei Silvestre de Maria Santíssima foi um exemplo disso. O Religioso da Província da Arrábida, foi eleito Bispo de Cabo Verde em 1802, partiu para a Diocese em 1803, fixou-se na ilha de S. Nicolau e dali nunca mais saiu, nem para fazer a visita do Bispado até à sua morte em 1813²⁹⁵. A participação sobre o contacto inter-ilhas feita por este Prelado antes de partir para a diocese não deve ter surtido efeito. As dificuldades continuavam a afectar a presença e actuação dos (poucos) religiosos e outros agentes administrativos nas ilhas nos anos seguintes, fragmentando o poder administrativo e, principalmente a religião católica nas ilhas, o principal elemento do processo civilizador. Daí o atraso civilizacional do homem cabo-verdiano como era representava pelos forasteiros.

A dispersão e (falta de) comunicação entre ilhas, entre as localidades e com o Reino, por falta de meios, provocavam atrasos nas informações, na expedição de alimentos e, principalmente, o incontacto com o mundo civilizado. A socialização destes habitantes era feita com resíduos das culturas africanas, europeias e de elementos inventados da própria situação natural, social e humana em que viviam. No entanto, a sociedade cabo-verdiana nasceu e cresceu com categorias assinaláveis, pelo menos nos olhos de forasteiros, entre o “meio urbano”, vilas/portos e o “meio rural”, interior/sertão. A falta de contacto também provocava, assim, o atraso na aplicação da legislação, das ordens, do trânsito dos produtos, da divulgação da religião e, conseqüentemente o atraso na socialização dos habitantes.

²⁹⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 93.

²⁹⁵ Cfr. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 608.

O problema da tristeza e do abandono agravava quando a chuva também se resolvia a abandonar as ilhas. As sucessivas faltas de chuva com as consequentes secas e fomes que assolavam o arquipélago também contribuía grandemente para que as ilhas se reduzissem ao estado de decadência e de tristeza como eram representadas. A falta de chuva causava secas e fomes, mas por (raras) vezes ela vinha em excesso, o que também provocava fome porque estragava a colheita. Estas secas e fomes causavam grandes perdas humanas. As mais graves e mais próximas do período em estudo foram registadas em 1774-1775, em que segundo o *Anónimo*, a população reduziu-se a metade²⁹⁶, cerca de 12 mil habitantes; e em 1831-1833, tendo o arquipélago perdido cerca de 30.000 habitantes²⁹⁷. Além destes dois períodos, desde o início do povoamento, o arquipélago foi assolado pelas frequentes secas, fomes e outras epidemias, em pequena escala, mas que abalou no seu tempo o saldo demográfico das ilhas. O que não significava o não crescimento da população a curto e médio prazo. Segundo as estatísticas, esta crescia muito rapidamente, devido a alta taxa de natalidade, entrada de escravos africanos (mesmo depois dos rumores da abolição do tráfico) e de poucos homens livres (tanto dos países africanos como de outras nacionalidades), que com o tempo dispersava, cada vez mais, e iam ocupando todos os cantos do arquipélago e, posteriormente, iam para fora de Cabo Verde.

2.3. A organização do Estado nas ilhas de Cabo Verde

Após a chegada dos portugueses/europeus, oficialmente aceite, em 1460, ao arquipélago de Cabo Verde, este tornou-se propriedade de Portugal, que o ocupou com homens, plantas e animais, não só de Portugal, mas também de outros espaços com o qual Portugal também estabelecia relações. A Coroa portuguesa “impunha [...] a sua ocupação pelo povoamento, a sua rentabilização pelo aproveitamento de recursos naturais e, conseqüentemente, a sua gestão pelo controle exercido por aparelho administrativo-institucional”, tendo implantado no arquipélago o mesmo modelo adoptado pelos portugueses para os outros arquipélagos atlânticos sob o mesmo domínio²⁹⁸. Porém, foram feitos ajustes consoante o tempo e a política de quem estava no comando, adquirindo-se, assim, uma especificidade administrativa própria no contexto insular e de outras possessões portuguesas. Apesar de, por vezes, serem decretadas a mesma legislação para com outros territórios,

²⁹⁶ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 18.

²⁹⁷ Cfr. Marcelino Rezende Costa, *op. cit.*, p. 46; Vide António Carreira, *Cabo Verde [...]*, *op. cit.*

²⁹⁸ Cf. Ângela Domingues, “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1991, pp. 41-123, p. 41.

no local era preciso fazer alguns ajustes. Foi por exemplo o caso da única forma administrativa decretada mais tarde pelas Cortes para ser aplicada a todos os domínios da presença colonial portuguesa.

Por volta de 1824, António Pusich, que foi talvez o maior teórico da organização político-administrativa das ilhas de Cabo Verde da primeira metade do século XIX, dizia que no arquipélago não podia “existir a mesma forma do governo que as Côrtes decretaram se estabelecesse nas nossas províncias ultramarinas porque além de despesas inúteis que se fariam, e com as quais não pode servir aquela província, as leis que militam em um país não podem servir, sem serem aplicáveis para todos”²⁹⁹. O autor rejeitou a generalidade da forma do governo nas possessões e apostava na singularidade de cada província ou espaço, neste caso em específico: Cabo Verde.

No período em apreço, as ilhas estavam política e administrativamente ligadas às praças da costa da Guiné, que juntos formavam um espaço, que até por volta de 1818 era denominado Capitania de Cabo Verde e, a partir desse período, era comum encontrar a designação tanto Capitania como por Província [de Cabo Verde]. Todavia, em Janeiro de 1837 a designação legislativa das possessões portuguesas passou a designar-se de “Província”. No caso de Cabo Verde usava-se, na prática, além de “Capitania” a designação de “Colónia”, contudo, este conceito separava a Guiné do arquipélago. Porém, pelo menos até 1844, tanto “Capitania” como “Província” eram utilizados para designar as possessões portuguesas das ilhas de Cabo Verde e costa de Guiné³⁰⁰.

Estes territórios constituíram um único Bispado a partir da criação em 1533 do mesmo, com sede na Ribeira Grande, ilha de Santiago, chamado Bispado ou Diocese de Cabo Verde. Do ponto de vista eclesiástico, oficialmente, as praças da Guiné estiveram subordinados às ilhas, motivo da contestação dos continentais, até que conseguiram “relativa autonomia” em 1867 com a criação do Vicariato Geral e em 1940 tornaram-se “absolutamente independentes” com a criação da *Missão sui Juris*, que atinge a categoria de Prefeitura Apostólica em 1955 e Diocese em 1977³⁰¹.

Segundo o *Anónimo*, em 1784, o Bispado de Cabo Verde, que sobrepunha ao Capitania/Província, compreendia “sete Ilhas povoadas e cinco povoações do continente de

²⁹⁹ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 140.

³⁰⁰ Por exemplo, cfr AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 61, doc. 24, 19 de Março de 1813; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 104; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 82, doc. 48, 29 de Dezembro de 1825; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 89, doc. 35, 24 de Março de 1828; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 4.

³⁰¹ Cf. Padre Henrique Pinto Rema, *As Missões Católicas da Guiné*, Braga, ed. Franciscana, 1982, pp. 289 e ss.

Guiné”³⁰². Apesar das três ilhas ainda não povoadas não contaram para o Bispado, segundo o *Anónimo*, as mesmas faziam parte dos projectos políticos e administrativos tanto da Província como do Bispado.

Em 1818, “a Província, e o Bispado de Cabo Verde compõe-se de 10 Ilhas, além de algumas de pouca monta, e de 5 Praças no Continente de Guiné”³⁰³. As três restantes ilhas já eram representadas como partes da Capitania/Província assim como do Bispado. Porém, segundo José Feliciano de Castilho, na sua *Memória*, incluíam-se as outras ilhas apesar de “pouca monta”, era o caso de São Vicente e Sal, que só começaram a ter a populações significativas nos meados do século XIX, e Santa Luzia, que apesar de em alguns períodos haver presenças humanas, viu o retrocesso no século XIX, e por isso o seu povoamento efectivo nunca chegou a ser concretizado.

As ilhas eram administradas por um Governador, com a residência oficial desde a sua criação até 1769 na Ribeira Grande e a partir 1770 na vila da Praia, ambas na ilha de Santiago, e pelos Capitães-mores residentes nas respectivas ilhas³⁰⁴. Todos estes Capitães-mores que eram, ao mesmo tempo, comandante das respectivas ilhas, “juntamente com os das praças de Cacheu, Bissau, e outras do continente de Guiné, são sujeitos ao Governador da Capitania”³⁰⁵.

O cargo de governador-geral foi criado em 1587³⁰⁶, sempre com a residência oficial em Santiago. A nomeação para este cargo era régia e tinha uma duração de 3 anos e, pelo menos até 1844, foram sempre nomeados os “filhos de Portugal”³⁰⁷.

Até 1587, as ilhas de Cabo Verde e os territórios adjacentes eram governados pelos Capitães-Mores; a partir desse período criaram o Governo-Geral, cujos governadores recebiam o título de Capitães-Generais³⁰⁸, título do qual tinham sido privados, e só reassumidos pelo Decreto de 26 de Março de 1808, no 2º governo de D. António Coutinho de Lencastre. Porém, o título foi abolido em 1838, substituído por Governador Cível e Militar, “que reúne ambas as atribuições, mas sem

³⁰² Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 17.

³⁰³ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 21.

³⁰⁴ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 621.

³⁰⁵ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 6.

³⁰⁶ A propósito do processo da criação do Governo-Geral ver Zelinda Cohen, “Administração das Ilhas de Cabo Verde e o seu Distrito no Segundo Século de Colonização (1560-1640)”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1995, pp. 189-224, pp. 221-224.

³⁰⁷ Em 1841, Chelmick & Varnhagen relembra que os governadores tinham de ser “filhos de Portugal”, cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 259.

³⁰⁸ Sobre os Capitães-Mores e Governadores que tem tido o arquipélago de Cabo Verde até 1784, cf. *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 62 e ss.

intervenção alguma nos negocios judiciaes”³⁰⁹. A jurisdição de Capitães-Mores só servia para a respectiva ilha onde residiam, ao passo que a dos governadores abrangia toda a Capitania/Província. Ao Capitão-general era atribuído amplos poderes, Chelmicki e Varnhagen escrevem em 1841:

“nomeava os Capitães-Mores ou Governadores particulares de cada uma das ilhas, bem como feitores ou administradores da urzela. Era presidente da Junta da Fazenda e principal arrecadador das rendas do estado: nomeava todos os officiaes milicianos e os de linha até ao posto de capitão, inclusive, e decidia também em casos judiciaes civis e criminosos, posto que esta repartição dependesse d’outra personagem de magistratura”³¹⁰.

Em 1833 experimentaram nas ilhas o sistema de Prefeitura, atribuindo a Manuel António Martins o título de Prefeito, nomeado por carta régia de 17 de Dezembro de 1833³¹¹, mas o sistema revelou-se um insucesso e, por isso teve pouca duração, retomando-se o anterior sistema de governo geral das ilhas. Em 1844, disse Lopes de Lima que “conformemente com os artigos 1º, 4º, e 5º, do Decreto de 7 de Dezembro de 1836 ha nesta Provincia um Governador-geral, com as honras dos antigos Capitães Generaes, [...] o qual reúne simultaneamente as attribuições administrativas dos Governadores Civis no Reino, e as Militares dos Generaes da Provincia, [...]; e a elle são sogeitas todas as authoridades de qualquer denominação”³¹². Pelo Real Alvará Perpétuo, na ausência do governador, formava-se um governo interino, que compunha-se do Bispo do Bispado, Juiz ouvidor e um Oficial Militar de maior patente que se achava na Capitania/Província³¹³.

O governador, com residência oficial na ilha de Santiago, era “apoiado” política e administrativamente pelos ministros, nas funções relativas ao governo tanto nas ilhas como na costa da Guiné. Pois, além de Governadores e Capitães-mores ou comandante das ilhas e praças, os outros postos, nomeadamente, militares, officios da Fazenda e Justiça ficavam reservados aos “Ministros”, um dos quais, em 1797, era “ao mesmo tempo Ouvidor, Provedor do crime, e Fazenda Real”³¹⁴. Tinha a residência oficial na ilha de Santiago.

Tanto em Santiago como nas outras ilhas, segundo António Pusich, em 1810, a justiça era administrada “em primeira instância pelas respectivas Câmaras”³¹⁵, e um ou dois juizes ordinários,

³⁰⁹ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 238.

³¹⁰ Idem, *ibidem*, Tomo II, p. 238.

³¹¹ Idem, *ibidem*, Tomo II, p. 234.

³¹² Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 52-53.

³¹³ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 42, doc. 19, 29 de Maio de 1784.

³¹⁴ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 6.

³¹⁵ Sobre o Município e Municipalismo e José V. Capela, “O Município de Cabo Verde e o Municipalismo do Mundo Português de ‘Antigo Regime’ (Breves Notas Comparativas)”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 24, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2002, pp. 65-76.

sujeitos à correcção do Ouvidor”³¹⁶. Segundo Chelmicki e Varnhagen, em 1834, a administração da justiça da Província foi dividida em duas comarcas, e o decreto de 16 de Junho de 1837 determina que houvesse na Capital um Juiz de Direito e um Ordinário, este para substituir o primeiro no caso de algum impedimento. O mesmo decreto, segundo o mesmo autor, ainda acrescentava que em cada ilha do arquipélago, bem como nos distritos da Guiné houvesse também um Juiz Ordinário³¹⁷. Porém, em 1844, representa Lopes de Lima, haver uma Junta de Justiça criminal na Capital (ilha de Santiago), “a qual se julga em ultima instancia as causas crimes” e, segundo a Portaria do Ministério do Ultramar de 23 de Dezembro de 1842, compunha-se do Governador-geral, Juiz de Direito, Delegado e os três oficiais de guarnição com maior graduação³¹⁸.

Além destes “ministros”, que muitas vezes, era uma pessoa ministrando vários cargos, havia um Secretário do Geral de nomeação régia para os assuntos de negócios civis e militares³¹⁹. A Fazenda Pública da Província era gerida pela Junta da Fazenda que era presidida pelo Governador-geral; e no impedimento deste pelo Presidente do Conselho, e composta por um juiz de Direito, um delegado que servia de procurador da Coroa, um tesoureiro e Escrivão da Fazenda da Província³²⁰.

Sempre ligada à *administração temporal* (o que acabou de se apresentar) esteve a *administração espiritual* no arquipélago de cabo-verdiano. Foi a Igreja, desde o início da ocupação portuguesa/europeia, um outro órgão administrativo de grande peso nas ilhas. Era dirigida por um Bispo também com os seus ministros, Provisor e Vigário-Geral, cujas residências oficiais foram fixadas, a partir de 1770, na ilha de São Nicolau³²¹. O Bispado de Cabo Verde erigida com a sede na Ribeira Grande de Santiago e ali permaneceu mesmo depois da transferência da residência oficial dos Bispos para a ilha de São Nicolau, até 1866, altura em que foi transferida para esta ilha. A capital da Diocese de Cabo Verde voltou à ilha de Santiago nos anos 40 do século XX, mas desta vez para a cidade da Praia³²². Nota-se que a transferência de residência dos Bispos foi directamente da Ribeira Grande para a ilha de São Nicolau, e não foi para a vila da Praia como foram os demais agentes administrativos. Além dos Bispos e Ministros supracitados, a administração era feita pelos

³¹⁶ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 622.

³¹⁷ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 247.

³¹⁸ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 56.

³¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 53.

³²⁰ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 143; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 54.

³²¹ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 6; António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 623.

³²² Cf. Maria João Soares, “A Igreja em tempo de mudança política, social e cultural”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. III, 2ª ed, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2002, pp. 327-406, pp. 333-334.

“juizes forâneos, e pelos párocos residentes nas respectivas freguesias”³²³. O Bispado de Cabo Verde estava dividido pelas freguesias, e em 1818 contabilizava 11 só em Santiago³²⁴; em 1844, 33 em todo o Bispado dos quais 28 era no arquipélago e 5 na Guiné³²⁵.

A capital da sede de *Administração temporal* sempre foi a ilha de Santiago, primeiramente na Ribeira Grande (antes e depois de adquirir o estatuto de cidade) e, depois transferida, em 1770, para a vila da Praia. Os governadores e ministros fixaram as suas residências em várias outras ilhas mas, oficialmente, a capital e as residências oficiais dos agentes administrativos continuava a ser a ilha de Santiago.

Todavia, no período em estudo, a organização político-administrativa das ilhas caracterizava-se, segundo os forasteiros, pelas desordens, revoltas, sedições, corrupções, compadrio, com uma série de causas e consequências como a fraqueza portuguesa, decadência económica, falta de quadros qualificados, a permanência de capital na ilha de Santiago, entre outros.

Em 1804, dizia o governador D. António Coutinho de Lencastre que “a falta de ordem, de disciplina, e de subordinação [nas ilhas de Cabo Verde] faria com que tudo se achasse na maior confusão e no estado mais deplorável”, porém, após seis meses que estivera ali, como governador, via com satisfação que devido às decisões que tem tomado “todos os ramos de administração publica vão restabelecendo a boa ordem [...]”³²⁶. Esta “boa ordem” não deve ter passado de uma propaganda política e administrativa do dito governador, ou então o tal estado teve pouca duração, pois, a mesma situação foi continuamente verificada nas ilhas. Em 1836, segundo Marcelino Rezende Costa, “as principais causas dos males, que os Habitantes das ilhas de Cabo Verde soffrem, são as inobservancias das Leis, a confusão, desordem, e arbitrariedade em todos os ramos da Publica Administração”³²⁷, desordens e confusões estas que careciam de uma “regeneração política”³²⁸ que destruíra todos estes “males” que afectava o progresso das ilhas³²⁹.

A Coroa pouco podia fazer perante a grave crise económica social e política que atravessava o arquipélago. Havia falta de instituições capazes de responder às necessidades das populações, e a falta de quadros nas ilhas era agravada pelo “mau” clima de Santiago que afectava os “homens bons” que ali laboravam ou podiam laborar. Como capital, a ilha foi frequentemente

³²³ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 623.

³²⁴ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, pp. 151-152.

³²⁵ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 72.

³²⁶ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 55, doc. 27, 12 de Junho de 1804.

³²⁷ Marcelino Rezende Costa, *op. cit.*, p. 43.

³²⁸ Vide SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 15.

³²⁹ Cf. Marcelino Rezende Costa, *op. cit.*, p. 43.

responsabilizada de má administração e decadência de todo o arquipélago, por isso vários agentes administrativos e alguns particulares defendiam veemente a transferência para uma das outras ilhas.

2.3.1. Fragilidades da organização político-administrativa portuguesa

“De todos os povos da Europa, nós fomos os primeiros, que na idade moderna descobrimos novas Terras, novos Mares, e fundámos Colonias. Desde que dobrámos o Cabo da Boa Esperança, adquiriram-se novas relações, e novo interesses, que mudaram a face da Europa; e nós, avassallando o Oriente ganhámos força, consideração, e respeito no Continente. Todos sabemos isto; todos o conhecemos; e todos nos esquecemos disto; olhando as Colonias, só como Presídios, e Degredo de malfeitores!”³³⁰ Estas observações foram representadas em 1836 pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Contudo, inspirados nestas observações³³¹, Chelmicki e Varnhagen foram um pouco mais longe, afirmando em 1841:

“Eis aqui o que nos resta depois de quatrocentos annos de posse; miseraveis presidios, nenhuma industria, falta de commercio e de cultura. E não podia deixar de chegar a este deploravel estado de ruina. Tudo, tanto nas sciencias e artes, como nas administrações, não tendo melhoras [...] ficando estacionario, em breve é retrogado. Portugal, com os olhos fitos no novo Hemispherio com a riqueza das minas, não se importou com as possessões Africanas”³³².

Todavia, aqui se vê uma auto-imagem de um grandioso império que foi Portugal mas que, nos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, mostrava-se frágil e débil, sem forças para continuar. O “epicentro” da fragilidade e a debilidade via-se na metrópole mas o abalo sentia-se “do Minho a Timor”. Esta é uma imagem que atravessa a *Corografia*, de início ao fim. Como forma de abertura, os autores agarram-se na fraqueza de Portugal para iniciarem a obra. Em Portugal vivia-se períodos de instabilidade, principalmente económica e política, e isto fazia-se sentir nas possessões e, inclusive o “abandono” das mesmas. No arquipélago de Cabo Verde, particularmente, segundo os autores da *Corografia*, “as desordens que havia n’aquelle tempo em Portugal, succediam tambem alternativamente allí”³³³. E, segundo os mesmos, Portugal “pela sua pequenez continental Europea mal pode competir com potencias de segunda ordem”, e mal podia impor aos habitantes das suas possessões, inclusive os das ilhas de Cabo Verde³³⁴. Acrescentam Chelmicki e Varnhagen, que o “atrazo das sciencias naturaes em Portugal” esteve na base para o

³³⁰ SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 21.

³³¹ Estas e outras passagens mostram claramente que Chelmicki & Varnhagen tinham conhecimento dos artigos publicados no primeiro número do *Memorial Ultramarino e Maritimo*. Cf. *Memorial Ultramarino e Maritimo*, nº 1, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836.

³³² J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 145.

³³³ Cf. *idem, ibidem*, Tomo II, pp. 102 e 235.

³³⁴ *Idem, ibidem*, Tomo I, p. II.

desconhecimento e abandono das ilhas e de outras possessões africanas³³⁵; esse desconhecimento desorganizava as administrações das possessões, inclusive do arquipélago cabo-verdiano, pois, sem o conhecimento sobre as mesmas era “impossível legislar para um paiz sem cahir em anomalias”³³⁶, e para controlar era preciso conhecer, e para melhorar também era necessário o conhecimento das causas. Em 1810, do Rio de Janeiro, o Major Engenheiro João de Souza Pacheco Leitão parecia estar ciente desta necessidade³³⁷, mas não parece ter passado a tal sabedoria do papel à prática. Portugal não tinha condições para administrar ou fazer produzir as suas possessões como fazia a França ou a Inglaterra.

Em Cabo Verde, segundo os forasteiros, a Coroa portuguesa tinha fraco poder económico, militar e humano para impor ou concorrer com os estrangeiros que frequentavam o arquipélago, principalmente ingleses, franceses e americanos. Portugal sofria concorrências (“desleais”) de outras nações estrangeira nas suas próprias possessões, mas o contrário não sucedia. Em 1841, Chelmicki e Varnhagen achavam escandalosa a tolerância de deixar os estrangeiros fazerem o comércio de cabotagem, do qual os navios portugueses são excluídos como estrangeiros “em todas as colónias d’aquellas nações, que tão impunemente fazem nas nossas”³³⁸.

Do ponto de vista da guarnição não havia obstáculos nas entradas das ilhas, e as mesmas estavam sujeitas aos ataques dos piratas e corsários devido à incapacidade do Estado na sua protecção. Os estrangeiros entravam, muitas vezes, nos portos do arquipélago sem licença ou sem pagar os devidos impostos. Saquearam inúmeras vezes, mas a administração das ilhas via-se impotente, sem poder para a reacção. Não foram poucas as humilhações e abusos sofridos da parte dos estrangeiros nas ilhas ou nas dependências das mesmas. Humilhações e abusos sobre os portugueses não aconteciam só em Cabo Verde, também ocorriam nas outras possessões portuguesas, e segundo Wilson Trajano, atingiram o seu máximo em 1890 com o mediático *Ultimatum* inglês³³⁹.

Em geral, a força militar e de guarnição das ilhas cabo-verdianas eram quase inexistentes e muitas vezes não passavam de nomes³⁴⁰. Por isso, tanto os habitantes, como os administradores,

³³⁵ Cf. idem, *ibidem*, Tomo I, p. III.

³³⁶ Idem, *ibidem*, Tomo I, p. 215.

³³⁷ Cf. AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 59, doc. 25, 1º de Agosto de 1810.

³³⁸ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 81.

³³⁹ Sobre este assunto Cfr. Wilson Trajano Filho, “Pequenos mas Honrados: um jeito de ser português na metrópole e nas colónias” *Série Antropologia*, nº 339, Brasília, 2003, pp. 1-32; Idem, “A constituição de um olhar fragilizado: notas sobre o colonialismo português em África”, *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*, coord. Clara Carvalho, João de Pina Cabral, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 21-59, pp. 24-32; Valentim Alexandre, “O império africano [...]” *op. cit.*, pp. 18 e ss.

³⁴⁰ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 623.

principalmente dos litorais, não estavam seguros perante a ameaça do exterior. Dos interiores estavam mais seguros devido ao difícil acesso que constituíam assim uma defesa natural. Segundo João da Silva Feijó, em 1797, à exceção de Santiago e Fogo, não tinham aquelas ilhas “outras fortalezas para a sua defesa, que o inacessível das suas montanhas e o seu áspero caminhos”³⁴¹. A guarnição da ilha capital compunha-se de duas Companhias pagas, uma que guardava o governador e a outra que guardava o presídio da Vila da Praia, divididas em três regimentos de infantaria e Companhias de Cavalaria de milicianas, cujos oficiais não eram pagos, à exceção dos Ajudantes. A fortaleza da vila da Praia apesar de não ter formalidade alguma e mal reparada tinha artilharia suficiente e servia mais do que da cidade da Ribeira Grande. Na ilha do Fogo havia “dois chamados fortes, ainda que bem fracos por falta de tudo que os pode formalizar”³⁴², contudo, pouco tempo depois do Feijó, escreve o ex-Feitor da Fazenda que a ilha de Santiago estava composta por 13 companhias, 12 de infantaria e uma de cavalaria. Todavia, o cenário geral das ilhas continua pobre: fortes destruídos e caídos por terra, armas velhas que nem fechos tinham, outras sem braçadeiras e amaradas com cordas. As fortalezas arvoravam a bandeira portuguesa com a “infelicidade muitas vezes de não haver um grão de pólvora não só para recompensar salvas dos navios mas até para lhes fazer um sinal”³⁴³, principalmente aos estrangeiros, o que era vergonhoso na opinião de Chelmicki e Varnhagen³⁴⁴.

As condições em que os oficiais se apresentavam também eram decadentes, sem armas correspondentes, descalços, sem fardas ou quando as tinham estavam quase sempre rotas, em alguns casos até se apresentavam “nus”, e pouco ou nenhum sinal tinham do que eram³⁴⁵.

António Pusich, não desligando totalmente do texto de Feijó, representa em 1824, um cenário muito próximo do que Feijó apresentou em 1797 e por ele próprio representado em 1810. Segundo o mesmo, a vila da Praia estava menos mal fortificada, precisando de reparos todas as outras ilhas, “à exceção de Santo Antão, e Sam Vicente [que] têm tais e quais as fortificações e baterias ultimamente erigidas para a defesa dos corsários piratas”³⁴⁶. No dizer de Chelmicki e Varnhagen (1841) e de Lopes de Lima (1844), as vicissitudes políticas de que tem passado Portugal motivaram o abandono que caiu o estado defensivo e, na vila da Praia, zona mais sensível a protecção, a guarnição voltou a reduzir-se a duas companhias. As outras ilhas continuavam a não ter outras

³⁴¹ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 5.

³⁴² Idem, *ibidem*, pp. 5 e 6.

³⁴³ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, pp. 183-185, 195 e 196.

³⁴⁴ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 140.

³⁴⁵ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, pp. 61, 89-90.

³⁴⁶ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 145.

defesas a não ser o “natural”, isto é as suas altas montanhas, os seus intransitáveis caminhos, que faziam do interior inatacável, e no caso de algum incidente o povo resolvia tudo a pedrada³⁴⁷. Os litorais continuavam expostos e indefesos de qualquer navio corsário ou pirata e até mesmo a um “golpe de mão”³⁴⁸. Segundo Lopes de Lima, as ilhas careciam, não menos do que em Angola, de Estação de Navios de Guerra para “manter respeitada a Bandeira [...], antes que outras Nações da Europa suspeitassem terras habitadas na Zona ardente do Mar das Trévas, além das Ilhas Canarias, e do Cabo Bojador”, e chama atenção a quem governa, tanto em Portugal como no arquipélago³⁴⁹. Os autores temiam que a soberania de Portugal sobre as suas possessões estivesse em causa devido ao fraco poder português, tanto das ilhas como no continente africano.

A fragilidade do ponto de vista militar e político não era menos sentida internamente. Recorda-se o caso em que o então Prefeito das ilhas de Cabo Verde Manuel António Martins solicitou um Batalhão, em 1835, para conter os partidos e fazer respeitar e obedecer as autoridades, nas ilhas e nas praças da Guiné. Porém, ao chegar à ilha de Santiago, em poucos dias, na noite de 21 de Março, os soldados rebelaram-se contra todos os oficiais, prendendo-os todos em suas casas e mataram-nos no cemitério, aclamando Rei o D. Miguel, “o que tem gerado revoltas, desordens e caos nas ilhas”³⁵⁰. O batalhão ficou conhecido como o Batalhão Açoriano por ser composta por maioria dos soldados provenientes dos Açores.

Mas afinal que poder tinha a Coroa portuguesa sobre o território cabo-verdiano? E sobre os seus habitantes?

Na época em apreço, Portugal não tinha um controlo efectivo em todo território cabo-verdiano, nem sobre os homens neles habitantes, inclusive o cabo-verdiano. Controlo esse, dificultado pelo alargamento da população, disposição dos territórios por ilhas e falta de meios que os ligassem. Os habitantes não estavam de todo subordinados às ordens administrativas, nem tão pouco aos agentes administrativos no arquipélago. Os habitantes não cumpriam as leis, não pagavam impostos, estes fundamentais para funcionamento do estado, e pouco podia fazer a Coroa

³⁴⁷ No caso da ilha de Santo Antão, Chelmicki & Varnhagen relatam o seguinte facto, no sentido quase anedótico, que aconteceu em 1712. Devido à falta de artilharia para obstar o desembarque dos franceses sob o comando de Duguay-Trouin (viveu entre 1673 e 1736) na ilha, os habitantes retiraram-se para o interior a comando de um padre e cortaram o único caminho que ligava Ponta do Sol à Vila de Santa Cruz e arrombaram rochas sobre os invasores ao qual esmagaram muitos, cerca de cento e tal homens e o resto escaparam porque fugiram. Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 130-131.

³⁴⁸ Cfr. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 102 e 129; e 67.

³⁴⁹ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...], op. cit.*, parte I, p. 67.

³⁵⁰ Cfr. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 110; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...], op. cit.*, parte I, p. 62.

portuguesa para impedir ou obrigar³⁵¹. Segundo Lucas de Senna, aqueles habitantes eram infiéis à Coroa portuguesa e “quase zombam dos governadores”³⁵². Perante os habitantes nem era a falta de armas o maior problema, mas sim a guarnição composta pela maioria dos filhos da terra, “porque em caso de levantamento os pais não hão-de brigar com os filhos, os irmãos com outros, os mesmos parentes [...]”, foi que sucedeu na Revolta de 28 de Dezembro de 1811³⁵³ e na Ribeira dos Engenhos em 1822³⁵⁴, em que chegando ao local da revolta, os soldados não faziam nada contra os revoltosos porque eram irmãos, pais, filhos e até compatriotas. Por isso, havia falta de confiança na tropa das ilhas quando continha elementos naturais das ilhas. Mas será que, nesse período, Portugal tinha condições económicas e humanas para criar uma guarnição ou um corpo militar diferente, isto é, sem elementos ou a maioria dos habitantes das ilhas de Cabo Verde? Não parecia. Dos poucos que vinham de Portugal morriam quase todos logo no primeiro ano³⁵⁵.

Em 1838, o governador Pereira Marinho concluía que se os portugueses eram senhores da ilha de Santiago o eram porque as “famílias indígenas” do país mais influentes eram suas amigas e queria que a ilha e a Província toda fosse portuguesa, “por que logo que elles não quiserem ser nossos Compatriotas, parece-me que de certo os não poderemos obrigar ao dominio Portuguez”³⁵⁶.

No que toca ao socorro dos habitantes, Portugal estava muito ausente. As sucessivas secas e fomes nas ilhas provocavam uma forte pressão sobre o cofre de Lisboa ao qual esta não conseguia responder, deixando populações morrer à fome ou salvas por outras nações, europeias e/ou da América do Norte.

Enfim, o povo podia fazer algumas exigências ou negava fazer algo quando este ia contra a sua vontade e ajuntava-se com facilidade um grande número de pessoas em prol de uma causa comum, do povo. Foi o caso da revolta de 28 de Dezembro de 1811³⁵⁷, em que se ajuntaram cerca de 3 mil pessoas, de todos os grupos sociais para exigirem ao governador D. António Coutinho de Lencastre que retirassem o imposto aplicado pela iniciativa do próprio. Mas a este tipo de ajuntamento podia se designar de um sentimento nacional? E quando as “tropas crioulas” negaram atirar contra os revoltosos? Cita-se um exemplo que foi a recusa dos habitantes de Boavista no

³⁵¹ Cfr. Marcelino Rezende Costa, *op. cit.*, pp. 43-44; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 105.

³⁵² Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 103.

³⁵³ Este incidente foi relatado de uma forma quase anedótica por Lucas de Senna, cf. *idem, ibidem*, pp. 25-26 e 104; para outras versões ver AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 60 (1812); Maria João Vieira, “A(s) revolta(s) de um povo”, *Semanário Tribuna*, Praia, [s.n.], 1 de Agosto de 1989, pp. 12-15.

³⁵⁴ Vide Maria João Vieira, *op. cit.*, pp. 12-15.

³⁵⁵ Tratava-se de malária que dizimava a população europeia nas ilhas. Cf. p. 91; George E. Brooks, *op. cit.*, p. 37.

³⁵⁶ Vide AHU_SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 55, Offício nº 127, 24 de Março de 1838.

³⁵⁷ Cf. António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde, 1818*, anot. e coment. de António Carreira, [s.l.], Mem Martins, 1987, p. 11.

apanho de urzela por ser demasiado perigoso subir as rochas, e o comandante da ilha de Boavista responde, numa correspondência ao Governador e Capitão General em 1810, que tinha obrigação e dever de “fazer trabalhar os ociosos e vadios” mas quando todos empregavam nos trabalhos que os mesmos elegiam como mais úteis para si próprios. O mesmo comandante reconhecia que não tinha autoridade para os obrigar a fazer trabalhos que eles se recusavam e que punham as suas vidas em perigo, porque forçando-os e acontecendo algum acidente e morrer algum, logo era “afrontado” pelos filhos e mulher do acidentado³⁵⁸.

2.3.2. Ilha de Santiago: capital das desgraças

A “Ilha de S. Tiago é a deste nome a capital até o presente, e o tem sido para desgraças sua e das outras, porque como o seu clima é péssimo e doentio, os Governadores-gerais, Ouvidores que para ali vão pouco adiantam ou nada promovem a bem daquelas Ilhas”³⁵⁹. Este retrato foi traçado por volta de 1804, pelo então Tenente-coronel, capitão-mor da ilha de Boavista, Aniceto António Ferreira, um dos vários autores que responsabilizaram a ilha de Santiago pela decadência de toda a Capitania/Província. A situação agrava-se por ser (e manter) a ilha de Santiago como Capital de Cabo Verde, pois era o centro das decisões, e seria, assim, também, o centro dos problemas que afectavam toda a Capitania/Província. Consideravam-na como uma das ilhas com o clima mais “doentio” para os europeus. Era (e é) considerada a ilha “mais africana”, não só pela tese de que já era habitada pelos Wolof aquando à chegada dos portugueses/europeus e a que manteve a relação mais profunda e duradoura com a costa fronteira, como também a própria natureza era aproximada do continente africano, principalmente o seu clima.

A maior de todas e considerada no início da ocupação portuguesa/europeia como a mais propícia para o estabelecimento dos europeus, ponto de apoio à navegação e entreposto comercial, Santiago foi assim a primeira ilha do arquipélago a ser povoada. Nela se estabeleceu o centro das decisões político-administrativas (administração, justiça, eclesiástica e militar) e tornando-se o principal ponto económico e social de Cabo Verde e dos territórios adjacentes. Segundo Lopes de Lima, Santiago era “tão principal, que tem sido sempre denominada por excelência a *Ilha de Cabo Verde* (sic) nas praticas communs dos habitantes de toda a Provincia”³⁶⁰. Era a capital da Capitania/Província e do Bispado. Segundo o *Anónimo*, em 1784, por ter mais povo cristão e mais

³⁵⁸ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 59, doc. 22, 5 de Julho de 1810.

³⁵⁹ Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 61.

³⁶⁰ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte II, p. 3. De facto esta expressão é facilmente detectável nos documentos desde o século XV.

abundante³⁶¹. Segundo Pusich, foi eleita capital por ser a maior de todas e possuir a terra mais fértil e mais abundante do mundo caso não lhe faltasse chuva³⁶².

A Ribeira Grande de Santiago tinha, até 1770, a residência oficial dos agentes administrativos, governadores, ouvidores, bispos e mais autoridades administrativa. Depois dessa altura as residências oficiais passaram para a vila da Praia, excepto dos Bispos e seus ministros que passaram a ter a residência oficial na ilha de S. Nicolau. O que não significa que permanessem sempre nesta ilha.

A transferência para a vila da Praia não parece ter melhorado muito a situação administrativa nem da ilha de Santiago e nem do arquipélago em geral, pois Santiago continuava a ser responsabilizada pelo seu clima. Assim sendo, de forma a contornar este mal, os principais agentes administrativos das ilhas, durante os finais do século XVIII e toda a primeira metade do século XIX, suplicavam e propuseram constantemente a transferência da capital para as outras ilhas “mais saudáveis”. Sabe-se que este problema sobre a transferência da capital de Santiago para as outras ilhas permaneceu até aos nossos dias. Ainda hoje esta questão não está totalmente resolvida³⁶³.

O principal argumento com que justificavam essa transferência para uma das outras ilhas, no período em estudo, era o clima. Era quase consensual entre os autores que o clima da ilha de Santiago era muito quente e pouco saudável, principalmente para os europeus. Ali “no tempo das chuvas reinam as mesmas doenças da costa da Guiné”. Não havendo boticas nem médicos nas ilhas, as doenças eram infalíveis para os recém-chegados, e muitas vezes fatais. Muitos deles recorriam aos remédios feitos por “algum preto da terra, como pratico dela [de curar aquelas doenças]”³⁶⁴. As doenças provocadas pelo mau clima denominavam-se de “carneiradas”, também conhecida como “doença da terra”. Estas fizeram com que a ilha de Santiago fosse vista como: o “matadouro dos europeus”; “habitação somente própria dos criminosos”³⁶⁵; “tumba dos europeus”³⁶⁶; ou ainda,

³⁶¹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 17.

³⁶² Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 624.

³⁶³ Por exemplo o Mindelo de São Vicente foi fundado como alternativa à Praia de Santiago, mas posicionaram-se frente-a-frente até aos dias de hoje, com vantagem da Praia que continua a ser a capital. Mindelo é considerado informalmente, por muitos, como a Capital Cultural de Cabo Verde, e formalmente, da Lusofonia, desde 2003. A situação de Mindelo e Praia é a que normalmente acontece com qualquer capital de um país e a sua segunda maior cidade; veja-se o exemplo das cidades de Lisboa e Porto.

³⁶⁴ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 625. Sobre as “doenças da terra” e forma de as curar no período em estudo veja-se Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 79-91; Maria João Soares, Maria Manuel Torrão, *Ervas e Curandeiras. Remédios e Boticários. Formas de curar nas Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII e início do século XIX)*, *Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos*, ICT /CCCM, 29, 30 e 31 de Outubro de 2008.

³⁶⁵ Vide António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 136.

³⁶⁶ Idem, “Ensaio físico e político [...]”, *op. cit.*, p. 629.

segundo Lopes de Lima, a ilha merecia título de “mortífera”³⁶⁷. Os Santiaguenses eram os que levavam vantagens, pois eram imunes ao mau clima, até mesmo ao da costa, o que não se verificava com os habitantes da costa em Santiago³⁶⁸.

Por estes motivos, a ilha de Santiago foi considerada capital da sua própria desgraça e da das outras ilhas e territórios a ela adjacentes. A capital não acertava nas decisões que tomava, principalmente na administração e era também a causa das poucas prosperidades das ilhas porque “os homens de habilidade” repugnavam os ofícios no arquipélago pelo facto de a capital se manter na ilha de Santiago³⁶⁹, até os próprios religiosos, homens de bem, que deviam fazer sacrifícios para o bem do próximo. Por isso, em 1818, António Pusich verificava que todos os europeus que se achavam na ilha de Santiago estavam forçados pela “obrigação do ofício”³⁷⁰.

Nestas condições, os poucos agentes administrativos que vinham para as ilhas eram dos piores que podiam ser. Além de “poucos e maus”, passavam quase todo o tempo doente, o que prejudicava o sector administrativo, com graves consequências para a ilha de Santiago e suas dependências. Dizia Lopes de Lima, em 1844, que era convicção geral e unânime a desvantagem que resultava para o serviço público ter a sede das autoridades governativas numa ilha “tão doentia” e mesmo “mortífera” durante a terça parte do ano³⁷¹. No tempo-das-águas, governadores, ouvidores e a maior parte de outros “funcionários públicos” “fugiam” para as outras ilhas, consoante as preferências de cada um, com razão, segundo António Pusich, “com incommodo proprio, e grande quebra, e desarranjo no andamento dos negocios publicos”³⁷². Durante esta saída, estes funcionários dispersos por diferentes ilhas, pouco podiam fazer para a prosperidade das mesmas.

Além do clima, segundo alguns autores, outros motivos justificavam a transferência da ilha Santiago. Segundo António Pusich, a ilha continuava a ser preferida pelo Estado por ser a “primeira a ser descoberta e povoada”. No entanto, era umas das “piores em vários outros aspectos”, não tendo outro valor se não o da antiguidade, o mesmo estabelecimento que constituíra “a principal para não dizer a única causa do atrazamento destas ilhas em todos os pontos do interesse público”³⁷³. A ilha com os edifícios todos arruinados foi um dos motivos que levou os bispos a fixarem a residência na ilha de São Nicolau porque, além de a ilha ser mais saudável para eles, o

³⁶⁷ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 9.

³⁶⁸ *Idem, ibidem.*

³⁶⁹ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 141.

³⁷⁰ Cf. *Idem*, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 136.

³⁷¹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 4.

³⁷² Cf. *idem, ibidem.*

³⁷³ Vide António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, pp. 135-136.

palácio que tinham na Ribeira Grande estava todo arruinado³⁷⁴. Na vila da Praia os poucos edifícios que estavam também em ruína. Nem os próprios governadores tinham a casa própria para morar. Em 1841, segundo Chelmicki e Varnhagen:

“o Governo nada possui na ilha de Santiago, que o ligue a este ponto, o Governador não tem ali casa para habitar, é obrigado a alugar uma [...] a tropa não tem quartel, nem os officiaes [...] são obrigados igualmente a alugar cazas; as Secretarias necessárias existem em barracas indignas; não ha hospital para a tropa [...]; a alfandega é uma cazinha [...], não ha fortificações, nem desembarcadouro capaz;”³⁷⁵.

Por isso, no dizer de Pusich, não teria muito custo na transferência da capital³⁷⁶, porque não havendo edifícios na ilha de Santiago, era preciso fazer tudo de novo, e em vez de voltar a construir na mesma ilha, construía-se numa outra ilha mais saudável e ainda com a vantagem de possuir a mão-de-obra era mais barata³⁷⁷. Um outro motivo pelo qual António Pusich justificava a transferência era o facto de as terras de Santiago, assim como as do Fogo, estarem “em poucas mãos” e, por isso, pouco cultivadas³⁷⁸. Chelmicki e Varnhagen acrescentam a “apatia e a maldade dos habitantes” da vila da Praia que se opunham ao progresso da prosperidade da colónia³⁷⁹. Portanto, era a pouca produção acrescida de entraves humanos no desempenho das suas funções da capital. A insegurança também era uma das motivações do desejo de mudança, pois, segundo alguns autores, a ilha de Santiago estava tanto desprotegida dos estrangeiros como dos naturais, sujeita aos ataques ou revoltas, protagonizada pelos estrangeiros e naturais, respectivamente. Mas pergunta-se: a quem interessava a transferência? Os benefícios eram para o Estado ou para alguns privados, ou para ambos?

No dia 1 de Julho de 1803, Bispo, Governador, e Desembargador Ouvidor Geral, todos nomeados para as ilhas de Cabo Verde suplicavam, em nome da “causa pública”, que fosse transferida a capital para a ilha de S. Nicolau, justificando que todas ilhas eram “decidida, e notoriam.te pouco sadias, ainda he m.to menos a Ilha de S. Thiago, que serve de Capital; por isso que todas as pessoas, que vaõ de fóra, Logo mortalm.te adoessem, e ainda que alguma por fortuna

³⁷⁴Cf. Idem, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, pp. 624-625.

³⁷⁵ J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 27.

³⁷⁶ Para uma abordagem mais profunda e sistemática da transferência da Capital para a Vila da Praia, veja-se António Leão Correia e Silva, “Praia: a lenta emergência de uma capital”, *Cultura/Kultura: Revista de Investigação Cultural e de Pensamento*, nº 2 (Julho 1998), dir. Ondina Ferreira, Praia, Ministério da Cultura, 1998, pp. 188-201. Para as outras ilhas, nomeadamente S. Vicente, João Estêvão, “Peuplement et Phénomènes [...]” *op. cit.*, pp. 49 e ss.

³⁷⁷ Cf. António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 137.

³⁷⁸ Idem, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 625.

³⁷⁹ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 27. Para um período anterior, cfr Maria João Soares, *op. cit.*

escape, sempre fica infesada, e incapaz de prosseguir no exercício do seu respectivo menisterio”³⁸⁰. Porém, a Secretaria, no ofício de 20 de Outubro de 1803, respondeu negativamente o pedido, negando tanto a transferência do governo, como a da Sé de Cabo Verde para a ilha de S. Nicolau, permitindo somente a residência do Bispo na dita ilha³⁸¹. Neste período, todas (quase) as autoridades administrativas do arquipélago estavam decididamente a favor da transferência, para uma única ilha.

Aos olhos dos autores como Pusich, Aniceto António Ferreira, Chelmicki e Varnhagen e Lopes de Lima, a transferência da capital para uma das outras ilhas era mais do que necessária, pois, sem a tal as ilhas nunca chegariam ao seu auge. Porque mesmo que o desejo dos funcionários enviados para as ilhas era o “de promover os interesses do Estado, e dos povos” que lhes eram confiados ao estabelecerem-se em Santiago o resultado seria pelo contrário. Isto só se alterava se a capital fosse “estabelecida em uma das Ilhas sadias e de benigno” clima, o que eram todas à exceção de Santiago e Maio³⁸², “aonde todos os europeus gozam sempre tão boa saúde como os indígenas”³⁸³. Os ouvidores deixariam de ser ambulantes, os governadores e ministros e outros funcionários juntariam as suas forças numa só ilha em prol do arquipélago e das suas dependências. Com a mudança até poderia melhorar a imagem que se tinha das ilhas de Cabo Verde em geral³⁸⁴.

Segundo estas representações, à partida, vê-se que a capital poderia ser transferida para qualquer ilha do arquipélago, isto é, que saísse da ilha de Santiago, em alguns casos excepto para Maio, que era vista como de clima doentio igual ao daquela. Mas quais eram as ilhas alternativas para estes autores?

Desde 1803 os interesses de António Pusich já estavam voltados para a ilha de S. Nicolau, onde residiu durante o período em que foi Intendente da Marinha (1801-1811), e onde os bispos da diocese acertadamente já mantinham a residência. Consideravam que além de mais saudável do que ilha de Santiago, aquela localizava-se no centro das outras ilhas e facilitava a comunicação com as mesmas do mesmo arquipélago³⁸⁵. Ainda em 1810, na “Memória ou descrição físico-política” e repetida em 1818, na “Memória de algumas providências”, Pusich dizia que “enquanto o Cabido existir na ilha da S. Thiago (de cujo clima mortífero todos fogem) (sic) e não for estabelecido em São Nicolau aonde residem os Bispos, [...] nunca o número dos Capitulares será completo nem por

³⁸⁰ Vide AHU, *Cabo Verde*, cx 54, doc 51, 1 de Julho de 1803.

³⁸¹ Vide AHU, *Cabo Verde*, cx 54, doc 55, 20 de Outubro de 1803.

³⁸² Vide Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 61.

³⁸³ Cf. António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, pp. 136-137.

³⁸⁴ Idem, *ibidem*.

³⁸⁵ Vide Idem, “Ensaio físico e político [...]”, *op. cit.*, p. 629.

metade”, e como consequência, esta corporação nunca seria muito útil para a Real Fazenda³⁸⁶. Dizia o *Anónimo*, em 1784, que na ilha de S. Nicolau não se padecia de *doenças da terra*³⁸⁷.

Se numa primeira fase António Pusich tinha interesse em transferir a capital para a ilha de São Nicolau, a Aniceto António Ferreira, em 1813, “a Ilha que se deveria designar para capital era a do Fogo, porque além de ser uma das mais abundante é fortificada, e pondo-lhe mais alguma artilharia desta de S. Tiago ficaria muito mais defensável do que ela pela situação local [...]”, além disso, esta facilitava a comunicação com as outras ilhas do arquipélago³⁸⁸. Recorda-se que nesta altura, Aniceto António Ferreira era capitão-mor da ilha de Boavista havia 16 anos e 35 residente no arquipélago. Segundo este capitão-mor, estabelecida a capital na ilha do Fogo, conheceria a sua grande utilidade que teria para o bem do Estado, das ilhas e dos habitantes de todas as ilhas, porque em razão do benigno clima não ficavam os europeus sujeitos à doença do país, como na ilha de Santiago e Maio e, por isso, se podia “conjecturar o quanto não operaria um governo de génio, e de sentimento patriótico”. Aniceto António Ferreira elegeu a vila da ilha de Fogo como a melhor para a qual deveria ser transferida a capital, transferência sem a qual, “pouco podem influir as autoridades superiores para o melhoramento”³⁸⁹ do arquipélago de Cabo Verde.

A partir de 1820, a ilha de São Vicente apareceu como preferência para formar uma nova capital, desta feita, criada de raiz com todos os meios necessários. A ideia foi lançada por Pusich, apesar de continuar a sugerir a ilha de S. Nicolau como uma alternativa, e pela primeira vez também a do Fogo, mas deu principal destaque à ilha de São Vicente. O *projecto São Vicente* como a nova capital das ilhas de Cabo Verde e territórios adjacentes foi retomado e fortemente defendido pelo governador Joaquim Pereira Marinho nos anos do seu governo (1835-1836 e 1837-1839) e por Chelmicki e Varnhagen, na *Corografia Cabo-Verdiana*, de 1841. Por esta altura S. Vicente era ainda pouco povoada mas, segundo Pusich, precisava “reflectir” entre outras coisas, sobre as vantagens do seu “vasto e seguro porto” que possuía³⁹⁰ – um “magnífico *Porto-Grande*” segundo Chelmicki e Varnhagen³⁹¹. Contudo, o porto era o único meio que atraía estes autores para a ilha, pois não possuía nem homens, nem edifícios que os motivava para o tal projecto. Estava (quase) tudo por fazer.

³⁸⁶ Cfr Idem, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, pp. 622 e 23; Idem, “Memória de algumas providências...”, p. 134.

³⁸⁷ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 36.

³⁸⁸ Cf. Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, pp. 61-62.

³⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 62.

³⁹⁰ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, pp. 139 e 141.

³⁹¹ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 23.

A 5 de Novembro de 1835, numa representação ao então Ministro do Ultramar, António José Maria Campêlo, o governador Joaquim Pereira Marinho, diz que “a ilha de São Vicente pela sua configuração pelos seus dois grandes portos, e outros desembarques que tem he huma das melhores Ilhas [...] he a maior aonde se pode fazer hum centro de Cevilização, para dali se espalhar para as outras Ilhas, aonde se devem apensar todos os estabelecimentos de industruir, de commercio, e de navegação. Todos os estabelecimentos que se devem formar em S. Theago, serão logo na sua Origem destruidos pella morte”³⁹². A ideia da transferência da capital para S. Vicente foi lançada por Pusich, mas foi o governador Pereira Marinho quem lhe deu maior desenvolvimento, continuado pelo Governador-geral João Fontes Pereira de Melo. Segundo o decreto de 11 de Julho de 1838, o projecto visava acelerar o povoamento da ilha de S. Vicente, fundando assim a povoação de Mindelo e implementar toda a máquina administrativa necessária para servir de capital³⁹³. A fundação da Povoação de Mindelo era criada, à partida, como uma cidade, para ser uma verdadeira substituta da Praia, desde a administração até mesmo do ponto de vista civilizacional. A sua situação geográfica mais a norte era alteada por Chelmicki e Varnhagen, alegando que “poderia acudir sempre a qualquer outra ilha, com maior celeridade”³⁹⁴. A ilha de Santiago foi até chamada de “ex-capital” por Chelmicki e Varnhagen³⁹⁵, mas pelo que se pode apurar, oficialmente, a capital administrativa de Cabo Verde nunca chegou a sair da ilha de Santiago.

Por volta de 1806 o ex-Feitor dizia que das 11 ilhas do arquipélago de Cabo Verde valia a pena o Estado não abandonar a ilha de Santiago porque “se fosse uma outra nação seria uma descoberta América”. O autor não achava nenhuma diferença, excepto nos anos das suas carneiradas, entre as produções desta ilha e do Brasil onde estivera e em nada esta tinha melhor a não ser o clima³⁹⁶.

A mudança da capital para a ilha de S. Vicente gerou várias polémicas, traduzidas em *Memórias, Notas, Apologias*³⁹⁷. Inclusive o projecto apresentado por Pusich, trabalhado pelo Governador Pereira Marinho e seguido de perto por Chelmicki foi rejeitado e criticado por Lopes de

³⁹² Vide AHU_SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx.53, doc N° 6 5 de Novembro de 1835

³⁹³ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 4.

³⁹⁴ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 137.

³⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 131.

³⁹⁶ Cfr. José António Pinto, *op. cit.*, p. 198.

³⁹⁷ Por exemplo os confrontos entre António e João Pusich vs Manuel António Martins. Cfr Manuel António Martins, *Memória demonstrativa sobre a necessidade de novas providencias para a provincia de Cabo-Verde*, Lisboa, Typ. Patriotica, 1822 e António/João António Pusich, *Notas criticas sobre os mais importantes artigos da lei de 20 de Julho de 1822 condemnados pelo senhor Manoel Antonio Martins, em huma memoria, que apresentou ao Soberano Congresso*, Lisboa, Imp. da Viúva Neves e Filhos, 1822.

Lima em 1844. A ilha carecia de um dos principais bens para a sobrevivência humana – a água potável para beber – falta que provocou o principal entrave das várias tentativas do povoamento da mesma³⁹⁸. Lopes de Lima considerava urgente mudar o quanto antes a capital para lugar mais saudável e central que a vila da Praia, mas, segundo o mesmo, era, impossível a transferência para S. Vicente em 1844 porque, além dos “graves problemas” por carecer a água potável, estava desprovida de fortes, não possuía a riqueza natural e as despesas eram muito elevadas para o estado em que se encontrava a Província. O autor também critica a criação de uma cidade logo de raiz, sem ter que passar pelas habituais fases evolutivas como aldeias e vilas³⁹⁹. Todavia, havia anos que Lopes de Lima defendia o estabelecimento da capital na ilha de Boavista, contudo, ainda em 1844, a capital das ilhas de Cabo Verde e os territórios adjacentes e no tempo-das-águas podia ser em qualquer das outras ilhas⁴⁰⁰.

O clima foi um factor indispensável nas representações negativizantes e depreciativas das ilhas cabo-verdianas, principalmente de Santiago, porque esta era a capital – centro das decisões que gerava problemas. Aos olhos de forasteiros, Santiago constituía um fardo e contribuiu para o atraso de outros territórios a ela adjacentes. O seu clima foi visto como causa da ineficácia dos agentes administrativos que operavam no arquipélago, tanto pela repugnância como pelas doenças e mortes que lhes causava. Movidos pelos interesses particulares ou de grupo tentaram a todo o custo transferir de Santiago a capital, mas a transferência nunca chegou a ser concluída porque toda a ocupação e manutenção das outras ilhas do arquipélago e, em parte, da costa africana foram feitas com bases assentes na ilha de Santiago. Foi ela a estrutura da ocupação do arquipélago e ponto estratégico para a entrada dos portugueses/europeus na costa ocidental africana. Além do mais, no período em causa, não havia nas ilhas meios materiais e económicos para tal transferência e a Fazenda Real não podia e nem queria pagar e nem os agentes administrativos da metrópole se estavam interessados nesta transferência.

2.3.3. Os agentes do Estado: insuficiência numérica e cultural

À frente da administração das ilhas estavam homens, sobretudo do reino, nomeados, normalmente, por três anos de serviço. Chegando ao arquipélago estes oficiais tinham de lutar pela sua sobrevivência: contra o clima, contra falta de meios económicos e contra os outros (principalmente os naturais da terra) interessados no mesmo cargo, e ao mesmo tempo conseguir

³⁹⁸ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, p. 198.

³⁹⁹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 4-5 e parte II, pp. 69-71.

⁴⁰⁰ Cf. Idem, *ibidem*, parte I, p. 4.

um bom desempenho na sua função para que sejam reconhecidos, nem tanto pelos habitantes, mas, sobretudo pela Coroa; o que lhes valeria grandes honras, bom-nome e promoções, as quais quase sempre eram novos cargos de graduações superiores.

Nas ilhas, pelas dificuldades na comunicação e outros motivos já apontados, os agentes de cargos mais elevados eram poucos controlados pela metrópole e nem havia leis concretas e específicas que os regulavam de acordo com o meio onde estavam em serviço.

Em vários momentos e situações os agentes administrativos da Capitania/Província de Cabo Verde acusavam-se uns aos outros e também eram acusados pelos habitantes de serem responsáveis pelos abusos, desordens, desleixos, indolência e ignorância nas ilhas e costa. Além de poucos ainda eram “maus”. Também eram responsabilizados pelo estado de decadência em que se encontrava o arquipélago. Segundo António Pusich, em 1810, “à excepção da capital, introduziu em todas as ilhas um governo puramente económico; governo este conhecido por todos, ser pelo seu egoísmo, e vistas particulares, o mais contrário à felicidade e prosperidade pública”⁴⁰¹. A felicidade era um dos principais ideais da época, evidente influência iluminista. Os interesses particulares era um dos “vícios” que mais afectava estes governadores e ministros. Em 1784, o *Anónimo* tinha-os apontado como “a principal causa da maior ruína desta Conquista [...], porque ordinariamente todos vem com o ânimo de desfrutar”⁴⁰², o que, segundo o autor, não aconteceria com o Governo Interino, porque, na falta do governador, “não poderá deixar de resultar bom principio de restabelecimento da conquista, porque o povo verá livre do pesado jugo dos governadores;” os Bispos que eram homens de virtudes e, como um dos elementos do Governo Interino, procuravam “*sunt Jesus Christ*, e não interesses particulares”⁴⁰³. Contudo, esta ideia foi contrariada por António Pusich por volta de 1824, alegando que os governos interinos castigavam os povos das ilhas por ser compostos de muitos elementos e que muitas vezes, na prática, os cargos eram nulos⁴⁰⁴.

Os “abusos” nas ilhas manifestavam-se principalmente na Administração da Justiça, e já se arrastavam por vários anos. Afirma o próprio governador Marcelino António Basto, em 1797:

“saõ taõ manefestos os abusos, que em huma serie continua se tem há annos observado na Administração da Justiça, e no cumprimento dos deveres do lugar de Ouvidor da Comarca, e Provedor da Fazenda de S. Magestade, q brandavaõ pela mais conspicua attençaõ do Governo[...]”⁴⁰⁵

⁴⁰¹ António Pusich, “Memória ou descripção físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 619.

⁴⁰² *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 87.

⁴⁰³ *Idem, ibidem*, p. 88.

⁴⁰⁴ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 140.

⁴⁰⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 50, doc. 64, 27 de Dezembro de 1797

Para o arquipélago cabo-verdiano poucos queriam ir, a não ser para desempenhar grandes cargos e com grandes soldos. Os quadros enviados da Metrópole não eram escolhidos com rigor, dado que até os degredados integravam na administração das ilhas⁴⁰⁶.

A carência de quadros metropolitanos para o arquipélago era agravada pelo clima de Santiago, a capital administrativa. As “pessoas de luzes e préstimos não querem assujeitar a ir aquelas ilhas sem grandes ordenados”⁴⁰⁷. Segundo Chelmicki e Varnhagen, em 1841, a forma de organização de Portugal e do arquipélago cabo-verdiano era a mesma, porém, neste “sem resultados felizes, pela dificuldade de achar um numero sufficiente de pessoas, que zelassem pelo bem-estar do paiz, e das quaes emanassem ordens guiadas pelo amor pátrio e bem-estar publico”⁴⁰⁸. Em 1841 o sistema era o mesmo somente na teoria, pois, na prática verificava-se algo totalmente diferente.

Nomeados três anos para a missão nas ilhas pouco ou nada faziam para promoverem o bem da ilha. Por causa do “clima péssimo e doentio” de Santiago, “ainda que tenham sentimentos para o fazer, porque o primeiro ano é para terem doença (chamada da terra) (sic) e a muitos parte do segundo na convalescença quando dela escapam, e se com efeito não são vítimas espera do terceiro serem rendidas, e por isso só se aplicam já a fazer o seu património se vão mandar para os filhos, se casam são para adquirirem para terem bom acerto de esposa, e já finalmente para terem com que obtenham um bom despacho chegando ao reino”⁴⁰⁹. Segundo António Pusich, deste modo, só no fim do seu triénio é que podiam tratar com toda aplicação o bem dos povos que lhe foram confiados⁴¹⁰, o que era tempo muito pouco. Por causa dos males que o mau clima causava o estabelecimento de pelo menos uma Botica na ilha de Santiago foi sempre uma das primeiras suplicações que quase todos os Governadores faziam logo à sua chegada à ilha de Santiago.

Um administrador recém-chegado pela primeira vez ao arquipélago estava condicionado no desempenho das suas funções. Além de precisar de um tempo para se aclimatizar, caso escapasse da morte porque doença era quase certa, desconhecia o espaço onde e como devia actuar. A estes problemas acrescia-lhes a falta de meios económicos que também muito comprometia o seu desempenho, tomando, muitas vezes, atitudes desajustadas à realidade população. O mesmo aconteceu, depois de 1820, com os deputados eleitos que representavam as Províncias Ultramarinas, que, segundo Chelmicki e Varnhagen, eram “estranhos totalmente ao paiz cuja causa devem

⁴⁰⁶ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 242-243.

⁴⁰⁷ Vide António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 135.

⁴⁰⁸ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 255.

⁴⁰⁹ Cfr Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 61; António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 136.

⁴¹⁰ Cf. António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 136.

advogar”⁴¹¹. Todavia, a nomeação por três anos dos agentes administrativos que desconheciam as ilhas para o arquipélago mostrava-se insuficiente, o que propiciava a “vícios” durante e depois da missão, porque, por vezes, ambicionavam continuar nas ilhas e no cargo em que tinham sido nomeados.

Até, pelo menos, anos trinta do século XIX, o sector económico em Cabo Verde que mais rendia aos cofres do Estado era a urzela mas na administração da mesma, segundo João da Silva Feijó, havia muitos “vícios”. Factor que constituía uma das “duas origens primárias” das causas da “decadência mercantil da urzela”⁴¹².

A administração das ilhas e dos espaços adjacentes estavam nas mãos de homens ignorantes e de poucas letras porque faltavam “homens bons” e capazes. Um dos principais órgãos administrativos do arquipélago que eram as Câmaras, considerava Pusich que, por volta de 1824, estavam “quase sempre compostas de homens ignorantes, ou degredados; porque os que melhor podiam ocupar aqueles cargos, ou se escusam por serem militares, ou por quererem sem responsabilidade ter às suas ordens Câmara venal, ignorante e mal intencionada”⁴¹³. Segundo o mesmo autor, na ilha de Santiago, havia disputas e rivalidades entres a Câmara de Ribeira Grande e a Câmara de vila da Praia, o que embaraçava as funções de todo o arquipélago. Pusich sugeriu a extinção da vila da Praia, justificando que a primeira era mais antiga e era composta de “*morgados, ou principais da terra*” (sic), enquanto que na vila da Praia era “mais moderna e composta de *caixeiros, taberneiros e degredados*” (sic)⁴¹⁴. Sobre as mesmas Câmaras, o Governador António Machado de Faria e Maia já tinha representado, em 1789, como sendo “húas fantasmas ocupadas quase sempre por certos imbecilles, que apenas sabem rabiscar na papel, e são os mais indigentes, quando não são libertos do cativoiro ainda hontem; não sendo todavia inertes para o orgulho, vaidade, e soberba; e assim hé que enche o espirito da ley em materia de Pelouros; deixando de fora os Homens bons, e principalmente os Brancos”⁴¹⁵. Vê-se também que o poder estava a ser disputado entre os “brancos” e os “não brancos”.

A carência de quadros aumentava quando os mesmos eram divididos pelos ofícios de toda a Capitania/Província. Por exemplo, segundo Chelmicki e Varnhagen, em 1841, para Juízes eleitos na

⁴¹¹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 244.

⁴¹² Vide João da Silva Feijó, “Memória sobre a Urzela de Cabo Verde” [1ª ed 1815], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 35-43, pp. 41 e 43; sobre a administração da Urzela ver ainda: AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 51, doc. 70, 13 de Agosto de 1798.

⁴¹³ António Pusich, “Estado actual da Administração da justiça nas ilhas [...]”, *op. cit.*, pp. 147-148.

⁴¹⁴ Cf. Idem, *ibidem*.

⁴¹⁵ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 45, doc 7, 7 de Março de 1789.

ilha Brava, foram propostos ao Governador três candidatos que não sabiam ler nem escrever e, como se não bastasse, um deles era pastor de cabras⁴¹⁶. Esta carência levava a acumulação de vários cargos, tantos públicos como privados, numa mesma pessoa, o que diminuía o desempenho pessoal sobre em todos os cargos que desempenhava e era o caminho propício para “vícios” e “corrupções”. Nas ilhas de Cabo Verde, uma das medidas que foram tomadas a esse respeito foi a proibição aos governadores, Ouvidores e mais agentes administrativos de comerciarem tanto com os estrangeiros como com os nacionais, de todo e qualquer modo. Esta proibição foi renovada pelo alvará de 14 de Abril de 1785⁴¹⁷.

Além do carácter ambulatório da residência dos ministros e governadores nas época-das-águas por causa do clima de Santiago, também conhecida como “carneiradas”, época mortífera para os europeus, o que causava grandes atrasos na administração das ilhas. Muitas vezes, para ir às outras ilhas, tinham como argumento, os problemas a revolver: conhecer as outras ilhas do seu governo, entre outros.

O compadrio e a corrupção caracterizavam estes administradores, muitas vezes foi até uma forma de sobrevivência. Diziam Chelmicki e Varnhagen, em 1841, a propósito dos aumentados dos rendimentos da Santa Casa da Misericórdia mas que raras vezes eram arrecadados, “ou por os devedores serem officiaes da mesma meza, ou provedor no tempo da duração da authority não querer ganhar ódios e inimizades dos compadres”⁴¹⁸. Uma situação semelhante fora retratada por Pusich, por volta de 1824 a propósito dos Juizes e Câmaras. Segundo o autor, assim iam aqueles “continuando impunemente no seu antigo estado de indolência, e corruptibilidade, além de outras razões de parentela, e *compadresco* (sic), que há entres eles”⁴¹⁹. Pusich deixa a entender que esta situação já era habitual e até aceitável nas ilhas.

Se no século XVIII, segundo Ilídio Amaral, a acção do governador era anulada pelas companhias⁴²⁰; no período em estudo, a mesma acção era condicionada pelos poderosos económicos das ilhas⁴²¹. Os confrontos entre grupos rivais, senhores do poder (económico), corrupção, conspirações, conflitos e outros problemas eram constantes. A década de 1830 ficou

⁴¹⁶ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 248.

⁴¹⁷ Cf. idem, *ibidem*, Tomo II, pp. 225, 247.

⁴¹⁸ Idem, *ibidem*, Tomo I, p. 71.

⁴¹⁹ Cf. António Pusich, “Estado actual da Administração da justiça nas ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 147.

⁴²⁰ Vide Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 184.

⁴²¹ A 22 de Fevereiro de 1834 numa correspondência a Marcelino Rezende Costa, Christovão António Livramento diz ter acabado de convencer-se de que o Coronel Manuel António Martins dissera era mesmo verdade, isto é, que enquanto tem papel, penna, tinta, e dinheiro faria tudo no quanto quisesse [nas ilhas de Cabo Verde], cf. AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 53, 22 de Fevereiro de 1834.

marcada pelos confrontos de agentes administrativos de altos cargos e poderes como foi o caso de Manuel António Martins *versus* António Pusich; Manuel António Martins *versus* Pereira Marinho; Pereira Marinho *versus* Domingos Arouca; ou ainda Honório Barreto aliado a Pereira Marinho contra todos⁴²². Nestes conflitos, os outros “verdadeiros problemas” das ilhas ficaram esquecidos por instantes, reduzindo-se tudo ao político-administrativo.

Manuel Roiz Lucas de Senna, que iniciou a sua “*Dissertação*” em 1818 acusando os governadores que têm passado pelo arquipélago de Cabo Verde de nada fazerem para civilizar aqueles habitantes das ilhas, no final da mesma “*Dissertação*” saiu em defesa dos mesmos governadores, alegando que o governador era um homem só, que por isso não podia fazer tudo⁴²³. Apesar de os poderes estarem centralizados entre os ministros e governadores, estes actuavam quase sempre de uma forma solitária, num clima de desconfiança, intrigas e interferências nos cargos dos outros. Na tropa não se podia confiar porque era composta na sua maioria pelos “filhos da terra”. As Câmaras dirigiam-se directamente à Coroa, inclusive para apresentar queixas dos próprios governadores e ministros. Isto mostra claramente uma ruptura interna entre os órgãos administrativos. Talvez com maior expressão durante os quinze anos do Governo de D. António Coutinho de Lencastre. Por exemplo, a 10 de Novembro de 1811, vereadores e procurador da Câmara de Ribeira Grande fizeram subir à Sua Real Presença, queixando-se das “vexações, violências e extorsões, que dizem soffrem pela conducta dispotica do Governador” atrás referido⁴²⁴. Foram homens deste tipo que os recursos naturais e o clima do arquipélago têm atraído para as ilhas.

Sobre os agentes administrativos para o arquipélago cabo-verdiano, António Pusich chegou à conclusão de que era necessário escolher “homens para os lugares, e não os lugares para os homens”⁴²⁵. Esta ideia foi copiada por Chelmicki e Varnhagen em 1841 e figura na *Corografia Cabo-Verdiana*⁴²⁶. Contudo, seriam os “poucos e maus quadros” metropolitanos que despertaram o interesse dos “filhos da terra” para os cargos administrativos? E a persistência na instrução dos habitantes do arquipélago de Cabo Verde por parte da metrópole? E eram para consumo interno ou já estavam a pensar num projecto colonial das terras firmes do continente africano?

2.3.4. Retrato de uma Igreja “decadente”

⁴²² Cf. João Nobre de Oliveira, *op. cit.*, pp. 29-35.

⁴²³ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 28 e 103.

⁴²⁴ Vide AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 59, doc. 58, 10 de Novembro de 1811.

⁴²⁵ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 140.

⁴²⁶ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 245.

“Passando a divisão eclesiástica desta Província, vemos ahi a mesma desordem dos mais ramos. Sem observância da hierarquia eclesiástica, é inexequível introduzir ordem e regularidade. Assim muitas paróquias não têm sacerdotes [...]”⁴²⁷. Assim Chelmicki e Varnhagen introduziam a situação da “divisão eclesiástica”, na *Corografia Cabo-Verdiana*, em 1841.

As fragilidades e o desinteresse do Estado e a própria decadência sócio-económica das ilhas também atingiam a Igreja. Aliás, não só em Cabo Verde, mas também em todas as outras possessões portuguesas atravessava-se um período da decadência religiosa, segundo os discursos da época. Esta que viria a atingir o seu máximo no começo da década de 1840. Alguns autores consideram a política de Marquês de Pombal relativamente à expulsão dos Jesuítas, em 1759, e, posteriormente, a sua extinção, como uma das causas desta decadência. Para além desse factor, ainda defende o Professor António Matos Ferreira que, a “recomposição de hegemonias, nesta época, entre as potências mercantis, no seio das sociedades cristãs europeias e das respectivas possessões ultramarinas” era uma outra causa da mesma decadência⁴²⁸.

Aos olhos dos forasteiros este estado de decadência manifestava-se tanto no plano espiritual como no plano material. A debilidade religiosa no arquipélago de Cabo Verde reflectia-se nos religiosos que ali prestavam serviços espirituais, tanto europeus como os naturais, com graves consequências para a Igreja, para a religião e para o Estado, visto que a Igreja estava ao serviço do Estado, e por ser considerada a religião [catolicismo] como principal meio de civilização dos cabo-verdianos. Porém, faltava-lhes “bons” pastores. Nas mãos da Igreja estava também a instrução que, naturalmente, sofria as mesmas consequências da debilitação da Igreja.

Em 1797, dizia João da Silva Feijó que, na Ribeira Grande, apenas restava a Catedral onde oficiavam três ou quatro cónegos e no convento dos Frades Franciscanos habitavam três ou quatro com títulos de missionários⁴²⁹. A situação não teria mudado muito em 1810, quando Pusich escreve que a Sé se compunha de cinco ou seis cónegos e quatro capitulares, não sendo completo os capitulares por falta de clérigos e porque o bispo residia fora Sé⁴³⁰. Desde a criação do Bispado de Cabo Verde, em 1533, instalaram a Sé na Ribeira Grande e ali tem sido a residência dos bispos e principais outros religiosos da diocese. Todavia, pela adversidade do clima morriam com muita frequência. Como tantos outros europeus, tinham uma curta vida nas ilhas. José Feliciano de

⁴²⁷ Idem, *ibidem*, Tomo II, p. 151.

⁴²⁸ Cfr. Henrique Pinto Rema, “Cabo Verde”, *Dicionário de história [...]*, *op. cit.*, p. 282; António Matos Ferreira, “Correntes Cristãs na Definição do Espaço Colonial Português”, *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, *Do Brasil para África* (1808-1930), direcção [de] Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 425-443, pp. 282 e 425.

⁴²⁹ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 4.

⁴³⁰ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 612.

Castilho escreve em 1818 que “a pouca duração dos Bispos, e dos Conegos, a grande falta de Sacerdotes, a pouca litteratura de todos elles, provem de grande parte de estar a Sé na Ilha de Santiago; e na Cidade da Ribeira Grande, sitio mais salubre de toda a ilha”, daí o medo e receio dos sacerdotes e mestres europeus de irem para aquele bispado e o “indisivel falta deles”⁴³¹.

Para muitos religiosos ser nomeado para a missão no Bispado de Cabo Verde constituía um grande pesadelo, justamente pelas informações da adversidade do clima das ilhas que chegavam à Europa, muitas vezes, com bastante exagero. Por isso, muitos recusavam a missão ou o cargo para que eram nomeados. Vários Bispos e padres nomeados e eleitos para a Diocese de Cabo Verde não chegaram a deslocar-se à Diocese porque recusaram o cargo ou morreram antes por terem adiado a ida às ilhas por medo de serem vítimas do mau clima, principalmente da ilha de Santiago. No entanto, o que sobrava eram os condenados e alguns que se ofereciam de livre e espontânea vontade. Mas estes, segundo Frei Silvestre de Maria Santíssima (1803-1813), em 1808, eram “huns vadios ao principio fingidos e a depois petutantes, sem a siencia da Religiaõ, e de má indole”⁴³².

Nos anos 50 do século XVIII, o Rei D. José solicitou ao Papa Benedito XIV que aprovasse a transferência das Catedrais para as ilhas e sítios mais saudáveis; o pedido foi concedido pela *Bulla Mater Misericordiarum*. Depois da aprovação da transferência cumpria ao governador executá-la, o que ainda em 1844 não se constatava⁴³³. Todavia, em finais do século XVIII, os bispos começaram a residir noutras ilhas. O primeiro foi o caso de D. Frei Pedro Jacinto Valente, que em 1755 foi residir na ilha de Santo Antão⁴³⁴. Os sucessores deste prelado imitaram-no, fixando-se as suas residências maioria das vezes na ilha de São Nicolau. Mas, mesmo assim continuava a carecer pastores nas ilhas, e o clima destas em geral, e de Santiago em particular, continuava a ser apontado como a principal causa desta falta, sentida em todo o bispado. Participava D. Fr. Silvestre de Maria Santíssima, em 1802, que o “máo clima das Ilhas de Cabo Verde, principalmente da de Sanct Iago, Capital de todas, tem reduzido o numero dos Capitulares, dignidades, e Conegos da sua Cathedral a cinco Individuos, unicos, que existem vivos, com os quaes se não podem exercer os officios, e obrigações de Chôro, e do Altar”⁴³⁵. O clima das ilhas condicionava toda a presença, ausência e

⁴³¹ Cfr J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 149-152; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 75.

⁴³² AHU, *Cabo Verde*, cx 58-A, doc 49, 31 de Outubro de 1808 e cx 50, doc 5, 9 de Fevereiro de 1797.

⁴³³ Idem, *ibidem*, pp. 149-151; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 175; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 75.

⁴³⁴ Sobre a mudança deste prelado e as suas consequências veja-se Maria João Soares, “A Igreja em tempo de mudança [...]” *op. cit.*, pp. 394-406.

⁴³⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx 53, doc 85, 20 de Outubro de 1802.

actuação da Igreja não só no arquipélago como também na costa africana, dependência do mesmo bispado.

Os bispos fixaram a residência em outras ilhas conforme lhes convinha mas o Cabido continuava na Ribeira Grande e, contudo, segundo autores como António Pusich, sem nenhuma utilidade porque “com poucos Capitulares por falta de Clérigos não chega e tão pouco suprir as paróquias” e, dificilmente este número aumentaria enquanto aquele continuasse na ilha de Santiago⁴³⁶. Era preciso transferir o Cabido da Ribeira Grande para as outras ilhas para poder suprir a falta dos religiosos, caso contrário, mantinha-se inútil e com grande perda para a Real Fazenda, porque a corporação mesmo incompleta, recebia “a somma de todas as congruas, como se os logares estivessem cheios, e as distribuíam *prorata* (sic) entre si”⁴³⁷. Ainda em 1824, a despesa era inutilmente gasta, porque as suas funções não eram de nenhuma utilidade. Segundo Pusich, o mesmo deveria ser extinta e formar-se um Seminário para a instrução pública⁴³⁸. Mas nem a transferência, nem a extinção se concretizava ainda em 1835, pois, a inutilidade daquela Corporação de Cabido tinha chegado aos “curtos conhecimentos” da Junta Geral. Esta propunha à ao rei que em lugar desta Corporação se estabelecessem naquela Província “cadeiras das primeiras letras, de latim e de Filosofia racional e moral”, estabelecer aos mestres ordenados que lhes segurava a sua manutenção e que atraía homens hábeis para ocupar as cadeiras porque na Província não havia⁴³⁹. A situação não deve ter melhorado nos anos seguintes. A Catedral continuava na ilha de Santiago e a sua despesa avultava dois contos de réis, e mesmo assim “não servindo allí o Cabido de nada, nem para a religião, nem para utilidade ou instrucção publica”⁴⁴⁰. Quanto à sua composição, em 1844, compunha-se de uma dignidade, um cónego e 4 capelães. Lopes de Lima sugere que o mesmo fosse abolido, já que se encontrava quase extinto pela falta de religiosos⁴⁴¹. A manifestação de abolição do Cabido também já tinha sido expressa por Pusich em 1810⁴⁴². Tudo isto, segundo os autores, provava o longo período do estado da decadência eclesiástica em que o arquipélago se encontrava.

As dificuldades económicas que as ilhas atravessavam também contribuía para a falta de religiosos no arquipélago. As populações aumentavam e se dispersavam progressivamente e as

⁴³⁶ Cfr António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 144; António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 134.

⁴³⁷ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 175.

⁴³⁸ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 144.

⁴³⁹ Cf. SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 18; também AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, doc 18 de Março de 1835.

⁴⁴⁰ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 174.

⁴⁴¹ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 72-73.

⁴⁴² Cf. António Pusich, “Memória ou descripção físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 623.

freguesias foram criadas consoante às necessidades daquelas, mas, muitas delas nem sempre tinham párocos porque os fregueses (residentes de uma freguesia) não os podiam sustentar.

Em 1784 havia só na ilha de Santiago 11 freguesias e o número mantém-se em ainda em 1818. Em todo o arquipélago contava-se 28 em 1836. Porém, nas da ilha de Santiago, segundo Dr. Castilho, em 1818 só duas administravam sacramentos e em todas as mais só se comungava na ocasião da missa⁴⁴³. Segundo o *Anónimo*, em 1784, na ilha de Brava não havia mais do que uma freguesia porque os habitantes eram tão pobres que não podiam sustentar além de um pároco. O mesmo acontecia com a ilha do Maio, cujos habitantes apenas podiam sustentar um sacerdote. Na ilha de S. Nicolau havia duas mas, o pároco não tinha a cõngrua suficiente para a sua sustentação porque os fregueses eram pobres. A ilha de Santo Antão, com número de habitante relativamente maior, só tinha um único pároco⁴⁴⁴.

Em todo bispado contava-se 33 freguesias, em 1841-1842, 28 no arquipélago e 5 na costa. Todavia, só havia 20 párocos e estavam 13 freguesias sem pastor; dos oito coadjutores, só existiam quatro⁴⁴⁵. Os poucos religiosos que viviam nas ilhas não conseguiam cobrir todas as necessidades espirituais dos habitantes das dispersas e várias ilhas habitadas do Arquipélago e na Costa. Mesmo os Bispos e outros religiosos nomeados para Bispado fixavam a residência numa das ilhas e não voltavam a sair dali, nem para fazer as visitas pastorais. Para além do exemplo supracitado, lembre-se o caso de D. Frei Cristóvão de S. Boaventura, antecessor de D. Frei Silvestre de Maria Santíssima, religioso da Ordem de S. Francisco da Província de Portugal, que chegou à diocese (ilha de S. Nicolau) em 1786 e faleceu na mesma ilha em Abril de 1798 sem nunca ter ido às outras ilhas⁴⁴⁶. No período em estudo, durante vários anos, nem mesmo a capital administrativa era assistida pelos bispos da diocese.

Do ponto de vista da Instrução Pública havia, em 1818, duas aulas no convento de Ribeira Grande, e na ilha de São Nicolau outras duas, regidas pelos Clérigos, sem salários da Fazenda Nacional ou de outra instituição qualquer⁴⁴⁷. Todavia, afirma Lopes de Lima que em 1836 nenhuma daquelas aulas existia e que se estabeleceram mais algumas Escolas de Primeiras Letras mas “todas mal providas por a falta de capacidades, e pequenez dos salarios”⁴⁴⁸. Havia dificuldades económicas

⁴⁴³ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, pp. 151-152.

⁴⁴⁴ Cf. *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 31-35.

⁴⁴⁵ Cfr J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 151; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 72.

⁴⁴⁶ Cf. J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 151.

⁴⁴⁷ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 153.

⁴⁴⁸ Cf. J. J. Lopes de Lima, “notas e comentários”, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818), *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n° 1 (Abr. 1836) – n° 5 (Ago. 1836) Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836, p. 153.

tanto para pagar a cóngrua dos religiosos como para pagar os mestres, que eram muitas vezes os mesmos religiosos, para a instrução dos habitantes das ilhas.

O clima adverso e a fraca cóngrua das ilhas atraía para as ilhas, para além de poucos, os piores pastores que havia na metrópole. Para Lopes de Lima, em 1844, as cóngruas eram mesquinhas, inadequadas à decente sustentação de um bom pároco – funcionário tão importante naquelas terras⁴⁴⁹, o que levou muitos a dedicar-se ao comércio e outras actividades para o seu sustento⁴⁵⁰. Segundo o mesmo autor, era preciso dar a *Deus o que era de Deus*, aplicando as ofertas para a despesa ordinária do culto católico na Província de Cabo Verde⁴⁵¹.

Os religiosos da metrópole eram enviados, muitas vezes, sem selecção ou então aquele que tivera cometido algum crime e era para ali enviado como degredado para cumprir a pena e era aproveitado para missionar nas ilhas, muitas vezes nem tinha habilitações ou “índole” para desempenhar as tais funções. Em 1797, o governador Marcelino António Basto fez a seguinte participação relativamente aos religiosos enviados do reino:

“[H]á uma practica, que seguem os Provinciais de enviar para estas Ilhas Frades da conducta a mais criminosa, como para serem punidos dos seus delictos, fomenta a vida irregular, a que se entregaõ, logo que aqui chegaõ: inuteis a Religião para a qual são inteiramente indferentes, [...]”⁴⁵².

Eram estes religiosos, muitas vezes, motivos das intrigas e das frequentes desordens que se vivia nas ilhas e que chegavam a “cansar” as autoridades das mesmas ilhas. As presenças destes que, “com intençoens justas os envia a titulo de Collegiaes; titulo, que nunca se realizará; por quanto distantes da sua Provincia sofrem com impaciencia a menos freio á sua liberdade; e illudem tudo, que á mesma se opponha”⁴⁵³.

Esta representação parece contrariar António Pusich quando diz, em 1824, que o poder eclesiástico residia num bispo “em cujas funções espirituais ninguém de intromete”⁴⁵⁴. Conhece-se um caso emblemático, já com o punho dos verdianos, de D. João Henriques Moniz, natural da Madeira, foi degredado para Cabo Verde, tendo chegado em 1830. Em 1835 foi nomeado governador do bispado e eleito bispo da diocese em 1841, sagrado em Lisboa em 1846 mas quando chegou à diocese, em 1847, não foi reconhecido pelo cabido (que era composto por um “preto e um

⁴⁴⁹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 73; vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 158.

⁴⁵⁰ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁵¹ Cfr. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 73; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 158.

⁴⁵² AHU, *Cabo Verde*, cx 50, doc 5, 9 de Fevereiro de 1797.

⁴⁵³ AHU, *Cabo Verde*, cx 50, doc 18, 11 de Maio de 1797.

⁴⁵⁴ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 144.

mulato”) e negaram-lhe a posse como bispo de Cabo Verde. Doente, desgostoso e sem meios de sobrevivência morreu poucos meses depois, em Junho do mesmo ano⁴⁵⁵.

O “mau comportamento” levou à suspensão ou destituição do cargo ou emprego de vários religiosos nas ilhas de Cabo Verde, inclusive vários padres europeus. A 18 de Março de 1806, diz D. Frei Silvestre de Maria Santíssima, Bispo de Cabo Verde, estava “com promptissima vontade e maior prazer” em executar o aviso da suspensão de um Vigário da Freguesia de S. Nicolau, onde residia, a qual o próprio bispo encomendou⁴⁵⁶. Num outro documento datado um dia depois, o mesmo Bispo diz que, da representação que fez ao Príncipe Regente Nosso Senhor sobre o “indigno comportam.to” do Padre Manuel José de Almeida, recebe o aviso para a sua suspensão do seu emprego e pede que a S.A.R.⁴⁵⁷ o mande retirar daquelas ilhas⁴⁵⁸.

Por vezes nem os próprios bispos ou outros religiosos da hierarquia superior eram de boas condutas nas ilhas. Chelmicki e Varnhagen representam, em 1841, casos de bispos ou capitulares que residiam em suas casas, com as quais se importavam como podiam ou sabiam, sem todavia, de modo algum, “se embaraçar na observação dos seus deveres”, deixando assim de inspeccionar os párocos na sua execução e desempenho das suas obrigações⁴⁵⁹.

Os pastores que deveriam ser homens exemplares aos seus rebanhos tudo indica que nas ilhas de Cabo Verde não o foram. Maus em quantidade, as suas qualidades também não eram das melhores, tanto dos “naturais” como daqueles que iam do reino. Dizia Lucas de Senna, em 1818, que os párocos não se importavam com forma como os habitantes das ilhas observam a religião [católica], e o bispo, “ou não sabe disso, ou se o sabe fecha os olhos; e como tudo vai a favor da libertinagem que [é] o que lhes faz conta, deixam ir”⁴⁶⁰. Os poucos naturais que se ordenavam “não chegam a mais do que a definir alguns poucos casos de Moral”⁴⁶¹, estes indivíduos estavam condicionados pelo seu passado e achavam-se numa condição, onde pela natureza da sua posição, “erão obrigados a contrhair certas rellações e costumes: e pouco depois no mesmo paiz são collocados no serviço da igreja como parochos, ou até elevados aos mais altos graós da hierarchia

⁴⁵⁵ Cfr AHU_ SEMU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 54, doc Officio Nº 495, 27 de Julho de 1835; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 608; António Carreira, “Introdução, notas e comentários”, *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 107-108; Henrique Pinto Rema, “Cabo Verde”, *Dicionário de história [...]*, *op. cit.*, p. 281.

⁴⁵⁶ AHU, *Cabo Verde*, cx 57, doc 12, 18 de Março de 1806.

⁴⁵⁷ Sua Real Alteza.

⁴⁵⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx 57, doc 13, 19 de Março de 1806.

⁴⁵⁹ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 151.

⁴⁶⁰ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 93.

⁴⁶¹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27.

ecclesiastica”⁴⁶². A situação era sem dúvida a de que estes religiosos naturais das ilhas não deixavam os seus hábitos e costumes por ter entrado no corpo eclesiástico. O que faziam era, tanto como a demais habitantes das ilhas tentar adaptar à realidade em que se encontravam, e pelo mesmo motivo não condenavam os habitantes das ilhas pela forma como observavam ou deixavam de observar a religião. Isto aos olhos de forasteiros parecia o indiferentismo dos eclesiásticos naturais. Contudo, o aumento destes em termos estatísticos no seio do clero era progressivo desde a criação do bispado. Porém, tanto as formas da observação religiosa dos habitantes do arquipélago como o indiferentismo dos eclesiásticos face às tais práticas eram fortemente reprovados pelos mesmos forasteiros.

Ainda a propósito dos pastores naturais das ilhas, Chelmicki e Varnhagen fizeram a seguinte interrogação: “mas padres, parochos de semelhante natureza, sem nenhuma instrução, são elles capazes de ensinar a moral a um povo não mais ignorante que elles, e á par d’uma simplicidade de raciocínio, mas muito claro, reúne a superioridade de costumes irreprehensíveis?” Como resposta os mesmos lembravam o ditado que diz que *ninguém é profeta na sua terra*⁴⁶³, mas poderia ser nas terras dos outros.

Os religiosos que actuavam nas ilhas eram classificados em dois grupos: os “naturais” que não deixavam os “hábitos dos seus pais, avós” e eram indiferentes às formas como o povo cabo-verdiano observa a religião [católica] e os do reino, que estavam cheios de “vícios”, porque eram na sua maioria degradados, que estavam ali a cumprir pena dos crimes que cometeram na metrópole. Portanto, se foram criminosos na metrópole, nas ilhas não podiam ser melhores.

Tanto Chelmicki e Varnhagen como Lopes de Lima viam a religião [católica] como algo que ligava e civilizava os homens. Em ambas as obras trazem um discurso colonial projectado através da religião católica. “O christianismo que civilizou a Europa, também poderá civilizar a África. E chegando a este ponto, as vantagens políticas logo se hão de patentear nos palpaveis interesses do commercio”⁴⁶⁴, palavras de Chelmicki e Varnhagen, em 1841. Isto mostra, precocemente, uma clara ideia da missão civilizadora dos povos africanos pelos europeus – civilizar através da religião e obter lucros [económicos] através do comércio, pelo menos nas áreas de influência portuguesa⁴⁶⁵. Mas pode-se perguntar: onde é que o arquipélago de Cabo Verde entrava nesse projecto?

Como forma de suprir a carência dos religiosos nas ilhas, nem era preciso mandar para a Metrópole os mancebos, porque disto nada resultava, bastava criar um Seminário numa das ilhas

⁴⁶² J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 161.

⁴⁶³ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁴ Cf. idem, *ibidem*, Tomo II, pp. 161-165.

⁴⁶⁵ Cfr. João Pedro Marques, , *op. cit.*; Valentim Alexandre, “O império africano [...]” *op. cit.*

saudáveis e formar bons párocos, o que serveria não só para o arquipélago mas também para toda a África. Segundo Lopes de Lima, só assim em poucos anos as “Igrejas de África” se viriam providas de sacerdotes que não “envergonhavam o hábito de S. Pedro”, e só assim, as palavras de Deus seria distintamente ouvidas naqueles sertões⁴⁶⁶. Os autores supracitados apostavam na formação de cleros locais, a partir das ilhas de Cabo Verde para servir em toda a África. Segundo os mesmos, o tal seminário até poderia ter uma outra função não religiosa, mas intimamente ligado à mesma, que era de formar os mancebos para a administração nas possessões portuguesas de África. Bem, contudo, não é propósito deste trabalho tratar os projectos coloniais portugueses para a África e nem muito menos sequer esgotar o assunto aqui. Voltamos à Igreja nas ilhas de Cabo Verde.

O olhar fragilizado dos forasteiros sobre a Igreja no arquipélago cabo-verdiano ia além da (má) qualidade dos seus pastores. A decadência também era física. Isto é, reflectia-se nas condições físicas dos templos onde praticavam os cultos.

Na cidade de Ribeira Grande, capital do Bispado de Cabo Verde, em 1784, segundo o *Anónimo*, só restava uma Sé, que era “grandioso na sua planta, mas destituído totalmente do preciso ornato”; uma igreja da Santa Casa da Misericórdia, que de vários privilégios gozava, mas se achava reduzida “à maior indigência, tendo falta da tudo, até do próprio sustento”. As casas e enfermarias que lhe pertencia “ameaçam a maior ruína, sem que se possa acudir ao seu reparo”. Na mesma cidade havia o único Convento de S. Francisco. Ainda tinha a igreja de Nossa Senhora de Rosário, que se achava “na mesma decadência que experimenta todo o mais da ilha”. Havia bastantes outras ermidas mas a maior parte se achava “arruinadas, e algumas caídas por terra”. Na ilha de Santo Antão o Frei Pedro Jacinto Valente construiu uma grande igreja, que se denominava Nossa Senhora do Rosário, feita à semelhança da Sé da cidade de Ribeira Grande, mas que prometia pouca duração porque era feita de pedra e barro, por faltar cal e os habitantes não podiam repará-la⁴⁶⁷. Assim aconteceu, a sua ruína foi confirmada por Chelmicki e Varnhagen em 1841⁴⁶⁸. Este prelado tinha dado ordem para a não reparação da catedral da Ribeira Grande⁴⁶⁹.

A situação dos templos do arquipélago representada por Feijó, em 1797, e pelo Ex-Feitor, por volta de 1806, era um pouco semelhante. Segundo o primeiro, a Santa Casa da Misericórdia se achava mais miserável de quem para ali iam se curar, pelo que nem precisava da protecção Real; pois só existia a sua arruinada igreja e sem mais enfermarias do que as suas paredes; na cidade de

⁴⁶⁶ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 76-77; Valentim Alexandre, “A África no imaginário [...]”, *op. cit.*, p. 44.

⁴⁶⁷ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 24-52 e 36.

⁴⁶⁸ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 154.

⁴⁶⁹ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 150.

Ribeira Grande havia outras pequenas igrejas e algumas palhoças em que habitavam o clero e as poucas famílias do emprego eclesiástico⁴⁷⁰. Segundo o Ex-Feitor, a Santa Casa da Misericórdia, “instituída com suficientes rendimentos, se bem que desordenados pela má administração de seus provedores, posto que sempre conserva um hospital com parte das suas enfermarias inteiramente arruinada e quase em terra, [...]”. Havia na cidade mais alguns templos que se achavam inteiramente “prostrados em terra”. As igrejas não tinham nem quem pagasse nas insígnias que costumavam ornar os cultos⁴⁷¹.

Sete anos depois do “Ensaio Político” de Feijó e do Feitor da Fazenda Real ter deixado o cargo, em 1804, D. João, Príncipe regente fez saber ao governador de Cabo Verde, D. António Coutinho de Lencastre, que o Bispo desse Bispado lhe representou, que: “na mesma Diocese estava escurecido no abismo da summa indecencia o Culto exterior do Altissimo, pela ruina, e Rusticidade dos Templos, falta de departamentos, e dos Guizamentos precisos”⁴⁷². Na ilha de Santiago, capital do governo e do bispado, tinha a fábrica da catedral quarenta mil reis, que apenas chegavam para três arrobas de cera, porção tão limitada que não supriam a três meses de luzes precisas em três meses. Para “guizamentos” tinham vinte e dois alqueires de Farinha e um quarto de vinho, que não supria seis meses ao numero de Sacerdotes de que se compunha a Sé. Como consequência, celebravam os divinos ofícios nas “festividades mayores” só com duas luzes, “aproveitando até o fim os cotas das velas; não haver com que se concertar-se a mesma, que por ser pouco mais se rompia com o uso, e por muito remendada se reduzia a indigna”⁴⁷³.

Na ilha de São Nicolau, estava arruinado o edifício da paróquia da Senhora da Lapa, e o da Matriz da Senhora do Rosário, que já se abatia no ano de 1785, ainda se conservava em 1804. Foi reparado e coberto somente a Capela-mor, onde se celebravam os “Officios Devinos”. Na Ilha de S. Vicente se principiara uma igreja nova mas ainda estava por cobrir, por isso a missa era celebrada numa Tenda⁴⁷⁴.

A decadência física e material da Igreja continuava nos anos seguintes. Em 1818, a catedral continuava desmantelada e a Santa Casa da Misericórdia à beira de estar todo em terra. Esta não tinha nem médico, nem cirurgião, nem botica⁴⁷⁵. Segundo Lucas de Senna, a igreja do convento [de S. Francisco] conservava-se com todo asseio e decência “porque os frades cuidavam dele como se

⁴⁷⁰ Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 4.

⁴⁷¹ Vide José António Pinto, *op. cit.*, pp. 176-177.

⁴⁷² AHU, *Cabo Verde*, cx 55, doc 2, 28 de Janeiro de 1804.

⁴⁷³ AHU, *Cabo Verde*, cx 55, doc 2, 28 de Janeiro de 1804.

⁴⁷⁴ AHU, *Cabo Verde*, cx 55, doc 2, 28 de Janeiro de 1804.

⁴⁷⁵ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 150.

fossem a coisa sua”. Da Sé da Ribeira Grande e a Santa Casa da Misericórdia só se dava a conhecer que tinham sido templos sumptuosos. A igreja de Nossa Senhora da Graça que servia de paróquia na vila da Praia, residência do Governador, “ainda que falte muito paramentos e ornato interior”, porque o exterior estava tosco, sem reboque e sem campanário, contudo, lá se conservava com alguma decência. Segundo o mesmo autor, das mais freguesias e capelas “não teve pejo” de falar e até lhe causava confusão e espanto ver e saber que se celebravam os “Santos Sacrifícios” em umas casas das quais se podia antes fazer os “conceitos de palheiros” e “cabanas de gados” do que de igrejas⁴⁷⁶.

“Estas igrejas e capelas conhecem-se que o são unicamente (e é preciso reparar bem) pelas cruces que no alto do frontispício se costumavam colocar. De outra maneira não se sabe o que é. Todas toscas por fora e por dentro, as mais delas sem campanários porque também não têm sinos. Se alguma tem sua *campanita*, esta pendurada em três paus à moda de cabria”⁴⁷⁷. Segundo Lucas de Senna, em 1818 os templos católicos cabo-verdianos ainda continuavam na escuridão: “Lâmpadas não as há! Por conseguinte, luz nem de dia, nem de noite. Apenas quando se diz missa acendem duas torcidas que passaram por calda de cera muito amarela e muito suja que mete nojo, paramentos não há senão um já muito antigo, e com este se dizem todas as missas”. Além da falta de luzes só tinham cinco véus de cobrir o cálice para diferenciar as cores dos dias, “porque esta despesa depende só de cinco bocados de tafetá”; às vozes sagradas como era indispensável serem de prata só havia um de cada sorte ao uso e os mais utensílios havia o mesmo número e muito ordinários. Como havia igrejas que não tinham portas, todos aqueles “perativos (preparativos?)”, eram levados pelo pároco para a casa logo depois da missa. As poucas imagens que havia eram muito antigas e estavam “carcomidas do caruncho”. Aquelas igrejas não tinham “tumba ou esquife para conduzir os mortos, levam-nos à igreja em mantas, *padiolas*, ou *escadas*”⁴⁷⁸.

Igrejas sem reparos, arruinadas, inacabadas continuavam a fazer parte da Diocese cabo-verdiana, pelo menos nas ilhas, nos anos seguintes, confirmam Chelmicki e Varnhagen em 1841⁴⁷⁹. Segundo Lopes de Lima, em 1844, a Sé continuava sem reparos e podendo ser substituída pelas outras igrejas da Província; a Ribeira Grande havia estado muito tempo sem Paço Episcopal e os bispos estavam sem residência certa⁴⁸⁰.

⁴⁷⁶ Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *Dissertação sobre as ilhas [...]*, *op. cit.*, p. 100.

⁴⁷⁷ *Idem, ibidem*.

⁴⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp. 100-101.

⁴⁷⁹ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 152-158.

⁴⁸⁰ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 75.

Em suma, nos textos portugueses entre finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, constitui-se um olhar fragilizador sobre a Igreja no arquipélago de Cabo Verde. Segundo as representações, esta, fustigada pela inclemência do clima, e uma economia decadente, deficiente formação do clero, ausência e mau estado dos edifícios, atravessava um período de grande decadência, tornando assim a sua acção deficiente sobre os cabo-verdianos, com graves consequências, principalmente para a Instrução Pública que estava quase na sua totalidade nas mãos da mesma. Porém, mesmo assim não deixou de ter um papel profundamente marcado na formação da cultura e identidade dos mesmos. Mas será que a Igreja obteve o fruto desejado com as suas ovelhas nas ilhas? No arquipélago foi necessário trilhar caminhos diferentes, antes, durante e depois do “período de decadência”. E estes caminhos trilhados nas ilhas não fizeram com que a Igreja atingisse contornos próprios, diferentes da Igreja-mãe, até mesmo como forma da sua sobrevivência.

3. A IMAGEM DO CABO-VERDIANO

A construção da imagem do cabo-verdiano entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, pelos forasteiros, nos textos portugueses, passou pelo inventário das alteridades: cultural e somática, ou seja, pela forma como os forasteiros, a partir dos seus horizontes culturais e mentais, conceberam e integravam a diferença biológica e cultural do cabo-verdiano⁴⁸¹. Como mestiço biológico e culturalmente parece difícil a sua identificação. Se a cor tinha uma função polarizadora⁴⁸², qual era o lugar do mestiço? No período em apreço, em Cabo Verde a cor não estabelecia a distinção social⁴⁸³, mas os mesmos mestiços, que compunham a maioria da população, eram portadores de uma cultura mestiça que no quadro mental dos forasteiros era depreciada e africanizada. No entanto, nem sempre esta aparecia como o inverso absoluto de quem a representava e classificava. As categorias classificatórias como “semi-civilizado”, “semi-bárbaro”, “quase selvagem” ou ainda “descendentes de negros” podem situar os cabo-verdianos entre a civilização europeia e a civilização africana. Fruto das relações entre branco e negro, o mestiço já nasce com um certo valor físico, moral e simbólico “superior” ao negro mas inferior ao branco. Estava mais próximo da “civilização” e mais próximo de civilizar-se do que os negros africanos.

Perante esta diferença, biológica e cultural, que não era novidade nos espaços de influências portuguesas mas que talvez no período em apreço tinha uma maior expressão no seio destas sociedades, era preciso repensar a classificação dos homens, a forma de integrar os mestiços e os espaços a eles ligados. Nem as categorias classificatórias eram exclusivas aos cabo-verdianos, também servia para outros espaços, integradas nas ideias das luzes. Todavia os atributos como “quase”, “semi”, “descendente de” ou “como os” eram mormente associados às categorias antropológicas que classificavam os africanos. Pode-se considerar que estas categorias mais aqueles atributos formavam “novos compostos” que classifica e hierarquiza este novo caso mas não deixa de trazer também consigo uma certa marca de continuidade e reprodução nos discursos negativos a

⁴⁸¹ Cfr Isabel Castro Henriques, *Os pilares da diferença: relações Portugal-África: séculos XV-XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004, p. 36. Também ver, para um período anterior, Carlos de Almeida, "A Companhia de Jesus e a sociedade crioula Cabo-Verdiana na primeira metade de Seiscentos - uma história de desencontros", *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Coord de Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa - Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 535-559, p. 19.

⁴⁸² Para a questão da cor, num período anterior e um diferente contexto espacial, ver Carlos de Almeida, *Uma infelicidade feliz [...]*, *op. cit.*, pp. 341 e ss.

⁴⁸³ Para um período posterior, veja-se Deirdre Meintel, *Race, Culture and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*, New York, Syracuse University, 1984; João Vasconcelos, “Filhos da terra, ou Lamarck em Cabo Verde” Actas do terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa, ISCTE/ICS, 6 e 8 de Abril de 2006. Artigo revisto em 2007.

eles associados. Porém, no mundo cabo-verdiano, estas categorias tiram legitimidade para a reconstrução daquilo que Christopher L. Miller teorizou como “discurso africanista”. No quadro mental dos forasteiros o cabo-verdiano não parecia ser enquadrado no modo europeu de consciência que totaliza a percepção eurocentrada de África e dos africanos⁴⁸⁴. Não se enquadra no pensamento de alteridade que em geral apresentava a tendência de dicotomizar os espaços culturais e geográficos entre “nós” *versus* “eles”. A cultura e a própria identidade, pelo seu próprio processo complexo de formação, caracterizam-se pela flexibilidade e fluidez, dispensando uma fronteira rígida com e entre os “dois mundos” pré-existent⁴⁸⁵. O discurso dos forasteiros também acabou por ser marcado por essa fluidez e flexibilidade. Talvez para o caso cabo-verdiano, indo na lógica das representações e do próprio composto das categorias classificatórias a teoria de Christopher L. Miller podia ser “rebaptizada” como um “discurso semi-africanista”.

A sociedade mestiça cabo-verdiana era uma realidade histórica concreta. O seu processo complexo de produção, sobrevivência e transformação social, cultural e identitária caracterizava-se pela sua situação de insularidade e pobreza ecológica que imperava sobre certos relacionamentos mas também por padrões de comportamentos e modelos civilizacionais implantados nas ilhas sob a autoridade da Coroa portuguesa. A sua proximidade física, social e cultural com a costa guineense e a fraca capacidade do Estado tanto do ponto de vista político e económico, como social e cultural que se reflectiu nas qualidades dos agentes administrativos e principalmente nos religiosos, principais veículos da “civilização”, favoreceram o desencontro civilizacional, de natureza somática e cultural, com a sociedade portuguesa (europeia), recompondo-se a uma sociedade cabo-verdiana.

3.1. Uma vida quase selvagem e de espírito livre

3.1.1. Pouco instruídos e ignorantes da religião

“Os insulanos ignoram totalmente a religião: e as suas ideias a este respeito se limitam a juntar com o sinal da cruz e palavras, Deos, Jesus, e Nossa Senhora – outros ritos supersticiosos de Guiné, que pela tradição e trato continuo com os novos vindos escravos”⁴⁸⁶. Assim era caracterizado o cenário religioso das ilhas de Santiago e Fogo, dois principais centros de aglomeração populacional do arquipélago de Cabo Verde, por Chelmicki e Varnhagen em 1841.

⁴⁸⁴ Vide Christopher L. Miller, *op. cit.*, pp. 14 e ss.

⁴⁸⁵ Cfr. Jean-Loup Amselle, *op. cit.*, pp. 71-93 e Peter Mark, *op. cit.*, pp. 22, 92 e ss.

⁴⁸⁶ J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 150.

O discurso sobre vida religiosa dos cabo-verdianos era motivado, pois, visava reportar o insucesso da acção evangelizadora nas ilhas, que fora iniciada no início da década de 1460, com o início da ocupação das ilhas. A evangelização exigia, segundo Carlos de Almeida, “como condição essencial, a sua separação radical do meio corruptor ou, pelo menos, tanto quanto possível, a criação de um ambiente onde a comunicação com os outros ainda não convertidos não seja possível”⁴⁸⁷. Além do processo inicial de mestiçagem, que se tornou irreversível, as contínuas inter-relações com costa a revelavam numa principal causa do insucesso do catolicismo no arquipélago.

Aos olhos de forasteiros os cabo-verdianos ignoravam tudo o quanto era a “verdadeira” religião católica romana, isto é, como lhes era ou devia ser transmitida, e isso era visível nas suas manifestações quotidianas. Tendo em conta que a religião abrangia todo o aspecto da vida humana, a tal “ignorância” podia ser observada na sua moral, nas atitudes perante as suas festas como o baptismo o casamento, perante a morte, ou ainda nas suas formas de curar as doenças.

Com o passar do tempo e o aumento progressivo da população livre e consequentemente a sua dispersão pelos interiores e outras ilhas também eram apontados como um dos principais problemas que afectavam a religiosidade do homem cabo-verdiano. Com a dispersão, ficavam longe de tudo: dos pastores e das gentes civilizadas. Ali os seus actos deixavam de ser controlados. Segundo João da Silva Feijó, em 1797, nesta dispersão, “adquirindo estes povos geralmente com o tempo um espírito livre, e quase selvagem [...], sem educação e sem sujeição e quase sem religião”⁴⁸⁸. Aparece aqui o retomar do velho tópico ocidental que associa a civilização, a “polícia”, a vida urbana e a bestialidade à sua distância ou afastamento. Ainda é de notar a expressão “quase” que, apesar de ter uma conotação negativa, não rejeita a existência de uma religião no seio dos habitantes de Cabo Verde. Mas, contudo, não era suficiente para levá-los a um estágio de civilização, e, por isso, aos olhos daqueles autores, continuavam no gentilismo e barbarismos, e a missão civilizadora continuava a ser necessária e era a Igreja o principal instrumento para o mesmo fim. Este olhar constituía uma das motivações das produções textuais da época em estudo.

O isolamento dos habitantes e as suas consequências a nível de instrução e religião já tinham sido verificados pelo *Anónimo*, em 1784. Este, relativamente à ilha de Santiago dizia que “toda a

⁴⁸⁷ Carlos de Almeida, “A Companhia de Jesus [...]”, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁸⁸ A dispersão foi um fenómeno desintegrador para o cabo-verdiano. Feijó diz que “quando viviam aqueles povos unidos nas cidades, e vilas, gozava-se geralmente de todas aquelas comodidades, que traz uma sociedade cível”. Para Lopes de Lima apenas procuravam um lugar ao alcance de um sino de uma freguesia e ali permaneciam num “estado independente, e semi-selvático”. Ao dispersarem-se deixaram de ser uma “sociedade cível”. Talvez para serem grupos de homens dispersos pelas ilhas, sem nenhum laço que os unia, a não ser a infelicidade e a miséria. Cfr. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 6 e 7; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 105.

plebe montanhesa era extremosamente rústica, selvagem e totalmente ignorante da doutrina cristã”, porque viviam pelos montes, onde cada um tinha o seu casal e a sua “seazinha”⁴⁸⁹. Todavia, a falta da “literatura” também constituía o olhar fragilizador sobre os cabo-verdianos.

A religião cristã era o principal marcador da civilização, logo, era principal factor da demarcação do grau da incivilidade cabo-verdiana, ao mesmo tempo, o principal instrumento da civilização. Intimamente ligada à [falta de] religião aparecia a [falta de] instrução, esta que nas ilhas, estava exclusivamente nas mãos dos religiosos. O Estado não tinha capacidade para um ensino laico, aliás, nem o próprio Estado era laico. Aqueles também estavam ao serviço do Rei e do Estado. No arquipélago houve tentativas de laicização do ensino depois de 1820, mas sem sucesso, pois não havia meios humanos nem financeiros, e por isso, continuou, por longos anos, nas mãos da Igreja.

À luz dos textos portugueses da época, produzidos pelos forasteiros, os cabo-verdianos eram supersticiosos, e a falta de instrução era uma das causas. Porque só os “menos civilizados” é que tinham tal prática e isto constituía mais um elemento para justificar a incivilidade e barbarismo daquele povo – que tinha tudo a ver com as formas de crenças e religião dos mesmos. Diz João da Silva Feijó, em 1797, que “esta falta da devida educação popular, que faz distinguir o povo civilizado do bárbaro, até mesmo nos primeiros elementos da religião, ainda naqueles que se deviam considerar perfeitos nestes importantes deveres. Continua o mesmo autor, isto fazia dos cabo-verdianos povos supersticiosos e “quase semelhantes nos seus costumes, modo de viver, e de vestir, de fazer as suas núpcias, funerais e criar os seus filhos, etc., ao gentio de Guiné, de quem se pode dizer que herdaram, e actualmente recebem pelo trato familiar com a escravatura”⁴⁹⁰. Inspirado em Feijó, António Pusich escreve, em 1810, que, vivendo os cabo-verdianos sem sujeição e sem educação, a maior parte dos seus “costumes, bodas, funerais, etc.”, assemelhavam aos gentios, dos quais se poderia dizer que herdaram⁴⁹¹.

A selvajaria cabo-verdiana parecia herdada. A incivilidade, a gentilidade, a barbaridade e a supersticiosidade eram atribuídas e relacionadas aos africanos continentais, sobretudo os da Guiné, de quem, segundo os autores continuavam a receber as influências culturais, principalmente no plano religioso, sobretudo através do tráfico de escravos e relações familiares, duas relações que se verificavam entre o arquipélago e a costa africana desde os primórdios da ocupação das ilhas. Os cabo-verdianos para além de serem considerados descendentes de negros e manterem uma estrita

⁴⁸⁹Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁹⁰ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁹¹ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 616.

relação com eles, mantinham “o modo gentílico de viver” que herdaram dos mesmos negros. Sendo os cabo-verdianos descendentes de “pais negros, cafres e selvagens”, não deixavam as “práticas dos pais” na sua totalidade. Em 1818, escreve Lucas de Senna que “em nada têm perdido os seus ridículos usos dos seus ascendentes”⁴⁹². Estes eram “pecados originais” dos cabo-verdianos.

No arquipélago cabo-verdiano, ainda que aqueles insulanos seguissem a religião católica, confessam Chelmicki e Varnhagen, em 1841, reinava-se a “falta total d’educação, mesmo da religiosa” faz com que os cabo-verdianos ignorassem totalmente a religião⁴⁹³. Vinte anos antes, Lucas de Senna tinha observado que “sendo ali todos os Catolicos Romanos, eles não observam a Religião que professam, senão a seu modo, quero dizer ao modo gentílico”. Não cumpriam com os deveres do catolicismo⁴⁹⁴, pelo menos como mandava a Igreja-mãe [Católica Romana]. A religião introduzida vinda de Portugal como Católica Romana parece tornar-se Católica Cabo-verdiana. Pois, o autor admite existir uma religião, só que não da forma como os europeus “ensinaram” e defendiam, por isso muitas vezes chamou-a de “[ir]religião” [sic]. As práticas dos cabo-verdianos foram-se “desviando” do padrão europeu ao logo dos tempos, ou porventura até, nunca chegaram a assimilar um padrão europeu na sua totalidade.

Quase todos os autores do período em apreço viam o cabo-verdiano como supersticioso, porém, apenas Lucas de Senna explicou com maior detalhe as suas causas. O autor nota que a superstição era o seu maior ponto da fé porque criam na existência da alma e criam na sua transmigração. Neste caso, o autor comparava-os aos “gentios da Ásia” que também criam na imortalidade da alma⁴⁹⁵ e na reencarnação dos espíritos. Também os cabo-verdianos acreditavam na vida para além da morte e se comunicavam com os (seus) mortos, pedindo-lhes ajuda e protecção. O parente ou amigo que morriam permaneciam na eternidade e ao mesmo tempo continuavam a interferir no dia-a-dia dos familiares e/ou amigos próximos que ainda viviam no mundo dos mortais, em contrapartida recebiam o cuidado das suas sepulturas, missas pelas suas almas, rezas e outros afectos – mantendo assim uma relação de cumplicidade. A morte não era um fim para os cabo-verdianos mas sim apenas uma passagem para um outro estádio ou outro mundo. Por isso, “quando lhe morrem algum seu parente, ou amigo, mandam recomendações aos que lá têm na Eternidade; assim quando morre algum seu parente ou amigo mandam por ele lembranças

⁴⁹² Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 92.

⁴⁹³ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 150.

⁴⁹⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 92-93.

⁴⁹⁵ Segundo João José Reis, a imortalidade da alma também era uma crença difundida em todo o Brasil oitocentista, cf. João José Reis, “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”, *História da Vida Privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, colecção dirigida por Fernando A. Novais, volume organizado por Luiz Felipe de Alencastro, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 95-143.

[Mantanhas]⁴⁹⁶, a tal, e tal seu parente, ou amigo declarando-lhe o nome, abraçando o cadáver uma e mais vezes, e recomendando-lhe que não se esqueça”⁴⁹⁷. Na verdade, podemos encontrar nesta experiência religiosa aspectos comuns essenciais aos das cosmologias africanas fundamentalmente na presença dos mais velhos ou antepassados que cuidavam dos vivos num prolongamento das linhagens da lógica para além da morte.

Mais ou menos 50 anos antes, mais concretamente em 26 de Julho de 1762, o Ouvidor Geral das ilhas de Cabo Verde, João Viera de Andrade, em sua carta ao Rei D. José, fazia o seguinte relato, muito parecido com o que Lucas de Senna apresentou em 1818:

“[...] e fazendo [estes habitantes] hum alarido em que recomendarão ao defunto o dar recados, entregar cartas, que lhe metem no interior da mortalha aos que antes d'elle, ou della falleserão e forão dos viventes parentes, ou conhecidos, com recitação dos actos, e factos torpes e mundanos, que nessa vida obrarão, e pelos mays dias recitattão as torpezas do defunto, ou defunta, lamentando o deixá-las”⁴⁹⁸.

Como se confirma, a maneira de ver e lidar com a morte dos cabo-verdianos estava (e ainda está) intimamente ligada à da dos habitantes da costa ocidental africana, principalmente da região sobretudo correspondente à actual Guiné-Bissau.

Quando morria algum crioulo verdiano rico, escreve Lucas de Senna, “ajuntam-se em casa do morto todos os seus parentes, e amigos para darem os pêsames à mulher, filhos, pais ou irmãos, etc., e isto com muita choradeira; e depois de sair a enterrar toca a fazer banquete, isto é, a rezar pela alma daquele que deixou a comesáina”. Porém, o altar que já tivera sido arranjado ficava armado até oito dias. Diante deste se rezava o terço, a ladainha em altas vozes e em crioulo cabo-verdiano. “Acabada esta interessante devoção tanto para a alma como para a barriga dos devotos falsos, já está pronta a mesa, isto é, as iguarias dela, porque a mesa é uma esteira sobre a qual se comem todos assentados no chão; por isso que a este banquete vulgarmente se chama ESTEIRA”⁴⁹⁹.

O banquete dependia do que cada defunto deixava e as posses da família. Na opinião de Lucas de Senna, eram o que possuíam antes da morte que ia servir para o mesmo banquete. Neste constava diferentes pratos e guisados, acompanhados de muita aguardente, “de maneira que no fim da função tudo fica bebado”, tanto homens, como mulheres, o que resultava em “brincadeiras, risadas,

⁴⁹⁶ Deve ler-se Mantanhas, que significa: Saudações; cumprimentos.

⁴⁹⁷ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 92.

⁴⁹⁸ Vide “Carta do ouvidor Geral, João Viera de Andrade, ao Rei D. José”, *Estudos da história de Cabo Verde*, Daniel A. Pereira, 2ª ed. rev. e aum., Praia, Alfa-Comunicações, 2005, pp. 337-340, p. 337.

⁴⁹⁹ Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 94.

cantarolas à sua moda, que tudo é gritaria, bailes, e depois de tudo o mais que a mocidade se segue”⁵⁰⁰.

Terço, banquete e tudo mais repetia-se durante oito dias e alguns repetiam depois mensal ou anualmente conforme posse de cada um. Os mais pobres, quando não podiam imitar os mais remediados, faziam menos gastos nos banquetes e outros que nada podiam satisfaziam-se “só com a reza”, porque esta era “infalível”⁵⁰¹. Temos aqui uma transposição adaptada dada na região guineense à comunicação com espíritos através de rituais sacrificiais que garantiam uma “boa morte” e ao mesmo tempo o pormenor da infabilidade da “reza” sublinha a comunicação directa com as entidades extra-humanas cuja eficácia advinha sobretudo da marca do Catolicismo.

Os autores posteriores a Lucas de Senna, como Chelmicki e Varnhagen (1841) e Lopes de Lima (1844), sobre este assunto, pouco ou nada acrescentaram⁵⁰², apenas limitaram-se a aceitar passivamente o que diz o autor da *Dissertação*, em 1818. Contudo, os primeiros atribuíam estas práticas aos vadios, ao passo que o segundo atribuía-as aos habitantes dos interiores. No entanto, Lopes de Lima acrescenta que as viúvas passavam um mês de nojo, embrulhadas em panos pretos a gemer, “com as pernas cruzadas em cima da cama n’um quarto escuro aonde as suas amigas as vêm visitar em silêncio”⁵⁰³. Esta descrição não foi encontrada em mais nenhum autor.

Ainda, dentre todos os autores, Lopes de Lima foi o único a fazer referência a um “antigo rito religioso” e que ainda em 1844 se permanecia nas ilhas: o 1 de Novembro (“véspera dos Fieis Defuntos”⁵⁰⁴), em que, à meia-noite, os habitantes iam rezando em coro à porta das igrejas fechadas pelas almas dos seus finados⁵⁰⁵. Pode isso corresponder ao actual dia de Todos-os-Santos? E porquê à meia-noite? Mas se as igrejas estavam fechadas é porque a celebração não fazia parte do calendário religioso do catolicismo romano nem do cabo-verdiano, mas sim do ritual do povo cabo-verdiano.

O “tchôro” [Choro] e o “banquete” que se preparava, a qual se dava o nome de *Esteira*, o mandar *mantenhas* com o falecido para os que já tinham falecidos antes e o pedido de protecção eram práticas muito comuns na costa africana. De certa forma, aqui também os cabo-verdianos acreditavam nos seus antepassados e venerava-os tal como, e ao mesmo tempo que, veneravam os

⁵⁰⁰ idem, *ibidem*, pp. 94-95.

⁵⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 95.

⁵⁰² Cfr J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 335-336; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 108.

⁵⁰³ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 108.

⁵⁰⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁰⁵ No contexto cabo-verdiano, o finado era a pessoa que se finou do ponto de vista corporal/material, pois a sua alma ainda continuava viva.

santos católicos. Os entes queridos depois de mortos continuavam (e ainda continuam) a desempenhar funções importantes, não no seio da comunidade, mas num contexto mais a nível pessoal e familiar, sem descartar a importância de um Deus e dos Santos para os mesmos fins. Em contrapartida o falecido recebia dos familiares e amigos que beneficiavam da sua ajuda e protecção, orações, missas e outras venerações para que descanse em paz e que seja (bem) acolhido nos braços do Senhor. Lucas de Senna descreve em 1818, que os “nacionais [de Cabo Verde] quando vão à igreja despejam as pias de água benta, levando-as às mãos cheias às sepulturas dos seus parentes ou amigos, e lha deitam pelas gretas abaixo, crendo que assim lá os vão purificar”⁵⁰⁶.

Para além de acreditarem em finado e numa alma imortal, os cabo-verdianos criam ainda em *feiticeiras*⁵⁰⁷. Em todos os problemas e doenças encontravam explicações sobrenaturais. Segundo António Pusich, em 1810, “todos os acontecimentos naturais, todas as doenças, etc., atribuem a feitiçarias”⁵⁰⁸. Aos olhos de Pusich, este fenómeno parecia natural mas, para os cabo-verdianos, fazia parte do mundo sobrenatural. Esta crença estendia-se a todos os grupos sociais das ilhas: grandes e pequenos, ricos e pobres, nos mais e menos instruídos. Porém, o grau das crenças diversificava de ilha para ilha. “Pior” era vista quando se tratava dos habitantes da ilha de Santiago e um pouco acrescido dos do Fogo em relação às outras ilhas porque acreditava-se que Santiago era a ilha que mais tinha de influência africana. Ainda em 1844, Lopes de Lima dizia que só nesta ilha se conservava a “pureza do sangue primitivo” da Guiné⁵⁰⁹, acrescidos das suas práticas.

Para além das atitudes perante a morte ou crença nas feitiçarias, a “barbaridade e selvajaria” cabo-verdiana também se caracterizava pelas suas festividades profano-religiosas e outros ritos de passagens como o baptismo e o casamento. Alguns destes foram registados muito detalhadamente em 1818 por Lucas de Senna que depois foi, muitas vezes, mal copiado pelos autores seguintes.

Segundo as representações dos forasteiros, como os africanos da costa, os cabo-verdianos eram muito propensos às festas, onde tudo reinava com muitos excessos. Para eles tudo era motivos para festas. Diz Chelmicki e Varnhagen, em 1841, que os cabo-verdianos gostavam muito de

⁵⁰⁶ Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 92.

⁵⁰⁷ Acto do feiticeiro ou feiticeira. Não se sabe ao certo o significado que tinha na época mas julga-se ser o mesmo que hoje é conhecido, pelo menos na ilha de Santiago. Isto é, o feiticeiro/feiticeira é aquele que tem poder sobre-humano e, normalmente, só lhe serve para praticar o “mal” para a sua sobrevivência (“come” as pessoas, normalmente crianças e adultos sãs), por isso é algo de repressão socialmente. O feiticeiro/feiticeira era caracterizado por possuir “rabo”, em deferentes partes do corpo, dependendo de pessoa para pessoa, e de deferentes formas. Tem poder para se transformar em determinados animais (domésticos). Reúnem-se num lugar específico, às terças e quintas-feiras à noite (meia-noite?).

⁵⁰⁸ Vide António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 117.

⁵⁰⁹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 105.

divertimentos, danças, com abundância e profusão de comidas⁵¹⁰. Em 1844, Lopes de Lima inspirado em Chelmicki e Varnhagen, escreve que “são, como todos os povos d’entre os tropicos, muito inclinados a festas, e por ellas esquecem tudo: a sua música é o batuque, bem conhecido, e geralmente usado em toda a Africa, com dança lasciva, e monótona, que o acompanha”⁵¹¹. No entanto havia diferenças significativas das festas, de acordo com os estratos sociais e o espaço onde eram realizadas: no meio “rural” e no meio “urbano”. O primeiro apresentava mais características de africanidade como o batuque – relegada para um comportamento menos civil, ao passo que no segundo as de europeidade como a contradança francesa ou valsa inglesa – mais próximos de um comportamento civil.

Chelmicki e Varnhagen exemplificam que, no meio “mais urbano”, nas “ocasiões de festas nacionais e *regorizos* públicos” ou festas de ordens privadas, apareciam as “senhoras creolas e brancas, filhas da terra ou alli estabelecidas, com muita elegância, e denotando maneiras agradáveis”. Ao passo que num “meio rural”, interiores das ilhas, principalmente de Santiago, nas festas de baptizados ou casamentos dos vadios, juntavam-se homens e mulheres para o batuque. Nestas festas,

“toda esta negraria senta-se em circulo n’uma casa ou á porta, e no meio entra a *balhadeira*, vestida á moda do país, largando sómente o panno dos hombros e apertando bem o da cintura. O coro começa mui lentamente suas cantigas, graduando e ora cantado com certa languidez ora gritando apressadamente; todos acompanham ao tacto, batendo com palmas das mãos nas pernas. A balhadeira ao compasso desta vozaria faz no meio movimento com o corpo, voluptuosos, lascivos, desenvolvendo grande elasticidade e mobilidade dos músculos [...]”.

Isto era substituído alternativamente, e por vezes por homens. Nisto ficavam dias e noites até uma semana, “sem se importarem com mais cousa alguma”, desde que não falte “muita comida e aguardente”⁵¹². Em 1844, escreve Lopes de Lima que, nestas grandes reuniões, nas quais se comia muito e se bebia muita aguardente, praticavam “muitas liberdades”⁵¹³.

Sobre o casamento em particular, em 1818, Lucas de Senna, no seu “registro etnográfico”, tinha visto e classificado de particularidades e notáveis as formas como os cabo-verdianos (embora o autor não especificou, estava a referir-se à aos santiaguenses) o celebravam, principalmente quando se casava uma mulher solteira. Nestes casamentos, segundo o autor:

“no primeiro dia de núpcias, depois dos costumados banquetes que nestes dias se praticam, à noite, depois da ceia, retira-se tudo para as suas casas, excepto os pais dos

⁵¹⁰ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 334.

⁵¹¹ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 107.

⁵¹² Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 334-335.

⁵¹³ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 107-108.

contrariantes, e alguns parentes mais chegados. Em estando estes sós, os noivos se vão deitar, e logo que tem consumado a primeira vez o matrimónio, levanta-se o noivo com uma espingarda, ou pistola dispara um tiro pela janela ou pela porta, anunciando com ele que a noiva estava virgem, ao menos na cama;”

Depois desse anúncio, continua o autor, os pais dos noivos e parentes davam parabéns entre si e aos noivos e iam para as suas casas muito contentes. Porém, quando a noiva não estiver virgem e o noivo não der sinal este e os familiares ficavam tristes. Os familiares iam imediatamente para a cama verificar se nela divisavam sangue, se não, confirmava-se a impureza da noiva e o noivo podia devolvê-la aos pais; no entanto, Lucas de Senna diz nunca ter visto o tal caso acontecer⁵¹⁴.

Para evitar o tal caso de desmancho das filhas os pais apressavam-se em casá-las, quando podiam, logo que estas se tornavam mulheres. Lucas de Senna diz que tinha visto casos semelhantes nos “gentios da Ásia”, onde casavam filhas de oito a dez anos no máximo, garantindo, desta forma, que se entregavam aos seus maridos como as suas mães as pariam⁵¹⁵.

Todavia, esta da prematuridade dos casamentos das mulheres nas ilhas contrariavam o que o *Anónimo* representava em 1784, que os pais não se preocupavam em casar as filhas e muitas vezes se desculpavam que não tinham como as dotar. Que mesmo depois de elas terem filhos não se envergonhavam e ainda ajudavam-nas a criá-los. Contudo, reconhece o autor, que aquelas mulheres eram “naturalmente muito timoratas e de génio dócil”, e quando chegavam ser “admoestadas e corrigidas”. Elas cuidavam na emenda, pois raramente se encontrava casos incorrigíveis⁵¹⁶. Esta representação ressalva a simplicidade e facilidade com que as mulheres podiam ser civilizadas.

As “práticas gentílicas e bárbaras” no casamento cabo-verdiano ainda se conservava nos interiores da ilha de Santiago em 1844. Segundo Lopes de Lima, nas outras ilhas nunca as houve. Chelmicki e Varnhagen (1841) não particularizaram as ilhas e afirmam que as tais práticas iam se perdendo pouco a pouco. Todavia, estes autores fizeram interpretações erradas sobre certos rituais do casamento “dissertados” por Lucas de Senna, em 1818. Esta má interpretação foi passivamente copiada por Lopes de Lima em 1844. Ambos escreveram que ao sair da igreja, os noivos separavam-se, retirando-se a noiva para um quarto com mais raparigas, suas amigas, para a guardar, trancavam a porta e, no entanto, não tardava o noivo entrava no quarto à força, fazendo com que as amigas fugissem todas e ficava a sós com a noiva, e logo acusava um tiro de pistola ou espingarda que anunciava a castidade da sua esposa⁵¹⁷.

⁵¹⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 98.

⁵¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 99.

⁵¹⁶ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 28-29.

⁵¹⁷ Cfr J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 335-336; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 108.

Um “outro vício” que caracterizava os verdianos era a “sensualidade”, principalmente nas mulheres. Segundo o *Anónimo* este era muito mais forte na zona tórrida em que o arquipélago de Cabo Verde estava sujeito. Mas o que mais o admirou foi o “indiferentismo” daquelas mulheres pretas e do resto dos “naturais” daquelas ilhas, que não se envergonhavam do tal “vício horrendo”, tratando com homens que não eram os seus legítimos maridos. Nem se tratava do concubinato porque “antes têm para si que só as que vivem a ganho são meretrices [meretrizes]”⁵¹⁸. Também a prostituição nas ilhas era prática comum, principalmente nas zonas portuárias. António Pusich diz, em 1810, que era o uso geral entre os habitantes das ilhas de Cabo Verde⁵¹⁹.

O modo de curar as doenças era com base no sobrenatural e nas plantas e raízes locais. Em 1844, escreve Lopes de Lima que toda a gente das ilhas eram “muito mezinheira”, pois conheciam a virtude de muitas plantas e raízes do seu solo e “com ella suppre a falta de Boticas, e Facultativos, commum a toda a Província”, onde havia apenas um cirurgião-mor pago pelo Estado na vila da Praia e um cirurgião particular na ilha da Boavista⁵²⁰. Usar a mezinha era uma necessidade necessária daqueles habitantes. O uso dos recursos naturais como as plantas e as raízes que se poderiam encontrar na natureza das ilhas era a forma de sobreviver e superar as carências daqueles insulanos que não ficavam à espera das técnicas e ciências que vinham de fora, mas sim fazendo o bom uso daquilo que tinham. Os “mais ricos” até tinham uma botica privada para o uso familiar mas todos, inclusive os estrangeiros, se recorriam à mezinha feita nas ilhas.

Todavia, esta faculdade dos cabo-verdianos para cura, principalmente das doenças da terra era negada e depreciada muitas vezes por alguém cujos quadros mentais e culturais pertencia à outra realidade. Escreviam Chelmicki e Varnhagen, em 1841, que os habitantes geralmente eram todos mezinheiros e presumiam conhecer as propriedades das plantas medicinais que a natureza tem espalhado naquelas ilhas com muita munificência mas que com a “falsa aplicação” aumentava os males que um facultativo atalharia bem depressa⁵²¹. O que se verificava ali, mais uma vez, era o confronto entre o que se dizia que era “civilizado” e o que não era: a modernidade e o tradicional, respectivamente. Um olhar típico eurocêntrico sobre a capacidade dos outros.

Ora, dadas as tais crenças e práticas, às vezes, muito adversas às do homem “civilizado” europeu, tornou-se necessária a domesticação do incivilizado homem cabo-verdiano pelo civilizado homem europeu. A falta de instrução e educação vista pelos forasteiros nos habitantes eram tantas as causas como as consequências das tais práticas “bárbaras” e “gentílicas”. A Instrução Pública

⁵¹⁸ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, pp. 28.

⁵¹⁹ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617.

⁵²⁰ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 110.

⁵²¹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 304.

parecia tornar-se tão necessária para os povos civilizados como para aqueles que ainda desejavam se civilizar.

Em 1841, Chelmicki e Varnhagen lembravam que o princípio de qualquer sociedade era a Religião e imediatamente a seguir vinha a Instrução⁵²². Vinte anos antes, António Pusich, representara, na sua “Memória de algumas providências”, o “quanto é necessária a devida instrução para toda a sociedade civilizada é de todos sabido; assim como é que sem ela nunca saem os povos do barbarismo”⁵²³. A par da Religião a Instrução aparecia como fenómeno indispensável para a civilização da sociedade cabo-verdiana.

No arquipélago cabo-verdiano, a falta das mesmas se verificavam com maior peso nos interiores das ilhas, num meio “mais rural”, carregando um certo grau de rusticidade, pelo difícil acesso dos “agentes civilizadores”, principalmente religiosos. Na opinião do *Anónimo* a rusticidade, selvejaria e a ignorância da “plebe motanhesa” era causada, principalmente pela negligência dos párocos e falta de Vinha-do-Senhor naquelas partes⁵²⁴. Cerca de quatro década depois, inspirado em Feijó e Pusich, Chelmicki e Varnhagen explicavam que naquela dispersão em que viviam os habitantes das ilhas era “impossível terem educação alguma, nem tão pouco pura moral, ou que conheçam os dogmas da Religião Christã: por falta do que são geralmente supersticiosos, e conservam muitos ritos e costumes, que herdaram dos Gentios de Guiné”⁵²⁵. A dispersão dos habitantes e falta de homens capazes (religiosos e não só) causavam entraves na instrução e civilização daqueles insulanos e as esperanças nem eram tantas porque esta incivilidade continuava sendo transmitida para as gerações futuras – de pais para filhos, sobretudo nos interiores das ilhas, onde, segundo o *Anónimo*, os habitantes dispersos por vales, *achadas* e montanhas, longe de acesso à instrução “vão criando os seus filhos como brutinhos sem educação nem doutrina”⁵²⁶. O comportamento incivil vinha da costa africana para o arquipélago de Cabo Verde e transmitido dos pais para os filhos. Feijó escreve, em 1797, que nas ilhas de Santiago e Fogo a mediocridade transmitia-se de pais para filhos, os quais não conhecendo outra educação, ficavam a viver na insociabilidade, libertinagem e ociosidade e concentrando-se somente nestes pontos as suas principais ideias. Não se procuravam indagar do que os podia instruir e civilizar e, desta forma, viviam na ignorância, cercados de vícios, assim como de negros e escravos⁵²⁷.

⁵²² Idem, *ibidem*, Tomo II, p. 164.

⁵²³ António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 135.

⁵²⁴ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 28.

⁵²⁵ J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 200.

⁵²⁶ Cf. *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 28.

⁵²⁷ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 11 e 12.

Aos olhos dos forasteiros, a falta de instrução e educação além de tornar e manter os cabo-verdianos supersticiosos também era considerada uma das principais causas de todo o atraso do arquipélago e territórios adjacentes. Segundo Pusich, em 1810, estas e outros “vícios” eram contrários à prosperidade e boa ordem de qualquer sociedade civil⁵²⁸. Portanto, estas faltas constituíam mais elementos classificatórios que justificavam um comportamento incivil e bárbaro daquele povo.

A Junta Geral concluía, em 1835, que a falta de instrução pública eram um dos maiores males que aquelas ilhas sofriam, pois o “atrazamento da Província julga a Junta pròvem maior parte da ignorância dos seus habitantes, sem instrução não há luzes e sem luzes não há desenvolvimento”⁵²⁹. A falta da mesma não permitia ao arquipélago um “desenvolvimento progressivo”⁵³⁰. Esta falta estendia-se e afectava todos os ramos da vida quotidiana do cabo-verdiano desde o económico ao cultural como: a religião, a alimentação, a habitação, o vestuário, a língua, o comércio, o trabalho e as produções em geral, o que consequentemente tirava-lhes as comodidades da vida, dando lugar a miséria e penúria.

A instrução significava progresso e civilização e, por isso, muito tem sido, entre os finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, as campanhas para a instituição de aulas, escolas, liceus e seminários para instrução e ensino dos cabo-verdianos. Constantemente os homens que administravam ou simplesmente laboravam nas ilhas suplicavam em prol das necessidades civilizacionais daqueles insulanos, e os meios para a sua resolução ou seu melhoramento quase sempre passava pela instrução.

Para estes autores não parecia difícil a civilização da sociedade cabo-verdiana, excepto o céptico Lucas de Senna que pensava que nenhum homem se esquecia a cultura do seu país de origem, pois, na sua opinião, os cabo-verdianos mesmo nascidos nas ilhas recordavam-se das “lições” dos seus ascendentes negros da Guiné⁵³¹. Todavia, para os menos cépticos como António Pusich, a Junta Geral da Província ou Chelmicki e Varnhagen, o cabo-verdiano até era de modéstia ser. Aos olhos destes autores, os cabo-verdianos eram “de uma natureza frouxa, mansos, humildes, sem propensão a grandes vícios”, e quase nunca ofereciam exemplos de trágicos crimes e por isso

⁵²⁸ Vide António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617.

⁵²⁹ SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 17; cfr Valentim Alexandre, “A África no imaginário [...]”, *op. cit.*, pp. 41 e 42.

⁵³⁰ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 192.

⁵³¹ Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 104.

com facilidade podiam ser instruídos na “verdadeira religião”, ao que então deverá seguir a instrução⁵³².

Em 1818, Pusich via que os naturais das ilhas podiam perfeitamente substituir os degredados e pessoas de pouca capacidade na administração da Capitania/Província. Bastava formar um seminário para a Instrução Pública no arquipélago, o que era tão necessário naquelas ilhas para instruir e civilizar aquela mocidade muito propensa a toda a sorte de literatura, mas que até então lhes faltavam meios⁵³³.

A “habilidade” dos cabo-verdianos em aprender as letras continuava a ser exaltada nos anos seguintes mas os meios não pareciam ter melhorado. Escreve a Junta Geral da Província, na consulta de 1835, que os “habitantes de todas as cores” eram susceptíveis às letras, mas, contudo não havia sequer um “mestre hábil das primeiras letras” porque o ordenado era “muito ténue”⁵³⁴. As habilidades dos cabo-verdianos na área das letras eram reconhecidas por vários autores, mas por outro lado os meios humanos e financeiros nas ilhas não lhes eram favoráveis. A instrução continuava a ser um bem tão necessário àquele povo que se dizia ser “pouco civilizado”. Ainda em 1841 Chelmicki e Varnhagen consideravam que a aquela falta continuava a ser um dos grandes flagelos que experimentava a colónia de Cabo Verde⁵³⁵.

Deu-se os primeiros passos para a Instrução Pública no arquipélago de Cabo Verde em 1740, com a criação de uma cadeira de latim e o envio de um Mestre de Gramática, onde havia uma de moral, sem haver sequer uma Escola das Primeiras Letras, pagas pelo governo⁵³⁶. A (pouca) instrução existente era unicamente da responsabilidade da Igreja. Mesmo na metrópole a situação do ensino público não era muito diferente das ilhas e as escolas públicas também se encontravam ainda numa fase embrionária.

Em 1773 o *Conselho Ultramarino* decidiu enviar mestre de Portugal às ilhas de Cabo Verde para erigirem escolas e, na capital, um recolhimento de educação. Porém, não chegaram a concluir o envio de um mestre sequer e muitos menos realizar o projecto pretendido. No entanto, surgiram mais projectos para a instrução e educação dos cabo-verdianos. Em 1794, o mesmo Conselho ordenava que, à custa da Fazenda nacional, se mandasse para Lisboa rapazes hábeis da Província a fim de se instruírem nas ciências, artes e ofícios. A escolha era deixada ao critério dos bispos da

⁵³² Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 165.

⁵³³ Vide António Pusich, “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas [...]”, *op. cit.*, p. 144

⁵³⁴ Cf. SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 17. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 193.

⁵³⁵ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 192.

⁵³⁶ Cfr. idem, *ibidem*, Tomo II, p. 192; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 79; Francisco Contento Domingues, *op. cit.*, p. cap. II; 143-148, 154-158.

Província. Segundo Chelmicki e Varnhagen, estes rapazes ao chegarem a Lisboa ninguém mas se importava com eles, e “assim vagabundavam pelas ruas, até que finalmente não achando quem os reconduzisse ao seu paiz, em lugar de aprenderem nas escolas, para viver erão obrigados a tomar serviço de criados ou marinheiros”⁵³⁷.

No início de século XIX havia em Santiago, no convento, uma aula de teologia, uma de latim e outra de moral, e em S. Nicolau, uma de moral e gramática. Nas outras ilhas só “algum curioso sabia ensinar bem ou mal ler e escrever”⁵³⁸.

Os primeiros sinais de Escolas Públicas em Cabo Verde só apareceram na segunda década do século XIX. Em 1817 a Junta de Fazenda criou na vila da Praia uma *Cadeira de Primeiras Letras*, tendo como primeiro mestre o espanhol D. António Cabadas, com 80 mil réis de ordenado. Mas esta cadeira pouco durou porque o professor foi assassinado pelos habitantes⁵³⁹. A escola voltou a abrir-se em 1821 e, no dizer de Lopes de Lima, “hora aberta, hora fechada, chegou a 1840”, e desde então, graças aos dois últimos governadores as escolas têm aumentado, chegando a 12 em 1844⁵⁴⁰. Em 1841, Chelmicki e Varnhagen contavam: duas em Santiago, duas no Fogo, uma na Brava, uma no Maio, uma na Boavista, duas em S. Nicolau e duas em S. Antão. Cada um dos mestres de gramáticas tinha 60 mil réis de ordenado, excepto na vila de S. Nicolau que eram 40; os de teologia recebiam 80 mil réis. Mas nem todas apresentavam resultados positivos. Muitas vezes não tinham edifícios próprios e a dispersão dos habitantes opunha à uma “educação regular”. Contudo, além dessas escolas e aulas, propunham a criação de um seminário e mais escolas e mandar para Portugal alguns discípulos mais destacados⁵⁴¹. Tanto Chelmicki e Varnhagen como Lopes de Lima propunham uma escola anexa a cada freguesia, que se deveria chamar Escola Paroquial.

A escola já parecia uma realidade em todo o arquipélago. No orçamento de 1842-43, propunham 3800 mil réis para a criação de mais 38 escolas do ensino primário. Contudo, em 1844, a nível de Instrução Pública, Lopes de Lima concluía que depois de quatro séculos ainda muito faltava para ser bastante⁵⁴². Menos pessimistas e talvez com um pouco de exagero pareciam Chelmicki e Varnhagen que afirmavam que em 1841, apesar de tudo, era raro encontrar alguém nas

⁵³⁷ J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 193.

⁵³⁸ António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, p. 135.

⁵³⁹ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 153.

⁵⁴⁰ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 79.

⁵⁴¹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 194-196 e 423.

⁵⁴² Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 79.

ilhas de Cabo Verde que não sabia ler ou escrever. Os mesmos autores afirmam que em geral os cabo-verdianos não eram “tão estúpidos e bárbaros como taxava um tal deputado da Província”⁵⁴³.

A Instrução Pública nas ilhas era civil, militar e eclesiástica. Nela era vista, pelos forasteiros, como a única forma de libertar aqueles insulanos da “ignorância e vícios” que os atormentavam. Mas para a sua concretização era preciso estabelecer escolas, seminários, com pessoas idóneas e capazes. Todavia o Estado seria o primeiro a tirar vantagens destas instruções, porque faziam daqueles habitantes “bons vassalos”.

Aos olhos de forasteiros, no período em estudo, os cabo-verdianos professavam uma espécie de “catolicismo desviante”, ao “modo gentílico”, principalmente na ilha de Santiago, cujas influências foram dos negros da costa africana. No entanto, tratava-se de manifestações de crenças religiosas africanas mas também de rituais de tradições judaico-cristãs, que já não se praticavam em Portugal ou Europa – porque já não faziam parte dos povos “civilizados” – e que de acordo com padrões mentais e culturais dos forasteiros eram classificadas como práticas bárbaras, gentílicas e incivis.

Para além das influências dos povos da costa, a distância do reino e proximidade da costa guineense, o fraco poder económico tanto das ilhas como da metrópole, o mau clima, e consequentemente a falta de religiosos metropolitanos contribuíram para a debilidade de um Catolicismo canónico, e consequentemente, para a transformação religiosa que se verificava no arquipélago cabo-verdiano na época em apreço. A verdade é que o catolicismo introduzido nas ilhas no século XV aparece com outras dimensões nos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Os símbolos e rituais foram integrados numa outra cosmologia, foi adaptada à realidade cabo-verdiana. As práticas religiosas dos cabo-verdianos foram-se “desviando” do padrão europeu, da forma como os europeus “ensinaram” e defendiam ao longo dos tempos, ou porventura até, nunca chegaram a assimilar o padrão na sua totalidade. Por isso, Lucas de Senna, no final da sua *Dissertação*, em 1818, fez a seguinte súplica:

“VERDIANOS! Tomais destes povos arrancados, como nós, do gentilismo; segue o seu exemplo; abraçai a religião no sentido Católico-Romano; [...] mudai enfim, de usos e costumes, e sereis felizes”⁵⁴⁴.

⁵⁴³ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 196-197. Tratava-se do Deputado D. Frei Jerónimo do Barco da Soledade (1774-1852) e da sua intervenção de 10 de Fevereiro de 1827 na Câmara dos Deputados. Cfr. Luís A. de Oliveira Ramos, “Cabo Verde: carências e perspectivas de fomento (1827)”, *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, 2º vol., [org. de Francisco Contente Domingues, Luís Filipe Barreto], Lisboa, Presença, 1986-1987, pp. 167-180; Fernanda P. S. Maia, “A Câmara dos Deputados e a(s) Representação(ões) de Cabo Verde na Primeira Metade de Oitocentos”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portuguesa*, nº Especial 4, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portuguesa, 1996, pp. 125-135.

Segundo o autor, Portugal teve sucesso na civilização inclusive com os povos cujos ascendentes também foram gentios e indómitos. Lucas de Senna orgulhava-se do grau de civilidade a que tem conseguido nos habitantes de Açores, Madeira, Brasil e até Ásia, porém, só os verdianos é que continuavam “confusos”, “na escuridão” e “no lodo” que os impediriam de atingir o grau do civilizado.

3.1.2. Desprezam a língua portuguesa e falam o ridículo crioulo

“A língua que se usam [os cabo-verdianos] é um ridículo crioulo⁵⁴⁵, diferente em cada ilha na pronúncia, e em muitos termos, sendo como vergonha entre eles, e mui particularmente entre as mulheres, o falarem e usar idioma do Reino, que com tanta facilidade se estendeu e propagou, tanto na Ásia, como no Brasil”. Assim, inspirado em Feijó, António Pusich avalia a situação linguística dos cabo-verdianos em 1810. Segundo o mesmo autor, o falar crioulo era a mais evidente prova da ignorância e da brutalidade dos cabo-verdianos⁵⁴⁶.

Como concluiu Norbert Elias, “a língua é uma das concretizações da vida social e psíquica”⁵⁴⁷, e acrescenta-se, também cultural. A linguagem era um ponto de passagem obrigatória dos forasteiros na representação do cabo-verdiano.

Assim como surgiu o homem cabo-verdiano, fruto do inter-relacionamento entre europeus e africanos, também surgiu (surgiram) o(s) crioulo(s) cabo-verdiano(os), fruto das interações entre as línguas europeias e línguas africanas, numa primeira fase partindo de uma língua de emergência – o pidgin, transformou-se e diversificou-se de acordo com o tempo, local e graus de interferências, dando origem a crioulos no caso base lexical portuguesa. Entre os finais de século XVIII e a primeira metade do XIX a imagem construída sobre esta(s) língua(s) era depreciativa e inferiorizante.

O crioulo cabo-verdiano era simbolicamente inferior à língua portuguesa. Nos textos portugueses da época, apesar de ser classificado negativamente, era, muitas vezes, reconhecido como língua/idioma. Todavia, foi constantemente reprimido e negado aos cabo-verdianos, com

⁵⁴⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 108.

⁵⁴⁵ O crioulo é um termo de origem portuguesa que inicialmente era usado para designar os escravos nas casas dos senhores e depois aplicado às línguas por eles falados. As línguas crioulas resultadas da interação de duas ou mais línguas, geralmente fruto da presença colonial num espaço extra-europeu. Os crioulos pertencem ao grupo de família indo-europeia. Cfr. Dulce Pereira, *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2006; Idem, “Crioulos”, *Dicionário temático da lusofonia*, dir. e coord. Fernando Cristóvão [et al.], 2ª ed., Lisboa [etc.], ACLUS - Associação de Cultura Lusófona, Texto Editores, 2007, pp. 198-199.

⁵⁴⁶ Cfr António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617; João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 7-8.

⁵⁴⁷ Vide Norbert Elias, *O Processo Civilizacional*, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 2006, p. 222.

objectivo de extingui-lo, como outrora se pretendeu com o próprio homem crioulo no arquipélago de Cabo Verde.

Mas se, como diz Feliciano de Castilho, o Alvará de 7 de Janeiro de 1698 ordenava que nas ilhas e nas praças de Cabo Verde houvesse “catequistas práticos nas línguas dos negros de toda a costa [africana] para instruir os negros antes de receberem a água do baptismo⁵⁴⁸, porque é que o crioulo cabo-verdiano era depreciado? Os cabo-verdianos não eram negros ou o crioulo é que não era língua de negros? Aos olhos dos forasteiros eram diferentes dos negros? E porque eram mal vistos porque falavam o crioulo?

Do ponto de vista civilizacional todos os cabo-verdianos deviam falar o português como a única e exclusiva língua, em todas as circunstâncias da sua vida. Mas, segundo Lopes de Lima, em 1844, no arquipélago, a língua portuguesa era substituída por “uma algaravia mestiça de termos Africanos, e portuguez antiquado, (e ainda assim, alguns a que seria difficil assignar a origem certa) pronunciado velozmente com terminações guturais a que chamam *Lingua Creoula*”⁵⁴⁹.

Os africanos também levaram para as ilhas as suas línguas, que eram tão diversas e estas diversidades em contacto com as línguas europeias, principalmente a portuguesa, deu origem uma ou mais nova(s) língua(s) – o crioulo. Todavia, apesar de ser reconhecido como língua ou idioma, era classificado como algo elementar e sem estrutura. O estilo do falar da terra, segundo o *Anónimo* em 1784, era um “corruptela tão rústica que se não pode escrever”⁵⁵⁰. Todavia, uma língua não tinha que ser necessariamente escrita e, mesmo para escrevê-la, era preciso antes compreendê-la.

Influenciado pelo *Anónimo*, Chelmicki e Varnhagen diziam em 1841, que “a ridicula lingoagem do paiz, geralmente usada e chamada lingua creola” era um idioma “perverso, corrupto e imperfeito, sem construção, sem gramática” que não se podia se escrever⁵⁵¹. Mas nos anos de 1840, tanto Chelmicki e Varnhagen como Lopes de Lima escreveram-no, talvez sem se dar conta de que estavam a o fazer. Ambos deram exemplos de várias palavras e frases do crioulo cabo-verdiano. Exemplos estes que ainda hoje são perceptíveis e são usados na linguagem corrente dos verdianos.

Na opinião de Lopes de Lima não era difícil aquela língua, pois bastava empregar sempre os infinitivos dos verbos, aos quais se dava uma terminação gutural suprindo os *rr* finais, procedido de pronomes e assim por diante. A nível fonológico, Chelmicki e Varnhagen comparavam o crioulo cabo-verdiano à “língua espanhola”. Na questão do som “ãõ” por exemplo dizem que os cabo-

⁵⁴⁸ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 152.

⁵⁴⁹ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 109. Não se encontrou nenhuma referência a estes dados nos especialistas da matéria.

⁵⁵⁰ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27

⁵⁵¹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 331.

verdianos só conseguiam pronunciar “on”⁵⁵². Ainda hoje a pronúncia deste som é transportado para outras línguas faladas pelos falantes de língua materna crioula.

A primeira tentativa de estudar o crioulo do arquipélago de Cabo Verde que se conhece, foi de José Feliciano de Castilho, em 1818, na ilha de Santiago. Segundo o mesmo, iniciou um dicionário de língua crioula, trabalho que outrora tinha sido feito conjuntamente com um religioso residente no convento da cidade de Ribeira Grande. Porém, por não ter demorado nas ilhas, pelas condições já apontadas, nenhum dos dois chegaram a concluí-lo⁵⁵³. Pode ver-se parte deste trabalho na secção dos *vegetais* retratados na *Memória* do mesmo autor.

Em 1841, Chelmicki e Varnhagen relatam que um eclesiástico em Santiago teve a paciência de compilar um vocabulário e arranjar uma gramática daquela “corrutella língua”, e para uma melhor compreensão e proveito dos habitantes pregou sermão neste idioma. Contudo, segundo estes autores, mais conviria fazê-lo desaparecer de todo em vez de aperfeiçoá-lo⁵⁵⁴. Pode-se questionar se será este eclesiástico compilador o mesmo a que referiu Doutor Castilho em 1818 mas os dados encontrados não chegam para responder. Em todo o caso, estes dois exemplos eram, talvez, as únicas valorizações do crioulo cabo-verdiano por parte dos forasteiros durante o período em apreço.

As variedades linguísticas entre as ilhas já eram assinaláveis na primeira metade século XIX. Estas diversidades tinham que ver com o processo histórico de cada ilha ou grupo de ilhas, que por serem povoados em períodos diferentes com diferentes grupos sociais, resultaram diversas variações. Diziam Chelmicki e Varnhagen, em 1841, que “todas as ilhas tem a sua corrutela diversa”, porém, o “pior é de Santiago chamado – *criolo cerrado*” que era uma mistura de palavras portuguesas com as gentias da Guiné e algumas francesas e inglesas. Segundo os mesmos autores, este crioulo era totalmente estranho e incompreensível aos ouvidos de um português⁵⁵⁵. Do lado antagónico havia o crioulo da ilha Brava que era considerado “menos crioulo”. Lopes de Lima considerava que o crioulo que ali se falava era “mais português” do que o de qualquer das outras ilhas vizinhas⁵⁵⁶.

O caso de Santiago e de Brava representavam o exemplo mais comum da diversidade linguística do arquipélago cabo-verdiano. A primeira ilha, povoada no século XV, recebeu mais elementos africanos do ponto de vista cultural e humano, e por conseguinte mais influências das

⁵⁵² Cfr idem, *ibidem*, Tomo II, p. 332; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 109.

⁵⁵³ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁵⁴ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 332-333.

⁵⁵⁵ Idem, *ibidem*, Tomo II, p. 331.

⁵⁵⁶ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte II, p. 42.

línguas africanas que deu ao seu crioulo uma forma “mais cerrada”, ao passo que a ilha Brava, iniciado o povoamento somente nos finais do século XVII, recebeu povoadores na sua maioria oriundos da ilha da Madeira ou seus descendentes e alguns escravos, o que do ponto de vista linguístico resultou num crioulo com a forma de “mais português”.

Mas quem falava o crioulo em Cabo Verde? Lucas de Senna responde: “o povo miúdo assim como todos os grandes”⁵⁵⁷ e não só, pois, segundo a “Notícia” do *Anónimo* em 1784, “até mesmo os brancos [no arquipélago] são pouco civilizados” porque “de sorte são bem raros os que sabem falar a língua portuguesa na perfeição, e só vão seguindo o falar da terra”⁵⁵⁸. O branco aqui refere-se aos oriundos de Portugal. Os forasteiros também estavam atentos aos comportamentos dos portugueses/europeus nas ilhas. Em 1844, Lopes de Lima verificava que os brancos [de Portugal] deixavam-se ir no hábito de falar o crioulo, pois usavam-no no trato com os mestiços e até educavam os seus filhos nessa língua, quase com a ausência do “*portuguez limpo*”(sic) que lá se chamava “*puro*”(sic)⁵⁵⁹. O crioulo cabo-verdiano constituía uma ameaça à língua portuguesa nas ilhas de Cabo Verde. Era cada vez mais usada tanto pelos cabo-verdianos como pelos portugueses de Portugal e outros europeus que lá viviam e/ou trabalhavam. Mesmo Lopes de Lima assume que o crioulo poria em causa a introdução de padres portugueses e a instituição de escolas de “bom português”⁵⁶⁰.

No período em estudo verificava-se o uso generalizado do crioulo e inclusive a emergência de algumas variantes nas ilhas. Através das representações dos forasteiros pode-se concluir que todos os cabo-verdianos e muitos portugueses de Portugal falavam a língua crioula das ilhas de Cabo Verde nos seus usos diários no arquipélago.

Apesar de a língua oficial em Cabo Verde, assim como nas outras possessões portuguesas, ser o Português, poucos eram os cabo-verdianos que falavam ou sabiam falar a Língua Portuguesa. Esta era “obrigatória” aos cabo-verdianos, que, aliás, nem deveriam ter outras línguas. No entanto, a maioria dos cabo-verdianos não tinha outra língua senão o crioulo. Segundo Lucas de Senna, os cabo-verdianos não falavam a “língua da nação que os domina, senão também a não entendem” e, por isso, qualquer estrangeiro que não dominava o crioulo e queria comunicar com eles precisava-se “ser prático” (no sentido de eficiência). Segundo o mesmo autor, isto era mais uma das provas da aversão que aqueles povos tinham da nação portuguesa⁵⁶¹. Vinte e seis anos depois, Lopes de Lima

⁵⁵⁷ Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 103.

⁵⁵⁸ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27.

⁵⁵⁹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statística das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 109.

⁵⁶⁰ Cf. *idem*, *ibidem*.

⁵⁶¹ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 103.

escreve que os que habitavam as povoações marítimas percebiam o português mas não o falavam, ao passo que os “indígenas”, isto é, os dos interiores/sertões falavam até com a “autoridade” em crioulo, e estes careciam de interpretação para se poderem entender. Nas reuniões apenas os homens falavam português, as “*Nhanhás*” (senhoras)⁵⁶² falavam sempre em crioulo⁵⁶³. Mais uma vez era enaltecida a importância do contacto com o “mundo civilizado” para poder para adquirir um comportamento civil como era o caso de falar a língua portuguesa simbolicamente superior que o crioulo.

Do ponto de vista linguístico a bipolaridade rural *versus* urbano também parece estar presente no arquipélago. Os espaços vilas/portos e interiores/sertões parecem ter influenciado as formas de representar o crioulo cabo-verdiano e os seus falantes nas ilhas. A(s) nova(s) língua(s) era(m) vista(s) como resultado(s) da falta de instrução e, segundo o *Anónimo* de 1784, a sua expressão indicava a preguiça e desmazelo desta daquela gente⁵⁶⁴. A indolência e ignorância dos cabo-verdianos eram vistas até no modo de falar.

Todavia, o que se verifica é que, no período em apreço, no arquipélago já se vivia em crioulo cabo-verdiano. A língua portuguesa não era usada nas relações familiares e era muito pouco utilizada nos casos oficiais, tanto no meio urbano como no rural. O português era utilizado por alguns homens cabo-verdianos e pelos agentes administrativos europeus nos assuntos oficiais e nos tratos familiares, quando estas não eram mistas. O quotidiano dos cabo-verdianos e de boa parte dos europeus/portugueses se desenrolava em crioulo. Este era a língua das cantigas, dos choros, das rezas, e das outras manifestações culturais dos cabo-verdianos. Até mesmo os padres já tinham começado o catequizar em crioulo, para uma melhor compreensão da palavra de Deus por parte dos cabo-verdianos.

Em 1818, com muita pena, lamentava Lucas de Senna que, de entre outras coisas, Portugal não tinha conseguido impor a língua portuguesa aos verdianos. Segundo o mesmo, os franceses assim como os ingleses tinham conseguido impor as suas línguas nas suas respectivas colónias e, inclusive Portugal “tem conseguido até na Índia e ao Brasil, onde todos falavam o português, mas não se conseguiu em Cabo Verde”⁵⁶⁵. Da mesma forma, Chelmicki e Varnhagen, em 1841, escrevem que a língua portuguesa, generalizada em todas as possessões portuguesas e espalhada nos

⁵⁶² Não foi encontrado esta referência em mais nenhum autor da época. Julga-se que o termo tem um significado específico, equivalente às *Sinharas* (Senhoras), na costa, e tinham geralmente um estatuto mais elevado; cf. George E. Brooks, *op. cit.*, p. 235.

⁵⁶³ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 109.

⁵⁶⁴ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27.

⁵⁶⁵ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 103.

quatro cantos do mundo, no arquipélago de Cabo Verde foi adulterada de modo “mais horrendo”, e foi substituída pela “língua do país – o idioma crioulo”⁵⁶⁶. Uma língua do mundo não conseguiu se impor nas dez pequenas ilhas, cujos povoamentos foram conduzidos pelos portugueses e continuavam debaixo da soberania portuguesa.

Assim como aconteceu com outros elementos culturais cabo-verdianos, não houve um total esquecimento dos elementos linguísticos africanos e nem uma total assimilação dos elementos europeus/portugueses. Desenvolveu-se aquilo que muitos chamaram, classificaram e qualificaram como: “língua do país”, “idioma corruptela”, “rústica”, “adulterada”, “ridículo”, “composto monstruoso”, “perverso”, “sem construção”, “sem gramática” e que “não se podia escrever”. Contudo, estava-se perante algo novo, diferente dos padrões iniciais. Estas “incompetências linguísticas” comprometiam mais uma vez a imagem (inferiorizada) dos verdianos.

Em todo o caso, o crioulo, pelo menos, desde finais do século XVIII, constituía num importante marcador da identidade cabo-verdiana. Como ainda hoje o é. Porém, constituía, sem dúvida, na mais clara evidência da inculturação dos portugueses e, desta feita, arriscando uma aculturação ao contrário: dos cabo-verdianos para os portugueses/europeus. O crioulo fazia concorrência ao português – não só para os cabo-verdianos mas também para os portugueses e outros europeus nas ilhas. Fica dito que não só os cabo-verdianos não usavam o português como língua principal assim como também os próprios portugueses de Portugal usavam o crioulo cabo-verdiano como língua de comunicação corrente e até familiar.

3.2. Corpo desprotegido e frágil

3.2.1. Andam quase nus e vivem cada um em suas choupanas

“Eles andam quase nus, dormem sobre uma esteira de tábua, seu leito é um cancarão⁵⁶⁷, suas casas são de palha ordinariamente feitas por habitantes no pronto espaço de 24 horas sem outro algum recheio mais que uma panela de ferro em que cozinham”⁵⁶⁸. Isto era a imagem do vestuário e da habitação dos cabo-verdianos relatada pelo ex-Feitor da Real Fazenda José António Pinto, por volta de 1806. A indumentária e a casa eram assim marcas mais visíveis do seu modo de vida – tanto pelas suas formas e aparências como pelos materiais de que eram feitos.

Enquanto componente da cultura material, a habitação e o vestuário constituíam importantes marcadores da identidade de um povo ou de um grupo social. No período em estudo, no arquipélago

⁵⁶⁶ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 196.

⁵⁶⁷ Uma espécie de esteira feita de cana de carriço e que também serve/servia como estrado para cama.

⁵⁶⁸ José António Pinto, *op. cit.*, p. 177.

de Cabo Verde, estes dois componentes iam além das condições físico-climáticas e das técnicas dos cabo-verdianos, mas sim, dependiam, essencialmente, das situações socio-económicas dos habitantes ou de cada indivíduo.

Sobre a habitação, em 1818, Lucas de Senna afirma que os cabo-verdianos não habitavam senão em palhoças, feitas de “pedras soltas” e cobertas de “ramagem de palmeiras”, servindo-se do tronco da mesma planta para naves e barrotes⁵⁶⁹. Estas casas existiam tanto nos litorais e portuários como nos interiores ou sertão. Designavam-nas de “choupanas” ou “palhoças” e assemelhavam às habitações dos habitantes da costa africana fronteira. Eram construídas pelos mesmos habitantes, num curto espaço de tempo. O que denotava a pobreza e a simplicidade da habitação dos cabo-verdianos, tanto em termos de meios e materiais de que eram feitos como o tempo em que demorava a sua construção.

Na Ribeira Grande, já arruinada, os seus edifícios [públicos] tinham sido construídos de pedra, cal e cobertos de telha, porém o mesmo não se poderia dizer das casas para a habitação. Porque, segundo Feijó, o resto eram palhoças, em que habitava o clero, e as poucas famílias que ali continuavam. Já em 1818 afirma Feliciano de Castilho que nenhuma das casas da Ribeira Grande se podia arrendar⁵⁷⁰. Em 1797, nas outras ilhas, as “vilas dos interiores” eram compostas de casas todas cobertas de palha. Algumas eram térreas e outras, a maior parte, assobradadas, porém, segundo Pusich, todas fabricadas de lava, sem nenhum reboco de cal⁵⁷¹. Este autor utilizou o termo “lava” como sinónimo de “barro”. Estas casas apesar assobradadas eram feitas de materiais simbolicamente inferiores.

Em 1841 Chelmicki e Varnhagen ainda evocaram a glória que foi a Ribeira Grande em termos arquitectónicos, onde houve boas casas, de pedra e cal, e até muitas de cantaria de Portugal. Também havia ali casas *acastelhadas*, da arquitectura do século 16, resultado da combinação dos elegantes arabescos e as suas *esveltas* e soberbas colunas, com os grandiosos maciços góticos. Todavia, em 1841 uma “térrea choupana” procurava abrigo debaixo das palmeiras e vegetava uma “desgraçada famílias de negros, ignorantes do passado, deixando correr o presente e sem curar do futuro [...]”. Toda a cidade era constituída por umas cabanas de pedra e barro cobertas de palha. Esta miserável choupana de uma lava negra e *fuscos* tectos de palha fazia contraste com o resto daquilo que fora a cidade de Ribeira Grande⁵⁷². Parece que os cabo-verdianos se limitavam a viver

⁵⁶⁹ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 64.

⁵⁷⁰ Vide J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 92.

⁵⁷¹ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 3-5; António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 612.

⁵⁷² Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, pp. 66 e 67-68.

apenas o presente, sem pensar no futuro e sem ambição de querer mais e melhores condições de vida – com mais conforto e que lhes traziam maiores felicidades segundo as ideologias da época marcadas pelo Iluminismo Católico que influenciava o pensamento dos forasteiros.

Aos olhos dos forasteiros a inexistência de habitações cómodas, construídas à moda da Europa, nem era por falta de matérias de construção. Lucas de Senna, em 1818, via com admiração como é que num país como as ilhas de Cabo Verde, tendo muita abundância de pedra e excelente barro, que não só dava para fazer fixes paredes como também para telha e ladrilho com que poderia cobrir e assoalhar as casas, os habitantes não faziam nada para melhorar as suas habitações⁵⁷³. A geologia até estava a favor dos cabo-verdianos, mas neste caso, segundo os autores, eram mais uma questão de preguiça do que de gosto ou poder económico; porque aos cabo-verdianos era preferível ter uma “casa à moda europeia” do que uma “choupana à moda africana”, pela simples questão de prestígio e estatuto social.

Todavia, segundo as representações, a situação parece ter melhorias nos anos seguintes, inclusive o aumento das povoações. Por exemplo, no mesmo ano de 1841, Chelmicki e Varnhagen viam que apesar de haver na Ponta do Sol (ilha de Santo Antão) apenas duas casas e algumas choupanas, na Ribeira Grande (antiga Santa Cruz) da mesma ilha as casas eram todas de pedra e barro, e algumas eram rebocadas e caiadas, cobertas em parte com telhas de madeira levadas pelos americanos, mas, contudo, o resto era coberto de folhas de soca⁵⁷⁴. A propósito dos materiais de construção, Lopes de Lima escreve que nas vilas e povoações marítimas até 1844, as madeiras de que se construía o interior das casas, as telhas, as mobílias e as louças eram todas americanas⁵⁷⁵. Recordar-se que nesta altura os principais bens de consumo imediato (e não só) eram introduzidos pelos americanos e inclusive a maioria destes produtos eram de origem americana.

Na vila de Sal-Rei, ilha de Boavista, que em 1812 tinha apenas seis casas e algumas choupanas, em 1841 já tinha havido aumentos significativos⁵⁷⁶. Na vila da Praia, até à chegada do governador João da Matta Chapuzet⁵⁷⁷, em 1823, não havia senão choupanas cobertas de palha,

⁵⁷³ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 64.

⁵⁷⁴ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 18.

⁵⁷⁵ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 108-109.

⁵⁷⁶ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, pp. 16 e 52. Para uma visão mais genérica e de longa duração veja-se António Germano Lima, “Proposta de uma tipologia para o estudo da habitação tradicional da Boavista: século XVI a XIX”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº 28, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, 2008, pp. 267-279.

⁵⁷⁷ Coronel do corpo dos Engenheiros e do Estado Maior do Exército, foi nomeado governador-geral de Cabo Verde em 1822, tomou posse no dia 16 de Fevereiro de 1823. Como governador, fez mudanças significativas nas ilhas de Cabo Verde, principalmente na vila da Praia, tanto nas obras públicas como no apoio aos habitantes com menos recursos materiais. Actuou principalmente no alinhamento de ruas da vila da Praia, construção de casas (do uso público e

algumas com telha e uma única só sem ser térrea. Porém, com as acções deste governador, além do alinhamento de algumas calçadas e ruas, construiu um largo cercado de altas casas, e, na opinião de Chelmicki e Varnhagen só a partir daí é que a Praia deveria ser considerada vila. Em 1841 contava com cerca de 150 casas para 2000 habitantes, exceptuando os edifícios do serviço público como a casa do governador, as igrejas e as alfândegas⁵⁷⁸.

Contudo, as melhorias não eram de forma homogénea em todas as ilhas e localidades. Também na habitação continuavam as clivagens entre o rural e o urbano, de ilha para ilha e de localidade para a localidade. O próprio Lopes de Lima diz que os habitantes dos portos e vilas eram mais civilizados porque as suas casas já eram quase todas cobertas de madeira, telha ou barro. Enquanto que as freguesias da ilha de S. Nicolau eram formadas em geral de casas palhoças sem alinhamento, entre as quais apenas sobressaíam algumas de pedra e telha⁵⁷⁹. Na ilha do Maio, segundo Chelmicki e Varnhagen, havia uma povoação com o nome de vila mas que não merecia a tal categoria porque era “um composto de irregular de cazas abarracadas e de pedra enssosa”⁵⁸⁰.

Quanto aos compartimentos das casas cabo-verdianas pouco se faziam referências. Este elemento da cultura material cabo-verdiana estava mais afastado das visões dos forasteiros. Apenas José Feliciano de Castilho fez menção nos seus “*Artigos de providencia*”, em 1822. Diz o autor que as casas dos cabo-verdianos eram “huns funcos ou buracos, com quatro paredes mal feitos, cobertos de palha, sem repartimento algum, onde todos dormem indifinidamente, a sua cama huma pobre esteira”⁵⁸¹. No período em apreço nem as casas em Portugal tinham sempre as divisões internas. No caso cabo-verdiano, apesar de alguns autores terem feito alguma referência sobre os recheios da casa, não fizeram qualquer alusão às partes da casa como a cozinha, o quarto ou a sala a não ser a sua ausência.

As casas cabo-verdianas, além de sem divisões, de acordo com o Doutor Castilho, tinham pouco recheio. Deste, a maior parte eram objectos relacionados com a cozinha e preparação dos

particular), organização militar. Por motivos de intrigas, foi rendido dezoito meses antes de concluir o triénio no cargo do governador por Caetano Procópio Godinho de Vasconcelos. Todavia mereceu a nomeação dos habitantes para o seu Deputado às Cortes. Cfr AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 72, doc. 17; AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 89, doc. 35, Lisboa, 24 de Março de 1828; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, pp. 231-232.

⁵⁷⁸ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 70.

⁵⁷⁹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 108 e parte II, p. 62.

⁵⁸⁰ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 57.

⁵⁸¹ Vide IAN/TT, *Ministério do Reino. Expediente Geral: Informação dos governadores e magistrados das ilhas adjacentes e ultramar*, Maço 498, Macete 3, *Cabo Verde*, Cx. Nº 621, Nº2, Diversos objectos, “Artigos de providencia, indicados em huma breve memoria de Jose Feliciano de Castilho, relativo á provincia das Ilhas de cabo verde; e cujo os objectos desenrespeito á repartição do Reyno”, 30 de Outubro de 1822.

alimentos⁵⁸². Esta utensilagem doméstica não era muito rica, pois baseava-se nos elementos mais básicos do dia-a-dia do cabo-verdiano.

A esteira com leito de *cancarão* era onde deitavam os cabo-verdianos. Em 1818, um outro objecto relacionado com o lugar de descanso ou onde se dorme, provavelmente colocado sobre as esteiras, foi referenciado por Lucas de Senna – o colchão – era enchido com pêlo de carneiro. Todavia, concluiu o mesmo autor que geralmente quase todos os habitantes dormiam sobre as esteiras⁵⁸³. Nas ilhas fabricava-se colchas para cama e toalhas para as mesas, mas não há referências que indicam que estes produtos eram para o uso interno⁵⁸⁴.

Para uma iluminação, semelhante a de Lisboa, utilizava-se o azeite de purgueira. Segundo Aniceto Ferreira, era muito melhor do que de peixe, pois não tinha fumo nem cheiro⁵⁸⁵. O fruto da purgueira além de servir para produzir o azeite para as luzes, também servia para fazer sabão e purgantes. Ainda com a purgueira fazia-se, em Cabo Verde, uma outra forma de iluminação: limitava-se a enfiar as sementes da mesma nuns pauzinhos delgados, unidos umas às outras de maneira que acendendo a primeira a luz fica continuada até acabarem as sementes⁵⁸⁶.

Havia outros objectos de uso doméstico no quotidiano cabo-verdiano, sobretudo nas confecções dos alimentos, como: panelas (de ferro), pilão, balaio⁵⁸⁷, *binde*⁵⁸⁸, prato, bolins (vasilhas feitas a partir de cabaças), *calamã* (vasilhas também de cabaças rachadas ao meio e que serviam para beber, tirar a água dos potes, transporte de alimentos, etc.), vasos de pau, entre outros. Eram estas peças utilitárias, que segundo João Lopes Filho, “constituíam expressões mais directas da cultura material cabo-verdiana”, pois correspondiam “às suas necessidades, aos seus tipos económicos, aos seus usos e costumes, identificando-se com personalidade étnica de um povo”⁵⁸⁹.

À medida que o tempo avançava no arquipélago, as choupanas e palhoças de pedra e barro, cobertas de palha tendiam a desaparecer para dar lugar às casas construídas à moda europeia, feitas de pedra e cal e cobertas de telha – dando assim um aspecto mais “civil” às habitações dos verdianos. O modelo de construção europeu era cada vez mais valorizado, porém nem todos tinha a

⁵⁸² Para as confecções dos alimentos, cf. *Infra: Contentes e satisfeitos com milho, feijão, mandioca e aguardente...*

⁵⁸³ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 56 e 57.

⁵⁸⁴ Cfr António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 615; J. F. de Castilho, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 119.

⁵⁸⁵ Cfr José António Pinto, *op. cit.*, p. 192; Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 65.

⁵⁸⁶ Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 34.

⁵⁸⁷ Uma espécie de cesto, feito de fibra de tara (ramo) de coqueiro e cana de carriço.

⁵⁸⁸ Eis a definição de binde dada por Lucas de Senna: “há umas como panelas de barro mais larga na boca que em baixo, furadas no fundo, como os nossos assadores, a que eles chamam BINDE, cf. Manuel Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 40.

⁵⁸⁹ Cf. João Lopes Filho, *O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal, 1997, p. 213.

condição de o seguir. Já em 1841, no dizer de Chelmicki e Varnhagen, a melhor casa da ilha de Santiago, que pertencia ao coronel de milícias, Luís Freire d'Andrade, era arranjada à europeia, mas, no entanto havia só mais dois lavradores com casas de semelhantes arranjos⁵⁹⁰.

A par da habitação, o vestuário dos cabo-verdianos não se diferenciava muito das suas rudimentares choupanas e dos seus escassos recheios. Este tinha o valor de protecção, cobrir o corpo e assim tapar a nudez mas também, assim como a habitação, podia ter um valor simbólico, acompanhado das condições socio-económicas de cada um, representando assim uma diferenciação social e o bom gosto. A finalidade do vestuário podia-se resumir particularmente em três aspectos: adorno, protecção e pudor. Todavia, tanto no traje como na habitação expressavam as distinções hierárquicas, riqueza, ocupação e condição social.

Observou Lucas de Senna, em 1818, que o traje dos cabo-verdianos resumia-se aos “indecentes panos de que usam as mulheres, e os homens estarem aferrados ao uso do fato velho, e andarem sempre esfrangalhados e quase nus”⁵⁹¹. Este modo de vestir ou ausência do vestuário confirmava uma imagem “quase selvagem” ou semi-civilizada e africanizada do cabo-verdiano.

Os panos de algodão eram fabricados nas ilhas, além de constituir uma importante moeda para o comércio na costa também era a principal peça do traje cabo-verdiano, sobretudo para as mulheres⁵⁹². O algodão era muito apreciado nas ilhas, principalmente para o fabrico de panos, mas estes, do ponto de vista simbólico, como vestuário dos cabo-verdianos, indicava um comportamento incivil: desvalorizado e africanizado.

No início do século XIX, escreve Aniceto António Ferreira que na ilha de Boavista tecia-se umas faixas de algodão da largura de um palmo que se aplicavam para o vestuário, tanto de homens, como de mulheres⁵⁹³ e, segundo Feijó, este era a “única vestia” das cabo-verdianas, ainda que imperfeito⁵⁹⁴. Representa Lucas de Senna, em 1818 que, toda a plebe não usava senão os ditos panos, fabricados por eles próprios, por “costume antiquíssimo” que parecia herdar do gentilismo dos seus ascendentes⁵⁹⁵. Apesar do pano servir para cobrir o corpo, embelezar e até marcar a diferença social e economicamente, aos olhos dos forasteiros era um vestuário simples, fabricado pelos próprios e que os assemelhava aos gentios africanos.

⁵⁹⁰ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 154.

⁵⁹¹ Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 56.

⁵⁹² Sobre a panaria nas ilhas e os seus aspectos históricos, económicos sócio-culturais e cultural veja-se António Carreira, *Panaria cabo-verdiano-guineense: aspectos históricos e sócio-económicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1968.

⁵⁹³ Vide Aniceto António Ferreira, “*Principais objectos que se devem realizar [...]*”, *op. cit.*, p. 50.

⁵⁹⁴ Vide João da Silva Feijó, “*Ensaio Político [...]*”, *op. cit.*, p. 8.

⁵⁹⁵ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 65.

No entanto, assim como habitação, o traje cabo-verdiano parecia conhecer uma lenta evolução durante o período em apreço, adaptando-se cada vez mais aos modelos europeus quando podiam. Cada vez mais os homens e as mulheres usavam os “fatos velhos” – roupas usadas que trocavam com os seus produtos com os estrangeiros que aportavam às ilhas. Porém o acesso aos mesmos era limitado, isto é, nem todos conseguiam estes “fatos”. Enquanto o pano estava mais ao alcance de todos. Normalmente, estes “fatos”, quando para homens eram compostos, no dizer de Feijó de: uma casaca, um colete, um “calção velho”, um “chapéu roto” e uma “camisa remendada”, “cujo vilíssimo e pernicioso uso irrisório aos mesmos estrangeiros” ia arreigar-se de tal sorte que jamais se extinguiriam do comércio das ilhas⁵⁹⁶.

Segundo o ex-Feitor da Fazenda Real, José António Pinto, esses “fatos velhos”, que mais pareciam “trapos velhos” eram dos hospitais e enxovias, produzidos pelo mesmo país mas levados por todas as que frequentavam o arquipélago. Por isso, punham em risco a saúde pública dos isulanos⁵⁹⁷. Além da única origem e a possibilidade que estes “fatos” tinham de transmitir doenças aos cabo-verdianos, na época em apreço, constituía um dos principais artigos do comércio com as ilhas porque segundo os forasteiros, eram muito procurados pelos cabo-verdianos. Todavia, Lopes de Lima diz que em 1844 já não eram muito comerciados nas ilhas⁵⁹⁸.

A partir da segunda década do século XIX o simples pano parecia servir mais para o uso doméstico que para as outras ocasiões mais especiais. Segundo Chelmicki e Varnhagen, na ilha de S. Nicolau, o D. Frei Cristóvão de S. Boaventura (1786-1798) “induziu as mulheres a vestirem saia e deixar o pano à moda da Guiné”⁵⁹⁹. Por outro lado, os cabo-verdianos em geral continuavam “aproveitando-se somente das migalhas dos outros; que é comprar o fato velho para vestir principalmente os homens [...]; e os oficiais mandam a terra as suas alfaias mais usadas para lhe trazerem”. Na verdade, segundo Lucas de Senna, este era o único vestuário dos cabo-verdianos e, sem ter o outro, vestiam-no e nunca mais o despiam “até cair aos pedaços”, de maneira que mais pareciam os “espantalhos de figueira” do que homens⁶⁰⁰.

Começava-se a verificar as categorias “roupas de casa” e “roupas de saída”. As primeiras, quando havia, eram normalmente para o uso doméstico e as segundas serviam para os dias de festas. Lucas de Senna, em 1818, observava que as mulheres levavam em cima de si 5 ou 6 panos, fazendo com que o traje só em panos chegasse a importar 90 a 100 mil réis. Segundo o mesmo autor, com

⁵⁹⁶ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁹⁷ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, p. 190.

⁵⁹⁸ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 44.

⁵⁹⁹ J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 189.

⁶⁰⁰ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 63-64.

esta importância dava para fazer um “vestido rico”, e com este vestido as mulheres pareciam “gente”, mas com aqueles panos amontoados pareciam “monas ataviadas”⁶⁰¹. Aos olhos dos forasteiros apesar da importância econômica do traje (das mulheres neste caso) ser elevada não era reconhecido como um vestuário decente, simbolicamente inferior. Era preciso seguir o modelo de “vestido” à moda europeia para ser considerado decente e parecer com gente e ser mais civil.

O vestir tem um ritual, e os cabo-verdianos não fugiam à regra. Sobre a forma como se usavam os panos e outros acessórios, para o período em estudo, apenas se tem a observação de Lucas de Senna, escrita em 1818. Segundo o mesmo, o modo de as mulheres se ataviarem com os panos era enrolando um em cintura que lhe chegava aos artelhos, dando uma só volta lhe ficava uma ponta por cima da outra, assim como os mantéus das aldeãs portuguesas, mas destas eram atados e segurados com ourelos. As mulheres cabo-verdianas não atavam os panos, seguravam a ponta de baixo e apertavam a de cima e depois a entalavam na outra, “ficando por consequência pronto a soltar-se e ficarem descompostas, o que lhe sucederiam muitas vezes se não tivessem o cuidado de andar sempre a apertar nele”⁶⁰². Usavam vários panos de uma só vez (o que formava um vestido caro). Sobre o primeiro, punham “tantos quantos têm ou querem mostrar a sua riqueza”: vestia-se uma “fina e excelente camisa, em que muito se esmeram”, cobria-se o corpo com outro pano que punham “indiferentemente, ou embrulhando-se nele, ou traçando-o do ombro para baixo do braço”. Não cobriam a cabeça, mas enrolavam nela um lenço de cor dobrado, como quem o queria pôr no pescoço e, por isso, ficava no alto uma espécie de Coroa. Concluiu o autor que, este era o uso geral. Mas as mesmas senhoras, em suas casas, não usavam de outro traje e só quando saíam é que se vestiam como gente⁶⁰³.

Os vadios do interior da ilha de Santiago que em 1784 tinham, segundo o *Anónimo*, apenas uma única véstia e um só calção; segundo uma leitura feita em 1841, por Chelmicki e Varnhagen, a partir de uma gravura de “um preto livre e uma crioula” que iam ao “mercado diário” ou o que lá chamavam “feira” apresentavam mudanças significativas: o primeiro usava uma jaqueta e calças de algodão e chapéu, contudo, andava descalço com uma espora. Já a “crioula” trazia por cima do vestido um pano de algodão do tecido do país que, deitado em cima dos ombros “com muita graça, fazia um efeito pitoresco”. Os autores acrescentam que nos enterros e semelhantes circunstâncias aquelas usavam saias e panos escuros azuis, quase preto, e que este traje não diferenciava das outras

⁶⁰¹ Cf. idem, *ibidem*, p. 66.

⁶⁰² Idem, *ibidem*.

⁶⁰³ Idem, *ibidem*.

ilhas. Concluíram que nas reuniões e partidas apareciam, todavia, as senhoras com todas “as elegâncias e modas da Europa”, e muitas iam-se deixando o “elegante pano”⁶⁰⁴.

Inspirado em Lucas de Senna e Chelmicki e Varnhagen, Lopes de Lima descreve, em 1844 que os vestuários dos homens cabo-verdianos consistiam de ordinário numa camisa, umas calças de riscado azul de algodão grosso e um chapéu feito por eles mesmos e, os que podiam, uma jaleca de *bergantil* (zuarde azul) ou de pano. As mulheres vestiam uma camisa afogada de algodão cru com mangas ao punho e uma saia. O autor afirma ainda que havia poucos anos atrás as mulheres em vez de saia usavam um pano apertado à cintura. Admite que “ainda nos sítios remotos se topam algumas com este vestuário”, isto é, os panos de algodão ataviadas à cintura⁶⁰⁵.

Quanto ao calçado, geralmente era muito pouco usado entre os cabo-verdianos. A maioria da população andava descalça. Em 1810, António Pusich escreve que o curtume das peles de cabra lhes servia para o calçado, porém, pouco usado entre eles, particularmente, entre as mulheres, que quase sempre andavam descalças⁶⁰⁶. Lopes de Lima diz, em 1844, que homens e mulheres do povo do interior andavam habitualmente descalços, todavia, os habitantes dos portos e vilas eram “mais civilizados” porque tanto os homens como as mulheres andavam geralmente de sapatos e bem vestidos. As *Nhanhás* trajavam à moda europeia mas sem grande requinte, usando mais dos seus panos ricos que dos seus xailes, e cobrindo antes a cabeça com um lenço do que com uma touca⁶⁰⁷. Os panos continuavam a fazer parte do vestuário quotidiano daquelas mulheres e, mais uma vez, com as diferenças significativas entre as mulheres do “meio rural” e “meio urbano”.

Complementar ao vestuário apareciam os adornos, ornamentos e aparatos. Os cabo-verdianos, juntamente com “fatos velhos” compravam quinquilharias e alfaias. Aqueles eram pobres mas vaidosos, principalmente quando era para marcar a diferença social: os que tinham e os que não tinham. Segundo os forasteiros, preocupavam-se muito com o luxo, mesmo sem ter o que comer. Em 1818, Lucas de Senna escreve que em cima do pano as mulheres punham tudo aquilo que tinham ou queriam mostrar, além do lenço amarelo ou escarlate com que enfeitavam a cabeça “com muita arte e pertença, em forma de toucado alto”. Segundo Chelmicki e Varnhagen, em 1841, os cabo-verdianos gostavam muito de colares e anéis, principalmente as mulheres. Nas grandes ocasiões todas traziam ao pescoço corais, contas ou grilhões de ouro e também uma figa “por causa do feitiço”. Lopes de Lima acrescenta que adornavam as orelhas com brincos, o pescoço com corais

⁶⁰⁴ Cfr J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 333; AHU, *Cabo Verde, Coleção de Iconografia*, ICONi_024_D, D.131 (séculos XVIII e XIX).

⁶⁰⁵ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 107.

⁶⁰⁶ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 615.

⁶⁰⁷ Vide J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 107-108.

e contas, e nos dedos anéis (se podiam); cobriam o seio com um pano daqueles que se fabricavam na terra, lançado sobre os ombros e às vezes sobraçado de um lado. Para ornar o cabelo usavam o óleo extraído de mandioca⁶⁰⁸.

Na forma de vestir, os cabo-verdianos tentaram adaptar entre panos de algodão e “fatos velhos” ao clima das ilhas e às suas condições sócio-económicas. Estas adaptações aos olhos de forasteiros não obedeciam os padrões estéticos europeus tornando-se alvo de crítica e alimentando a proximidade dos cabo-verdianos com os negros africanos da costa. A pouca roupa ou um outro tipo de indumentária, trajado ao modo cabo-verdiano por vezes parecia nudez ou indecência aos olhos daqueles cuja classificação dos valores morais e materiais obedeciam a um outro padrão civilizacional. A elegância estava no uso (“correcto”) do traje e adornos europeus. No mundo cabo-verdiano, apesar da integração e adaptação dos elementos dos dois continentes, o traje europeu foi sempre mais valorizado por questões de estatuto e privilégio social e económico.

3.2.2. Contentes e satisfeitos com milho, feijão, mandioca e aguardente...

“Satisfeitos com um pouco de milho, feijão, alguma mandioca, e aguardente que tiram das suas canas, com pouca porção de carne das cabras, e com o leite delas [...] desprezam tudo o mais, que os poderia fazer felizes”⁶⁰⁹. Eram estas as características da dieta alimentar dos cabo-verdianos, representada por João da Silva Feijó, em 1797. Uma dieta simples, sem nenhuma técnica e com poucas variedades no pensar deste europeu.

O comer é uma das necessidades primárias do ser humano, pois é indispensável para a sua sobrevivência. A forma como a alimentação é produzida, adquirida, confeccionada e, finalmente, consumida manifestam representações simbólicas e rituais que caracterizam, individualizam e hierarquizam um povo ou grupo social. Um homem ou um grupo social define-se por aquilo que come⁶¹⁰. As particularidades da alimentação materializam-se na cultura de um indivíduo, de um grupo social ou de um povo e conseqüentemente torna-se num dos mais importantes marcadores da sua identidade e estabelece uma hierarquia e diferenciação social.

Sobre as ilhas de Cabo Verde em particular, os elementos apresentados acima por Feijó constituíam os principais componentes do regime alimentar dos cabo-verdianos representados por

⁶⁰⁸ Cfr. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 66; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 333; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 107.

⁶⁰⁹ João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 8.

⁶¹⁰ A alimentação, na concepção de Fernand Braudel, constitui um dos grandes critérios da vida material. Testemunha o estatuto social, a civilização e a cultura que o rodeiam; cf. Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: As estruturas do quotidiano*, Lisboa, Teorema, 1992, p. 81.

forasteiros na época em apreço, e, por isso, segundo os mesmos, estes mereciam os maiores cuidados por parte dos habitantes, embora com pequenas alterações de ilha para ilha e de localidade para localidade, principalmente pela sua ordem de preferência e condições climatéricas. Mesmo a qualidade dos próprios produtos também eram diferentes de ilha para ilha. Convém referir que o consumo dos habitantes do arquipélago ia para além das produções dos habitantes e das ilhas. Nem tudo o que produziam era para o consumo interno e nem tudo o que consumiam eram produzidos internamente.

No período em apreço era o milho o principal sustento dos cabo-verdianos. Dele se comia em várias formas e fazia-se variedades de pratos como a *cachupa*, o *xerém*, o cuscuz. Portanto, pode-se concluir de antemão que os habitantes preparavam os alimentos antes de serem consumidos. Lucas de Senna tem representado na sua *Dissertação* de 1818 o modo como os cabo-verdianos faziam cada um dos seus pratos numa descrição tão minuciosa que parece uma receita culinária, aliás, no próprio título o autor diz “modo de fazer”. Os autores seguintes pouco ou nada acrescentaram de novo a esse respeito. Foi o caso de Chelmicki e Varnhagen (1841) e Lopes de Lima (1844) que basearam especificamente na *Dissertação*, muitas vezes copiando textualmente e por vezes com interpretações erradas.

O primeiro uso que se fazia do milho, segundo Lucas de Senna, era logo quando a maçaroca começava a granizar, apanhavam-na e comiam-na crua, cozida ou assada, ou ainda com leite dormido⁶¹¹. O segundo uso, conforme o mesmo autor, era “bem estranho”, pois:

“depois do milho sêco deitam-no em um pilão e depois de borrifado com água fria vão-lhe dando com pilador a fim de o descascar ou tirar-lhe aquela tez que o cobre (esta operação é a mesma que descascar arroz, cacau, etc. à qual eles chamam CUCHIR) (sic), depois deita-se de molho por espaço de doze horas (quando o milho ainda é novo ou não está bem feito não é necessário borrifá-lo antes de CUCHIR nem deitá-lo depois de molho), passado este intervalo torna outra vez ao pilão e então é que toca a amachucar nele; para extrair desta operação cinco coisas, as quais são: o farelo, a CACHUPA, o XERÉM, o ROLÃO e, por fim, a farinha; vai ao pilão as vezes que é necessário conforme a maior quantidade de farinha e menor da CACHUPA ou maior desta ou menos daquela”⁶¹².

A forma de extrair estes elementos a partir do milho era por meio de um pilão e um balaio. No balaio punha-se o milho já traçado no pilão e nele o vão bandejando (TENTER⁶¹³ segundo os cabo-verdianos), tirando de parte primeiro o farelo, depois o mais grosso que era para a *cachupa*, o

⁶¹¹ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 39. O mesmo autor definiu o “leite dormido” como: leite que se deixava de um dia para o outro ou mais, mantido num *bolins* dos quais nunca lavavam.

⁶¹² Idem, *ibidem*.

⁶¹³ Do português tentar.

imediatamente tirava-se o XERÉM, seguido pelo ROLÃO e por último a farinha, e isto tudo fazia-se tentando num balaio e “tirando tudo à mão com muita delicadeza”⁶¹⁴.

Além destas extracções curiosas aos olhos de Lucas de Senna, este também viu como os cabo-verdianos usavam destes estratos do milho para comer. Segundo o mesmo autor, o xerém era o principal prato. Era cozido com algumas ervas e depois comido com leite dormido. Também era o “melhor guisado para os mais ricos”. No entanto, os mais pobres só o cozinhavam com água e sal e comiam-no, também, com leite dormido. O xerém também era cozinhado em caldo de carne ou peixe, o que Lucas de Senna achava “muito bom”. Em algumas casas particulares se fazia “uma espécie de sopa”, como se fazia do arroz [em Portugal?], que servia de “caldo aos doentes”. Um outro prato feito a partir do milho era o rolão, que para os ricos era um comer muito ordinário, contudo, fazia-se dele os mesmos guisados que serviam para a alimentação dos escravos e para os mais pobres. A farinha, o mais importante do milho para os cabo-verdianos, além de comida desfeita em água, fazia-se dela o cuscuz e a *batanga* ou *cufongo*. O cuscuz fazia-se numa panela de ferro de boca mais larga do que a base, dentro da qual cabia o binde. Na panela metia-se a água a ferver e no binde metia-se a farinha ainda húmida tirada do pilador. O binde não deveria chegar à água na panela. A ebulição da água fazia com que a farinha no binde se coza, cresça e se una depois de atingir o ponto. Tirava-se do binde e deitavam aquela massa num prato. Ficava com a figura de um “cone truncado” e cortavam a massa em talhadas para comer. Segundo o autor, quente era muito bom, mas deixado esfriar embatucava e custava comer⁶¹⁵. Em 1844, Lopes de Lima diz, que punha-se [o que sobrava] num pano a secar ao sol e dava para uma semana⁶¹⁶. Observou ainda Lucas de Senna, também, como se fazia *batanga* ou *cufongo*, um outro manjar cabo-verdiano feito a partir do milho. Amassava-se a farinha, como pão, e depois de levedada cortava-se em pequenas porções e nas mãos batiam, espalmavam e arredondava como um bolo; punha-se estes bolos no borrarho ou sobre grelhas em cima de um braseiro ou uma pedra de ladrilho em brasa e ali se cozinhavam/assavam. Segundo o mesmo autor, quando bons e de boa farinha, eram bons com manteiga ou azeite, porém, quando frios, só mesmo os cabo-verdianos os podiam comer⁶¹⁷.

Nota-se que a par do milho, aparecia o leite, também muito importante na dieta alimentar cabo-verdiana. Dormido era a preferência pela excelência dos cabo-verdianos. Segundo Lopes de Lima, consideravam que fresco era nocivo. Este mesmo autor diz também que às vezes os insulanos

⁶¹⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 39-40.

⁶¹⁵ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 40-41.

⁶¹⁶ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p 106.

⁶¹⁷ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 40.

cozinham com “leite azedo”⁶¹⁸, o que não deixa de ser um erro na interpretação do que diz Lucas de Senna em 1818. O leite quer dormido, quer fresco, servia para acompanhar os manjares depois de preparados. Segundo Lucas de Senna, faltando o leite dormido aos cabo-verdianos, faltava-lhes tudo⁶¹⁹, porque com o leite comia-se mandioca, *cufongo*, cuscuz, xerém, tanto os ricos como os pobres. Do leite também se extraía manteiga – do de cabra e de ovelha em particular, extraía-se o queijo fresco.

O feijão, que com tanta abundância dava a terra, era um outro elemento importante no regime alimentar cabo-verdiano. Nas ilhas distinguia-se três espécies: o bonjinha⁶²⁰, o bonje e o bongolom. O primeiro, segundo Lucas de Senna, ficava todos os anos sobre a terra e renasce anos após anos quando chovia, sem nunca ser semeado. Porém, cozido para comer não era bom, porque a casca ficava sempre dura e só cozia o miolo. O bonje era o mais apreciado pelos “ricos do país” mas, segundo o paladar de Lucas de Senna, não era do melhor porque ao cozer desfazia-se ficando todo em cascabulho. Era todo branco e de tamanho e semelhança ao da Holanda e tinha alguma mistura do *rajado*. Havia outro mais pequeno e redondo, misturado de mulatinho ou preto, *rajado* e amarela. O bongolom assemelhava ao feijão-frade [português], mas era cor do café e era “mais gostoso”, porém era o que havia menos. Segundo o autor, nenhum destes feijões dava para comer a vagem – dava um prato esquisito porque ficava sempre dura, assemelhando-se à vagem de ervilha, “o que era chata”⁶²¹.

A mandioca era o elemento mais apreciado e mais valorizado na dieta cabo-verdiana, segundo os autores da época. Este era o “único [produto] que sabiam conservar e o mais útil de todos”, pois constituíam um género da primeira necessidade, assim como milho e feijão, e era o mais adequado para suprir as faltas destes últimos⁶²². No arquipélago comia-se mandioca em várias formas: cozida, assada, guisada, feita farinha e goma.

Relata o ex-Feitor da Fazenda Real, José António Pinto, por volta de 1806, que da estaca que plantavam produzia a mandioca, e desta se fazia “farinha de pau” num seguinte processo: depois de tirar a casca

“rala-se em uma roda, estende-se depois ao sol sobre o corame de bois pelo espaço de um dia, devendo-se-lhe tirar a goma, vai esta farinha a uma presa aonde é espremida e cuja

⁶¹⁸ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p 107.

⁶¹⁹ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 56.

⁶²⁰ Este quando seco, corresponde ao feijão pedra.

⁶²¹ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 43-44.

⁶²² Cfr José António Pinto, *op. cit.*, p. 180; Aniceto António Ferreira, “*Principais objectos que se devem realizar [...]*”, *op. cit.*, p. 59; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 45.

água posta em grandes vasos de pau, se deixa por espaço de três dias exposta ao sol que a coalha e dali se reduz a goma.

Ora, o bagoço que sai de prensa vai a um forno de cobre a torrar e sendo ao mesmo passo mexida por tempo de meia hora se desvia o lume ficando perfeita farinha”⁶²³.

Neste processo da redução da mandioca à farinha, tirava-se um outro elemento importante que era a goma. As observações de Lucas de Senna a este respeito parecem mais esclarecedoras e mais interessantes. O autor explica desde a sua forma de produção até ao produto pronto a consumir. Segundo este autor, existiam nas ilhas dois de tipos mandioca: de regadio e de sequeiro. Deste último havia em maior quantidade mas qualidade inferior ao primeiro, contudo, propício para fazer farinha [de pau] como relatou o ex-Feitor.

Da mandioca do regadio, a melhor qualidade, fazia-se um outro tipo de farinha de que se fazia cuscuz. Esbrugavam-na e cortavam-na aos bocadinhos e estes eram expostos ao sol; depois de bem seco eram pilados, como milho, e reduzidos tudo a farinha. A esta farinha, segundo Aniceto António Ferreira, chamavam-se-lhe *tapioca*⁶²⁴. O cuscuz desta farinha torrava-se ao forno e vendia-se aos navios que serviam-no como biscoito nas viagens marítimas. Também era deste tipo de mandioca que se extraía a goma, segundo Lucas de Senna, melhor que a do Brasil⁶²⁵. A mandioca também era comida guisada com carne.

Sendo o milho, o feijão, a mandioca, o leite dormido, os principais sustentos dos cabo-verdianos, no período em apreço, nem sempre tinham condimentos para “adubar” os manjares feitos a partir destes elementos. Todavia, os mais representativos eram abóbora (de vários tipos), a carne de cabra, de ovelha, a galinha (doméstica e do mato) e a tartaruga, porém em poucas quantidades porque apesar de criarem muito gado, principalmente caprino e bovino, eram sobretudo para extrair leite e vender o gado vivo. Segundo Pusich, em 1810, a carne só se comia nos dias de festa⁶²⁶. Também havia algum arroz mas era para os “mais ricos” e, mesmo assim, nem fazia parte do seu uso diário.

O peixe era bastante nas ilhas, mas os cabo-verdianos, segundo os forasteiros, só pescavam quando se sentiam mesmo a necessidade. Não o comiam não porque não gostavam mas sim porque não o pescavam⁶²⁷. Todavia, em 1841, segundo Chelmicki e Varnhagen, os habitantes da ilha de Boavista nutriam-se em maior parte do peixe e leite, obtendo alguns géneros como a farinha e

⁶²³ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, pp. 180-181.

⁶²⁴ Cf. Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 64.

⁶²⁵ Cfr Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 45-46; Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 64.

⁶²⁶ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 616.

⁶²⁷ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 9; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 59.

bolacha que vinham de fora. Na mesma ilha também se consumia alguma batata-doce, mas faltava lenha para o cozimento dos alimentos e, por isso, os habitantes cozinhavam com “bosta de boi”⁶²⁸.

Em 1784 diz o *Anónimo* que o sustento dos habitantes da ilha de S. Antão era o milho, feijão e abóboras, mas que não havia manteiga nem sal e a maior parte da plebe temperava a comida com a água do mar⁶²⁹. Parece caricato um país que estava nas rotas dos maiores e melhores exportadores do sal do mundo ter habitantes com falta do mesmo produto a ponto de temperar a comida com a água do mar. Isto reflectia a má distribuição interna dos produtos, também resultado das deficientes ligações entre as ilhas. Cerca de vinte anos depois o ex-Feitor da Fazenda Real relata que na ilha de Santiago o feijão era adubado com manteiga de vaca que era bastante na ilha de Santiago⁶³⁰. Mesmo depois de todo esse tempo não parece que esta a abundância era generalizada em todo o arquipélago. Ainda sobre a questão dos condimentos, em 1810, Pusich diz que os habitantes das ilhas preparavam o seu milho, feijão e abóbora, seus principais nutrimentos, mas sem outro tempero que um pouco de sal e quase de “regolado” mandioca e banana⁶³¹.

Nas situações de fomes, houve frequentes casos antropofagia nas ilhas de Cabo Verde mas a carne humana não fazia parte da sua dieta alimentar.

Os frutos e hortaliças também abundavam as ilhas mas não faziam parte do regime alimentício cabo-verdiano. Destes, para os cabo-verdianos, apenas tinha mais importância a banana, principalmente nas ilhas de S. Nicolau e Santo Antão, que além de a comerem maduro, também se faziam guisado quando ainda verde. O coco, de que se extraía, além do fruto e a água, o azeite e ainda se fazia doce⁶³². Obtinham os *molhados* do exterior⁶³³, mas o acesso destes era de uma pequena parte da população, e poucos faziam parte do quotidiano dos habitantes. Ligeiras diferenças categorizavam os habitantes dos litorais e dos interiores quanto ao acesso e uso destes produtos.

Quanto às bebidas, não havia grandes variedades no arquipélago mas o consumo de bebidas alcoólicas eram excessivos, segundo as representações forasteiras. Pusich escreve que a bebida ordinária nas ilhas era a água, mas que para ter “agoardente, vinho ou qualquer licor espirituoso, o procuram com avidez, compram a todo o custo e se entregam a estas bebidas a todo o excesso”⁶³⁴. Aos olhos de forasteiros, os cabo-verdianos eram muito dados à aguardente e isso justificava o “seu

⁶²⁸ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, pp. 50 e 53.

⁶²⁹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 35.

⁶³⁰ Vide José António Pinto, *op. cit.*, p. 177.

⁶³¹ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 616.

⁶³² Vide Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, pp. 64-65.

⁶³³ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, pp. 180 e 190

⁶³⁴ António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 616.

amor e dedicação” que tinham ao cultivo da cana-de-açúcar da qual extraíam aguardente⁶³⁵. Eram “como todos os africanos, gostam de se espiritualizar com bebidas – e este é o motivo que tanto afeiçoa-os a cultivar a cana com mira de extrair aguardente, de que a maior parte se consome no país”⁶³⁶. Lucas de Senna classificava a aguardente cabo-verdiana como o mais gostoso que podia haver mas chegou à conclusão que eram os naturais os melhores em bebê-la, tanto homens como mulheres⁶³⁷. Também no arquipélago consumiam vinho que produziam localmente mas aos olhos dos forasteiros era de fraca quantidade e de qualidade que só se podia beber nas ilhas, por isso era designado por *mijarela*.

O apego e o uso excessivo de aguardente dos cabo-verdianos marcam os discursos dos forasteiros. Os cabo-verdianos também “pecavam” pelo excesso – a gula – não só na comida como também nas bebidas, principalmente, nas festas e mortes, onde se verificava muita fartura, tanto da comida como da bebida. O excesso era cometido por todos: tanto homens como mulheres, de todos os grupos sociais. Nestas reuniões confeccionava-se os mais diversos manjares que eram acompanhados “com muita aguardente”. Contudo, era uma fartura temporária, pois nem todos os dias eram dias de festa e nem todos os dias morria gente para ter banquete.

Alguns dos manjares cabo-verdianos pareciam ótimos ao paladar de forasteiros, ou pelos menos de alguns como Lucas de Senna que considerava o *batanga* ou *cufongo* com manteiga ou azeite “bons”, ou então “muito bom” o xerém em caldo de carne ou peixe, e no caso da bebida, o “gostoso aguardente”, tudo leva a crer que os manjares cabo-verdianos não eram só para os cabo-verdianos mas sim em muitos casos também para os visitantes.

Todavia, o regime alimentar cabo-verdiano não deixava de considerado pelos forasteiros com pobre e cheio de deficiências, tanto pelo excesso, como carência e pouca variedade. As conotações simbólicas inferiorizavam um padrão alimentar que não era europeu. Ao olhar tipicamente europeu, de uma dieta alimentar mediterrânica, faltava pão à mesa cabo-verdiana, que era substituído pelo milho e mandioca, nas formas de cuscuz e *batanga* ou *cufongo*, entre outros. Mas será que para os cabo-verdianos, nas ilhas, o milho e a mandioca estava a substituir o pão? Ou era na Europa que o pão substituíria o milho e a mandioca? Para os mesmos olhares, o vinho era péssimo e o azeite e a manteiga havia pouco e poucos tinham acesso. Com os alimentos pouco adubados, não comiam fruta nem hortaliça e ainda bebiam muita aguardente. Dos poucos alimentos que tinham não guardavam para os dias seguintes, consumiam logo tudo o que tinham.

⁶³⁵ Cfr José António Pinto, *op. cit.*, p. 177; António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 616; Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, pp. 64-65.

⁶³⁶ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 107.

⁶³⁷ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 49.

Esta dieta alimentar seguida ou obrigada a seguir – porque nem sempre era questão de gosto ou paladar (devido aos condicionalismos geo-ecológicos e económicos) – teria supostamente implicações no estado físico e moral dos cabo-verdianos. António Pusich considerava que os seus alimentos eram de pouca substância, pouco saudáveis e tendiam a podridão de humores, visivelmente pelas lombrigas que criavam e que matavam grande número da população que não resistia nem a uma febre ou “pequeno abalo da saúde”⁶³⁸. Segundo as representações, a debilidade dos cabo-verdianos deviam-se em parte a uma alimentação pobre e desregrada, onde faltavam quase todos os elementos essenciais.

Concluiu Lucas de Senna, em 1818, que: “acomodando-se para o seu sustento diário e permanente, [...], com uma simples mandioca, uma maçaroca de milho assado, com um cufango, em talhada de cuscuz, isto com uma garrafa de leite azedo, ou dormido, como eles chamam, e com frugal alimento vivem contentes e satisfeitos. Por consequência, *escanifrados* com este simples comer, supõem-se inábeis, e faltos de ânimo para a defesa do seu próprio país”. Enfim, continua o autor que “aonde falta alimento natural e substancial, falta toda a acção e vigor a todos os membros do corpo. Aonde falta a coragem e o valor, falta a energia; e aonde falta toda a educação, instrução, e civilização, falta o comércio, a sociedade entre os homens”⁶³⁹.

Apesar das influências dos dois grupos culturais, o regime alimentar cabo-verdiano – o que se comia e o que não se comia, a preparação do que se comia e como se comia – foi fruto da combinação, integração e adaptação perante os condicionalismos geográficos, climatéricos e sócio-económicos, das plantas e animais introduzidas nas ilhas, produções, formas de produções e relações de trocas dos insulanos com outros homens e espaços – constituíram numa expressão da cultura material cabo-verdiana, com implicações profundas na construção e demarcação da identidade do cabo-verdiana.

3.3. A Desvalorização das formas de produção e de trabalho

3.3.1. Ociosos, indolentes e sem ambição

“Este povo, cheio de preguiças e inacção, nascido em um país abundante de gados e mantimentos, cuidam muito pouco da sua criação, concorrendo desta sorte para a sua mesma indigência, *padecendo ainda mais em tempo em que por falta de chuvas são aquelas terras tão*

⁶³⁸ Cfr António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 616; *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 36.

⁶³⁹ Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 105.

infrutíferas”(sic)⁶⁴⁰. Assim eram representados, por volta de 1806, por ex-Feitor da Fazenda Real José António Pinto, os habitantes da ilha que Santiago, mas de olhos fitos nos habitantes de todo o arquipélago.

O discurso predominante do período em apreço representava os cabo-verdianos como ociosos, indolentes e de poucas ambições, porque não gostavam de trabalhar e estavam satisfeitos com o pouco que a “terra generosa” lhes dava, ainda que com pouco trabalho. Produziam somente para auto-consumo e mesmo assim às vezes nem chegava. Acrescentando à actividade agro-pecuária, tinham alguma actividade transformadora, que não chegava a ser indústria, e pouco comércio. Além de poucas produções de bens materiais que geravam e acumulavam a riqueza, também eram pouco dados às actividades intelectuais. Esta visão estava de acordo com o Iluminismo Católico, não só porque consideravam o cabo-verdiano descendente de africanos mas porque esta era imagem se associavam ao negro.

Segundo o *Anónimo*, em 1784, todos os naturais da ilha de Santiago eram dados totalmente à ociosidade e, por isso, os pretos livres com muitas propriedades chamados vadios passavam com pouco trabalho porque o país dava muito mantimento. Os mesmos tinham uma única véstia e não aspiravam querer mais, pois, passavam a maior parte do tempo sem trabalhar, nem cuidar em aprender ofício algum com que possam adquirir alguma coisa⁶⁴¹.

Inspirado no *Anónimo*, escreveu Feijó em 1797, que os vadios estavam habituados a uma vida mole, livre e insociável, onde podiam possuir tudo com abundância e, ocupados unicamente com as suas culturas das canas pelo, interesse do aguardente, desprezavam outra qualquer que não seja mandioca e arroz para as suas mesas e, no tempo das águas, milho e feijão, que supõe bastante para o sustento da sua família particular naquele ano, donde nasciam e viviam todos na maior mediocridade imaginável⁶⁴².

Nas ilhas carecia a mão-de-obra, ainda que fosse paga. Os vadios não se sujeitavam ao “trabalho alheio”. Não havia jornaleiros e por isso a produção tornava-se mais cara porque quase tudo era feito pelos escravos cuja extinção era cada vez mais acentuada⁶⁴³. Segundo o *Anónimo*, todos os que eram forros não queriam trabalhar, nem servir o jornal. Só chegavam a o fazer quando estavam apertados de fome e quando já não podiam com a sua própria pessoa⁶⁴⁴. Situação semelhante foi verificada por ex-Feitor José António Pinto. O autor escreve por volta de 1806 que

⁶⁴⁰ José António Pinto, *op. cit.*, p. 177.

⁶⁴¹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27.

⁶⁴² Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 11.

⁶⁴³ Cf. *idem*, *ibidem*.

⁶⁴⁴ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 28.

apesar dos naturais serem favorecidos do clima, nas ilhas não havia um só indivíduo que se sujeitava a servir, pois em nada jamais eram úteis a ninguém, nem si mesmos⁶⁴⁵.

Na sequência do povoamento da ilha de S. Vicente, em 1841, Chelmicki e Varnhagen diziam que os habitantes da província de Cabo Verde em geral eram “inertes, moles e incapazes de trabalhos violentos” e que, por isso, para dar continuidade ao povoamento da dita ilha, “seria muito bom virem das ilhas dos Açores 40 casais”⁶⁴⁶. Ficou dito atrás que, a povoação de S. Vicente foi criada a para superar a das outras ilhas, isto é, criar uma sociedade civil que não foi possível criar nas outras ilhas. Era necessário “corrigir”, desde o povoamento, os “erros” cometidos com as outras ilhas.

A agricultura era principal actividade económica e principal meio de riqueza em Cabo Verde, com era característico da época. Segundo Feijó, a terra era susceptível a todo o tipo de produto mas os cabo-verdianos estavam satisfeitos com um pouco de milho, feijão, alguma mandioca e aguardente que tiram sem muito trabalho das suas canas⁶⁴⁷. Em 1818, Lucas de Senna fez uma representação muito semelhante ao de Feijó. Diz o autor que a terra era grata, fértil, e abundante em todas as produções do que lhes semeiam, porém eles se contentavam somente com o milho, a mandioca e algumas minorias mais⁶⁴⁸. Apesar do clima das ilhas era tido como péssimo, por outro lado a terra era tida como grata. No entanto, parecia que os ingratos eram os cabo-verdianos que não sabiam tirar o partido da generosidade dela. Na opinião de João da Silva Feijó, as ilhas podiam produzir tudo o quanto o fértil terreno do Brasil produzia⁶⁴⁹. O *Anónimo* escreve que o feijão e as abóboras não se semeavam, pois as mesmas terras produziam-nas abundantemente, sem cultura alguma. Sendo no ano chuvoso, a mesma rama de que colhia o feijão seco tornava-se a arrebentar e chegava-se a fazer uma segunda e terceira produção⁶⁵⁰. Todavia, os habitantes não cultivavam muitas variedades e privilegiavam o milho, o feijão, a mandioca e a cana, principalmente para o consumo interno, já que estes eram principais produtos da dieta alimentar cabo-verdiana.

Aos olhos de forasteiros os cabo-verdianos não pensavam no amanhã, viviam um dia de cada vez. A sua ociosidade não os deixava pensar no futuro e na acumulação riqueza através do trabalho. O ex-Feitor conta que cada um não semeava senão para comer aquele ano. Em Cabo Verde, à excepção de alguns europeus que ali estabeleciam, e de poucos nacionais, os mais semeavam o

⁶⁴⁵ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, p. 177.

⁶⁴⁶ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 32.

⁶⁴⁷ Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 8.

⁶⁴⁸ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 67.

⁶⁴⁹ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 30.

⁶⁵⁰ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 18.

necessário para o seu sustento e mesmo assim às vezes faltava porque a indolência era o “vício predominante nestas ilhas”⁶⁵¹. Nos casos de seca e de fome morriam muitos porque não tinham reservas dos géneros da primeira necessidade para os acudir⁶⁵².

A agricultura era diminuta, exceptuando a cultura do milho em tempo de chuva. Porém, havia outras culturas nas ilhas como a urzela, o algodão, o anil, a purgueira, entre outras que nem precisavam ser cultivadas, bastava colhê-las na natureza. O algodão ainda que carecia de limpeza ou poda os habitantes não o faziam porque, segundo Pusich, os habitantes apenas se preocupavam com a produção do milho, feijão e abóbora. O cultivo de algodão que dava o único trabalho de o colher, nunca se dedicavam, nem limpar o terreno das ervas e matos, nem renovarem a sementeira⁶⁵³. Oito anos depois, Lucas de Senna, numa representação um pouco semelhante observou que o milho era uma das colheitas mais proveitosas para os habitantes de Cabo Verde, pois era destas que tiravam mais lucros porque a terra lhes dava com menos trabalho, enquanto que o arquipélago produzia muito algodão sem nenhum trabalho nem cultura, ao contrário do que acontecia na ilha da Malta onde se produzia do melhor que poderia haver porque os malteses que “estavam civilizados”, logo eram mais laboriosos e conheciam os benéficos que tiravam deste produto, pois vendiam-no aos turcos e gregos por “bom dinheiro”⁶⁵⁴. Ao passo que em Cabo Verde nem se dedicavam à sua produção e muito pouco a sua recolha e transformação. Na sua transformação (de matéria-prima para o tecido) Pusich escreve que apenas se dedicavam dois dias por semana e nunca efectivamente, como tão pouco em nenhuma “arte”⁶⁵⁵.

À urzela, apesar do grande rendimento que se podia tirar, faltavam braços no apanho. Mas também, por outro lado, era um produto monopolizado, administrada directamente pela Fazenda Real ou pelos privados e o pagamento aos habitantes que a apanhavam não era regular em todo o arquipélago, por isso não despertava muito interesse aos cabo-verdianos. Segundo António Pusich, estes dedicavam-se à urzela raramente, só quando estavam necessitados do alimento ou do vestuário⁶⁵⁶.

⁶⁵¹ Cfr. José António Pinto, *op. cit.*, p. 177; Aniceto A. Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 61.

⁶⁵² Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 8.

⁶⁵³ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617.

⁶⁵⁴ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 35 e 37.

⁶⁵⁵ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617.

⁶⁵⁶ Cf. *idem*, *ibidem*.

O anil era um outro produto, de tinturaria, das ilhas sobre o qual também se poderia obter grandes lucros. Contudo, como tinha elevados custos na sua transformação, “os povos indolentes e pobres” o tinham desprezado o seu amanhã⁶⁵⁷.

Um outro produto bonificado pela grata natureza cabo-verdiana era a purgueira – a partir do qual se produzia “um excelente” azeite para a luz e sabão. Contudo parecia que os verdianos não tiravam dela grandes proveitos. Por volta de 1804, Aniceto António Ferreira diz não havia quem fomentasse a sua produção. Por isso, o que produziam não chegava sequer para o consumo interno. Cerca de dois anos depois, escreve o ex-Feitor que faltava aos cabo-verdianos o ânimo para fazer da purgueira um grande ramo do comércio⁶⁵⁸. Até 1841, ainda ninguém a tinha produzido em grande quantidade⁶⁵⁹.

O sal também era um outro produto de grande rentabilidade no arquipélago de Cabo Verde. A sua produção constituía a principal actividade económica nas ilhas de Maio, Boavista e Sal, porém, segundo Feijó em 1797, não tinha grande vantagem por pouco zelo dos habitantes e mal trabalhados. No entanto, nem o preço era regular, nem a concorrência era frequente⁶⁶⁰. Escreve Pusich, em 1810, que nas ilhas onde se formava o sal, que constituía grande riqueza, os habitantes só se dedicavam quatro ou cinco meses de cada ano no seu trabalho, de modo que em todos os trabalhos reunidos apenas ocupavam, por intervalos, a metade dos dias laboriosos. Todavia, o resto do tempo “passam ociosos”, principalmente nas ilhas meridionais⁶⁶¹. Contudo, por volta de 1804, na ilha do Maio, o principal sustento dos habitantes era uma “grande e boa salina”, da qual carregavam vários navios⁶⁶².

Intimamente ligada à agricultura, a pecuária era uma actividade de grandes prosperidades nas ilhas. Porém, assim como a agricultura, era pouco zelado pelos cabo-verdianos, o que não significa que não tinham lucros, tanto na venda de peles e couros, como na venda de carne e gado vivo. Quando as águas eram correntes, as ilhas abundavam, principalmente, do gado cabrum e vacuum. Em 1810 havia muito gado nas ilhas, principalmente em Santiago, e tinha possibilidades de aumentar se aqueles povos se dedicassem a pastar efectivamente os seus gados. Pusich lamenta o que se passava com os caneiros, cuja mansidão passava pelo exemplo, mas que nas ilhas eram os mais bravios que se podia imaginar, porque viviam absolutamente no campo e sem pastor porque

⁶⁵⁷ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 11 e 14.

⁶⁵⁸ Vide José António Pinto, *op. cit.*, p. 192.

⁶⁵⁹ Cfr Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 65; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 47.

⁶⁶⁰ Cf. João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 25.

⁶⁶¹ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617.

⁶⁶² Vide Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 68.

“tal é o excesso da indolência de alguns dos habitantes”, que para não terem o trabalho de os virar e tosquiarem, perdiam até mesmo lã daquele gado⁶⁶³. Além desta perda, estes gados como não eram pastoreados, pela ociosidade dos seus donos, era “prejudicialíssima à cultura”⁶⁶⁴. Pois, criados à solta faziam grandes prejuízos, sobretudo, à lavoura, que além de pouca ainda sofria estragos dos animais.

Em 1813, o 5º e último dos “Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a Agricultura nas ilhas de Cabo Verde”, segundo Aniceto António Ferreira era

“ordenar com a maior severidade que todos os criadores de gados os tragam não só com pastor actual mas também tão somente nos lugares destinados para as suas pastagens, e isto com pena de que sendo compreendido qualquer criador nesta transgressão até à terceira vez sem dar cumprimento ao expressado, fique logo ou temporariamente ou para sempre excluído do número dos criadores. Todo o rigor é pouco neste objecto para atalhar os gravíssimos danos que causa ao aumento e melhoramento da agricultura os abusos inveterados pelos criadores de gados nas Ilhas de Cabo Verde”⁶⁶⁵.

Todavia, os gados mesmo à solta padeciam a sede nos meses secos, porque os mesmos donos não se davam o trabalho de abrirem poços, segundo Lucas de Senna “pela mandriice”, para que se encha com abundância para os gados beberem⁶⁶⁶. Também na época de seca morriam bastantes por causa da falta de pasto. Escrevem Chelmicki e Varnhagen que depois da chuva as ervas cresciam com muita facilidade mas, como não se ceifava e o gado andava livre, perdia-se quase tudo, pois os habitantes não faziam os palheiros e quando chegavam ao mês de Abril já sentiam e “choravam” a falta, sem contudo lhes ficarem a emenda⁶⁶⁷. Tudo indica que a proposta de Aniceto António Ferreira não teve efeito, porque ainda em 1841 persistia “o abuso” dos habitantes de criarem os animais sem pastorear. Destes gados podiam-se aproveitar as peles e couros para fazer curtume e leite, manteiga e queijo, e estes produtos davam grande impulso à indústria e ao comércio, tanto para o consumo interno como para a exportação. Estas representações, mais uma vez, procuravam pôr em evidência o imediatismo do cabo-verdiano, expondo atitudes despreocupadas da sua vivência em relação ao futuro.

Abundando os mares do arquipélago de peixes, a pescaria era um ramo muito pouco explorado pelos cabo-verdianos. Segundo os autores, aqueles só se recorriam ao mar em caso de

⁶⁶³ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 614.

⁶⁶⁴ Cfr Aniceto António Ferreira, “Dissertação dos principais objectos da ilha da Boa Vista [...]”, *op. cit.*, p. 48; Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, pp. 67 e 68; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 53.

⁶⁶⁵ Vide Aniceto António Ferreira, “*Principais objectos que se devem realizar [...]*”, *op. cit.*, pp. 59-60.

⁶⁶⁶ Cfr Idem, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 69; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 70.

⁶⁶⁷ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 182.

extrema necessidade. Segundo o *Anónimo* os cabo-verdianos só se sujeitavam a pescar, à vara e nas pedras, quando estavam constrangidos de fome⁶⁶⁸. Em 1797, Feijó revela que, sendo as costas das ilhas abundantes de peixes, a pescaria não era deles atendível, senão quando o flagelo da fome buscava destruí-los e para pagarem a sua inata ociosidade e preguiça, então satisfeitos com uma cana, uma linha e um anzol, andavam de pedra em pedra pelas costas buscando subsistência⁶⁶⁹. Porém, em 1818, uma sociedade de negociantes das ilhas de Cabo Verde propunha formar um estabelecimento de uma Companhia de Pescarias no arquipélago com o privilégio exclusivo de 20 anos⁶⁷⁰. Os pescadores deveriam ser essencialmente os cabo-verdianos.

Se nas ilhas havia pouca tendência do povo para a indústria fabril e não muita inclinação para a agricultura, segundo as representações, observava-se ali uma grande propensão para o tráfico, pois “todos gostam de vender, ainda que sejam negligentes” nas produções⁶⁷¹. Finalmente o comércio era assim a actividade económica muito apreciada entre os cabo-verdianos, na época em apreço.

Em 1841 Chelmicki e Varnhagen dividiam o comércio cabo-verdiano em três grupos: o comércio interno, efectuado entre Capitania/Província de Cabo Verde (ou seja entre ilhas e entre o arquipélago e costa da Guiné); o segundo era com Portugal, Madeira e Açores; e o terceiro era com os estrangeiros⁶⁷². Porém, todos estavam decadentes. Pois, a principal base para o comércio era a agricultura, e esta como já se viu no arquipélago era diminuta. Muitas vezes o que cultivavam nem chegava para o consumo interno. As transformações também tinham poucos excedentes e pouco se dedicava à pecuária e à pesca. No entanto, era com estas “pequenas” produções que participavam nestes três grupos de comércio. Também é de referir que neste comércio, da parte do arquipélago não participavam só os cabo-verdianos, mas também, sobretudo, os europeus estabelecidos nas ilhas, que eram possuidores das melhores terras. O comércio era feito na proporção da sua agricultura, criação de gado e transformação dos produtos (indústria) das ilhas.

Em 1797, segundo Feijó, o comércio era de todo precário, pois reduzia-se a pouca exportação de pouca panaria e alguma aguardente para a Guiné; pequena porção de milho para a Madeira e Canárias; algumas peles e couros e sal para a América; a urzela era do contrato real. Também saía algum refresco de frutos e animais levados pelos estrangeiros que ali aportavam para relaxarem. O milho exportado era unicamente das ilhas de Fogo, S. Nicolau e Brava. O algodão não era muito e

⁶⁶⁸ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 28.

⁶⁶⁹ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 9; Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 59.

⁶⁷⁰ Cf. António Pusich, “Memória de algumas providências [...]”, *op. cit.*, pp. 133-134.

⁶⁷¹ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, pp. 37-38.

⁶⁷² Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 57.

era sobretudo o sal, os animais e as frutas que davam alguma vida ao comércio cabo-verdiano⁶⁷³. Todavia, as representações destas exportações não são claras porque só permitem saber que os produtos saíram das ilhas. Não diz por quem os produzia nem a quantidade exportada.

O atraso no comércio residia no facto de os habitantes produzirem pouco mas também muitas vezes pelas práticas monopolistas por parte da Coroa ou das grandes companhias e, conseqüentemente, pelas poucas frequências ao arquipélago. A propósito do pano de algodão, Aniceto Ferreira escreve, no início de 1800, que os habitantes com pouca esperança de que os portugueses lhes iam comprar e com a necessidade de vender para se remediarem, “*inventam os possíveis meios de ocultamente os venderem aos estrangeiros* (sic) por dinheiro, e efeitos”. Mas corriam risco de perder a fazenda e os próprios “efeitos” com que trocaram os seus panos porque vendê-los aos estrangeiros constituía uma infracção perante a lei⁶⁷⁴. Esta situação era um dos factores do abatimento do comércio cabo-verdiano e do abandono progressivo de toda a actividade ligada àquele produto, fazendo com que os habitantes produzissem (apenas) o necessário para o autoconsumo e pouco mais. Quando eram proibidos de venderem um produto aos estrangeiros, os cabo-verdianos ou revoltavam-se e desrespeitavam as leis fazendo contrabando ou tinham que esperar até que os portugueses chegassem, se é que chegassem, ou em último caso abandonavam a produção do tal produto. Nestes casos de restrições no comércio de determinados produtos com estrangeiros os insulanos viam-se limitados, pois só podiam negociar com os portugueses que eram sempre em escalas mais reduzidas comparados aos americanos ou ingleses.

Em 1835, a Junta Geral da Província recebeu o lamento dos habitantes da fértil ilha de S. Antão que tinham grandes quantidades de produtos estagnados, sem poder extraí-los nem receber aqueles que não tinham. Concluiu a mesma Junta que esta falta fazia daquele povo indolente, preguiçoso, e em consequência continuavam as fomes na ilha⁶⁷⁵.

Autores como o Feijó, o ex-Feitor José António Pinto ou Chelmicki e Varnhagen consideravam que o comércio entre os cabo-verdianos e os estrangeiros (excluindo os portugueses) era desigual, com desvantagens para os primeiros. Segundo os mesmos, não era justo que estes trocassem os seus géneros com “fatos velhos e quinquilharias” dos estrangeiros e que isto também constituía uma das causas do atraso no comércio insular⁶⁷⁶. Segundo o ex-Feitor, eram “tão indómitos aqueles [os cabo-verdianos] bárbaros que preferem os trapos ao dinheiro” nas suas trocas

⁶⁷³ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 22-23.

⁶⁷⁴ Vide Aniceto António Ferreira, “Dissertação dos principais objectos da ilha da Boa Vista [...]”, *op. cit.*, p. 51.

⁶⁷⁵ Cf. SENMU, “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde [...]”, *op. cit.*, p. 19.

⁶⁷⁶ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 24 e 25; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 67.

comerciais⁶⁷⁷. Ainda em 1841, Chelmicki e Varnhagen constataram que na ilha de Brava os habitantes não trocavam os seus produtos pelo dinheiro, só por produtos, inclusive “fatos velhos” e concluíram que na generalidade o comércio era minguido em todas as ilhas⁶⁷⁸. Os navios que frequentavam o arquipélago eram mais para refrescar do que fazer o comércio e por isso havia pouca abertura para a saída dos produtos das ilhas.

Um outro caso muito frequente das ilhas e que afectava toda a actividade económica do arquipélago era a compra das patentes honoríficas militares pelos cabo-verdianos. Em 1784, escreve o *Anónimo* que na ilha de Santiago todos os paisanos eram soldados como de ordenança, desde os onze anos se alistavam e assentavam a praça. Na vila da Praia faziam guarda por turnos em companhia, “aonde estão 8 dias como escravos dos Governadores”. Levavam às suas custas os “pobres mantimentos” que lhes davam para sustentar durante estes dias. Aqueles que possuíam mais alguma coisa eram feitos oficiais, se tivessem com que pagar ao governador o tributo das patentes, quase anualmente⁶⁷⁹. O *Anónimo* fez referência à ilha de Santiago mas o facto generalizava-se a todo o arquipélago. Em 1841, Chelmicki e Varnhagen escrevem que na ilha do Maio a vaidade de comprar patentes honoríficas militares tinha contribuído para a sua nula indústria e agricultura, pois ali só havia oficiais e não homens de trabalho⁶⁸⁰. Em Cabo Verde todos queriam ser militares e ter patentes. Normalmente estes homens passavam muito tempo aos serviços [obrigatórios] do Estado, ao comprar as patentes militares teriam ainda menos tempo para trabalhar e consequentemente passavam a ser menos produtivos.

Numas “abençoadas terras aonde o matto sem cultura produz azeite, e os rochedos espontaneamente se cobrem de urzella!”⁶⁸¹, em vez das comodidades e riquezas, a “miséria, a necessidade e a penúria” tomavam conta dos seus habitantes, que continuavam pobres e miseráveis pela ociosidade e aversão ao trabalho. Aos olhos dos forasteiros, os cabo-verdianos eram pobres porque não trabalhavam⁶⁸². Não sabiam aproveitar as ricas terras que tinham, nem no seu cultivo, nem nas transformações do que dava, muitas vezes, sem trabalho nenhum, e consequentemente pouco tinham para comerciar entre si e com os estrangeiros.

⁶⁷⁷ Cf. José António Pinto, *op. cit.*, p. 196.

⁶⁷⁸ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 53; Tomo II; p. 57.

⁶⁷⁹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁸⁰ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 58.

⁶⁸¹ J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 13.

⁶⁸² Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 24 e 25.

O clima, excessivo calor das ilhas, também era apontado como responsável pela “falta de habilidade” dos cabo-verdianos. Esta tese foi defendida pelo *Anónimo* em 1784⁶⁸³. Contudo, em 1810, António Pusich vai mais longe, afirmando que “é verdade que os seus habitantes [das ilhas de Cabo Verde] são indolentes, e preguiçosos, mas o são todos em todos os climas quentes, aonde a natureza tem poucas precisões”⁶⁸⁴. Pusich atribuiu a indolência e a preguiça a “todos os habitantes de climas quentes”, aliviando assim a pressão sobre os cabo-verdianos em particular. Isto significa que estas categorias não eram exclusivas aos cabo-verdianos mas sim, de acordo com a ideologia das luzes, se aplicava a todas as “regiões de climas quentes”. Porém, esta tese do clima no caso cabo-verdiano foi contrariada, em 1822, por José Feliciano de Castilho quando diz que

“ainda que haja alguns homens de preoridade e industriosos; contundo, em geral, vão [são?] gente mesquina, pobres, e preguiçosos, não pelo clima ou culpa do terreno; mas por sua indolência”⁶⁸⁵.

Uma outra causa também apontada como responsável pela indolência e ociosidade do cabo-verdiano era o problema das terras. Estas nem sempre estavam à disposição dos que queriam ou podiam fazê-las produzir e, por isso também, quando eram trabalhadas nem sempre o total das produções destinavam-se ao produtor porque tinha que se repartir com os proprietários. Em 1784, segundo o *Anónimo*, só nas ilhas de Santiago e Fogo havia terras livres para os habitantes, porque nas outras todos tinham que pagar o foro Real⁶⁸⁶. O naturalista João da Silva Feijó escreve no seu “*Ensaio Politico*” de 1797, que

“na capital e Fogo, quase todo o terreno está reduzido a vínculos ou capelas, a que ali chamam Morgados, e a maior parte bem insignificantes, e como é uma muito pequena porção de habitantes que os possui, sucede que a maior parte dos individuos não tenham terras próprias para trabalharem [...]”.

Contudo, eram os proprietários e morgados que mais faziam o trabalho de lavoura, porque tinham escravos e empregavam-nos no trabalho das terras, trapiches e criação de gados⁶⁸⁷. Em 1810, segundo António Pusich, as terras cultiváveis de Santiago e Fogo estavam concentradas em uma pequena parte da população a que chamavam morgados e a maior parte das pessoas não tinham as próprias terras para cultivar, por isso viviam ociosos e miseráveis⁶⁸⁸.

⁶⁸³ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27.

⁶⁸⁴ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 628.

⁶⁸⁵ IAN/TT, *Ministério do Reino. Expediente Geral: Informação dos governadores e magistrados das ilhas adjacentes e ultramar*, Maço 498, Macete 3, *Cabo Verde*, Cx. N° 621, N°2, Diversos objectos, “Artigos de providencia, indicados em huma breve memoria de Jose Feliciano de Castilho, relativo á provincia das Ilhas de cabo verde; e cujo os objectos desenrespeito á repartição do Reyno”, 30 de Outubro de 1822.

⁶⁸⁶ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado [...]*, *op. cit.*, p. 30.

⁶⁸⁷ Vide João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 9 e 11.

⁶⁸⁸ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 612.

Ao contrário do que diz o Anónimo em 1784, nas outras ilhas as terras eram “mais livres” e as populações tinham mais acesso a elas. Escreve Aniceto Ferreira, por volta de 1804, que na ilha de S. Nicolau havia muitas terras de sementeira para o milho e feijão mas que os moradores não as aproveitavam, utilizando somente a metade, dizendo que a outra parte precisava descansar⁶⁸⁹. Mas, mesmos assim, os habitantes de Barlavento, porque tinham mais terras disponíveis para trabalhar, eram tidos como os “menos ociosos”. Contudo, nem por isso eram isentos de pagar as contribuições. Pagavam os foros das terras que cultivavam à Fazenda Real, e não aos proprietários e morgados como acontecia nas ilhas de Santiago e Fogo. Também havia ali muitas terras que não se podia cultivar porque estavam nas mãos do senhorio. A ilha de S. Antão era um dos exemplos mais representativos⁶⁹⁰.

Por volta de 1817, Pusich queixava-se da falta de terras de domínio real, tanto nas ilhas de Santiago e fogo como nas outras ilhas, pois estavam ocupadas “indevidamente” por uns e por outros ao serviço do próprio interesse em que a Coroa não beneficiava em nada. Por isso, o autor fala sobre a necessidade de aforar mais terras para o cultivo, e que para isso, seria muito necessário e útil à Real Fazenda que os possuidores dessas terras apresentassem títulos de posse e que fossem medidas de novo e “taxadas com um foro” aquelas que estavam ocupadas indevidamente⁶⁹¹. As melhores terras agrícolas das ilhas continuavam divididas entre os poucos possuidores.

Em todo o caso, aos olhos de forasteiros, a indolência e pouca ambição dos cabo-verdianos tinham de ser punidas. A falta de produção e conseqüentemente a falta de comércio ou mesmo o comércio ilegal lesavam a Fazenda Nacional e o Estado. Sem produção e serviço da população não havia contribuições, fundamental para o funcionamento dos mesmos. Essas contribuições constituíam o fim último de toda a presença colonial nas ilhas cabo-verdianas. Todo o interesse da Coroa e destas representações feitas pelos forasteiros sobre o arquipélago e os sobre cabo-verdianos tinha como finalidade principal criar “bons vassalos”.

Como forma de “regenerar” a agricultura, Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, em 1813, do Rio de Janeiro, propunha “criar em cada Ilha um Inspector da Agricultura para animar a mesma, punir os inertes e distribuir os instrumentos, dando conta à mesma Junta de Agricultura dos seus progressos”⁶⁹². De Lisboa, em 1836, Marcelino Rezende Costa, “notícia” que “a ociosidade de um grande nº de habitantes [do arquipélago de Cabo Verde] deve ser fortemente perseguida”, no

⁶⁸⁹ Vide Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, p. 68.

⁶⁹⁰ Cf. *Notícia corográfica e cronológica do bispado [...]*, *op. cit.*, p. 33. João Estêvão, “Peuplement et Phénomènes [...]” *op. cit.*; A. Correia e Silva, *Histórias de um Sahel [...]*, *op. cit.*, pp. 72-102; André Teixeira, *op. cit.*, pp. 69-126.

⁶⁹¹ Cf. António Pusich, “Dissertação dos Reais Rendimentos”... pp. 128-130.

⁶⁹² Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, *op. cit.*, p. 76.

entanto, depois de ministrados os “cinco meios” propostos pelo mesmo⁶⁹³. Era preciso punir os cabo-verdianos ociosos, indolentes e de pouca ambição que pouco ou nenhum contributo davam ao Estado. Tanto Marcelino, como outros autores da época acreditavam que estes “defeitos e vícios” do cabo-verdiano poderiam ser eliminados com a educação e instrução. Contra o clima não se podia fazer nada, mas contra o homem sim, isto é, instruí-los e civilizá-los, de acordo com os padrões e preceitos portugueses/europeus.

Já em 1810 Pusich acreditava que a “natural indolência” dos cabo-verdianos podia ser superada com a instrução, civilização e comodidades que experimentariam do fruto do trabalho⁶⁹⁴. Uma clara evidência aqui aos ideais do Iluminismo Católico presentes nesta avaliação. Em 1841, Chelmicki e Varnhagen vão mais longe, propondo um aumento das necessidades aos habitantes, pois consideravam que poucas precisões tinham aqueles insulanos, “passando sem vestir nem calçar e não pagando tributos quase nenhuns preferem dar-se ao ócio, bastando-lhes alguns punhados de milho para o diário sustento”, por isso, concluíram que o meio de os tirar desta “preguiça e ócio” era criarem-lhes precisões que só poderiam obter as respostas através de trabalhos, porque a sua ociosidade devia-se ao facto de não ter necessidades de nada⁶⁹⁵. Esta proposta de fazer os habitantes trabalharem por causa das obrigações que tinham de pagar foi posteriormente (século XX) aplicada nas outras possessões portuguesas, nomeadamente em Angola e Moçambique⁶⁹⁶.

Os forasteiros concluíram que os cabo-verdianos não possuíam a riqueza nem na terra nem no céu (parafrazeando Mateus 6:19). O trabalho que dignificava o homem era por eles desprezado e pela ociosidade e pouca ambição careciam de tudo o quanto era necessário para uma vida cómoda e para uma sociedade civil.

Com uma alimentação fraca, estavam susceptíveis a qualquer doença, mas a principal questão parecia ser de foro económico-social. Ao que parece, estes se recusavam trabalhar para “os colonos” desde muito cedo. Em 1810 escreve António Pusich que corria entre eles o seguinte axioma: “é melhor estar ocioso e não ter nada do que trabalhar, para tão pouco não ter nada, e engordar os outros”⁶⁹⁷. Pois, não trabalhando que sobeje, não tinham como pagar os “impostos” à Coroa e nem pagarem os respectivos dízimos (quando aplicável) à Igreja, vivendo assim, um dia

⁶⁹³ Vide Marcelino Rezende Costa, *op. cit.*, p. 44.

⁶⁹⁴ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 628.

⁶⁹⁵ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 198.

⁶⁹⁶ Cfr Isabel Castro Henriques, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, pp. 40 e ss; Idem, *Os pilares da diferença [...]*, *op. cit.*, pp. 294-297.

⁶⁹⁷ António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 628.

que cada vez, sem grandes reservas materiais quando o maior beneficiário era o Estado. Levavam uma vida simples: livres de riquezas terrenas e celestiais.

3.3.2. A ausência de racionalidade: sem arte, sem técnicas, sem ciência e sem regras

Os cabo-verdianos “nesta consternação e indolência, não conhecem nem artes, nem manufacturas (à excepção da imperfeita dos seus panos de algodão para o vestuário das suas mulheres, e que precisão de algum dos nossos géneros os obrigava a vender aos comerciantes da costa de Guiné), nem uma verdadeira cultura não só para terem de sobra, e de reserva os géneros da primeira necessidade [...]” mas “com que pudessem haver um comércio activo, e uma vida mais cómoda, mais regular, e civilizada”⁶⁹⁸. E “os *milordes* (sic) são sem diferença em iguais vícios: capricho de muito sábios: eles falam em medicina, ninguém é melhor cirurgião, disputam leis e finalmente arrogam tudo quanto é ciência: legítimos efeitos da sua ignorância”⁶⁹⁹. Estas apreciações, tanto de Feijó como do ex-Feitor, davam uma imagem da ausência de racionalidade dos cabo-verdianos. Falta “arte, técnicas, ciência e regras” em tudo o que faziam, sobretudo, através das suas (ausências de) produções.

No período em apreço, segundo o *Diccionario da lingua portuguesa [...]*, de 1783, a arte significava: “prática de preceitos”. A ciência era, assim, a abreviatura de “sciencia”, que tinha o mesmo significado de “minerva ou engenho”, e a regra, era aquilo que regulava; vara ou preceitos⁷⁰⁰.

Em 1844, o *Diccionario da lingua portugueza*, de António de Moraes Silva define a arte como “colecção de regras, ou métodos de fazer alguma cousa com acerto”. A ciência significava conhecimento; notícia ou, ainda, “conhecimento certo, e evidente das cousas por suas cousas”. A regra era “preceito que ensina a fazer alguma cousa”⁷⁰¹. Contudo, todos estes conceitos, na época, estavam relacionados entre si e, muitas vezes, eram utilizados como sinónimos. A arte estava ligada aos trabalhos manuais, a ciência ligada à racionalidade e a regra era utilizada como sinónimo de método a seguir numa determinada produção.

⁶⁹⁸ João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 8.

⁶⁹⁹ José António Pinto, *op. cit.*, p. 180.

⁷⁰⁰ Cf. Bernardo de Jesus Maria, *Diccionario da lingua portugueza, em que se acharão dobradas palavras que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntas, composto por Bernardo de Lima e Melo Bacellar*, Lisboa, Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.

⁷⁰¹ Vide Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, vol. I e II, 5ª ed., Lisboa, Typ. de Antonio José da Rocha, 1844.

No arquipélago de Cabo Verde, aos olhos de forasteiros, apesar das poucas produções feitas pelos cabo-verdianos, porque eram ociosos e pouco ambiciosos, tudo parecia imperfeito e nem havia quem fazia algo com perfeição. Segundo Pusich, em 1810, não havia entre eles um só artista que se dedicava totalmente ao exercício do seu ofício, porque “tudo fazem por curiosidade, e nada por profissão, nem perfeito, por não fazerem disto a sua subsistência, ou modo de vida, donde provém uma grande falta de todas as comodidades necessárias”⁷⁰². Sem arte, sem técnicas, sem ciência, nem regra e nem estavam preocupados em adquiri-las.

Em 1818 Lucas de Senna, na sua “*Dissertação*”, ao introduzir o capítulo “*Ofícios, Artes e Ciências*” achou que era uma perda de tempo estar a tentar escrever sobre atributos que não existiam nos cabo-verdianos. Por isso fez a seguinte interrogação: “para que é eu cansar-me com a narração deste artigo se eles nada sabem e tudo ignoram [?]”. Para o autor “as ciências não lhe sabem a sua definição; a arte não lhe conhecem o seu princípio, utilidade e fim; os ofícios não há quem lhe os ensine, nem eles [os] querem aprender”⁷⁰³. Medina e Vasconcelos já tinha verificado, em 1813, que havia uma grande falta de mão-de-obra nas ilhas, principalmente dos ferreiros e carpinteiros. Contra esta tendência, sugeriu que mandasse para cada ilha dois destes oficiais a fim de fazer os instrumentos necessários e obrigando-os a ensinar os rapazes. Porém, convinha convidar “*homens de merecimento e não degredados, que sendo por cá maus, não podem por lá serem bons*”(sic)⁷⁰⁴. Sete anos depois, contava-se no arquipélago apenas um barbeiro, três alfaiates, dois sapateiros, quatro pedreiros e outros tantos carpinteiros e não muito mais, e mesmo assim, Lucas de Senna considerava que a maioria deles era só em nomes porque nada faziam que prestava⁷⁰⁵.

Chelmicki e Varnhagen dizem que os ofícios aumentaram três vezes mais com o governo de João da Matta Chapuzet⁷⁰⁶, mas em 1844, Lopes de Lima, constatou uma grande falta em todo o arquipélago de “oficiais mecânicos”, tais como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, calafates, alfaiates, sapateiros, entre outros. Os que havia, na opinião do autor, eram menos do que medíocres, mas os jornais eram exorbitantes e desproporcionados à realidade social⁷⁰⁷.

Mas afinal o que produziam os cabo-verdianos? E quais eram os “meios de produção” utilizados pelos mesmos?

⁷⁰² António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 615.

⁷⁰³ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 63.

⁷⁰⁴ Cf. Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 75-76.

⁷⁰⁵ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 63.

⁷⁰⁶ Cf. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 8.

⁷⁰⁷ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 36.

Pela realidade da época, a agricultura era sempre uma mais-valia, tanto para o auto-consumo, como para o comércio. Sem a agricultura o comércio era praticamente inexistente. Segundo Feijó, em 1797, “o método de cultivar, e trabalhar o terreno” das ilhas de Cabo Verde não passava de queimar os matos e restolhos no mês de Maio ou Junho para semear o grão [milho e feijões] em Julho ou Agosto em pequenas covas que no terreno abriam e em cada uma lançava-se dois ou três grãos de cada espécie de semente todas juntas cobrindo com os pés. Bastante admirável aos olhos de Lucas de Senna era o “modo de sementeira do milho”, porque a terra era grata e por isso não se lavrava nem se cavava para o tal fim. Apenas com pequenas arranhaduras feitas com sacho, pregos, faca ou pau aguçado, deitavam nelas o milho e cobriam com a mão⁷⁰⁸. Chelmicki e Varnhagen inspirados em Feijó/Pusich e Lucas de Senna dizem, em 1841, que “o trabalhador abre o terreno com o calcanhar, prego, faca, ou pau uma pequena cova, aonde deita um grão de milho e três ou quatro de feijão, cobrindo com a mão ou pé as sementes”. Isto foi uma má interpretação do que escreveram os autores antecedentes. Este mesmo erro foi seguido por Lopes de Lima. Ainda segundo este, o milho era semeado com a mão em “*covas á flor da terra*” (sic), sem auxílio do arado. Depois da sementeira fazia[m]-se a[s] monda[s] e se não faltar a chuva, a colheita era certa, mesmo que fosse em pequenas quantidades⁷⁰⁹. Isto era para a agricultura de sequeiro. As terras que se destinavam à cultura de regadio, segundo Pusich, eram tapadas com uma “parede de pedras soltas” e algumas com a purgueira, que além de dar frutos para sabão e azeite, constituía “um excelente tapume” porque repugnava os animais. Porém, poucas terras tinham água nascente e quando não tinham eram conduzidas ou tiradas à força dos braços dos poços, que nos leitos abriam-se de propósito. Raros eram os habitantes que os tinham dentro das suas hortas. Segundo o autor, achavam-se a água em pouca profundidade mas não os abriam por pura indolência⁷¹⁰.

Tanto para a cultura de sequeiro como para a de regadio, a enxada era o único “meio de trabalho” por excelência dos cabo-verdianos. Representa Pusich, em 1810, que “à excepção das enxadas, nenhum outro instrumento usam”, e mesmo assim a maior parte carecia deste meio “unicamente por pura indolência e falta de precaução de o comprar a tempo de guardar”. Emprestavam-nas uns aos outros no tempo das sementeiras ou então serviam-se de um “pedaço de pau ou ferro”⁷¹¹. Todavia, aos olhos de Lucas de Senna, faltava aos povos cabo-verdianos “a indústria dos camponeses portugueses”, porque inclusive estes conheciam a necessidade de guardar

⁷⁰⁸ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 38.

⁷⁰⁹ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 10; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 157; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 12.

⁷¹⁰ Vide António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 612.

⁷¹¹ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 613.

a palha e pasto para o sustento do seu gado⁷¹². O arado não era desconhecido entre os cabo-verdianos, mas não se utilizava nas ilhas porque a experiência que se tinha feito com este meio mostrou-se ineficaz. Ou seja, rendia-se mais preparar a terra com enxada, “pedaço de pau” ou “ferro” do que com o arado. Todavia, em 1844, Lopes de Lima veio desmentir a tal experiência alegando que foi um “mau uso” do arado, porque com um “uso mais apropriado” às características das terras das ilhas os lavradores triplicavam as suas granjearias⁷¹³. Contudo, não foram poucos os insucessos dos europeus na aplicação das “técnicas de produção” europeias num espaço extra-europeu, inclusive no arquipélago de Cabo Verde.

Além de irem pescar só quando se viam apertados das necessidades apesar da abundância de peixes nas ilhas, a pesca era uma arte pouco conhecida entre os cabo-verdianos. Quando iam para esta actividade eram nas pedras e com apenas uma cana, uma linha e um anzol⁷¹⁴. Segundo Pusich, em 1810, apenas “com uma cana na mão ou uma lanchinha” feita de figueira-brava iam nas costas do mar buscar as suas subsistências⁷¹⁵. Sem barcos nem redes, a partir das pedras pescavam apenas para a sua subsistência. Não faziam da pesca um ofício, que poderia ter grandes vantagens para o comércio e para a indústria no arquipélago.

Em 1797, segundo João da Silva Feijó, nas ilhas não havia “fábricas e manufacturas” senão da dos panos de algodão, a preparação de anil para tingir os mesmos panos e o curtume das peles de cabras e alguns couros de bois, as quais “geralmente falando, *não são mais do que em nome* (sic), pela imperfeição, falta de princípios fundamentais de artes, regularidade nos trabalhos, e instrumentos próprios para a facilidade de seus fins”⁷¹⁶.

Os panos algodão tecidos no arquipélago serviam de vestuário nas ilhas e moeda de troca na costa da Guiné. Além dos vários tipos e cores que fabricavam para vestuário, também manufacturavam toalhas de mesa, colchas (brancos e amarelos) para a cama, meias (de agulha) e riscados para as calças. Aos olhos de forasteiros, estes eram fabricados em mais “irregulares teares” que se podia imaginar, formados de estacas e canas (segundo Pusich eram 4 estacas de cana ou pau) atadas com cordas de cascas de bananeiras que, concluído o trabalho, passavam a servir de combustíveis dos mesmos tecelões, deixando somente a pente e órgão⁷¹⁷. Por isso, Feijó

⁷¹² Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 53.

⁷¹³ Cfr J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 157; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 32.

⁷¹⁴ Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 59.

⁷¹⁵ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 617.

⁷¹⁶ João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 13.

⁷¹⁷ Segundo Lopes de Lima estes teares improvisados depois de acabada a obra eram desmanchados e lançado à rua, cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 35.

considerava este trabalho o mais “grosseiro e irregular”. Também não faziam daquele um ofício próprio, originando assim a falta de economia e o excessivo preço pela reputação daqueles panos, consequência da falta de arte e de fabricantes⁷¹⁸.

Em 1784, aos olhos do *Anónimo*, a produção dos panos parecia “sem arte nem regra” porque os cabo-verdianos eram desmazelados em tudo o que faziam⁷¹⁹. Todavia, era o fabrico de pano de algodão o ofício com mais expressão, aplicação e zelo entre os cabo-verdianos, não pelo gosto e vontade, mas sim pela necessidade que os obrigava a aprendê-lo. Lucas de Senna viu, em 1818, que fiavam o algodão muito bem e não teciam só panos, mas também fabricavam tolhas de mesa, “guardanapos famosas” e “ricas cobertas”, e estas levavam muita seda e matizes que sabiam “bem meter com muita arte”. Porém, em poucas quantidades porque não conseguiam trabalhar com teares maiores⁷²⁰. Entretanto, em 1841, Chelmicki e Varnhagen escrevem que os panos, tecidos e colchas feitos nas ilhas despertavam a admiração de todos os viajantes, por bem feitas, cores vivas e “lindos lavoures” e, sobretudo, pela maneira como eram fabricados. Nos anos 1840, os panos manufacturados nas ilhas já não eram só para o consumo em África. As “lindas colxas” cabo-verdianas começavam-se a ser prezadas na Europa⁷²¹.

Para tingir os panos que manufacturava utilizava-se o anil, segundo o Feijó, a única tinta que se utilizava. Os métodos utilizados para a sua fabricação nas ilhas eram os mesmos de que se utilizavam em Madagáscar, costa ocidental de África e alguns sítios da Índia. Porém, no arquipélago, todo seu processo de manufactura eram “cheios de erros por faltar um bom mestre”⁷²². Em 1818, Lucas de Senna reparou que o método utilizado pelos cabo-verdianos dava a entender que faltava ali indústria. Porque do anil só conseguiam fazer uma tinta azul, o que “parece que ele mesmo o ensinou àquela gente porque não sabem fazer outra, tendo ali todas as drogas nativas para a fazerem”⁷²³.

Em 1841 já não existia nenhuma fábrica de anil nas ilhas, a única tinta que usavam para tingir os seus panos. Neste processo seguiam em tudo os negros da costa de África⁷²⁴. Todavia, em 1844, Lopes de Lima acrescenta que “o certo é que o anil das Ilhas de Cabo Verde, bravo como a natureza

⁷¹⁸ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 14; Aniceto António Ferreira, “Dissertação dos principais objectos da ilha da Boa Vista [...]”, *op. cit.*, p. 51.

⁷¹⁹ Vide *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, p. 27.

⁷²⁰ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 36 e 65.

⁷²¹ Cfr. J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 8; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 35.

⁷²² Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 17; João da Silva Feijó, “Memória sobre a Fábrica Real do Anil na Ilha de Santo Antão [...]”, pp. 47-52.

⁷²³ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 32.

⁷²⁴ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 15.

alli espontaneamente o produz, mal apanhado, e pessimamente preparado por aquela gente boçal em bolos de ervas machucadas, fermentadas depois em agoa e cinza”, produzia uma bela tinta⁷²⁵.

Os insulanos também curtiam as peles e couros, que bastavam para o consumo dos seus calçados. No curtume, apesar dos meios, as peles eram mais bem curtidas de que se poderia encontrar. Só não eram bem atanados “talvez por falta de mão mestre”. Todavia, em 1841, o curtume que se produzia não chegava para a exportação, tão pouco para o consumo interno⁷²⁶.

No arquipélago de Cabo Verde cultivavam-se muitas vinhas, porém, ao paladar de forasteiros o vinho produzido das mesmas só se podia beber nas ilhas porque era mal feita – sem arte nem nenhuma regra porque não utilizavam o método europeu. As vinhas das ilhas de S. Nicolau, S. Antão e Brava, segundo Feijó, por ser muito regadas e mal amanhadas, davam um suficiente e proporcional quantidade vinho verde que facilmente se azedava, produzindo um “bom vinagre”. Na ilha de Brava, por volta de 1806, o ex-Feitor diz que às margens do mar cultivava vinho que “dê sem administração alguma, nem arte o fazem e o bebem chegando-se a embriagar”. Aniceto António Ferreira considerava que nesta ilha colhiam um vinho fraco porque não o trabalhavam ou ignoravam como se devia o concertar e, no entanto, segundo o mesmo autor, na ilha de S. Nicolau não era muito diferente porque, além da natureza, não tinham “em parte alguma a indústria, tanto na sua factura ou trabalho, como para o seu concerto”⁷²⁷. António Pusich achava o vinho fabricado na ilha do Fogo muito bom para pasto, porque o ar e as terras próximas do vulcão eram muito próprios para o vinho. Porém, o das outras ilhas era ácido e verde e por isso só se consumia entre os “mais miseráveis”⁷²⁸.

O vinho das ilhas era classificado e apelidado de *mijarela* pela sua qualidade e seu modelo de produção. Era um elemento essencial na dieta alimentar portuguesa, por isso era um produto sobre o qual os forasteiros estavam mais atentos no que toca à sua produção e qualidade. Lucas de Senna comparava a qualidade do vinho produzido nas ilhas ao vinho verde do Minho. Em 1841, Chelmicki e Varnhagen diziam ainda ser pior do que este. Não era um bom vinho porque consideravam que os cabo-verdianos não sabiam o fazer. Segundo Lucas de Senna, bebiam-no mesmo em mosto e o que ia às vasilhas não deixavam ferver ou bebiam-no na efervescência e não o

⁷²⁵ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 15.

⁷²⁶ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 17; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 44.

⁷²⁷ Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, p. 10; José António Pinto, *op. cit.*, p. 197; Aniceto António Ferreira, “Memória dos artigos e produções [...]”, *op. cit.*, pp. 67 e 69.

⁷²⁸ Cf. António Pusich, “Memória ou descrição físico-política [...]”, *op. cit.*, p. 614.

deixavam tornar-se num vinho. Também por isso nem sobrava para vender⁷²⁹. Em 1844, Lopes de Lima reconhece que, apesar das parreiras das ilhas agrícolas cabo-verdianas produzirem bastantes cachos de uvas de bom sabor, o vinho era “sempre mau como *Vinho dos trópicos*”(sic)⁷³⁰. Todavia, para a próspera ilha do Fogo, Chelmicki e Varnhagen consideravam que teria uma melhor produção se empregassem um “outro método” para a confecção do vinho, e não os métodos dos habitantes das ilhas que depois de esmagarem as uvas, sem lugares próprios, metiam-nas num saco e espremiavam com paus e pedras⁷³¹. Isto dava uma imagem da brutalidade e barbaridade dos métodos e técnicas cabo-verdianos, neste caso, na produção do vinho.

Também os cabo-verdianos não fabricavam em grandes quantidades e não utilizavam grandes variedades de objectos e utensílios no seu uso diário. Todavia, a cultura material cabo-verdiana começava a corporizar-se, por exemplo, com os utensílios como o balaio feito de coqueiro, pilão feito de figueira-brava, bolins e calmães feitos de cabaça, sabão de purgueira e/ou de sebo de animais, azeite de peixe (para a iluminação), entre outros, e pouco mais se fazia parte do quotidiano cabo-verdiano. Não tinham (nem podiam ter, diríamos nós) engenhos nem azenhas ou moinhos por isso descasavam o arroz, pilavam/moíam o anil e a mandioca e todas as extracções do milho no pilão.

Na actividade comercial das ilhas, circulavam moedas/dinheiros de todas as nacionalidades que frequentavam o arquipélago mas não tinham valores fixos. Assim como os pesos e as medidas não tinham os valores precisos – existiam vários valores para mesma moeda, mesma medida e mesmo peso, variando de ilha para ilha ou até de localidade para localidade⁷³².

Quanto ao armamento, os cabo-verdianos não tinham armas senão uma faca, um *manduco* (pau ou cacete) e pedras que se encontravam na natureza. Segundo o ex-Feitor, aqueles, “dados a todas as desordens serviam-se de dois géneros de armas proibidas – uma faca e um pau de quatro quinas, vulgarmente chamado *manducu*”⁷³³. Na sequência da revolta de 28 de Dezembro de 1811⁷³⁴, Lucas de Senna relata, em 1818, que os levantados não levavam armas de qualidade alguma, nem os seus *manducos*, de que eles sempre usavam e que, por isso, na altura valeram-se de pedra⁷³⁵.

⁷²⁹ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, pp. 42-43; J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 154.

⁷³⁰ Cf. J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 17.

⁷³¹ Vide J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo I, p. 88.

⁷³² Cfr João da Silva Feijó, “Ensaio Político [...]”, *op. cit.*, pp. 20 e 21; António Pusich, “Dissertação dos Reais Rendimentos [...], *op. cit.*, p. 129.

⁷³³ José António Pinto, *op. cit.*, p. 180.

⁷³⁴ Sobre esta revolta, veja-se pp. 34 e 89.

⁷³⁵ Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 27.

À luz da época, poderia considerar-se todos estes feitos como arte, técnicas, ciências e regras, desde as formas de produção alimentícia, passando pelo vestuário e algumas (poucas) voltadas para o comércio. Tanto o cultivar da terra, como tecer panos, criar animais, comerciar ou cozinhar exigiam arte, técnicas, ciência e regra. Por exemplo, ligado ao hábito alimentar do cabo-verdiano, alguns forasteiros afirmaram que se extraíam “artificialmente” vários elementos do milho, da mandioca ou de cana-de-açúcar. Ainda dão novas formas aos elementos extraídos como por exemplo os diferentes pratos das ilhas⁷³⁶. Mas estes autores tinham dificuldade em aceitar ou reconhecer que poderiam existir “artes, técnicas, ciências e regras” que não fossem de modelos europeus. Contudo, em 1841, o próprio Chelmicki e Varnhagen chegaram a conclusão de que a indústria em Cabo Verde ia muito além do que geralmente se imaginava em Portugal, porém, quanto à “indústria fabril”, em 1844, Lopes de Lima diz estar muito atrás da rural e pouco além da que se encontrava entre os povos do sertão de África⁷³⁷.

Aos olhos de forasteiros, um produto só era bom quando os métodos e técnicas e meios de trabalho utilizados na sua produção eram de modelos europeus. No arquipélago cabo-verdiano, apesar das produções referidas, careciam tanto destes meios de trabalho como de melhoramentos e instruções destes métodos e técnicas. Estas simplicidades ou falta também reflectiam na estrutura moral e simbólica do cabo-verdiano. Na ausência destes meios os habitantes tinham que se esforçar muito mais, mas mesmo assim eram menos eficientes: tanto na qualidade como na quantidade. Por isso, uma boa parte da arte, técnica, ciência e regra de que os cabo-verdianos apropriaram e iam apropriando eram importadas do exterior, principalmente da Europa.

Segundo Lucas de Senna, (mais uma vez) os verdianos tinham que ir àquelas “remotas” possessões portuguesas na Índia e/ou Brasil, para observar a indústria na cultura, nas manufacturas, nas artes, nas ciências, onde nenhum ofício era ignorado para que lhes sirva de exemplos⁷³⁸. Na verdade, no período em apreço, tanto (ausência de) as formas como os meios de produção aplicados nas ilhas podiam ser caracterizados de cabo-verdianos, próprios do meio geo-ecológico, social, económico e cultural de Cabo Verde. As suas produções representavam uma grande relevância simbólica e configurações da cultura material, que conseqüentemente constituíam um dos principais indicadores na marcação da identidade cabo-verdiana. Por outro lado, na quantidade, resultavam das condições climatéricas, demográficas e de um certo isolamento das rotas, e portanto, dos mercados a que os cabo-verdianos eram alheios mas que condicionavam a sua existência.

⁷³⁶ Vide supra: *Contentes e satisfeitos com um pouco de milho, mandioca e aguardente...*

⁷³⁷ Cfr J. C. C. de Chelmicki e F. A. de Varnhagen, *op. cit.*, Tomo II, p. 6; J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde [...]*, *op. cit.*, parte I, p. 35.

⁷³⁸ Cf. Manuel Roiz Lucas de Senna, *op. cit.*, p. 107.

CONCLUSÃO

Ao analisar a imagem do cabo-verdiano, chegou-se à conclusão de que durante os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX construiu-se, pelos forasteiros, nos textos portugueses, um discurso depreciativo e africanizado sobre os cabo-verdianos. Estas classificações foram feitas fundamentalmente através das práticas de sociabilidade, modelos culturais e modos de vida dos cabo-verdianos, apreendidos a partir do contacto com as ilhas de Cabo Verde e os seus habitantes ou, muitas vezes, a partir de informações de terceiros, por homens que por lá trabalharam ou simplesmente por lá passaram, entre 1784 e 1844, a partir dos padrões culturais portugueses/europeus, baseadas principalmente nos valores e tradições católicos-cristãos.

A imagem do cabo-verdiano que se produziu partia do princípio da sua grande afinidade biológica e cultural, principalmente nas suas práticas, com os negros africanos e um certo afastamento do branco europeu, ou seja, de uma aculturação compulsiva dos elementos culturais portugueses/europeus. Os cabo-verdianos assemelhavam-se aos bárbaros, selvagens e eram supersticiosos porque no imaginário dos forasteiros seriam provenientes de Negros, Cafres Selvagens, que se dispersavam pelas montanhas e vales das ilhas, e, longe do olhar europeu, tornaram-se quase selvagens, ignorantes, sem (ou quase sem) religião, e uma dieta alimentar, considerada, por um lado qualitativamente insuficiente, por outro consumida em excesso; vivendo quase nus, cada um em suas choupanas, desprezando a língua portuguesa para falar um “ridículo” crioulo que os próprios inventaram nas ilhas. Preferiam o ócio, a miséria e a penúria em vez de trabalharem para se “desenvolver” e ter uma vida cómoda e civil. Quando lhes apeteciam fazer alguma coisa era com pouca ambição, sem nenhuma arte, nem técnica, nem ciência, nem regra. Avaliações estas marcadas pelos ideais do Iluminismo Católico que marcavam o pensamento e discurso dos forasteiros. Estes atributos que caracterizavam, classificavam e hierarquizavam o cabo-verdiano eram opostos aos valores e preceitos do catolicismo, o que o distanciava do civilizado homem europeu e o aproximava do incivilizado homem africano. Eram evidentes as marcas africanas no quotidiano e no espaço socio-cultural cabo-verdiano.

Nas ilhas de Cabo Verde onde em meados do século XV seres humanos e formas de vida vindos da Europa e de África se encontraram, de forma quase natural mas acelerada, através de diálogos humanos e culturais, experimentou-se um novo tipo humano e novas formas de vida – um terceiro grupo, se quiser, biológico e culturalmente diferenciado – interagindo com os pré-existentes na produção, definição, configuração e reconfiguração do espaço cabo-verdiano.

Perante estes encontros, não só de homens, mas também de culturas, plantas e animais, sob a direcção dos portugueses não se conseguiu fazer do arquipélago cabo-verdiano um território

civilizacional português/europeu como se tencionava. Não se conseguiu fazer dele um território “tão português” nem no grupo humano nem no seu ser e nas suas práticas, ou seja, transferir para as ilhas o conjunto do “processo civilizacional” português/europeu como se tinha e estava a ser experienciado nos arquipélagos dos Açores e na Madeira.

Adversidade do clima, a distância da metrópole e poucos recursos naturais tornaram inviável a tal pretensão portuguesa. Face às carências humanas devido ao desinteresse dos portugueses e outros europeus, viu-se, como alternativa, recorrer à costa africana à procura de homens povoadores e homens trabalhadores, escravos e alguns homens livres, que também levaram para as ilhas o seu ser e as suas culturas. Face às carências naturais, principalmente de plantas e animais (comestíveis), introduziu-se não só da Europa e de África, mas também das Américas e da Ásia, o que tornaram as ilhas num novo espaço ecológico. Com a ocupação do arquipélago (com homens, plantas e animais) garantiu-se e assegurou a terra recém-achada e o apoio à navegação de longo curso (apesar de não por muito tempo porque nos altos do século XVII Cacheu aparece como alternativa) mas não se edificou uma sociedade portuguesa/europeia como se pretendia. Nem uma sociedade africana apesar de África ter fornecido um maior contingente humano. Constitui-se uma sociedade mestiça – complexa e heterogénea, com elementos de ambos os continentes, tanto que nenhum dos dois podia reclamar legitimidade, embora os elementos africanos sobressaíssem aos olhos de forasteiros. Os cabo-verdianos não só não cumpriam os requisitos de uma sociedade civil, como diluíram as fronteiras civilizacionais entre europeus e africanos. Não era porém aceite pelo facto dos critérios do Iluminismo católico que marcavam o pensamento dos autores.

Apesar da construção de uma imagem africanizada dos cabo-verdianos por parte dos forasteiros, podia-se constatar que não foi possível recriar a Europa (Portugal) nem uma África no arquipélago de Cabo Verde. Mas as esperanças numa sociedade civil portuguesa/europeia no mesmo território persistiam no imaginário dos forasteiros. As propostas para socializar os cabo-verdianos segundo os modelos iluministas marcados pela Ilustração e Religião Católica articuladamente continuavam, sem se aperceberem de que o processo de mestiçagem ocorrido nas ilhas de Cabo Verde era irreversível. O modelo civilizacional transferido para o arquipélago conjugava modelos africanos e europeus. Tanto os elementos materiais, como a habitação a alimentação, o vestuário, como os elementos imateriais, como a religião, a língua, a arte e a técnica, de ambos os continentes, foram integrados nos próprios condicionalismos ecológico, geográfico, político e social, adquirindo novas formas que corporizaram uma sociedade cabo-verdiana. Os cabo-verdianos adaptaram-se às suas próprias formas de vida, com os seus credos, produzindo e confeccionando os seus alimentos, construindo suas casas, manufacturando e às vezes comprando e

adaptando os seus vestuários, falando o seu próprio idioma, aplicando no trabalho os seus próprios meios e métodos.

Na verdade, a construção de uma imagem negativa do cabo-verdiano revelava-se claramente uma negação da cultura e da identidade mestiça daqueles homens e mulheres que habitavam o arquipélago. Com as suas práticas, por vezes, muito adversas às do homem “civilizado” europeu, tornava-se imperativo a domesticação do “incivilizado” homem cabo-verdiano pelo “civilizado” homem europeu. O Outro cabo-verdiano foi enselvajado, principalmente, devido às presenças dos elementos africanos nas suas práticas e nos seus hábitos, misturando-os com os dos europeus, para depois ser domesticado pelo homem português/europeu. Com as suas práticas e comportamentos reprovados, a domesticação passava-se pela inserção do cabo-verdiano no espaço civilizacional português/europeu que lhe assegurava o acesso à instrução profundamente marcada (principalmente ler e escrever), ao trabalho, à evangelização [Religião Católica Romana], de forma a perder os comportamentos e práticas selvagens herdadas e mantidas dos seus ascendentes negros. A instrução obtinha-se, principalmente, através da Igreja, que apesar do carácter universal, procurava instruí-los ao modo português/europeu, ao mesmo tempo que procurava criar as condições para exploração e valorização dos territórios e riquezas cabo-verdianas⁷³⁹. Os forasteiros queriam que o arquipélago de Cabo Verde e cabo-verdianos fossem úteis à Monarquia (Portugal), isto é, bons vassallos, mas também sentiam-se legitimados a ambicionar, pelo “direito histórico e civilizacional”, que o povo arquipélago seja como os portugueses metropolitanos, tanto do ponto de vista cultural e como biológico.

Em todo o caso, por um lado, estas representações reflectiam sobretudo o fracasso português na assimilação dos cabo-verdianos, com maior visibilidade na religião, na instrução e na língua, isto é, Portugal falhou o objectivo de criar uma sociedade “verdadeiramente europeia” em espaço cabo-verdiano. Por isso, aos olhos dos forasteiros, a cultura cabo-verdiana e o próprio homem cabo-verdiano constituíam-se num “desvio” porque consideravam que a ocupação e o povoamento do arquipélago eram de iniciativas portuguesas, logo, no mínimo, a cultura e o homem nele surgidos deveriam também ser portugueses, por isso, ainda os forasteiros estavam dispostos em emendar os “defeitos” e perdoar os “erros” dos verdianos, e por outro lado, mostra-se a capacidade de, num espaço novo, através do processo de mestiçagem, surgir algo novo, com contornos próprios a que se podia caracterizar de cabo-verdiano.

⁷³⁹ Cf. Isabel Castro Henriques, “Portugal e as realidades africanas, história, práticas e preconceitos”, *Janus 99-2000: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1999-2000, pp. 62-63; Valentim Alexandre, “O império africano [...]” *op. cit.*, p. 41.

Mas que consequências tiveram estas representações na construção da identidade cabo-verdiana? Diz um filósofo polaco, citado por Serge Moscovici, que “a realidade de uma sociedade depende em parte do que existe em sua representação”⁷⁴⁰. Não há dúvidas que estas representações foram principais factores de mudança no seio da sociedade cabo-verdiana, principalmente na reconfiguração da sua identidade. Como concluiu Roger Chartier, “a construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”⁷⁴¹. A construção deste discurso sobre o cabo-verdiano implicou alteridade na sua cultura, em função dos padrões culturais europeus. É certo que estas representações dos forasteiros alterou profundamente o comportamento e práticas dos cabo-verdianos, tanto mais que em finais do século XIX as elites reclamavam um estatuto de igualdade aos portugueses metropolitanos⁷⁴², ou a apresentação do arquipélago de Cabo Verde nas propagandas coloniais, a partir da segunda década do século XX, como “colónia modelo”⁷⁴³. Essas mudanças e reconfigurações também podem estar visíveis no seio do actual mundo cabo-verdiano. A imagem negativa e africanizada do cabo-verdiano construída pelos forasteiros no período em apreço foi factor fundamental na recomposição social e cultural cabo-verdiana, inclusive para a configuração e reconfiguração da sociedade cabo-verdiana que se conhece hoje, fruto de inclusões e exclusões, de memórias e esquecimentos.

Uma nota final. Numa altura em que investigadores de diversas áreas procuram estudar e tentar compreender questões sobre a identidade cabo-verdiana, talvez valha a pena alertar que estas explicações nunca serão compreendidas sem o parecer do campo historiográfico. Principalmente para entender as transformações culturais, sociais e económicas dos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. As respostas aos problemas que tem surgido em situar (definir) a sociedade cabo-verdiana do ponto de vista social, cultural e identitário, ou até do ponto de vista biológico, passa pela recusa da conceptualização do mundo como bipolar e começar a ver e pensar a cultura cabo-verdiana como uma cultura mestiça, que emergiu na casualidade, sobreviveu, resiste e caminha para um futuro desconhecido (de incerteza), simplesmente porque é uma cultura mestiça; ver e pensar o cabo-verdiano como homem de cultura e identidade flexíveis (fruto da sua própria formação), não estáticas, situados numa espécie de frentes, nem tanto entre um mundo bipolar, mas sim entre vários mundos, fazendo a ponte entre as várias civilizações.

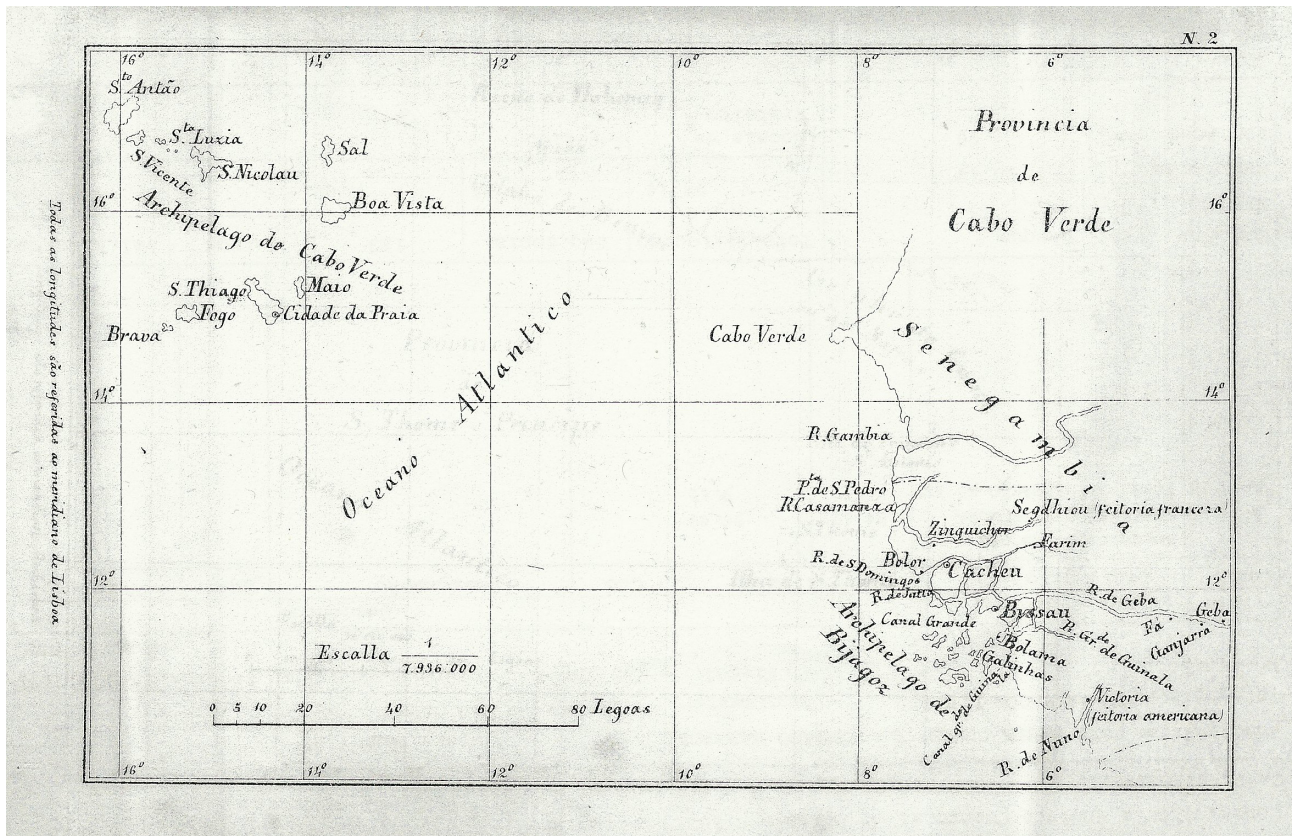
⁷⁴⁰ Vide Leszek Kilakowski, apud Serge Moscovici, *op. cit.*, p. 173.

⁷⁴¹ Roger Chartier, *Au bord de la falaise: L'histoire entre certitudes et inquiétude*, Paris, Albin Michel, 2009, p. 90.

⁷⁴² Cf. Manuel Brito-Semedo, *op. cit.*

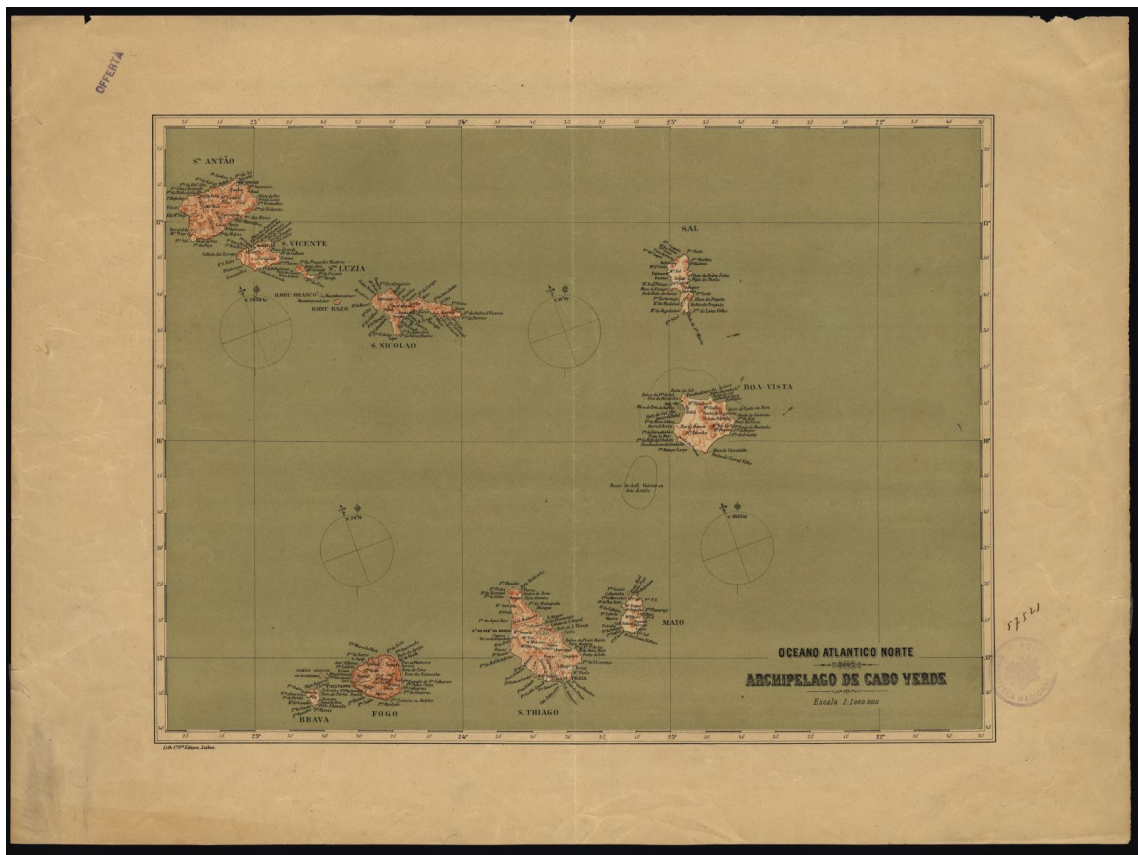
⁷⁴³ Vide Sérgio Neto, *op. cit.*

MAPAS

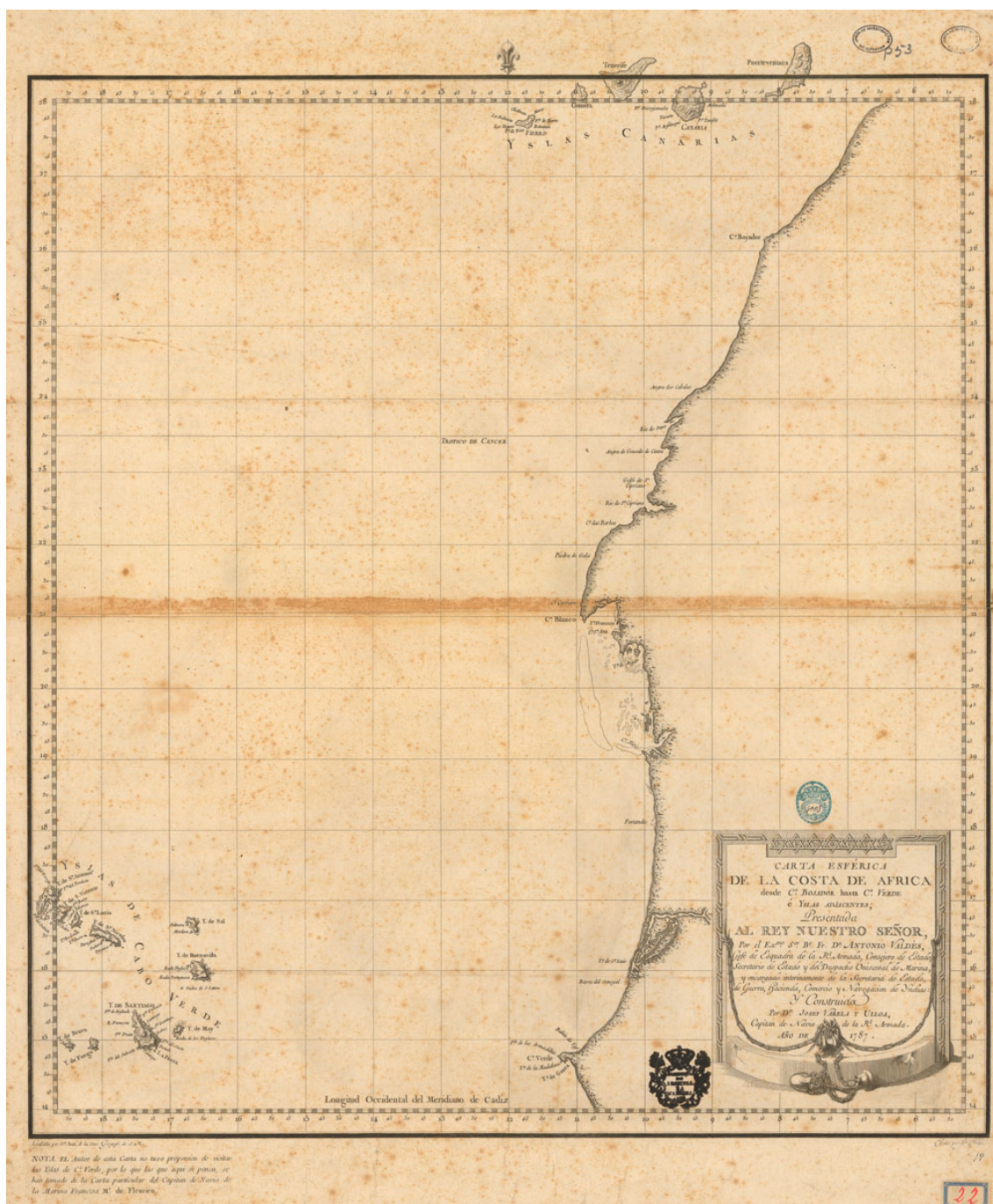


Mapa I - Cabo Verde e Guiné

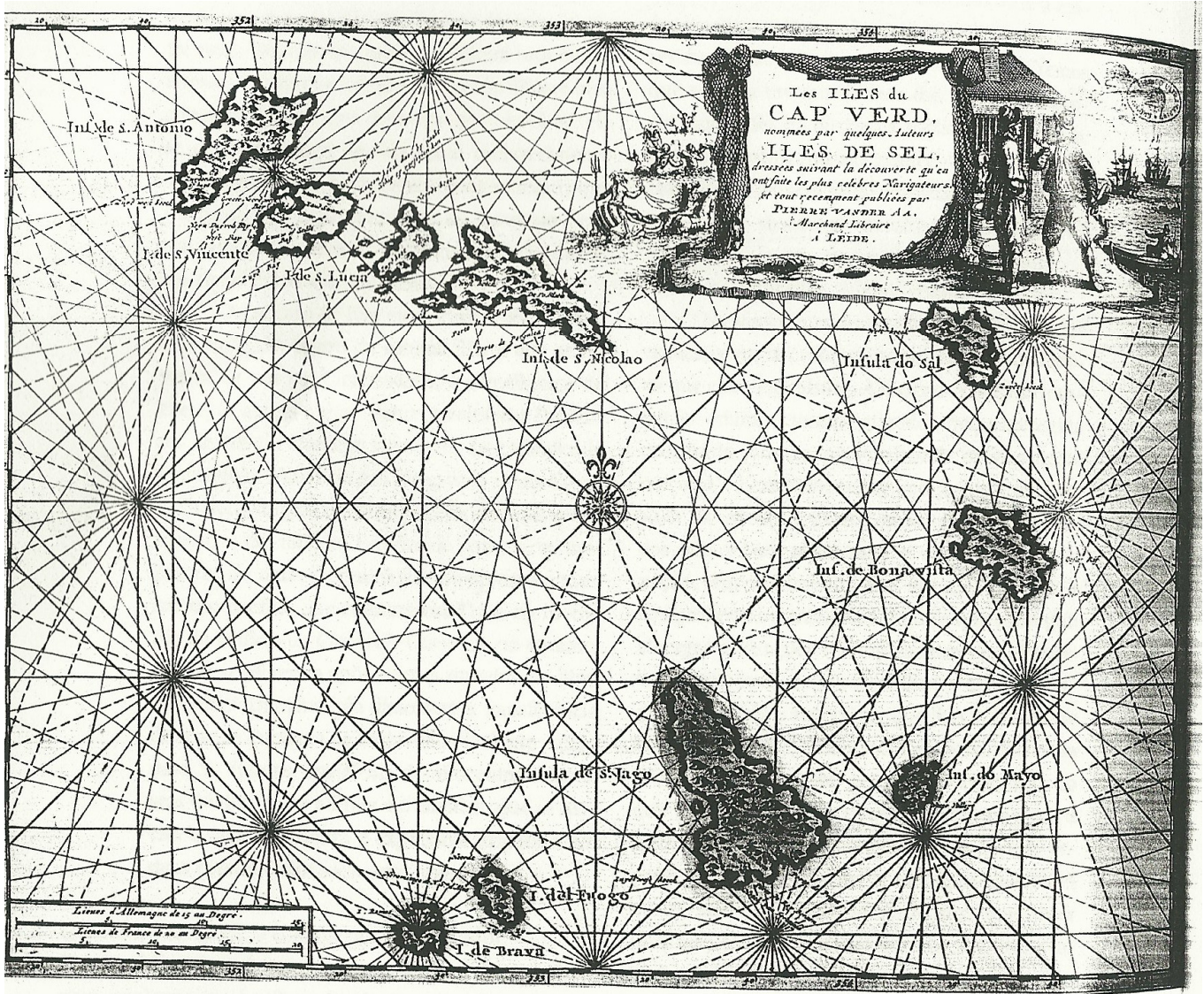
Gerardo A. Pery, *Geographia e Estatistica Geral de Portugal e Colonias com um Atlas*, Lisboa Imprensa Nacional, 1875.



Mapa II - [Carta do] Archipelago de Cabo Verde [Material cartográfico], Oceano Atlantico Norte, Escala 1:1000000, Lisboa, Lith. C[ompanhi]a N[acion]al Editora, [18--]. 1 mapa: litografia, color, 31,00x41,60 cm, em folha de 40,80x55,50 cm.

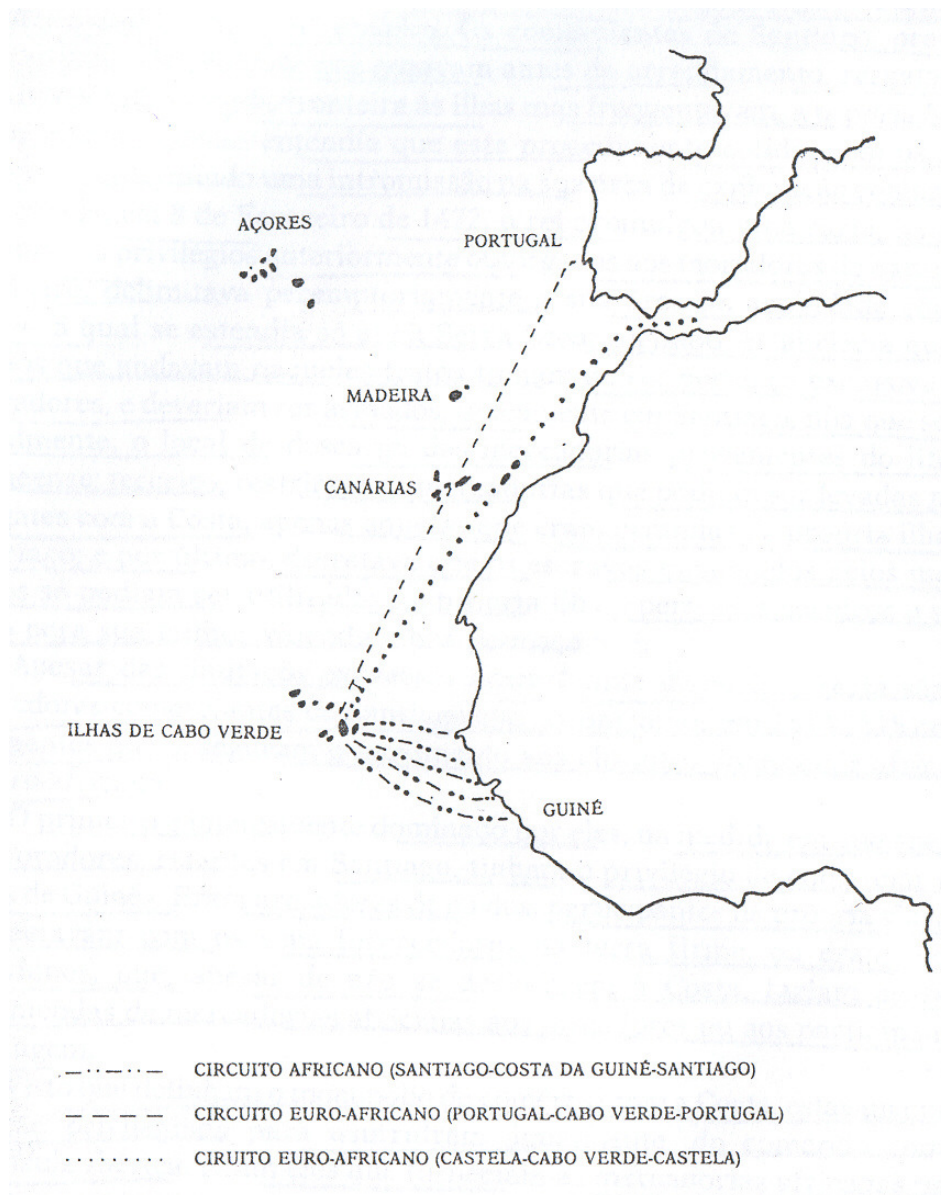


Mapa III - Carta esférica de la costa de africa desde C^o Bojador hasta C^o Verde é yslas adjacentes; presentada al rey nuestro señ, Por el Exm^o Sor. B^o Fr. Dn. Antonio Valdès, Gefe de escuadra de la Rl. Armada, Consejero de Estado, Secretario de Estado y del despacho Oniversal de Marina, y encargado interinamente de la Secretaria de Estado, de Guerra, hacienda, comercio y navegacion de Indias: y construida por D. Josef Varela y Ulloa, capitan de navio de la rl armada. año de 1787_CDI-1801-1787. <http://www.tvciencia.pt/cat/pagcat/icat03.asp?varcota=CDI-1801-1787>



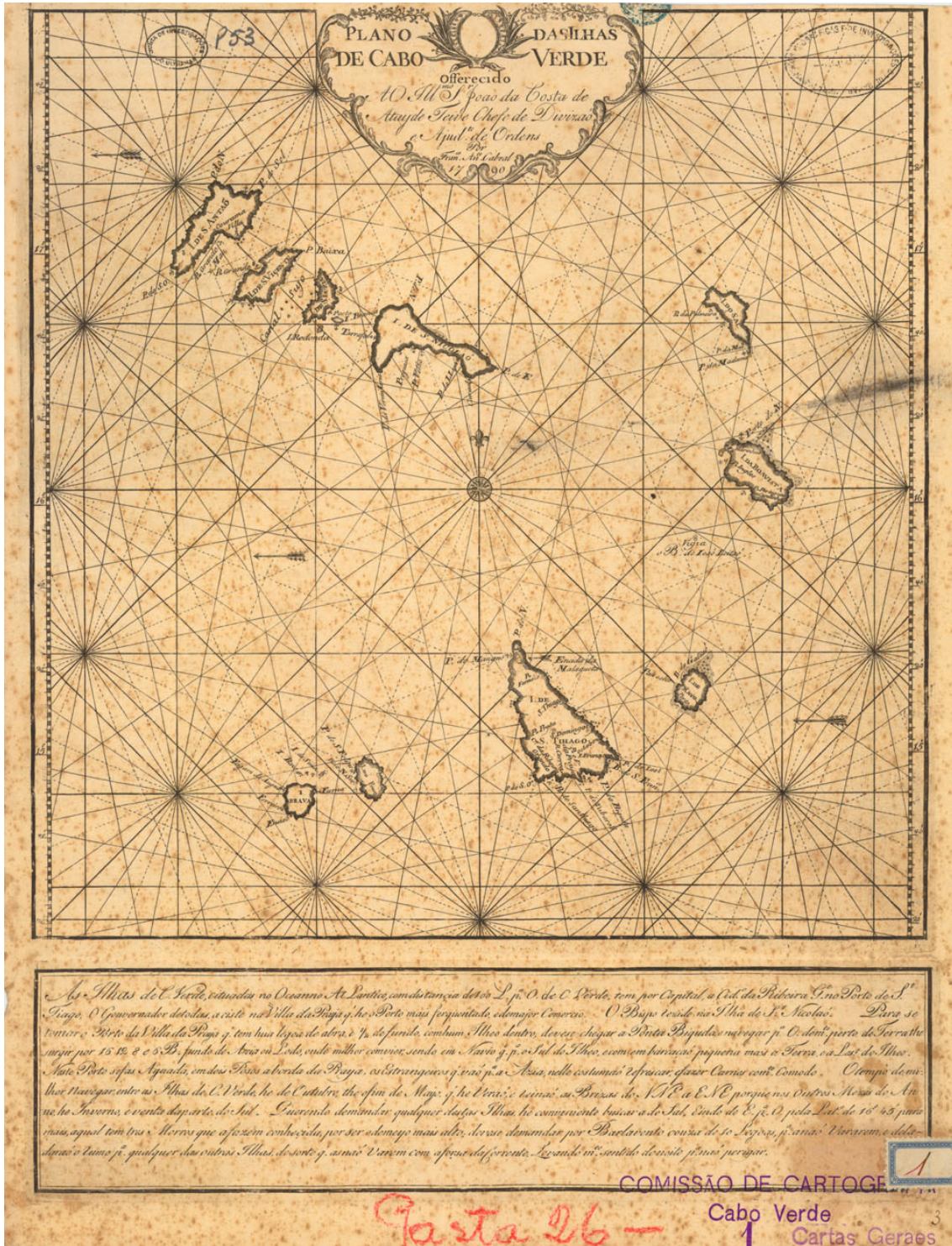
Mapa IV - Carta Francesa do século XVIII

António Leão Correia e Silva, “Praia: a lenta emergência de uma capital”, *Cultura/Kultura: Revista de Investigação Cultural e de Pensamento*, nº 2 (Julho 1998), dir. Ondina Ferreira, Praia, Ministério da Cultura, 1998, pp. 188-201, p. 188.

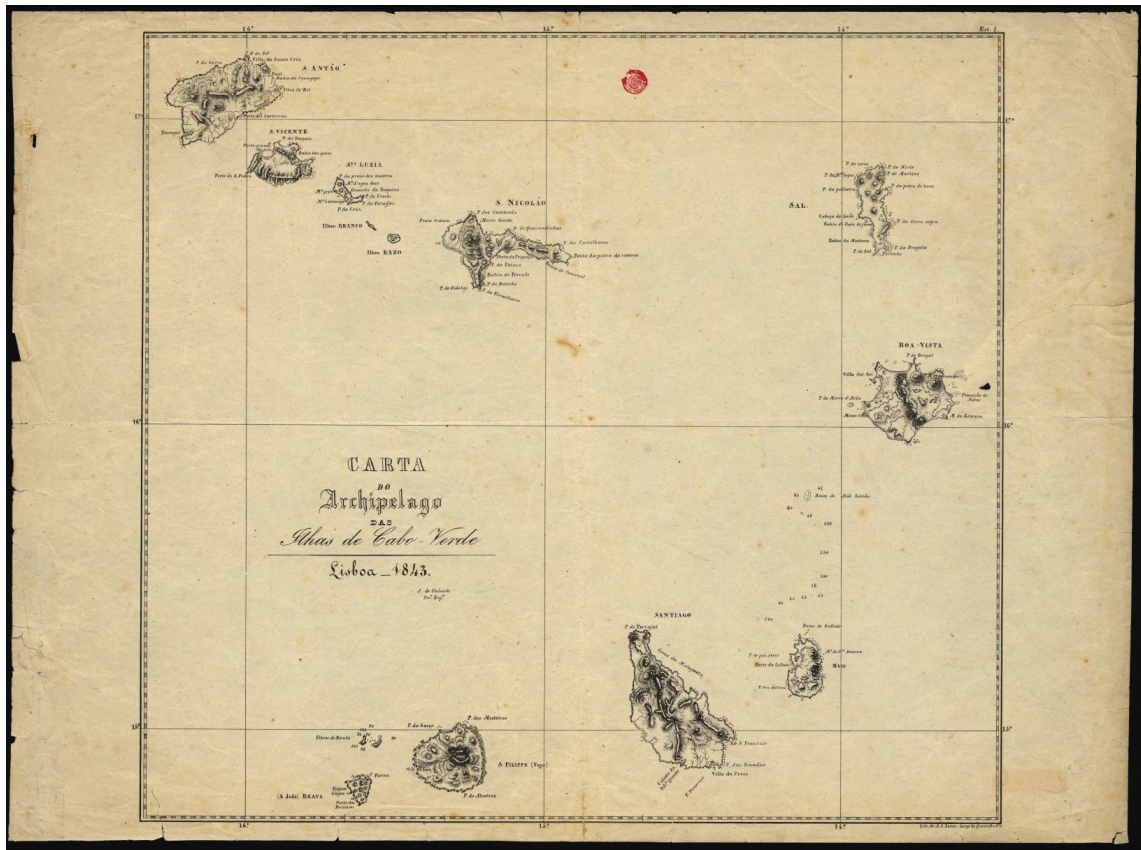


Mapa V - Mapa representativo dos circuitos em que Cabo Verde estava envolvido nos séculos XV e XVI

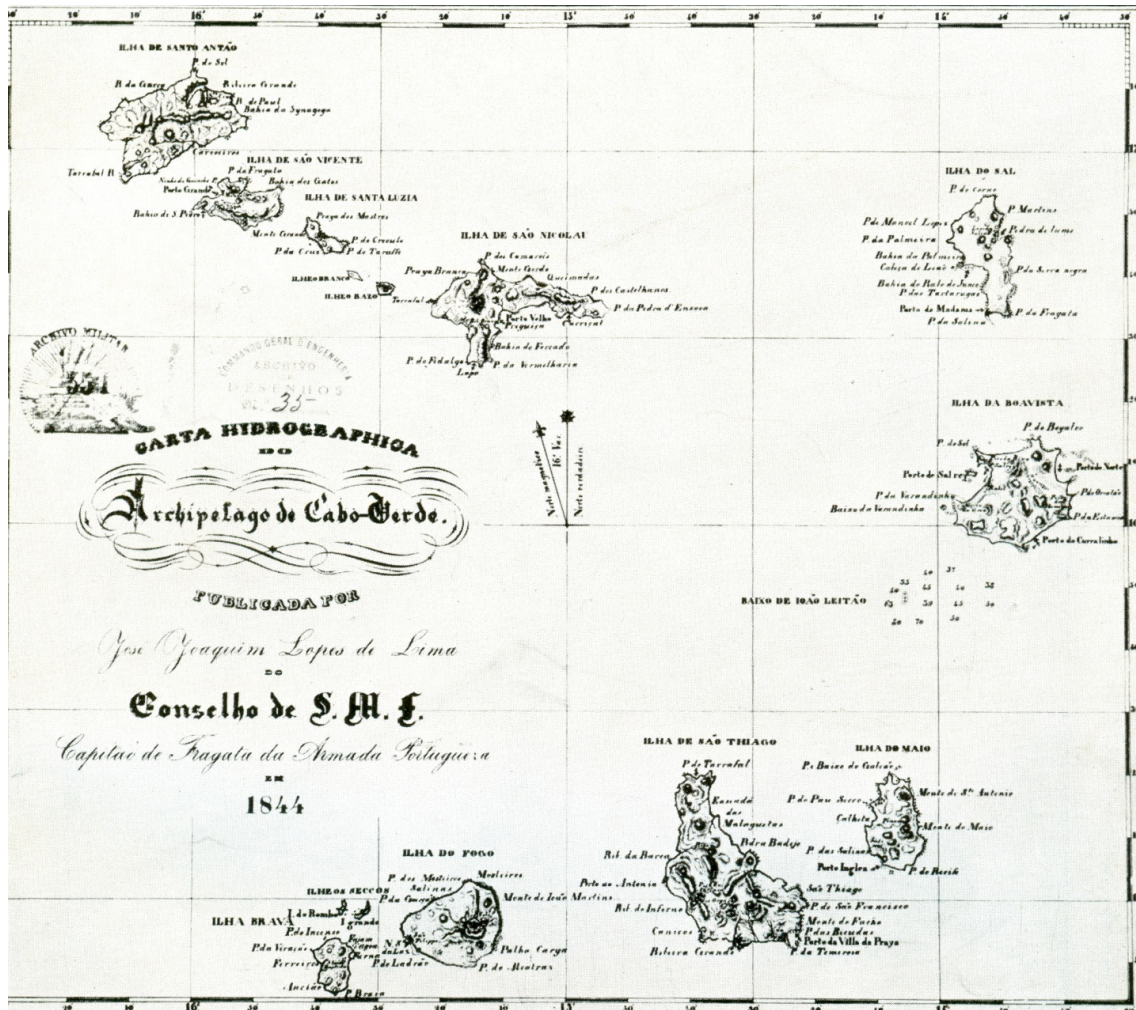
Maria Emília Madeira Santos, Maria Manuel Torrão, "Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: A legitimidade da Utilização de Fontes Escritas", *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas, vol. I, D. João II e a Política Quatrocentista*, Porto, Universidade do Porto – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, pp. 527-553, p. 530.



Mapa VI - Plano das Ilhas de Cabo Verde oferecido ao Illmº Sr. João da Costa de Atayde Teive chefe de divisão e ajudte de ordens, Francisco António Cabral, IICT, Centro de Documentação Informação, 1796-1790. Disponível também em <http://www.tvciencia.pt/cat/pagcat/icat03.asp?varcota=CDI-1796-1790>



Mapa VII - Carta do archipelago das ilhas de Cabo Verde [Material cartográfico], Escala [ca 1:730000], José Conrado Carlos de Chelmicki, Lisboa, Lith. de A. C. Lemos, 1843, 1 carta, imp. em papel; 40,80x43,40 cm em folha de 41,80x56,30 cm.



Mapa VIII - Carta Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde

José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania. Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portugueza ao norte do Equador*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivo Histórico Ultramarino

Colecção de documentos Avulsos do Conselho Ultramarino, Cabo Verde: Caixas 42 – 65, 70-72, 74, 76, 80, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95 – 98 – [1784-1833].

Colecção de documentos Avulsos da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar, Cabo Verde: Caixas 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61 – [1834-1844].

Colecção de Iconografia – Cabo Verde (séculos XVIII e XIX).

1.2. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Junta do Comércio, Comércio em grosso (1784-1832), Maço 62, Cxs. 202 e 203.

Expediente Geral, Correspondência recebida do Ministério do da Marinha e Ultramar (1805-1832).

Expediente Geral, Informação dos governadores e magistrados das ilhas adjacentes e ultramar (século XVIII - 1832).

1.3. Biblioteca Nacional de Lisboa

FEIJÓ, João da Silva, *Itinerario ff[i]losofico que contem a rellacção das ilhas de Cabo Verde disposto pelo methodo epistolar, dirigidas ao... Senhor Martinho de Mello e Castro pello Naturalista Regio das mesmas ilhas João da Sylva Feijó*, [1783], (Microfilme) F.R. 436.

2. Fontes Impressas

ANDRADE, João Viera de, “Carta do ouvidor Geral, João Viera de Andrade, ao Rei D. José [26 de Julho de 1762]”, *Estudos da história de Cabo Verde*, Daniel A. Pereira, 2ª ed. rev. e aum., Praia, Alfa-Comunicações, 2005, pp. 337-344.

BORDALO, Francisco Maria, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

CASTILHO, José Feliciano de, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818)”, *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, nº 1 (Abr. 1836) – nº 5 (Ago. 1836) Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.

- CHELMICKI, José Conrado Carlos de, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, 2 vols, Lisboa, Typografia C.C da Cunha, Costa do Castello N° 15, 1841.
- CORDEIRO, P.^{de} António, *História insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental, composta pelo Padre Antonio Cordeiro: insulano tambem da Ilha Terceyra, & em idade de 76 annos [...]*, Lisboa, Typ. de O Panorama, [1717] 1866.
- COSTA, Marcelino Rezende, “Noticia das ilhas de Cabo Verde, suas dependências, e melhoramento”, *Memorial Ultramarino e Maritimo*, n° 1, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836, pp. 43-52.
- “Costumes supersticiosos nas Ilhas de Cabo verde”, *O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, 1ª série, vol IV, Lisboa, na Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Janeiro a Dezembro de 1840, p. 96.
- FEIJÓ, João da Silva, “Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de plano à História Filosófica das mesmas”, por João da Silva Feijó, “naturalista encarregado por Sua Magestade do exame físico das ditas ilhas”, [1ª ed. 1813], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 1-26.
- , “Ensaio Económico sobre as ilhas de Cabo Verde, em 1797”, [1ª ed. 1815], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 1-25.
- , “Memórias: tiradas do Ensaio Filosófico e Político sobre as ilhas de Cabo Verde, escrito e oferecido à Real Academia das Ciências por João da Silva Rego [Feijó], naturalista que foi encarregado do serviço de S. Mag. do exame das mesmas ilhas, 1797”, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 27-33.
- , “Memória sobre a Urzela de Cabo Verde” [1ª ed 1815], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 35-43.
- , “Memória sobre a Fábrica Real do Anil na Ilha de Santo Antão”, [1ª ed. 1885], *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 45-56.
- FERREIRA, Aniceto “Memória dos artigos e produções das Ilhas de Cabo Verde [1804]”, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 61-71.

- , “Dissertação dos principais objectos da ilha da Boa Vista, uma das Capitánias de Cabo Verde” (1800-1802?), *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 47-54.
- , “Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a Agricultura nas ilhas de Cabo Verde”(1813). *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 59-60.
- Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, nº 1 (Abr. 1836) – nº 5 (Ago. 1836), Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.
- LIMA, José Joaquim Lopes de, “notas e comentários”, “Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818), *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, nº 1 (Abr. 1836) – nº 5 (Ago. 1836), Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.
- , *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania. Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portugueza ao norte do Equador*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo-Verde... composta por Um Amante da Pátria, e Leal Vassalo de S. Magestade Fidelíssima*, [Ed. de Padre Ruela Pombo], Lisboa, Empresa da Revista Diogo Caão, 1937.
- Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde e seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meus mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligencia de um Amante da Pátria e Leal Fiel Vassalo de Sua Magestade Fidelíssima – 1784*, apresentação, notas e comentários por António Carreira, Lisboa, Inst. Caboverdeano do Livro, 1985.
- PINTO, José António, “Relato do feitor da Fazenda Real, em Bissau, que serviu como subalerno em Cabo Verde, de 1795 a 1797” [1806], *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*, Apresentado por António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1983, pp. 176-205.
- PUSICH, António, “Dissertação dos Reais Rendimentos e da sua Administração nas ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento (1817)”, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 125-132.
- , “Ensaio físico e político da Ilha de S. Nicolau, 1803”, publ. por Orlando Ribeiro, “As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX”, *Garcia de Orta*, IV (4), Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar, 1956, pp. 605-634.

- , “Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das ilhas de Cabo Verde (1824)”, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 139-145.
- , “Estado actual da Administração da justiça nas ilhas de Cabo Verde” (1824?), *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 146-153.
- , “Memória de algumas providências que me parecem necessárias e úteis para as ilhas de Cabo Verde, e para Bissau e Cacheu (1818)”, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 133-138.
- , “Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo Verde”, 1810, *Anais do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial*, Lisboa, 1860-1861.
- , “Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo Verde”, Orlando Ribeiro, “As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX”, *Garcia de Orta*, IV (4), Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar, 1956, pp. 605-634.
- SECRETARIA d’Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (SENMU), “Consulta da Junta Geral da Província de Cabo Verde”, *Memorial Ultramarino e Marítimo*, nº 1, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836, pp. 3-25.
- SENNA, Manuel Roiz Lucas de, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde, 1818*, anot. e coment. de António Carreira, [s.l.], Mem Martins, 1987.
- VASCONCELOS, Manuel Alexandre de Medina e, “Providências necessárias para a Regeneração das Ilhas de Cabo Verde, 1813”, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 75-78.

II. Bibliografia

1. Bibliografia Geral

1.1. Obras de Referência

- Dicionário de sociologia*, sob a direcção de Raymond Boudon, [et al.], Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- Dicionário de história religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, coord. Ana Maria Jorge, [et al.], Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.
- Dicionário temático da lusofonia*, dir. e coord. Fernando Cristóvão [et al.], 2ª ed., Lisboa [etc.], ACLUS - Associação de Cultura Lusófona, Texto Editores, 2007.
- Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Enciclopédia, 1936-1960.

JESUS MARIA, Bernardo de, *Diccionario da lingua portugueza, em que se acharão dobradas palavras que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntas, composto por Bernardo de Lima e Melo Bacellar*, Lisboa, Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.

MONTEIRO, José Maria de Sousa, *Diccionario geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar em que se descrevem as ilhas e pontos continentaes que actualmente possui a corôa portugueza...*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1850.

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza*, vol. I e II, 5ª ed., Lisboa, Typ. de António José da Rocha, 1844.

1.2. Obras Gerais

ALEXANDRE, Valentim, “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”, *Penélope: Fazer e desfazer a História*, nº 15, Lisboa, Edições Cosmos, 2005, pp. 39-52.

-----, “O império africano (séculos XIX-XX) – As linhas gerais”, *O império africano: séculos XIX e XX*, coordenação de Valentim Alexandre, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 11-28.

ALMEIDA, Fortunato de, *História Religiosa de Portugal*, 2º vol., Livro III: Desde o reinado de D. Manuel I até ao fim do reinado de D. João V (1495-1750), 3º vol., Livro IV: Desde o princípio do reinado de D. José I até à proclamação da República (1750-1910), Nova ed., prep. e dir. por Damião Peres, Porto, Portucalense, imp. 1967- 1971.

ALMEIDA, Carlos, *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do séc. XVI ao primeiro quartel do séc. XVIII)*, Julho de 2009. (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa).

AMSELLE, Jean-Loup, *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot, 1999.

AMSELLE, Jean-Loup, M'BOKOLO, Elikia, *Au cœur de l'ethnie: Ehnies, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte/Poche, 1999.

ARRUDA, Luís, GUEDES, Maria Estela, “João da Silva Feijó, naturalista brasileiro em Cabo Verde”, *As Ilhas e o Brasil [VI Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas]*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico Região Autónoma da Madeira (org.), Funchal, CEHA, 2000, pp. 509-524.

AZEVEDO, Thales, “Mestiçagem e Status no Brasil”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Actas Vol. I, Coimbra, 1965, pp. 87-112.

BARATA, Maria R. Themudo, “A noção de crise e a sua aplicação em História Moderna”, *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX: actas do Seminário organizado pelo Centro de História*

da Universidade de Lisboa, coord. de Sérgio Campos Matos, Lisboa, C.H.U.L., 2002, pp. 11-32.

BARTH, Fredrik, “Ethnic groups and Boundaries”, *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*, Vol 1, London, Routledge & Kegan Paul, pp. 198-227.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, 2ª ed., Lisboa, Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, 3ª ed, Lisboa, Teorema, 1989.

-----, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: As estruturas do quotidiano*, Lisboa, Teorema, 1992.

BROOKS, George E., *Western Africa and Cabo Verde, 1790s-1830s: Symbiosis of Slave and Legitimate Trades*, Bloomington, AuthorHouse, 2010.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.

-----, *Au bord de la falaise: L’histoire entre certitudes et inquiétude*, Paris, Albin Michel, 2009.

CLARENCE-SMITH, Gervase, *O III Império Português: 1825-1975*, Lisboa, Teorema, D.L., 1990.

CLASTRES, Hélène, “Primitivismo e ciência do homem no século XVIII”, *Discurso*, 13, USP, 1980, pp. 187-208.

Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX: actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, coord. de Sérgio Campos Matos, Lisboa, C.H.U.L., 2002.

DOMINGUES, Ângela, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos”, *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, (Supl.), 2001, pp. 823-838.

DOMINGUES, Francisco Contente, *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*, Lisboa, Colibri, 1994.

DUCHET, Michèle, *Antropología e historia en el Siglo de las luces: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot*, 3ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1988.

ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 2006.

Fazer história, 3 vols, 2ª ed., sob a direcção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, Venda Nova, Bertrand, 1981-1987.

FERREIRA, António Matos, “Correntes Cristãs na Definição do Espaço Colonial Português”, *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, *Do Brasil para África (1808-1930)*, direcção [de] Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 425-443.

- FOUCAULT, Michel, *A arqueologia do saber*, Petrópolis, Vozes, 1972.
- Freyre, Gilberto, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, [1933] 1983.
- , *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, [1940] 1957.
- GLISSANT, Édouard, *Traité du tout-monde: Poétique IV*, Paris, Gallimard, 1997.
- GODINHO, António Maria, *O ultramar português: uma comunidade multirracial*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, 1962.
- GREEN, Tobias, “Building Creole Identity in the African Atlantic: Boundaries of Race and Religion in Seventeenth-Century Cabo Verde”, *History in Africa: A Journal of Method*, vol. 36, 2009, pp. 103-125.
- GRUZINSKI, Serge, *La pensée métisse*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1999.
- JÚNIOR, Manuel Diégues, *Mestiçagem e transculturação no Brasil do século XVI*, Sep. *Rev. Ciências Homem*, nº 4, Lourenço Marques, Universidade, 1971.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- , “Portugal e as realidades africanas: práticas e preconceitos”, *Janus 99-2000: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1999-2000, pp. 62-63.
- , *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*, Lisboa, Vega, 2000.
- , *Os pilares da diferença: relações Portugal-África: séculos XV-XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.
- , *A herança africana em Portugal*, Lisboa, CTT, 2009.
- História Geral de Cabo Verde*, 3 Vols., vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos, vols II e III, Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1991-2002.
- HORTA, José da Silva, “A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa: 1453-1508”, Sep. *Mare Liberum*, nº 2, 1991 pp. 209-339. (apresentada inicialmente

como tese de mestrado em História Moderna à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

-----, “Evidence for a Luso-African Identity in ‘Portuguese’ Accounts on ‘Guinea of Cape Verde’ (Sixteenth-Seventeenth Centuries)”, *History in Africa: A Journal of Method*, vol. 27, 2000, pp. 99-130.

HORTON, Robin, *Patterns of thought in Africa and the West: essays on magic, religion and science*, Cambridge, Cambridge University, 1993.

KNÖRR, Jacqueline, “Creole Identity and Postcolonial Nation-Building: Examples from Indonesia and Sierra Leone”, *Série Antropologia*, nº 416, Brasília, 2007, pp. 1-32.

-----, “Towards Conceptualizing Creolization and Creoleness”, *Max Planck Institute for Social Anthropology Working Papers*, nº 100, Halle/Saale, Max Planck Institute for Social Anthropology, 2008.

LAPLANTINE, François, NOUSS, Alexis, *A mestiçagem*, Lisboa, Instituto Piaget, D.L., 2002.

L'espace et ses représentations en Afrique subsaharienne. Approches pluridisciplinaires, DULUCQ, Sophie & SOUBIAS, Pierre (éds), Paris, Karthala, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude, “Introduction à l’oeuvre de M. Mauss”, Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie: précédé d'une introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss*, 7e éd., Paris, Presses Universitaires de France, 1980.

MARK, Peter, “Portuguese” *Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press, 2002.

MAROUBY, Christian, *Utopie et Primitivisme: Essai sur l'imaginaire anthropologique à l'âge classique*, Paris, Éditions du Seuil, 1990.

MARQUES, João Pedro, “Quiméricos e reservados: imagens de África no Portugal de Oitocentos”, *Caminhos cruzados em história e antropologia: ensaios de homenagem a Jill Dias*, organizadores: Philip J. Havik, Clara Saraiva e José Alberto Tavim, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 93-107.

Miller, Christopher L., *Blank Darkness: Africanist Discourse in French*, Chicago, University of Chicago, 1985.

MOSCOVICI, Serge, *Homens domésticos e homens selvagens*, Amadora, Bertrand, 1976.

-----, *Representações sociais: investigações em psicologia social*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 2004.

- MOTA, A. Teixeira da, *Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos portugueses na África Ocidental*, Série Separatas Verdes, Lisboa, A.E.C.A., nº XCVIII, 1976.
- Nova História da Expansão Portuguesa: A colonização atlântica*, vol. III, Tomo 2, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, coordenação de Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Editorial Estampa, 2005.
- O império africano: séculos XIX e XX*, coordenação de Valentim Alexandre, Lisboa, Colibri, 2000.
- PEREIRA, Dulce, *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2006.
- , “Crioulos”, *Dicionário temático da lusofonia*, dir. e coord. Fernando Cristóvão [et al.], 2ª ed., Lisboa [etc.], ACLUS - Associação de Cultura Lusófona, Texto Editores, 2007, pp. 198-199.
- REGO, António da Silva, *O Ultramar português no século XIX*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966.
- , *O ultramar português no século XVIII (1700-1833)*, 2ª ed, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- REMA, Padre Henrique Pinto, *As Missões Católicas da Guiné*, Braga, ed. Franciscana, 1982.
- REIS, João José, “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”, *História da Vida Privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, colecção dirigida por Fernando A. Novais, volume organizado por Luiz Felipe de Alencastro, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 95-143.
- RHODES, Colin, *Le primitivisme et l'art moderne*, Paris, Ed. Thames & Hudson, 1997.
- SAID, Edward W., *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*, 2ª ed., Lisboa, Livros Cotovia, 2004.
- SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas: para a História de Portugal no século passado: ensaios*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- SWEET, James H., *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*, Lisboa, Edições 70, 2007.
- TENREIRO, Francisco, “Relações Humanas: Estrutura, Movimentos da População; Assimilação e Mestiçagem”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Actas Vol. I, Coimbra, 1965, pp. 71-86.
- , “Acerca dos arquipélagos crioulos”, *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 12 (137), Dir. Bento Levy, Praia, publicação da Imprensa Nacional, 1961, pp. 31-33.

TIAINEN-ANTTILA, Kaija, *The Problem of Humanity: The Blacks in the European Enlightenment*, SHS/ Helsinki, Finnish Historical Society, 1994.

TRAJANO FILHO, Wilson, “Outros Rumores de Identidade na Guiné-Bissau” *Série Antropologia*, nº 239, Brasília, 2000, pp. 1-31.

-----, “Pequenos mas Honrados: um jeito de ser português na metrópole e nas colônias” *Série Antropologia*, nº 343, Brasília, 2003, pp. 1-32.

-----, “Uma Experiência Singular de Crioulização”, *Série Antropologia*, nº 339, Brasília, 2003, pp. 1-32.

-----, “A constituição de um olhar fragilizado: notas sobre o colonialismo português em África”, *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*, coord. Clara Carvalho, João de Pina Cabral, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 21-59.

WEHLING, Arno, “Introdução”, *A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico 1863 a 1867*, Vol. I, Centro de História e Documentação Diplomática/FUNAG, Rio de Janeiro/Brasília, 2005, pp. 7-28.

1.3. Bibliografia Específica

ALMEIDA, António, “Das mutilações étnicas dos naturais de Cabo Verde”, *Boletim Geral das Colônias*, Ano XVII, nº 193, Lisboa, Agência Geral das Colônias, Julho de 1941, pp. 7-19.

ALMEIDA, Carlos, “A Companhia de Jesus e a sociedade crioula Cabo-Verdiana na primeira metade de Seiscentos - uma história de desencontros”, *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Coord de Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa - Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 535-559.

AMARAL, Ilídio do, “Cabo Verde: permanências e rupturas”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 6, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2001, pp. 13-48.

-----, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Associação das Universidade de Língua Portuguesa, 2007.

ANDRADE, Elisa Silva, “La Formation des Villes au Cap-Vert”, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, sous la direction de Michel Cahen, L’Harmattan, Paris, 1989, pp. 23-39.

-----, *As ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional: (1460-1975)*, Paris, L’Harmattan, 1996.

- , “Cabo Verde: Povo, Cultura, Identidade cultural”, *Cultura/Kultura: Revista de Investigação Cultural e de Pensamento*, nº 1 (Set. 1997), dir. Ondina Ferreira, Praia, Ministério da Cultura, 1997, pp. 6-17.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre, UFRGS, 2006.
- BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento e Formação da Sociedade”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1991, pp. 125-177.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné: memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2º vol., parte III, 1750-1833, 3º vol., parte IV-V, 1833-1853, 2ª ed., apresentação, notas e comentários de Daniel A. Pereira, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.
- BARROS, Simão, *Origens da colónia de Cabo Verde*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939.
- BRÁSIO, P.^e António, “Descobrimento, Povoamento, Evangelização do arquipélago de Cabo Verde”, Separa de *Stvdia: Revista Semestral*, nº 10, Julho 1962, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.
- BRITO-SEMEDO, Manuel, *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- Cabo Verde. Arquivo Histórico Nacional, Descoberta das ilhas de Cabo Verde = Découverte des Iles du Cap-Vert*, dir. José Maria Almeida, Praia, A.H.N.-Sépie Paris, 1998.
- Cabo Verde: insularidade e literatura*, coord. Manuel Veiga, Paris, Editions Karthala, 1998.
- CABRAL, Iva, SANTOS, Maria Emília Madeira, et al, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 6, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2001, pp. 49-78.
- , “Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)”, *Actas do congresso Internacional O espaço atlântico de antigo regime: poderes e sociedades*, FCSH/UNL, Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005.
- CABRAL, Nelson Eurico, *Le moulin et le pilon: les iles du Cap-Vert*, Paris, L'Harmattan-Agence de Coopération Culturelle et Technique, 1980.
- CAPELA, José V., “O Município de Cabo Verde e o Municipalismo do Mundo Português de ‘Antigo Regime’ (Breves Notas Comparativas)”, *Africana: revista editada pelo Centro de*

Estudos Africanos da Universidade Portucalense, nº Especial 24, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2002, pp. 65-76.

CARDOSO, Humberto, “O erro de A. Carreira”, *Cultura/Kultura: Revista de Investigação Cultural e de Pensamento*, nº 2 (Julho 1998), dir. Ondina Ferreira, Praia, Ministério da Cultura, 1998, pp. 32-43.

CARITA, Rui, *Curso de História e Cultura de Cabo Verde*, CD-ROM, Universidade da Madeira e IAC-Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

CARREIRA, António, *Panaria cabo-verdiano-guineense: aspectos históricos e sócio-económicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1968.

-----, “A Guiné e as ilhas de Cabo Verde: a sua unidade histórica e populacional”, *Ultramar: Revista da comunidade portuguesa e da actualidade ultramarina internacional*, vol. 8, nº 32, Lisboa, [s.n.], 1968, pp. 70-98.

-----, “Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (Separata), Nº 105 do Ano XXVII, Bissau, [s.n.], 1972, pp. 123-204.

-----, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, 1460-1878*, 3ª ed, Praia, Instituto de Promoção Cultural, [1972], 2000.

-----, *O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*, Mem Martins, [s.n.], 1982.

-----, *Estudos de Economia Caboverdiana*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

-----, “Introdução, notas e comentários”, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*, Apresentado por António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1983.

-----, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, 2ª ed., Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.

-----, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Ulmeiro, 1984

-----, “Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nº 16, Julho – Dezembro, 1985, pp. 63-88.

-----, “Introdução, notas e comentários”, *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos*

– 1784, apresentação, notas e comentários por António Carreira, Lisboa, Inst. Caboverdeano do Livro, 1985.

-----, “Introdução, notas e comentários”, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, [s.n.], Praia, Inst. Caboverdiano do Livro, 1986.

-----, “A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (organização eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX - Subsídios)”, *Revista de História Económica e Social*, nº 19, Lisboa, Janeiro-Abril, 1987, pp. 33-76.

-----, “Notas e comentários”, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 9 – 43.

-----, “Introdução, notas e comentários”, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde, 1818*, anot. e coment. de António Carreira, [s.l.], Mem Martins, 1987.

CENTEIO, Ivone de F. B. Monteiro, *As Ilhas de Cabo Verde (1820-1960): a problemática da mestiçagem e a defesa do estatuto de adjacência*, [Texto policopiado], Coimbra, [s.n.], 2007. Tese maestr., História (História Contemporânea), Fac. de Letras, Univ. de Coimbra.

CERRONE, Frederico, *História da Igreja de Cabo Verde: Subsídios*, Mindelo, [s.n.], 1983

-----, *Cabo Verde: cruzamento do Atlântico Sul*, 2ª ed, Mindelo/Fossano-Turim, Centro de Missões Estrangeiras Irmãos Capuchinhos – Edição Rádio Nova, 1998.

COHEN, Zelinda, “Administração das Ilhas de Cabo Verde e o seu Distrito no Segundo Século de Colonização (1560-1640)”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1995, pp. 189-224.

Colóquios Cabo-verdianos, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959.

CORDEIRO, Ana, *Nós, Cabo-Verdianos: A Representação da Identidade nos Textos Literários do Séc. XIX*, Dissertação do Mestrado apresentada a Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Dezembro de 2009.

CORREIA, António Augusto Mendes, *Les métis des îles du Cap-Vert*, Sep. Zeitschrift für Rassenkunde, v. 5, n.º 1, Stuttgart, Ferdinand Enke, 1937, pp. 80-87.

CRUZ, Abel dos Santos, “Retrospectiva Histórica e Jurídica do Exercício do Poder no Arquipélago de Cabo Verde: 1460-1842”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 5, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp. 91-107.

- DOMINGUES, Ângela, “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1991, pp. 41-123.
- ESTÊVÃO, João, “Peuplement et Phénomènes d’Urbanization au Cap-Vert Pendant la Période Coloniale, 1462-1940” *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, sous la direction de Michel Cahen, L’Harmattan, Paris, 1989, pp. 42-59.
- , “Cabo Verde”, *O império africano: 1825-1890, Nova história da expansão portuguesa*, coordenação de Valentim Alexandre, Jill Dias., dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, Vol. X., Lisboa, Estampa, 1998, pp. 167-208.
- ÉVORA, José Silva, “As ilhas de Cabo Verde no contexto das interfluências culturais: Santiago e S. Vicente nos séculos XV e XIX”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 6, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2001, pp. 159-170.
- FERNANDES, Gabriel, *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis – Praia, UFSC IBNL, 2006.
- FERNANDES, Margarida, *HORA DI BAI: Os Cabo-Verdianos e a Morte: Uma Abordagem Antropológica Através da Literatura e da Ficção*, Lisboa, Nova Vega, 2004.
- FERREIRA, Manuel, *A aventura crioula*, 3ª ed., Lisboa, Plátano, D.L., 1985.
- GALVÃO, Henrique, SELVAGEM, Carlos, *Império ultramarino português: monografia do Império*, Vol. I, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950.
- GUIMARÃES, José Marques, *A difusão do nativismo em África: Cabo Verde e Angola: séculos XIX e XX*, Lisboa, África Debate, 2006.
- HERNANDEZ, Leila M. G. Leite, *Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-Nação em Cabo Verde*, São Paulo, Selo Negro, 2002.
- HORTA, José da Silva, *A “Guiné do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1684)*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian e Fundação para Ciência e Tecnologia, 2011 (no prelo) [utilizou-se a paginação da tese de doutoramento em História da Expansão Portuguesa, apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Letras].
- , “Ser ‘Português’ em terras de Africanos: vicissitudes da construção identitária na ‘Guiné do Cabo Verde’ (sécs. XVI-XVII)”, *Nação e Identidades — Portugal, os Portugueses e os Outros*, coordenação de Hermenegildo Fernandes, Isabel Castro Henriques, José da Silva Horta e Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História, Caleidoscópio, 2009, pp. 261-273.

- , “As Tradições Orais Wolof de transmissão Cabo-verdiana: A Memória de *Buumi Jeleen* e dos *Njaay* na Ilha de Santiago (Séculos XV-XVIII)”, *Mélanges en hommage à Jean Boulègue* (no prelo). Texto cedido pelo próprio autor.
- KASPER, Joseff, *Ilha da Boa Vista: Aspectos Históricos, Sociais, Ecológicos e Económicos: Tentativa de análise*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1987.
- LESSA, Almerindo, RUFFIÉ, Jacques, *Seroantropologia das Ilhas de Cabo-Verde: mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1957.
- LIMA, António Germano, “Proposta de uma tipologia para o estudo da habitação tradicional da Boavista: século XVI a XIX”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº 28, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, 2008, pp. 267-279.
- LOPES FILHO, João, *Cabo Verde: retalhos do quotidiano*, Lisboa, Caminho, 1995.
- , *Ilha de S. Nicolau Cabo Verde: Formação da sociedade e mudança cultural*, Vol. I e II, Lisboa, Secretaria-Geral Ministério da Educação, 1996.
- , “O quotidiano cabo-verdiano a partir de um documento do século XVIII”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 4, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 1996, pp. 309-324.
- , *O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal, 1997.
- , “Mestiçagem, Emigração e Mudança Sociocultural em Cabo Verde”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 24, director Nelson Veríssimo, Funchal, D.R.A.C. - Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Jan-Jun de 1999, pp. 71-76.
- , “Aspectos da Administração Pública em Cabo Verde nos Meados do século XIX”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 29, director Nelson Veríssimo, Funchal, D.R.A.C. - Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Jul-Dez de 2001, pp. 35-43.
- , *Crónicas do Tempo que Passou*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, “A Câmara dos Deputados e a(s) Representação(ões) de Cabo Verde na Primeira Metade de Oitocentos”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 4, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 1996, pp. 125-135.
- MARIANO, Gabriel, *Cultura caboverdeana: ensaios*, Lisboa, Vega, 1991.

- MATOS Artur Teodoro de, “Santo Antão De Cabo Verde (1724-1732): Da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais”, *A dimensão atlântica da África: II Reunião Internacional de História de África: Evento integrado às Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*, São Paulo, Universidade, 1997
- MEINTEL, Deirdre, “Language and Interethnic Relationships in a Portuguese Colony”, *Ethnic Encounters: Identities and Contexts*, edited by G. L. Hicks and P. E. Leis, North Scituate (Massachusetts), Duxbury Press, 1977, pp. 49-62.
- , *Race, Culture and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*, New York, Syracuse University, 1984.
- MIRANDA, Nuno, “A Propósito da Situação Sócio-cultural de Cabo Verde”, *Garcia de Orta*, vol. 9, nº 1, Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 93-98.
- , *Compreensão de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.
- MONTEIRO, Ana R. Amaro, RODRIGUES, Helena M., “A Revolução de 1820 e suas Repercussões em Cabo Verde”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, Nº Especial 3, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, Mar. 1995, pp. 7-105.
- NASCIMENTO, Augusto, “Representações sociais e arbítrio nas roças: as primeiras levas de caboverdianos em S. Tomé e Príncipe nos primórdios de novecentos”, *Universidade dos Açores, Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 5, 2001, pp. 325-370.
- , “Cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe: os contornos da consciência de *segundos europeus*”, [incompleta]
- NEIVA, P.º Adélio Torres, “A Missionaçãõ em Cabo Verde”, *Encontro de culturas: oito séculos de missionaçãõ portuguesa*: [catálogo de exposiçãõ], [org.] Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, C.E.P., D.L. 1994, pp. 128-133.
- NETO, Sérgio, *Colónia mártir: colónia modelo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- NEVES, Baltazar Soares, “A Igreja e as Raízes da Identidade Cabo Verdiana”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº 28, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, 2008, pp. 281-301.
- NOGUEIRA, Augusto, “casamento “badio”, *Portugal em África*, Lisboa, 12 (70) 1955, pp. 211-215.
- NOGUEIRA, Rodrigo De Sá, “Prólogo”, *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, Fac-simile da 1ª ed. de 1957, [Baltasar Lopes], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 7-25.

- OLIVEIRA, João Nobre de, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.
- PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sociocultura*, Lisboa, Colibri, 2003.
- PEREIRA, Daniel A., *A situação da ilha de Santiago no primeiro quartel do século XVIII*, S. Vicente, Instituto Caboverdiano do Livro, 1984.
- , “A Fundação da Companhia de Cacheu: 1671-1676”, *Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações: actas Colóquio Cacheu, Cidade Antiga*, coord. Carlos Lopes, Guiné-Bissau/Lisboa, Inst. Nac. de Estudos e Pesquisa/Impr. Nac.-Casa da Moeda, imp. 1993.
- , *Estudos da história de Cabo Verde*, 2ª ed. rev. e aum., Praia, Alfa – Comunicações, 2005.
- , “Apresentação, Notas e Comentários”, *Memória sobre Cabo Verde do Governador Joaquim Pereira Marinho & outros textos*, Praia, Instituto Camões – Centro Cultural Português, 2009.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Cabo Verde: carências e perspectivas de fomento (1827)”, *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, 2º vol., [org. de Francisco Contente Domingues, Luís Filipe Barreto], Lisboa, Presença, 1986-1987, pp. 167-180.
- REIS, Luís Filipe Moreira Alves do Carmo, “Notas sobre a Formação da Língua Cabo-verdiana”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº 28, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, 2008, pp. 143-157.
- REMA, Padre Henrique Pinto, “Diocese de Cabo Verde”, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, coord. Ana Maria Jorge, [et al.], Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 280-284.
- RIBEIRO, Orlando, “Primórdios da ocupação das Ilhas de Cabo Verde”, *Revista da Faculdade de Letras* (separata), tomo XXI, 2.ª Série, nº 1, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1955, pp. 1-35.
- , “As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX”, *Garcia de Orta*, IV (4), Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar, pp. 605-634.
- , *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, apresentação de Suzanne Daveau, [ed.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, CNCDP, 1998.
- ROMANO, Luís, *Cabo Verde: Renascença de uma Civilização no Atlântico Médio*, 2ª ed., Lisboa, Edição da Revista Ocidente, 1970.

- , *Entrevista sobre ‘Cabo Verde – Renascença de uma civilização no Atlântico Médio’*, de Luis Romano”, Lisboa, Editorial Império, 1967.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel, “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: A legitimidade da Utilização de Fontes Escritas”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas, vol. I, D. João II e a Política Quatrocentista*, Porto, Universidade do Porto – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 527-553.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; et al, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)”, *Africana: revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense*, nº Especial 6, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais - Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional, 2001, pp. 49-78.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; BALENO, Ilídio, “Litoral: linha de atracção, repulsão e compressão (Arquipélagos e Costa Ocidental Africana)”, *Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, VIII, Viana do Castelo, 1994: Limites do mar e da terra: actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia =Limits of the land and sea: Proceedings of the VIII International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography*/ed. Inácio Guerreiro e Francisco Contente Domingues, Cascais: Patrimonia, 1998, pp. 147-152.
- SEMEDO, Victor Manuel Eugénia, *Liberalismo em Cabo Verde (1820-1834)*, [Texto policopiado] Lisboa, [s.n.], 2005. Tese mestrado em História das Ideias, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa, 2004.
- SILVA, António Leão Correia e, *A Influência do Atlântico na Formação de Portos em Cabo Verde, Actas do II Colóquio Internacional da História da Madeira e do Atlântico, Funchal, 1990, Série Separatas Verdes, nº 228, Lisboa, C.E.H.C.A., 1991, pp. 637-648.*
- , *Histórias de um Sahel insular*, 2ª ed., Praia, Spleen, 1996.
- , “Praia: a lenta emergência de uma capital”, *Cultura/Kultura: Revista de Investigação Cultural e de Pensamento*, nº 2 (Julho 1998), dir. Ondina Ferreira, Praia, Ministério da Cultura, 1998, pp. 188-201.
- , *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia – Mindelo, Centro Cultural Português, 2000.
- , “Cabo Verde: a independência do Brasil e os projectos de reconversão económica”, *As Ilhas e o Brasil [VI Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas]*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico Região Autónoma da Madeira (org.), Funchal, CEHA, 2000, pp. 415-428.

- SILVA, Filipa I. Ribeiro da, *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe (1536 a 1821). Contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos*, [Texto policopiado], Lisboa, [s.n.], 2002.
- SOARES, Maria João, “A Igreja em tempo de mudança política, social e cultural”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. III, 2ª ed, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2002, pp. 327-406.
- , “‘Crioulos indómitos’ e vadios: Identidade e criouliização em Cabo Verde – Séculos XVII-XVIII”, *Actas do Congresso Internacional ‘Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e sociedades’*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.
- SOARES, Maria João, TORRÃO, Maria Manuel, “The Mande through and in the Cape Verde islands (15th-18th centuries)”, *Mande Studies 9: Trade, trades and cross-cultural relationships in Greater Senegambia*, Guest Editors Peter Mark, José da Silva Horta, 2007, pp. 135-147.
- SOARES, Maria João, TORRÃO, Maria Manuel, *Ervas e Curandeiras. Remédios e Boticários. Formas de curar nas Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII e início do século XIX)*, Workshop *Plantas Mediciniais e Fitoterapêuticas nos Trópicos*, IICT /CCCM, 29, 30 e 31 de Outubro de 2008.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA [org.], *Monografia-catálogo da exposição de Cabo Verde: Semana das Colónias de 1938*, Lisboa, S.G., 1938.
- SOUSA, A. Nogueira de, “Costumes de Santiago de Cabo Verde (cerimónias fúnebres)”, *Portugal em África*, Lisboa, 2ª série, vol. 3, 1946.
- SOUSA, Henrique Teixeira de, “Será o caboverdiano indolente?” *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 4 (38), Dir. Bento Levy, Praia, publicação da Imprensa Nacional, 1952, pp. 25-28.
- , “A igreja e a literatura em Cabo Verde”, *Les litteratures africaines de langue portugaise: a la recherche de l'identite individuelle et nationale*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 303-308.
- TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, *A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2004.
- TENREIRO, Francisco, “Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Esquema de uma evolução conjunta”, *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Sep., Lisboa, publicação da Imprensa Nacional, 1955, pp. 12-17.

TORRÃO, Maria Manuel, “A Colonização de Cabo Verde: medidas e objectivos”, *Portugal no Mundo*, vol. II, Dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 150-170.

-----, “Actividade Comercial Externa de Cabo verde: Organização, Funcionamento, Evolução”, *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1991, pp. 237-345.

-----, “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento”, *História geral de Cabo Verde*, Vol. II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa-Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1995, pp. 17-123.

VASCHETTO, Bernardo P., *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdiano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde*, Boston, Ed. Farol, 1987.

VASCONCELOS, João, “Filhos da terra, ou Lamarck em Cabo Verde” Actas do terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa, ISCTE/ICS, 6 e 8 de Abril de 2006. Artigo revisto em 2007.

VIEIRA, Maria João, “A(s) revolta(s) de um povo”, *Semanário Tribuna*, Praia, [s.n], 1 de Agosto de 1989, pp. 12-15.